



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
Centro de Estudos de Geografia do Trabalho - CEGeT
Centro de Estudos do Trabalho, Ambiente e Saúde - CETAS

Coletivo CETAS de Pesquisadores



TESE DE DOUTORADO

**O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E O CONTROLE
SOCIAL DA NATUREZA E DO TRABALHO:
UM ESTUDO A PARTIR DA FÁBRICA DE PRESERVATIVOS
MASCULINOS DE XAPURI (AC).**

KARINA FURINI DA PONTE

PRESIDENTE PRUDENTE
2014

KARINA FURINI DA PONTE

**O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E O CONTROLE
SOCIAL DA NATUREZA E DO TRABALHO:
UM ESTUDO A PARTIR DA FÁBRICA DE PRESERVATIVOS
MASCULINOS DE XAPURI (AC).**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP/Presidente Prudente, para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Thomaz Junior

**PRESIDENTE PRUDENTE
2014**

FICHA CATALOGRÁFICA

Ponte, Karina Furini.

P857d O desenvolvimento sustentável e o controle social da natureza e do trabalho : um estudo a partir da Fábrica de Preservativos Masculinos de Xapuri (AC) / Karina Furini da Ponte. - Presidente Prudente : [s.n], 2014

360f. : il.

Orientador: Antonio Thomaz Junior

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia

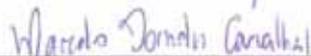
Inclui bibliografia

1. Geografia. 2. Trabalho. 3. Controle Social. I. Thomaz Junior, Antonio. II. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. III. Título.

BANCA EXAMINADORA



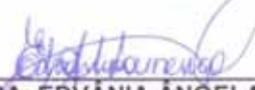
PROF. DR. ANTONIO THOMAZ JUNIOR
ORIENTADOR



PROF. DR. MARCELO DORNELIS CARVALHAL
(UNESP/OURINHOS)



PROF. DR. SILVIO SIMIONE DA SILVA
(UFAC)



PROFA. DRA. EDVÂNIA ÂNGELA DE SOUZA LOURENÇO
(UNESP/FRANCA)



PROF. DR. JOÃO CLEPS JUNIOR
(UFU)



KARINA FURINI DA PONTE

Presidente Prudente (SP), 17 de outubro de 2014.

RESULTADO: 

DEDICATÓRIA

Aos meus pais Reinaldo e Eunice,

obrigada por estar comigo em todos os momentos que, mesmo distantes, nunca deixaram com que me sentisse só!

Ao Zé,

meu presente da Geografia que, com nosso amor e nosso companheirismo, nos faz permanecer hoje e sempre!

Ao Miguel,

obrigada por colorir minha vida todos os dias!

Aos seringueiros e, em especial, à Dercy Teles de Carvalho Cunha,

por compartilhar comigo suas experiências, suas angústias e suas lutas. Sem vocês esse trabalho não existiria!

AGRADECIMENTOS

A construção de uma tese de doutorado exige um trabalho extenso que envolve vários aspectos relevantes para seu desenvolvimento. Assim, tanto a dimensão teórico-metodológica, quanto as práticas através dos trabalhos de campo e coletas de dados e informações em instituições são momentos importantes que permitem realizar a pesquisa. Embora uma tese não se faça somente através do cunho científico, mas também há uma teia de relações sociais e familiares que estão sempre presentes e que dão um suporte extra-academia para a concretização desse trabalho.

Assim, o doutoramento, por mais que seja um trabalho de autoria, apenas é possível pelos sujeitos que estão no percurso, auxiliando cada qual a seu modo e contribuindo com suas particularidades. Por isso, de forma geral, quero agradecer a todos que participaram desse momento e reconhecer algumas pessoas e instituições.

Primeiramente aos meus pais, Nice e Reinaldo, que me apoiaram e me deram suporte desde a graduação até a pós-graduação, sempre reconhecendo a necessidade de momentos que são incompreensíveis para o coração, mas importantes para a razão.

Ao meu irmão Kaio pelo relevante papel que teve em minha graduação “segurando as pontas” para que fosse possível minha ausência para realizar essa etapa e pela linda família que nos trouxe, Fernanda e Maria Clara, que apesar de sempre distantes espacialmente, estão sempre presentes em meus pensamentos e em meu coração.

Ao meu companheiro Zé que me faltam palavras para expressar sua importância em minha existência. Nossa vida se confunde e se completa pelo profissional e pelo pessoal, não somente por sermos geógrafos e trabalharmos juntos, mas pelo companheirismo que isso permitiu. Obrigada pela força no desenvolvimento da tese, sem você não seria possível.

Ao nosso filho Miguel, você apareceu como um sonho e tornou nossa vida tão mais especial. Você é a melhor parte de mim!

Ao Thomaz, pela orientação da tese e por possibilitar o contato com uma “nova” discussão teórico-metodológica que permitiu a construção desse trabalho de

doutorado. Seu apoio e seu respeito permitiram avançar na pesquisa e a estreitar laços de amizade e profissionais. Obrigada por confiar em mim!

Aos colegas que fizeram parte do cotidiano do grupo de pesquisa “Centro de Estudos de Geografia do Trabalho - CEGeT”, de Presidente Prudente (SP), que de tantos prefiro não enumerar para não incorrer em esquecimento, como àqueles dos demais núcleos distribuídos por vários cantos do Brasil, por sua importância acadêmica e científica, como também pelos nossos encontros gastro-etílicos.

À Sonia, Maria e Zé pelas leituras e discussões que contribuíram para as reflexões da tese.

Aos amigos que a Geografia nos trouxe tanto os de longa data como também aos mais recentemente, mas tão importantes quanto: Sônia e Divino, Marcelino e Flávia, Maria Franco, Silvia, Nécio e Beatriz, Márcio e Jarbas, Edilson e Denise, Wagner e Tatiane, Márcio e Letícia, Denis e Carlos, Eduardo Girardi e Sirlei, Marcelo Chelotti, Juscelino, Cíntia, Fernando, Cacá, Baiano, Cirso, Núbia e Agnaldo.

Aos amigos prudentinos que participaram dessa fase do doutorado nos possibilitando momentos de descontração: João, Wesley, Fabiana e Políbio, Fabiana Inoue, Alessandra e Rodolfo, Luiz.

Aos amigos acreanos que a UFAC nos trouxe e que tiveram, e continuam tendo, um papel tão importante na nossa vivência dentro e fora da universidade. Meu obrigada mais que especial no envolvimento do processo de liberação para essa fase do doutorado: Maria de Jesus, Silvio Simione, Lucilene Almeida e Socorro Maya.

Aos amigos acreanos que nos acolheram e nos fizeram sentir parte do Acre: Lucimar, Lara, Carol e Cleilson, Cláudio.

À UFAC por permitir a realização dessa etapa profissional e pessoal que é o doutoramento.

À CAPES pelo auxílio financeiro para o desenvolvimento da pesquisa com a Bolsa Prodoutoral que tanto contribui no momento de realização do trabalho de campo e da finalização da tese.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP, Câmpus de Presidente Prudente (SP), em nome de seus professores, equipe da Biblioteca e da secretaria do PPG: Cinthia, André, Ivonete, Erinat, a atenção e força de vocês tornam a Universidade menos burocratizada.

Aos professores Silvio Simione e Marcelo Dornelis Carvalho, pela contribuição no exame de qualificação que permitiram avançar na pesquisa de doutorado.

Ao Luiz Augusto Ely, pela revisão gramatical da tese.

Ao Rafael Silva e Flora Sato, pelo trabalho com os mapas.

Ao Jarbas Alves, pelo auxílio nas traduções.

À Dercy Cunha, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, pela atenção e abertura para o diálogo nos auxiliando a conhecer mais o Acre bem como o passado e o presente dos seus sujeitos. Parabéns pelo seu importante papel na defesa dos seringueiros e seu território. Fico muito feliz em saber que os seringueiros estão muito bem representados!

Às lideranças seringueiras, Sabá Marinho, pela sua contribuição em nos apresentar à Reserva Extrativista Chico Mendes e seu filho, Raimundo Marinho, que nos ajudou a desvendar o cotidiano de vida e de trabalho dos seringueiros. Como também ao Osmarino Amâncio, pelas conversas mesmo antes da fase do doutorado, que auxiliaram na delimitação e na construção dessa pesquisa.

Por fim, nosso agradecimento especial aos seringueiros da Resex Chico Mendes e dos Seringais Cachoeira e Equador, pelo prazer de conhecê-los e compartilhar conosco o processo de construção de suas vidas em seu território. Vocês protagonizaram essa pesquisa com suas experiências e permitiram que ela se tornasse possível.

Meu muito obrigada a todas as pessoas, que apesar do cansaço de final de tese, nos permitiu nomear nos agradecimentos, como também àquelas que fizeram parte, mas que não foi possível mencionar, mesmo estando presentes e contribuindo à sua forma.

“É necessário desmistificar todo este cenário lindo e maravilhoso que se apresenta [através da proposta de desenvolvimento sustentável da Frente Popular no estado do Acre], porque há toda uma exploração e uma contradição quando se trata do respeito ao ser humano e direito dos trabalhadores.” (Dercy Teles de Carvalho Cunha, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri/AC)

RESUMO: A introdução da proposta de desenvolvimento sustentável no estado do Acre ocorreu a partir de 1999, com a Frente Popular no poder executivo. Tal perspectiva política e ideológica tem como foco a convergência entre o aproveitamento econômico e a preservação ambiental da floresta, o que demonstra sua vinculação às necessidades emergentes da sociedade como também do capital. É nesse contexto que surge a Fábrica de Preservativos Masculinos de Xapuri, como uma política de desenvolvimento sustentável do governo da Frente Popular no Acre, de produção de camisinhas a partir do látex nativo extraído nos seringais da região do Alto Acre. Diante da relevância e dos resultados da proposta de sustentabilidade para o estado surgiram alguns questionamentos: qual o papel da Preservativos Natex para o projeto político do desenvolvimento sustentável da Frente Popular no Acre? Como também, quais são os instrumentos e estratégias utilizadas para executar a proposta sustentável no estado? Por fim, como se materializa a relação entre a fábrica de preservativos e os sujeitos envolvidos, no caso, os seringueiros que fornecem látex para a produção de preservativos? Sendo assim, constatamos que a proposta de desenvolvimento sustentável da Frente Popular se constrói discordante da propaganda social e ambiental, já que prioriza o processo de mercantilização da natureza via exploração da madeira, exportação de carne bovina e a venda dos serviços ambientais. Com isso, tanto a Preservativos Natex, como a política de sustentabilidade servem para encobrir e legitimar o processo de espoliação da natureza através de um aparato ideológico que associa as atividades ligadas ao capital como sendo “sustentáveis”, já que privilegia as demandas sociais e com menor impacto ao ambiente. Para efetivar a perspectiva sustentável e, assim, a fábrica de preservativos, o capital/Estado se utiliza do controle social como uma importante estratégia de dominação do sujeito e de seu território por meio da sujeição do trabalho do seringueiro. Isto é, o sujeito passa a representar somente um elemento dentro do processo produtivo através de sua força de trabalho, o que se evidencia nas diversas formas de intensificação do labor com o aumento das horas trabalhadas e repercussões em sua organização de trabalho familiar a fim de permitir a manutenção da produção/criação do autoconsumo e, desse modo, a autonomia, em sua colocação; a degradação do trabalho que reflete na saúde do trabalhador ao expô-lo ao uso obrigatório da amônia, sem utilização de equipamentos de proteção individual (EPIs); como também seu envolvimento em um sistema de pesagem do látex caracterizado pela exploração através do pagamento somente de uma parte do produto e do trabalho do seringueiro. Portanto, é através do controle do processo de trabalho que o capital/Estado aplica seu controle sobre o sujeito e seu território, de modo a desestruturar seu modo de organização e gestão. Sendo assim, ao desarticular a relação metabólica entre homem e natureza, enquanto garantia de condições materiais e subjetivas de existência do sujeito, impõe formas de organização e de controle estranhadas, a fim de atender a rotina da produção de preservativos, o que especializa o seringueiro na extração do látex, dificultando ou até impedindo que privilegie sua autossuficiência e autonomia.

Palavras-chave: Trabalho. Desenvolvimento Sustentável. Controle Social. Seringueiro. Fábrica de Preservativos Masculinos de Xapuri.

TITLE: Sustainable development and social control of nature and of work: a study from the Factory of Male Condoms of Xapuri (AC).

ABSTRACT: The introduction of the concept of sustainable development in the state of Acre has occurred since 1999, with the Popular Front in the executive branch. Such political and ideological perspective focuses on the convergence between economic use and environmental preservation of the forest, which demonstrates its commitment to the emerging needs of society as well as the capital. It is in this context that the Factory of Male Condoms of Xapuri arises as a policy of sustainable development of the Popular Front government in Acre, producing condoms from latex from the rubber tree native of the Upper Acre region. Given the importance and results of the proposed sustainability for the state some questions arose: what is the role of Natex Condoms to the political project of sustainable development of the Popular Front in Acre? As well as what are the tools and strategies used to implement the sustainable proposition in the state? Finally, how does the relationship between the condom factory and the individuals involved, that is, the rubber tappers who provide latex for the production of condoms, materialize? Thus, we found that the proposed sustainable development of the Popular Front builds itself disagreeing with the social and environmental propaganda, since it prioritizes the process of commodification of nature via logging, beef export and sale of environmental services. This way, both Natex Condoms and the sustainability policy serve to cover up and legitimize the process of spoliation of nature through an ideological apparatus which combines activities related to capital as being "sustainable", as they favour the social demands and with less impact on the environment. To carry out the sustainable perspective and thus the condom factory, the capital / state uses social control as an important strategy of domination of the individual and of its territory by subjecting the work of the rubber tapper. That is, the individual comes to represent only one element within the production process through its workforce, which is evidenced in the various forms of intensification of labour with the increase in hours worked and their impact on family work organization to allow the maintenance of production / creation of self-consumption and the thereby autonomy in their placement; the degradation of work which reflects on the health of the worker when exposing him to the mandatory use of ammonia, without the use of personal protective equipment (PPE); as well as his involvement in a weighing system of Latex characterized by exploitation by paying only a part of the product and the work of rubber tapper. Therefore, it is through control of the labour process that the capital / State applies its control over its individual and territory, in order to disrupt their way of organization and management. Thus, when disrupting the metabolic relationship between man and nature as ensuring material and subjective conditions of existence of the individual, it imposes strange forms of organization and control in order to meet the routine production of condoms, which specializes the rubber tapper in the extraction of latex, hindering or even preventing him from favouring his self-sufficiency and autonomy.

Keywords: Work. Sustainable Development. Social Control. Rubber Tapper. Condom Factory of Xapuri.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Estrutura do sistema de aviamento na extração da borracha na região amazônica.....	49
Figura 2 - Processo de trabalho na extração do látex	287
Figura 3 - Croqui de uma colocação seringueira, com as estradas de seringa.....	289
Figura 4 - Processo de trabalho para a fabricação do CVP.....	293

LISTA DE FOTOS

Foto 1 - Cernambi Virgem Prensado (CVP).....	67
Foto 2 - Granulado Escuro Brasileiro (GEB).....	68
Foto 3 - Embalagem do Granulado Escuro Brasileiro (GEB).....	68
Foto 4- Folhas Defumadas Líquidas (FDL).....	69
Foto 5 - Produção de preservativos masculinos na Preservativos Natex.....	70
Foto 6 - Produto final da cadeia produtiva do látex: preservativo masculino...	71
Foto 7 - Vista parcial da Fábrica de Preservativos Masculinos de Xapuri (AC).....	224
Foto 8 - Utilização do módulo sanitário fornecido pelo governo do estado do Acre aos seringueiros da Reserva Extrativista Chico Mendes.....	269
Foto 9 - Ponto de Apoio (PA) na colocação de um seringueiro que fornece látex para a Preservativos Natex.....	271
Foto 10 - Ponto de Recolhimento (PR) construído pela Preservativos Natex na Reserva Extrativista Chico Mendes, no Seringal Nazaré.....	272
Foto 11 - Ponto de Recolhimento (PR) improvisado utilizando a construção já existente na colocação de um seringueiro no Seringal Equador.....	272
Foto 12 - Primeira etapa da sangria da seringueira para extração do látex.....	290
Foto 13 - Segunda etapa da sangria da seringueira para extração do látex....	290
Foto 14 - Primeira etapa da coleta do látex.....	290
Foto 15 - Segunda etapa da coleta do látex.....	291
Foto 16 - Retorno do dia de trabalho com seus instrumentos utilizados e o látex extraído.....	291
Foto 17 - Processo de armazenamento do látex.....	292

Foto 18 - Comercialização do CVP com a COOPERACRE.....	294
Foto 19 - Primeira etapa do sistema de transformação do látex líquido em sólidos totais.....	313
Foto 20 - Segunda etapa do sistema de transformação do látex líquido em sólidos totais.....	314
Foto 21 - Terceira etapa do sistema de transformação do látex líquido em sólidos totais.....	314
Foto 22 - Quarta etapa do sistema de transformação do látex líquido em sólidos totais.....	315
Foto 23 - Quinta etapa do sistema de transformação do látex líquido em sólidos totais.....	315
Foto 24 - Sexta etapa do sistema de transformação do látex líquido em sólidos totais.....	316
Foto 25 - Tabela utilizada pela COOPERACRE para determinação dos sólidos totais.....	316
Foto 26 - Entrega da nota de controle e pagamento ao seringueiro.....	317
Foto 27 - Nota de controle de entrega do látex emitida pela COOPERACRE ao seringueiro.....	317

LISTA DE MAPAS

Mapa 1- Localização da Reserva Extrativista Chico Mendes e dos Projetos de Assentamentos Agroextrativistas Cachoeira e Equador no estado do Acre.....	36
Mapa 2 – Trabalho de Campo na Resex Chico Mendes e nos PAEs Cachoeira e Equador no estado do Acre.....	37
Mapa 3 – Trabalho de Campo no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri e na Preservativos Natex no estado do Acre.....	38
Mapa 4 – Espacialização da extração/produção dos derivados da borracha no estado do Acre.....	65
Mapa 5 – Localização da Reserva Extrativista Chico Mendes no estado do Acre.....	117
Mapa 6 - Espacialização dos seringais na Reserva Extrativista Chico Mendes no estado do Acre.....	118
Mapa 7 – Localização da Fábrica de Preservativos Masculinos de Xapuri e os municípios fornecedores de látex.....	223

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Calendário agroextrativista dos seringueiros do estado do Acre...	94
Quadro 2 - Composição do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Chico Mendes (AC), a partir da Portaria IBAMA nº 28, de 22 de maio de 2003.....	123
Quadro 3 - Quantidade e valor dos produtos da extração vegetal no estado do Acre em 2012.....	165
Quadro 4 - Efetivo do rebanho bovino, em 2012, segundo as grandes regiões do Brasil.....	168
Quadro 5 - Órgãos do governo federal e sua participação na construção da Fábrica de Preservativos Masculinos de Xapuri (AC).....	225

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 1 - Distribuição espacial das famílias que recebem o subsídio da borracha (Lei Chico Mendes) no estado do Acre, no período de 1999 a 2010.....	59
Tabela 2- Distribuição espacial da produção de borracha natural bruta subsidiada no estado do Acre no período de 1999 a 2010.....	60
Tabela 3 - Produção de borracha/kg por tipo de produto - 2007 a 2010.....	66
Gráfico 1- Taxa média de crescimento anual da pecuária nos estados da Amazônia Legal (%) entre 1990 a 2003.....	168

LISTA DE SIGLAS

AIDS = Síndrome de Imunodeficiência Adquirida

AMOPREAB = Associação de Moradores e Produtores da Reserva Extrativista de Assis Brasil

AMOPREB = Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Brasiléia

AMOPREX = Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Xapuri

ANG = Agência Não Governamental

ANVISA = Agência Nacional de Vigilância Sanitária

ASPRUC = Associação de Moradores e Produtores do Unidos do Rio Caipora

BID = Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIRD = Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

BM = Banco Mundial

BNDES = Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CAEX = Cooperativa Agroextrativista de Xapuri

CAPEB = Cooperativa das Associações de Produtores e Extrativistas de Brasiléia

CEB = Comunidade Eclesial de Base

CEGeT = Centro de Estudos de Geografia do Trabalho

CETAS = Centro de Estudos do Trabalho, Ambiente e Saúde

CIMI = Conselho Indigenista Missionário

CNPT = Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais

CNS = Conselho Nacional dos Seringueiros

COAEB = Cooperativa Agroextrativista de Brasiléia

COMPAEB = Cooperativa Mista de Produção Agropecuária e Extrativista de Etipaciolândia e Brasiléia

CONAB = Companhia Nacional de Abastecimento

CONTAG = Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

COOPEC = Cooperativa Central de Associações do Estado do Acre

COOPERACRE = Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Acre

CPT = Comissão Pastoral da Terra

CVP = Cernambi Virgem Prensado
DST= Doença Sexualmente Transmissível
EMBRAPA = Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENS = Encontro Nacional de Seringueiros
EPI = Equipamentos de Proteção Individual
EPR = Equipamentos para Proteção Respiratória
FDL = Folha Defumada Líquida
FIP = Fundo de Investimento e Participação
FMI = Fundo Monetário Internacional
FPA = Frente Popular do Acre
FSC = Forest Stewardship Council
FSP = Faculdade de Saúde Pública
FUNASA = Fundação Nacional de Saúde
FUNTAC = Fundação de Tecnologia do Estado do Acre
GATT = Acordo Geral de Tarifas e Comércio
GEB = Granulado Escuro Brasileiro
IBAMA = Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE = Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFEPAC = Instituto de Pesquisas Empresariais do Acre
IMAC = Instituto do Meio Ambiente do Acre
INCRA = Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INMETRO = Instituto Nacional de Metrologia Qualidade e Tecnologia
INPE = Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
INT = Instituto Nacional de Tecnologia
MCF = Mecanismo de Certificação Florestal
MDL = Mecanismo de Desenvolvimento Limpo
NR = Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde do Trabalhador
OMC = Organização Mundial do Comércio
ONG = Organização Não Governamental
ONU = Organização das Nações Unidas
PA = Ponto de Apoio
PAE = Projeto de Assentamento Agroextrativista
PCN = Projeto Calha Norte
PDSA = Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre

PGC = Programa Grande Carajás
PIN = Plano de Integração Nacional
PMFS = Plano de Manejo Florestal Sustentável
PND = Plano Nacional de Desenvolvimento
POLAMAZÔNIA = Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
POLOCENTRO = Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
POLONOROESTE = Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil
PPG7 = Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais
PR = Ponto de Recolhimento
PROBOR = Programa de Incentivo à Produção de Borracha Vegetal
PSA = Pagamento por Serviços Ambientais
PT = Partido dos Trabalhadores
RDA = Renovação Democrática do Acre
REDD = Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal
RESEX = Reserva Extrativista
SDB = Superintendência de Defesa da Borracha
SEAPROF = Secretaria de Estado de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar
SEATER = Secretaria Executiva de Assistência Técnica e Extensão Rural
SEF = Secretária de Estado de Florestas
SEFE = Secretaria Executiva de Florestas e Extrativismo do Acre
SEPROF = Secretaria de Extrativismo e Produção Familiar
SIPAM = Sistema de Proteção da Amazônia
SNUC = Sistema Nacional de Unidade de Conservação
SPVEA = Plano de Valorização Econômica da Amazônia
STR = Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUDHEVEA = Superintendência da Borracha
SUFRAMA = Superintendência da Zona Franca de Manaus
UFAC = Universidade Federal do Acre
UNESP = Universidade Estadual Paulista
USP = Universidade de São Paulo
ZEE = Zoneamento Ecológico-Econômico
ZPE = Zona de Processamento de Exportação

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	24
INTRODUÇÃO.....	27
CAPÍTULO 1 A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO REGIONAL AMAZÔNICO E SEU PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO: O EXTRATIVISMO DA BORRACHA E AS <i>COMMODITIES</i>.....	45
1.1 O extrativismo da borracha na Amazônia: o Acre em questão.....	47
1.1.1 O extrativismo da borracha: da inserção na divisão internacional do trabalho às políticas do governo federal.....	47
1.1.2 As políticas estaduais para a extração/produção da borracha no Acre a partir da década de 1990.....	57
1.2 A produção do espaço regional amazônico no contexto das políticas do governo federal: a internacionalização da Amazônia e a produção de <i>commodities</i>	72
CAPÍTULO 2 O PROCESSO DE LUTA E RESISTÊNCIA DO MOVIMENTO SERINGUEIRO E A CRIAÇÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA CHICO MENDES NO ESTADO DO ACRE: DA CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA AO CONTROLE PELO ESTADO.....	84
2.1 Pressupostos básicos da racionalidade do seringueiro no estado do Acre.....	86
2.2 O movimento seringueiro e seu processo de luta e resistência no estado do Acre.....	98
2.3 A criação da Reserva Extrativista Chico Mendes (AC): da luta seringueira à conquista da autonomia?.....	116
2.4 O governo do estado do Acre e as formas de cerceamento da autonomia política e econômica dos seringueiros.....	128
2.4.1 Condições econômicas e sociais vivenciadas pelas famílias de seringueiros na Resex Chico Mendes.....	129
2.4.2 A prática do roçado: da sobrevivência à criminalização.....	133

2.4.3 A pecuarização da Resex: da sobrevivência à repressão.....	137
2.4.4 O controle social pela cooptação de lideranças seringueiras.....	141
2.4.5 A organização coletiva dos seringueiros e a intervenção do Estado.....	146

CAPÍTULO 3 O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA FRENTE POPULAR NO ESTADO DO ACRE: DO PROCESSO IDEOLÓGICO À MERCANTILIZAÇÃO DA NATUREZA..... 158

3.1 A proposta de desenvolvimento sustentável do governo da Frente Popular no Estado do Acre e seus instrumentos legitimadores: o Zoneamento Ecológico-Econômico e o Programa de Desenvolvimento Sustentável.....	160
3.2 O sistema do capital e a valoração da natureza: da mercantilização à ideologização do desenvolvimento sustentável.....	182
3.2.1 O desenvolvimento sustentável enquanto um processo de mercantilização da natureza na escala global/local.....	191
3.2.2 O desenvolvimento sustentável enquanto um processo ideológico e de controle social.....	199
3.2.3 É possível um desenvolvimento sustentável sob o capitalismo?.....	208

CAPÍTULO 4 A FÁBRICA DE PRESERVATIVOS MASCULINOS DE XAPURI (AC) E A LEGITIMAÇÃO DO CONTROLE SOCIAL..... 217

4.1 A Fábrica de Preservativos Masculinos de Xapuri e os vínculos ao desenvolvimento sustentável da Frente Popular no Acre.....	219
4.2 As contradições da política de “desenvolvimento sustentável” no estado do Acre: o caso da Fábrica de Preservativos Masculinos de Xapuri.....	227
4.2.1 A Preservativos Natex como uma política de governo.....	228
4.2.2 Do discurso do látex nativo à realidade do látex de cultivo.....	234
4.2.3 Segregação e parcialidade no atendimento aos seringueiros envolvidos com a Fábrica de Preservativos Natex.....	237
4.2.4 O papel da Preservativos Natex para a dinâmica do “desenvolvimento” territorial da região do Alto Acre.....	243
4.2.5 A vinculação com o Ministério da Saúde: projeto social ou estratégia econômica.....	247

4.2.6 A intermediação da COOPERACRE com os seringueiros: relação social ou comercial?.....	250
4.3 A Fábrica de Preservativos Masculinos de Xapuri: o controle social a partir de um projeto de “hibridização” do capital/Estado.....	256
CAPÍTULO 5 A SUJEIÇÃO DO SERINGUEIRO AO GOVERNO DA FRENTE POPULAR: O CASO DA FÁBRICA DE PRESERVATIVOS MASCULINOS DE XAPURI (AC).....	264
5.1 O seringueiro e o sistema de produção de preservativos masculinos.....	266
5.2 Os impactos da relação seringueiro X Preservativos Natex em seu território de vida e de trabalho.....	275
5.3 A sujeição do seringueiro pelo trabalho: intensificação, degradação e exploração.....	284
5.3.1 A intensificação do trabalho a partir da expansão da jornada, do ritmo laboral e seus reflexos na rotina de trabalho do seringueiro e sua família.....	285
5.3.2 A intensificação do trabalho através da ampliação da jornada laboral X preço do quilo do látex.....	299
5.3.3 A degradação do trabalho e os efeitos dos insumos químicos na saúde do trabalhador.....	305
5.3.4 A exploração do trabalho do seringueiro através do sistema de pesagem do látex.....	312
CONSIDERAÇÕES FINAIS	324
REFERÊNCIAS	337
APÊNDICE	350

APRESENTAÇÃO

Em 2005 ingressei como docente na Universidade Federal do Acre (UFAC) através de concurso público para a área de Geografia da Indústria. Assim, iniciei o trabalho na instituição, a princípio, somente com as disciplinas vinculadas à temática da indústria, o que suscitou muitos questionamentos teóricos e empíricos diante da realidade peculiar do processo de industrialização no estado do Acre. Desse modo, a partir de 2007, me envolvi em atividades de pesquisa e extensão através da elaboração de um Projeto Institucional com duração de três anos (2007-2009) e seus desmembramentos com orientações em nível de Iniciação Científica, também voltadas para essa temática, mais especificamente, relacionadas à Fábrica de Preservativos Masculinos de Xapuri. Tais pesquisas, desenvolvidas no âmbito institucional, tinham o objetivo de analisar o papel do estado do Acre no processo de industrialização, tendo como estudo de caso a Preservativos Natex, bem como enfocar as relações de trabalho estabelecidas no processo produtivo do preservativo masculino.

Com isso, através do desenvolvimento da pesquisa obtivemos a primeira constatação: de que não há como compreender a fábrica de preservativos somente através dos pressupostos teóricos da industrialização, mas como uma política de governo da Frente Popular, para o Acre, e sua vinculação aos princípios mais amplos do que somente a industrialização do estado. Contudo, seu papel de política de governo não a torna uma ação que envolva as questões sociais no tocante à busca pela melhoria da qualidade de vida dos sujeitos envolvidos, mas compreende demandas que contemplam a proposta político-partidária da Frente Popular direcionada às formulações do desenvolvimento sustentável. Assim, o papel do estado, agora personificado no governo do Acre através da Frente Popular, apresenta um papel muito mais do que executor do empreendimento, pois a Preservativos Natex demonstra objetividades e intencionalidades que extrapolam os aspectos de atendimento à sociedade, mas principalmente uma estratégia política diante de sua proposta da sustentabilidade.

Além disso, essa abordagem inicial possibilitou verificar a relevância do seringueiro para o processo produtivo do preservativo masculino, como também as implicações em sua vida, em seu trabalho (rotina, formas de exploração, de pagamento/remuneração e controle) em seu território, decorrentes de seu envolvimento no fornecimento de látex para a Preservativos Natex. Assim, a centralidade do trabalho passou a ser o principal direcionamento para a

compreensão, não somente da relação entre a fábrica e o seringueiro, mas também entre o seringueiro com a terra e sua família.

Portanto, tais indagações iniciais resultaram em problematizações que estendemos para o projeto de pesquisa de doutorado que busca analisar tanto a Preservativos Natex como parte da proposta de desenvolvimento sustentável da Frente Popular no Acre, quanto a relevância da inserção do trabalho do seringueiro para a dinâmica das ações do Estado dentro da perspectiva sustentável preconizada.

INTRODUÇÃO

A partir da década de 1990, o governo do estado do Acre, liderado pela coligação político-partidária da Frente Popular, passa a construir suas ações a partir da proposta de desenvolvimento sustentável. Com isso, surgem várias iniciativas e empreendimentos públicos e privados vinculados à perspectiva sustentável que a propaganda associa ao atendimento às questões sociais e ambientais. Para isso, o foco deve ser a inserção econômica da floresta a partir de suas peculiaridades como uma forma de gerar emprego e renda e, assim, reduzir a pobreza e proporcionar qualidade de vida, levando à melhora das condições sociais.

Nesse contexto, em 2008, surge a Fábrica de Preservativos Masculinos de Xapuri (Preservativos Natex) como uma política de governo vinculada à proposta de desenvolvimento sustentável, defensora da agregação de valor aos produtos florestais com vistas à industrialização do látex extraído na região do Alto Acre com a produção de preservativos. Sua especificidade consiste na relação estabelecida com o Ministério da Saúde, que através de convênios firmados com o estado do Acre, recebe toda a produção de preservativos e distribui gratuitamente nos Postos de Saúde, principalmente da região Norte do Brasil. Dessa forma, a Preservativos Natex é uma iniciativa do governo do estado do Acre, juntamente com o governo federal e que é administrada pelo governo estadual, por intermédio da Fundação de Tecnologia do Estado do Acre (FUNTAC), ou seja, a fábrica de preservativos não apresenta vinculação com iniciativas privadas e não realiza a comercialização direta das camisinhas.

Nesse sentido, a inserção e a relevância da proposta de desenvolvimento sustentável no Acre suscitaram algumas indagações sobre quais são os propósitos e as intencionalidades na adoção da perspectiva sustentável para as ações políticas da Frente Popular no Acre. Tais questionamentos se reforçam diante da efetividade dos instrumentos de planejamento político do governo vinculados ao desenvolvimento sustentável, como o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), e o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre (PDSA), pois seus objetivos principais convergem principalmente para as ações relacionadas às atividades de exploração da madeira, criação de gado e serviços ambientais, atividades contraditoriamente divergentes das dimensões sociais e ambientais, já que provocam degradação da floresta e, conseqüentemente, alteração no território de vida e de trabalho do seringueiro. Como também, tais atividades que compõem a política da sustentabilidade da Frente Popular estão vinculadas ao sistema de

reprodução do capital em nível internacional e à concepção da economia verde, se configurando a partir da apropriação e da mercantilização dos recursos naturais.

Desse modo, como podemos compreender a Fábrica de Preservativos Masculinos que está vinculada à proposta de desenvolvimento sustentável do governo do Acre, sem necessariamente relacionar-se às atividades principais que conduzem às ações “sustentáveis” (madeira, gado e crédito de carbono), como também ao processo de mercantilização da natureza, já que não produz mercadoria que se realiza no processo de comercialização? Qual o papel da Preservativos Natex dentro da política de desenvolvimento sustentável da Frente Popular? Como também, quais são os instrumentos e estratégias que aproximam a fábrica de preservativos à lógica da proposta de desenvolvimento sustentável do capital mediada pela mercantilização da natureza? Por fim, como se configura a relação estabelecida entre a Preservativos Natex e os sujeitos envolvidos, os trabalhadores, no caso os seringueiros que fornecem látex para a produção de preservativos?

Nesse sentido, partimos da hipótese de que a Fábrica de Preservativos Masculinos de Xapuri se constrói enquanto uma propaganda da perspectiva sustentável do governo da Frente Popular no Acre. Portanto, através do caráter de política de governo e da desvinculação como empreendimento privado, reforçou-se a dimensão social da iniciativa no atendimento aos seringueiros vinculados ao fornecimento de látex para a fábrica de preservativos, como também ao incentivar uma atividade economicamente tradicional e culturalmente ligada aos seringueiros, no Acre, e, sendo uma atividade de baixo impacto na floresta, possibilita articular as ações político-partidárias da Frente Popular ao modelo defendido pelos protagonistas, de desenvolvimento economicamente viável, ambientalmente correto e inclusivo socialmente.

Outra hipótese da qual partimos na pesquisa é que a inserção da Preservativos Natex nos seringais da região do Alto Acre proporcionou alterações significativas no modo de organização de vida e de trabalho dos sujeitos que habitam a floresta e a têm como território de vivência, a partir da introdução de uma nova forma de extração do látex para a produção de preservativos. Assim, as aproximações entre fábrica de preservativos e seringueiros ocorrem a partir de elementos que edificam a estrutura do sistema do capital, contrapondo à perspectiva social no que tange a proporcionar melhores condições de vida para os sujeitos,

trabalhadores/seringueiros, a partir de seu território, como também da dimensão ambiental de possibilitar ações que buscam a preservação da floresta.

* * *

Então, compreendemos que o trabalho é a categoria central para abordar o seringueiro nessa relação estabelecida com o capital/Estado através da vinculação com a fábrica de preservativos. Para tanto, é através da sujeição do seringueiro, pelo trabalho, ao governo do Acre, liderado pela Frente Popular no poder executivo, que se efetiva umas das vinculações da Preservativos Natex com a proposta de desenvolvimento sustentável ligado ao capital internacional, já que apesar de ser uma política de governo e não uma empresa privada, está assentada sobre as bases estruturantes do capital através da exploração e da degradação do trabalho como condições essenciais para reestabelecer sua lógica de reprodução.

Portanto, as ações relacionadas à proposta de desenvolvimento sustentável, em especial a Fábrica de Preservativos Masculinos de Xapuri, imprimiram no estado do Acre novos arranjos territoriais e, conseqüentemente, de poder, que modificaram as relações estabelecidas entre o capital, os sujeitos da floresta e o Estado. Da mesma forma que também reforçaram a desestruturação das relações entre homem e natureza enquanto base do metabolismo mediado pelo trabalho, que possibilita as condições de existência e de autonomia do sujeito frente ao seu território, sua vida e seu trabalho.

Diante desse cenário produzido pelo governo da Frente Popular através da implantação da política de sustentabilidade, estabelecemos como objetivo geral analisar de que modo a proposta do desenvolvimento sustentável se constrói no estado do Acre a partir da implantação da política de governo denominada de Fábrica de Preservativos Masculinos de Xapuri, bem como seus desdobramentos para os seringueiros vinculados no que diz respeito à sua organização de vida e de trabalho.

Como objetivos específicos foram definidos:

a) Demonstrar historicamente a vinculação da região amazônica e, mais especificamente, do estado do Acre, no circuito internacional do capital, e como a

estratégia do controle social passa a representar um importante instrumento de legitimação da ordem do capital;

b) Refletir sobre as principais formas de controle estabelecidas pela Frente Popular a partir de 1999 no Acre, com relação aos seringueiros, e em especial, aos moradores da Resex Chico Mendes, bem como estabelecer as mediações entre controle e autonomia;

c) Analisar a proposta de desenvolvimento sustentável implantada pela Frente Popular no Acre pós década de 1990 e suas aproximações com o sistema do capital;

d) Refletir sobre os propósitos da Preservativos Natex diante do plano político da Frente Popular para o Acre e mediante à perspectiva da sustentabilidade do capital;

e) Analisar como a proposta de desenvolvimento sustentável e, especificamente, a Preservativos Natex repercutem na organização territorial dos seringueiros da região do Alto Acre;

f) Demonstrar como se configura a relação capital/Estado/trabalho diante do processo de desenvolvimento sustentável no Acre e focado através da política de governo da Fábrica de Preservativos Masculinos de Xapuri.

Assim, os reflexos da política de desenvolvimento sustentável, e especificamente da Preservativos Natex enquanto política de governo, nas formas de vida e de trabalho dos seringueiros e os desdobramentos na relação metabólica construída com a natureza, foram objeto de estudo nessa pesquisa de doutorado.

Para isso, os conceitos de controle social e autonomia do trabalho permeiam todo o desenvolvimento da pesquisa. Apreendidos como dois processos interligados, já que compreendemos o controle social como uma estratégia do capital, no caso, do governo do estado do Acre de dominação do sujeito trabalhador (seringueiro), de seu trabalho e de seu território, pretextando romper com os fundamentos da autonomia. Esta é, pois, a condição essencial para desarticular a capacidade de autodeterminação, ou a autonomia do seringueiro e, assim, aplicar novos modos de organização e de uso da terra divergentes de sua racionalidade.

Nesse sentido, abordaremos como a estratégia do controle permeou todo o processo de inserção da Amazônia no circuito do capital internacional, desde o seringal empresa no século XIX até a produção de atividades “sustentáveis” na década de 2000, e como hoje se estabelece o controle social exercido pela Frente

Popular do Acre. Com isso, pretendemos demonstrar como esse conceito se torna tão central para a análise da Fábrica de Preservativos Masculinos de Xapuri.

Por isso, detalhamos compreensões por meio de diversas ações de pesquisa (direta e via informações secundárias) a fim de que o sujeito da pesquisa, o seringueiro, que tem como território de vivência a floresta da amazônia-acreana, mais especificamente a região do Alto Acre, fosse objeto de detalhamentos. O seringueiro não se destaca somente pelo tipo de ocupação profissional, mas sim, pela construção histórica, política, econômica e social no território, o que os diferencia dos demais seringueiros de outras porções do Brasil.

Esse seringueiro é, em um primeiro momento, um trabalhador da floresta, pois sua forma de vida e de organização territorial está baseada na intrínseca relação com a natureza, através do processo metabólico mediado pelo trabalho, no qual, além de criar os valores de uso, se constrói e se reconstrói enquanto sujeito através dessa relação dialética.

Portanto, o seringueiro vinculado à política de governo da Frente Popular, a Preservativos Natex, tem seu modo de vida e de trabalho desarticulado diante das exigências da produção de preservativos masculinos. Assim, há o controle da relação metabólica e a imposição de formas de vida e de trabalho estranhas à sua racionalidade.

É através dessa metamorfose do trabalho enquanto condição de existência ao trabalho estranhado que podemos evidenciar que mesmo o seringueiro não sendo um trabalhador direto de produção de mercadorias, mesmo não sendo assalariado e tendo a posse dos meios de produção, e embora não o controle, o compreendemos como um trabalhador justamente pelas mediações estabelecidas com o capital, que trazem reflexos em sua forma de organização de vida e de trabalho que demonstram os diversos graus de dominação e controle do capital/Estado sobre as dimensões existências do sujeito.

Com isso, a relação entre Preservativos Natex e seringueiro foi construída com base na sujeição de seu trabalho através da inserção de formas de produção condizentes com a fabricação de camisinhas e, portanto, externas à sua racionalidade. Assim, a fim de adequar a nova modalidade de extração/produção evidenciam-se diversas formas de intensificação, precarização e exploração do seu trabalho.

Dessa forma, estabelece-se uma relação entre capital e Estado, por meio do governo da Frente Popular no Acre, que passa a ter um novo formato diante da proposta de desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, o Estado é um elemento importante para a efetivação da lógica do capital na escala local por formular e construir diversas estratégias que permitem a apropriação do território e, de forma conjunta, os sujeitos e os recursos. Assim, algumas ponderações sobre capital e Estado devem ser postas para esclarecer as fundamentações dessa pesquisa de doutorado.

Primeiramente, a ordem do capital não está nitidamente apenas nas ações da iniciativa privada, mas também nas políticas públicas e de governo dos Estados e, conseqüentemente, nos desdobramentos que retroalimentam a base estrutural do sistema do capital, como exemplo, o controle do trabalho evidenciado na política de governo da Fábrica de Preservativos Masculinos de Xapuri.

Segundo, porque as ações dos Estados não podem ser analisadas em separado, pois elas compõem um leque de intencionalidades que, por vezes, não encerram por si só, ou seja, por mais que a Preservativos Natex não tenha uma vinculação explícita com a escala global e não esteja vinculada diretamente à produção de mercadorias que se realizam na comercialização, ela faz parte de uma ampla estratégia político-partidária da Frente Popular diante da proposta de desenvolvimento sustentável que está relacionada à lógica do capital para o estado do Acre, e para a Amazônia, de forma geral.

Portanto, a relevância do tema da pesquisa de doutorado se justifica diante do peso da proposta de desenvolvimento sustentável para as políticas no estado do Acre, como também dentro das proporções da perspectiva sustentável no contexto internacional, já que representa uma nova modalidade de estratégia do capital, frente ao seu processo de reestruturação produtiva advinda de sua crise estrutural. Assim, se torna importante não somente compreender os propósitos e intencionalidades do desenvolvimento sustentável do capital, mas também os desdobramentos das ações ditas “sustentáveis” à sociedade. Dessa forma, ao demonstrar as ações do Estado, via governo da Frente Popular, com a Preservativos Natex, para com a população diretamente envolvida com os recursos florestais, como forma de vida e de trabalho, será possível refletir como uma política vinculada à proposta de sustentabilidade se efetiva na prática.

* * *

A partir da formulação dos objetivos e da problematização da pesquisa de doutorado, foi delimitado um caminho metodológico constituído por etapas e instrumentos que permitissem apreender a práxis abordada juntamente com a contribuição dos pressupostos teóricos e categoriais.

Assim, a metodologia foi estruturada em dois eixos de trabalho: 1) pesquisa bibliográfica e documental; 2) realização de trabalho de campo.

A pesquisa bibliográfica e documental foi realizada ao longo de todo o processo de construção da tese de doutorado, pois ao eleger como proposta de pesquisa um recorte específico da realidade, que por seus aspectos espaciais e temporais somente conseguiríamos apreendê-lo através de instrumentos/procedimentos que levassem em consideração sua dinâmica.

Para auxiliar o processo de levantamento bibliográfico de modo a abordar as discussões propostas, partimos de grandes eixos temáticos, sendo: capital, trabalho e Estado na Amazônia; desenvolvimento sustentável no contexto do capital; desenvolvimento sustentável da Frente Popular no Acre; o extrativismo da borracha e o seringueiro no Acre; capital, Estado e controle social.

Essa etapa do levantamento de bibliografias ocorreu em diversas instituições e universidades, como na Biblioteca da UNESP/Presidente Prudente (SP) e Marília (SP); como também em acervos da região amazônica, como na Biblioteca da Universidade Federal do Acre (UFAC), na Editora da UFAC/EDUFAC, e no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), da Universidade Federal do Pará (UFPA), em Belém (PA).

O levantamento bibliográfico em instituições da região amazônica foi importante não somente por ser a área da pesquisa, mas por concentrar, em termos quantitativos e qualitativos, publicações que envolvem as diversas temáticas da Amazônia desenvolvidas por pesquisadores locais.

Outra fonte importante de acompanhamento das publicações referentes à questão do desenvolvimento sustentável no Acre e a Fábrica de Preservativos Masculinos de Xapuri foi a pesquisa constante em *sites* de órgãos envolvidos com a

temática¹, jornais do estado do Acre², página *web* oficial do governo do Acre³, revistas digitais, *blogs*, dentre outros, o que nos possibilitou acompanhar a dinamicidade da temática em foco.

Além da pesquisa bibliográfica, houve a realização da pesquisa documental, efetuada tanto nos *sites* citados acima, como também no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); Ministério do Meio Ambiente; Ministério da Saúde, dentre outros. Houve também coleta de documentos *in loco* na Secretaria de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar (SEAPROF), localizada em Rio Branco (AC), com a obtenção de informações a respeito da produção/preço/subsídio da borracha e demais produtos derivados no estado do Acre como o CVP, látex, FDL, GEB, tanto total, como a distribuição por municípios.

O segundo eixo dos procedimentos metodológicos refere-se à realização do trabalho de campo em julho de 2011. Embora o primeiro semestre desse ano tenha sido destinado para o planejamento e a elaboração das atividades a serem desenvolvidas no campo com a definição de objetivos, a metodologia utilizada, a elaboração de roteiros de entrevista, o contato e agendamento para realização das mesmas. Após a fase de preparação, foi realizado o trabalho de campo da pesquisa de doutorado nos municípios de Rio Branco, Xapuri e Assis Brasil, no estado do Acre. Dentre as atividades realizadas constam entrevistas com:

a) 15 seringueiros que fornecem látex para a Fábrica de Preservativos Masculinos de Xapuri, sendo 6 do Seringal Nazaré, localizado na Resex Chico Mendes (comunidades Nova Vida e União), e 7 do Seringal Cachoeira e do Seringal Equador, inclusive com 2 meeiros que trabalham nesses seringais, todos no município de Xapuri (AC) (Mapas 1 e 2);

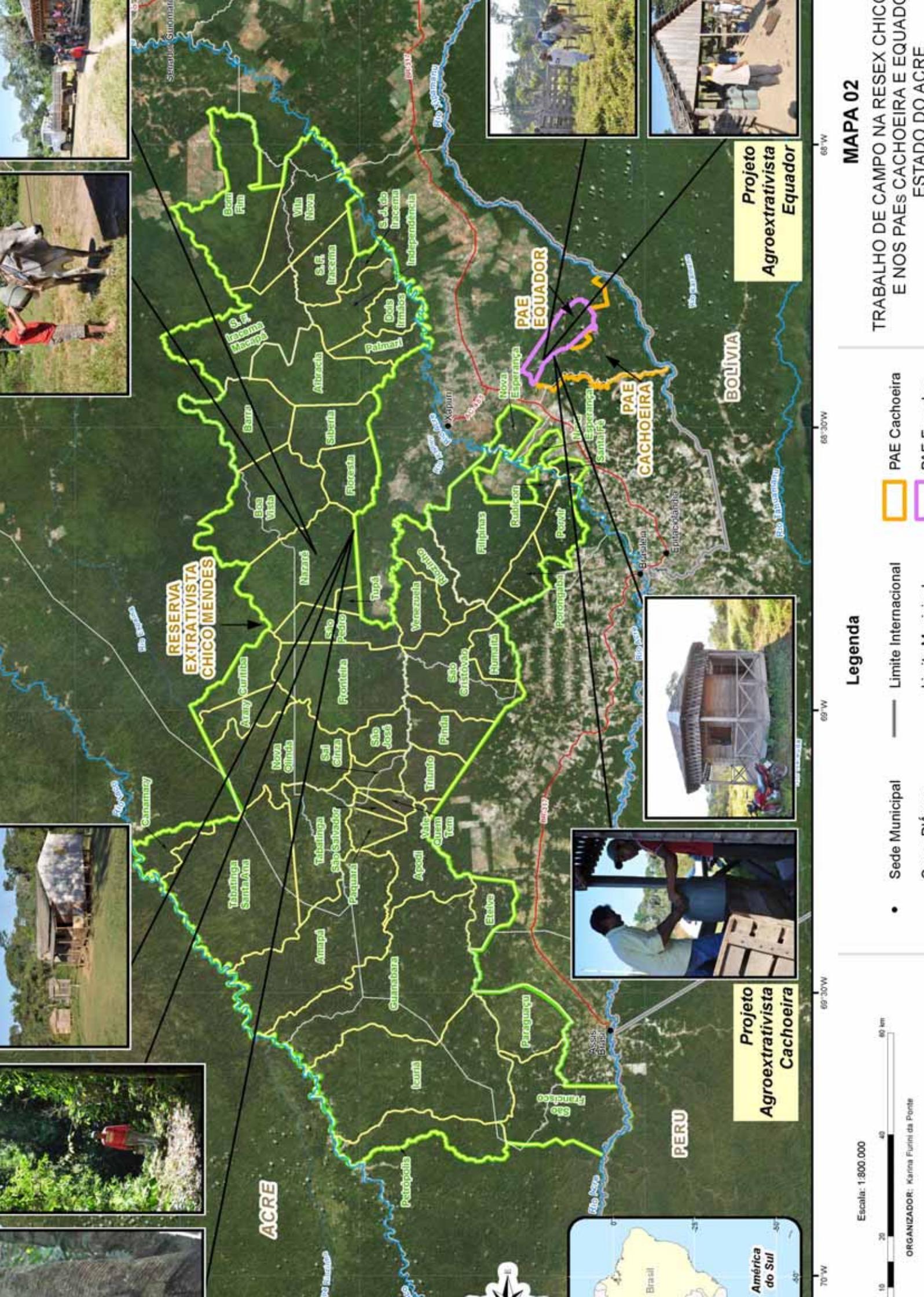
b) 2 líderes do movimento dos seringueiros (Sabá Marinho e Nilson Mendes);

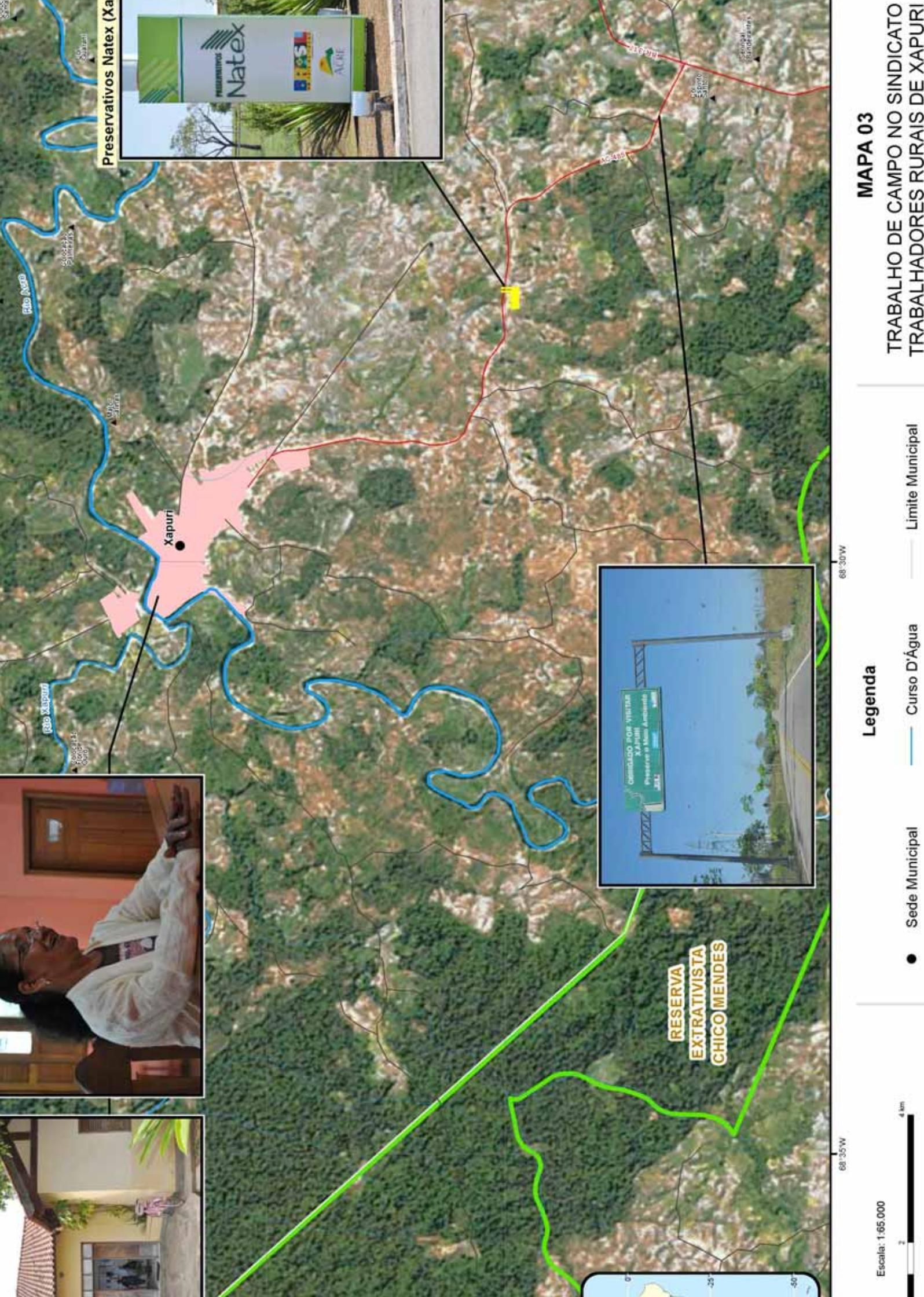
c) Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri (Dercy Teles de Carvalho Cunha) (Mapa 3);

¹ Fundação de Tecnologia do Acre (FUNTAC) (www.funtac.ac.gov.br); Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (www.iad.org).

² Página 20 (www.pagina20.com.br); O Alto Acre (www.oaltoacre.com).

³ Governo do Acre (www.ac.gov.br); Agência de Notícias do Acre (www.agencia.ac.gov.br).





Preservativos Natex (Xapuri)



**RESERVA
EXTRATIVISTA
CHICO MENDES**

MAPA 03

**TRABALHO DE CAMPO NO SINDICATO
TRABALHADORES RURAIS DE XAPURI**

Legenda

- Sede Municipal
- Limite Municipal
- Curso D'Água

Escala: 1:65.000



68°30'W

68°35'W

d) Diretora da Fábrica de Preservativos Masculinos de Xapuri (Dirlei Berch), como também com 2 gerentes responsáveis pelos setores produtivos da unidade (Mapa 3);

e) 1 produtor de látex de cultivo;

f) Membros da COOPERACRE (Manoel Monteiro - Superintendente; Gilsilei Pereira da Silva e José Milton Pereira de Souza - ambos Gerentes de Ponto de Recolhimento de Látex para a Fábrica de Preservativos Masculinos; João Pereira da Silva - Gerente Geral dos Pontos de Recolhimento);

g) Membro da SEAPROF (Ademir Batista - chefe de divisão da Secretaria de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar (SEAPROF));

h) 2 parlamentares da Frente Popular (deputado federal Sibá Machado e o ex-deputado estadual Ronald Polanco);

i) 2 seringueiros que produzem o FDL (Folha Defumada Líquida), no Seringal São Francisco, no município de Assis Brasil;

j) Membro da AMOPREAB (Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Assis Brasil), José Ferreira de Araújo, responsável pela organização produtiva do FDL.

Além das entrevistas realizadas em julho de 2011, outras compõem as discussões e análises da pesquisa de doutorado. Tais materiais foram obtidos a partir da realização de trabalhos de campo referentes às disciplinas ministradas, e pesquisas desenvolvidas no âmbito da UFAC, o que nos possibilitou dispor de outras três entrevistas. A primeira, com a diretora da Fábrica de Preservativos Masculinos de Xapuri, Dirlei Berch; a segunda, com a presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, Dercy Teles de Carvalho Cunha; e outra com Osmarino Amâncio, importante líder sindical e companheiro de Chico Mendes, sendo que todas foram realizadas em 2009.

Na seleção dos sujeitos entrevistados, houve uma diversificação da amostra, conforme se identifica acima, o que nos permitiu selecionar alguns representantes de cada segmento que envolve a produção de preservativos masculinos no estado do Acre, abordando desde os representantes do estado enquanto idealizador e formulador da proposta da Preservativos Natex, passando pelos órgãos vinculados que viabilizam sua execução até chegar aos sujeitos diretamente envolvidos neste processo: os seringueiros.

A preparação das atividades que compõem um trabalho de campo não envolve somente a parte prática e operacional, mas o posicionamento ideológico e filosófico do pesquisador perante a realidade. Desse modo, o método é o fio condutor que demonstra sua forma de ver o mundo e ver o outro. Por isso, a posição do sujeito da pesquisa e o olhar do pesquisador sobre ele, demarcam e orientam os aspectos teórico-metodológicos para o desenvolvimento de um processo de investigação. Então, ao assumirmos a centralidade do sujeito enquanto norteador da pesquisa, estamos declarando sua relevância como fonte direta e como produtor de conhecimento. Assim, ao focar a importância do outro no processo de pesquisa, sua fala e sua narrativa tornam-se uma das principais bases analíticas da pesquisa, o que nos leva a buscar uma forma de tratamento que possibilite essa centralidade e a pesquisa qualitativa nos proporciona caminhos que devem ser percorridos a fim de captar o sujeito seringueiro como protagonista do processo.

Dentro da pesquisa qualitativa, várias técnicas foram selecionadas para apreendermos o universo abordado. Ao longo do trabalho de campo foram realizadas observações diretas a fim de captar o que o visível não nos possibilita identificar. Isso permitiu que em cada entrevista fossem feitas anotações dos elementos que não compareciam nos depoimentos, dentre outras observações gerais do local e do contexto. Na observação direta procedemos à obtenção de material fotográfico sobre o cotidiano do seringueiro, com o propósito de captar os processos e as rotinas de trabalho dos sujeitos, a fim de construir um acervo de imagens que permitisse ao leitor aproximar-se da realidade analisada.

A observação participante ocorreu com o acompanhamento do cotidiano de vida e de trabalho de um seringueiro que fornece látex para a Fábrica de Preservativos ao longo de cinco dias, com o objetivo de compreender o processo de extração, a rotina e a organização do trabalho familiar. Devido às dificuldades para chegar às colocações de cada seringueiro, as demais entrevistas foram realizadas fora de seu local de moradia; por isso, o acompanhamento diário de um seringueiro permitiu uma entrevista mais detalhada.

As observações indiretas foram feitas a partir de entrevistas semi-estruturadas. Para isso, elaboramos um roteiro de questões a fim de abordar sua vida enquanto seringueiro, a organização familiar e produtiva, o papel do Estado com o seringueiro e seu território, como também a relação com a Fábrica de

Preservativos Masculinos de Xapuri e as alterações em termos de rotina de trabalho para atender às necessidades da produção de camisinhas. (Apêndice A)

As entrevistas foram gravadas com consentimento dos entrevistados e posteriormente transcritas. Tal opção nos requereu um grande dispêndio de horas/trabalho para a sistematização dos dados, pois foram 31 entrevistas, que totalizaram 600 páginas de depoimentos.

Todas as entrevistas foram transcritas tal como a fala dos entrevistados, sem resumos e preservando o seu conteúdo, pois concordamos com Whitaker (2002, p. 116) quando argumenta que “a sintaxe de qualquer discurso deve ser respeitada para que uma transcrição seja fidedigna. Assim, se o falante comete erros de concordância ou de regência de verbos, por exemplo, deve-se reproduzi-los em qualquer transcrição”.

Para a análise das transcrições utilizamos a codificação proposta por Gibbs (2009, p. 51) que “é o processo de identificar passagens que exemplifiquem certas ideias temáticas e lhes atribuam um nome, ou seja, o código”. Assim, selecionamos inicialmente as ideias temáticas que deveriam nortear a sistematização das transcrições, embora de acordo com as análises, algumas foram modificadas e readaptadas.

O importante na realização da codificação é criar códigos analíticos e teóricos, afastando-se da descrição para que assim possa observar o raciocínio que está por trás dele e suas relações com os demais códigos.

Segundo Marre (1991, p. 24), outro elemento que perpassa a codificação é a questão técnica e teórica, pois:

tal perspectiva codificadora do conteúdo das narrativas não parte apenas das técnicas. Não dissocia as técnicas da teoria, mas olha o conteúdo das narrativas coletadas, ou as histórias de vida, do ponto de vista da teoria, e articula as técnicas operacionais de codificação a essa teoria, no sentido de fazer como que o próprio processo de codificação seja uma teoria em ato.

Ou seja, a codificação é conduzida tanto pela teoria que orientou a construção do objeto científico pelo pesquisador, como também pelas narrativas dos entrevistados, pois nelas estão presentes suas reflexões e posicionamentos. Assim, ao codificar e estabelecer ideias temáticas das entrevistas, as teorias

deverão guiá-las e, dessa forma, permitirão que não se restrinja somente às descrições das narrativas.

Essas ideias temáticas geraram sistematizações dos depoimentos dos entrevistados com o propósito de contemplar o universo dos sujeitos que compõem a pesquisa, sendo: 1) O Estado e as políticas públicas no Acre; 2) A Fábrica de Preservativos Masculinos de Xapuri: pressupostos estruturantes e sua desconstrução; 3) O seringueiro: território, identidade e relações de trabalho (Apêndice B), sendo importante frisar de que essas sistematizações não apresentam todas as discussões necessárias para a pesquisa, apenas contemplam as informações obtidas, através das entrevistas, sobre cada ideia temática e, assim, os questionamentos e os pontos a serem abordados nas reflexões.

Após o trabalho de codificação, passou-se para as análises das ideias temáticas, anotações e construção do relatório das entrevistas, de forma que se fizesse presente, uma organização das questões centrais dos depoimentos dos entrevistados para se compreender a realidade a partir de sua perspectiva.

Assim, através do relatório das entrevistas, juntamente com os dados e informações coletadas e as leituras e análises realizadas a partir do levantamento bibliográfico, sempre norteados pelos objetivos e pela problematização delimitada, foi possível construir o trabalho de doutorado.

Portanto, tendo em vista a proposição de analisar o controle social do capital/Estado na Amazônia e seus reflexos no processo de autonomia dos sujeitos frente à imposição de atividades vinculadas à lógica de reprodução do capital é que norteou a organização da discussão da tese e a ordenação dos capítulos. Assim, será possível compreender como a política de desenvolvimento sustentável e a Preservativos Natex representam uma das estratégias vinculadas ao controle social sobre o seringueiro para legitimar a mercantilização da natureza, materializado na apropriação do trabalho e do território do sujeito para garantir os instrumentos necessários para a reprodução do capital, nesse caso, via Estado. Sendo assim, estruturamos a tese de doutorado em 5 capítulos, conforme especificados:

O capítulo1 - “A organização do espaço regional amazônico e seu processo de internacionalização: o extrativismo da borracha e as *commodities*”, tem como objetivo demonstrar o processo de inserção da região amazônica no circuito internacional do capital, desde a produção da borracha no século XIX e XX para abastecer as indústrias nascentes europeias e norte-americanas, passando pela

política militar da década de 1960/70 com suas articulações para reforçar a internacionalização da economia brasileira. Da mesma forma que as *commodities* da década de 1990 até a política do desenvolvimento sustentável, a partir de 2000, nas quais as atividades vinculadas ao capital passam a ter um caráter “sustentável”. Além de realizar esse retrospecto histórico, em termos de vinculação capital e Amazônia, tem o propósito de evidenciar como o processo de controle sobre o sujeito e seu território de modo a cercear a autonomia foi condição *sine qua non* para efetivar a política do capital internacional na Amazônia.

O capítulo 2 - “O processo de luta e resistência do movimento seringueiro e a criação da Reserva Extrativista Chico Mendes no estado do Acre: da construção da autonomia ao controle pelo estado”, pretende abordar como o processo de inserção do capital na Amazônia, conforme discutido no capítulo 1, possibilitou a perda do controle da terra dos sujeitos da floresta. Com isso, afetou a racionalidade/subjetividade do seringueiro que tem a floresta como lócus de vida e de trabalho, costurado pela relação metabólica com a natureza, o que culminou na organização coletiva através do movimento social dos seringueiros, na década de 1970, enquanto uma instância de luta e resistência frente ao processo de dissolução de sua racionalidade. Desse modo, na década de 1990, o governo federal instituiu a Resex Chico Mendes como resultado político da conquista do seringueiro pela busca de sua autonomia. Embora, como pudemos constatar ao longo da nossa pesquisa, desde então, o capital e o Estado, principalmente com a entrada da Frente Popular no poder executivo do Acre em 1999, estabeleceram diversas estratégias de controle para desarticular a autogestão de seu território e, assim, sua apropriação e direção das formas de uso da terra e do trabalho do sujeito.

O capítulo 3 - “O desenvolvimento sustentável da Frente Popular no estado do Acre: do processo ideológico à mercantilização da natureza”, discute a proposta de sustentabilidade da Frente Popular. Para isso, mostra os instrumentos e estratégias adotadas por essa coligação político-partidária para inserir no estado o modelo de desenvolvimento sustentável advindo dos organismos internacionais do capital, pois representam a necessidade preeminente do sistema diante da busca pela recuperação dos efeitos causados pela sua crise estrutural que eclodiu na década de 1970. Desse modo, abordamos como o trabalho e a natureza se tornam condições relevantes para garantir a reestruturação do capital, seja com a exploração e degradação do trabalho, seja através da apropriação da natureza

efetivada através do processo de mercantilização dos recursos naturais, no caso do Acre, materializada na extração da madeira, na criação bovina e nos serviços ambientais. Contudo, para aplicar a lógica do capital, constroem todo um arcabouço ideológico para legitimar a espoliação da natureza e sua política de desenvolvimento, no caso, o sustentável.

O capítulo 4 - “A Fábrica de Preservativos Masculinos de Xapuri (AC) e a legitimação do controle social”, aprofunda a análise da proposta de desenvolvimento sustentável da Frente Popular no Acre. Põe-se em relevo o exemplo da política de governo ligada à perspectiva sustentável, bem como os pressupostos básicos que a constituíram e que a fizeram aproximar dessa nova modalidade de desenvolvimento, como os aspectos sociais e ambientais. Assim, foi possível analisar as intencionalidades ocultas do projeto da fábrica como também abordar os instrumentos que asseguram a Preservativos Natex como uma estratégia da Frente Popular de controle social dos seringueiros.

O capítulo 5 - “A sujeição do seringueiro ao governo da Frente Popular: o caso da Fábrica de Preservativos Masculinos de Xapuri (AC)”, apresenta alguns elementos da prática cotidiana do seringueiro vinculado à Preservativos Natex que evidenciam o processo de sujeição, pelo trabalho, imposto ao sujeito enquanto uma das principais formas de controle social vindas do capital, por meio do Estado. Para isso, demonstramos como os seringueiros comparecem somente enquanto um fator produtivo através de sua força de trabalho, sendo, pois, seu trabalho estranhado diante das exigências da produção de preservativos.

Assim, é através da intensificação, da degradação e da exploração do trabalho que buscaremos abordar a sujeição do seringueiro à Preservativos Natex. Portanto, o trabalho, enquanto categoria estruturante da análise dessa pesquisa de doutorado, nos possibilita apreender o sujeito seringueiro e suas relações com a Fábrica de Preservativos Masculinos de Xapuri.

CAPÍTULO 1

A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO REGIONAL AMAZÔNICO E SEU PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO: O EXTRATIVISMO DA BORRACHA E AS *COMMODITIES*

O capítulo 1 tem como objetivo analisar o papel do Estado, em nível federal e estadual, juntamente com o capital internacional, no processo de (re)organização do espaço amazônico a partir de sua inserção na divisão internacional do trabalho.

Para isso, tomou-se como ponto de partida a produção da borracha em escala comercial a partir do final do século XIX devido sua importância para a Amazônia tanto em termos de vinculação internacional diante do abastecimento das indústrias nascentes oriundas da Revolução Industrial, quanto internamente pelo resultado no processo de “ocupação” populacional da região.

A economia da borracha perdurou até o final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), e mesmo com ações do governo federal e estadual, se mantém como uma atividade tradicional na região e vinculada mais ao caráter social do que necessariamente comercial, como foi evidenciado através das ações do governo do Acre a partir da década de 1990 para a extração/produção da borracha no estado.

Assim, a partir dos governos militares nas décadas de 1960-70, a Amazônia foi objeto de novas articulações mediante a introdução de ações do estado federal para efetivar o processo de internacionalização da economia brasileira com a inserção de novas atividades econômicas na região amazônica, como a pecuária, a madeira e os projetos de mineração.

Essa construção serviu como substrato para que a partir da década de 1990, a Amazônia se transformasse na fronteira das *commodities* e das atividades atreladas à proposta do desenvolvimento sustentável. Com isso, acentuou a vinculação com o capital internacional através da modernização das antigas atividades econômicas, citadas acima, imprimindo este caráter sustentável e a inserção de novas como os serviços ambientais ligados à “venda” do crédito de carbono.

Desse modo, ao discutir a construção histórica da Amazônia mediada pelo capital internacional, as fissuras do sistema social vão aparecendo através do controle exercido sobre os sujeitos da floresta (índios, seringueiros, posseiros, etc.) pela apropriação de seu território e de seu trabalho ao cercear sua autonomia, sendo que, como respostas surgem os conflitos, bem como suas (re)criações.

Portanto, abordar a Amazônia de maneira geral, permitirá entender o papel do estado do Acre diante das novas articulações protagonizadas pelo Estado e setores dominantes da burguesia, e como as atividades econômicas (madeira e

principalmente, a pecuária) foram configurando o território na década de 1970 e originando, contraditoriamente, o processo de luta e resistência consubstanciada na criação do movimento dos seringueiros, objeto das nossas reflexões, no capítulo 2.

1.1 O extrativismo da borracha na Amazônia: o Acre em questão

1.1.1 O extrativismo da borracha: da inserção na divisão internacional do trabalho às políticas do governo federal

A ocupação e a inserção do espaço amazônico à economia-mundo remontam ao período da colonização, com a invasão portuguesa nessa região. Porém, o aprofundamento desta política mercantilista de integração da Amazônia só ocorreu no início do século XVIII, com a criação da Companhia do Grão-Pará e do Maranhão pelo Marquês de Pombal.

Para Pereira (2005, p. 70), esta companhia representou “o primeiro modelo de economia organizado a fazer funcionar o extrativismo das riquezas amazônicas”, principalmente com as drogas do sertão e produtos como a castanha, a sorva, a borracha de uso artesanal e a agricultura.

Nesse sentido, Becker (2005a, p. 23) reforça que “a ocupação da Amazônia ocorreu em surtos a partir da valorização de produtos extrativos no mercado internacional”, sendo que, primeiramente, foram comandados por Portugal a partir de uma economia colonial, em seguida pela Inglaterra, e depois com os Estados Unidos, ambos na passagem da mercantilização para a industrialização, inclusive no período em que a extração da borracha entra no circuito internacional da Revolução Industrial.

Então, foi somente no final do século XIX que a região viveu um período de desenvolvimento a partir da exploração da borracha. Isso primeiramente nas áreas próximas a Belém, nas ilhas do estuário (Marajó), e em rios como o Xingu e o Jarí. Como a atividade da borracha ocorreu de forma predatória nessas áreas mencionadas e com a descoberta de seringueiras mais produtivas, a atividade foi obrigada a migrar para outras regiões, e foi neste processo que alcançou as terras do atual estado do Acre, sobretudo nos altos cursos do Purus e do Juruá.

A região amazônica tem uma tradição no cultivo e na extração da borracha, pois sua ocupação está acompanhada pelo aproveitamento dos produtos

da floresta, principalmente a borracha natural, tanto é que seu processo histórico se associa aos diferentes períodos de auge e crise dessa atividade econômica.

Desse modo, no final do século XIX e princípios do século XX, foi dado início ao primeiro auge da borracha na Amazônia, o que gerou transformações de grande magnitude na organização espacial da região e nas relações internas bem como internacionais.

Dentre as relações internacionais, foram as novas necessidades advindas da Revolução Industrial que provocaram a inserção da Amazônia, a partir da exportação da borracha, na economia-mundo “em função da importância da borracha como matéria-prima de componentes para as máquinas industriais e na fabricação de fios para redes elétricas e de comunicação (telégrafos, telefone, energia)” (PORTO GONÇAVES, 2001, p. 83).

Em seguida, a produção generalizada de pneumáticos amplia a utilização da borracha e aumenta a relevância da Amazônia dentro da nova divisão internacional do trabalho.

Nesse sentido, Pereira (2005, p. 97) afirma que “a participação da borracha na pauta de exportações brasileiras nesse período foi tão significativa que se equiparou à do café, considerado pelos sulistas o produto-rei do país”.

Já internamente, muitas transformações espaciais foram identificadas na região, como a migração nordestina para constituição de mão de obra na extração do látex, sendo o mais importante fluxo de povoamento na Amazônia. Isso se deve à situação de seca vivenciada pela população no nordeste brasileiro que gera, conseqüentemente, a dificuldade de vida e de trabalho e a necessidade de buscar novas áreas que permitam sua recriação.

Outra importante alteração espacial na região Amazônica e, predominantemente no território que hoje compreende o estado do Acre devido à inserção da borracha no circuito internacional, foi a introdução do seringal empresa, como aborda Porto Gonçalves (2001), como sendo uma organização de caráter empresarial já que se destinava à produção da matéria-prima (borracha) para a fabricação de mercadorias para abastecer as novas necessidades da Revolução Industrial.

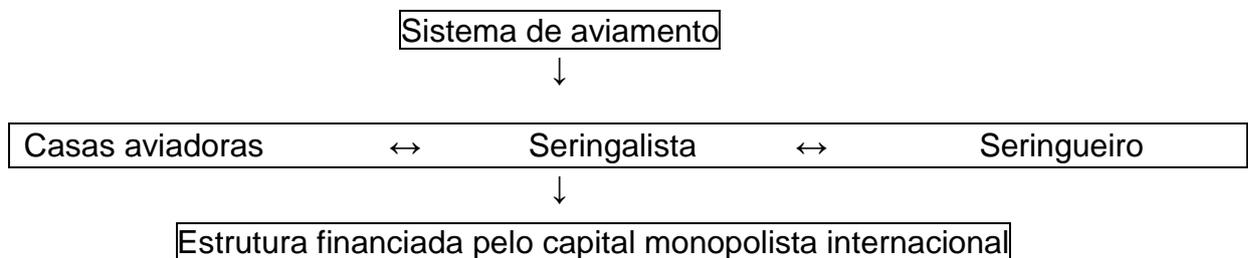
A organização desse modelo socioeconômico de extração da borracha (seringal empresa) estava estruturada sob o sistema de aviamento. A respeito, Silva (2003, p. 103) acrescenta que:

no sistema de aviamento, o capital mercantil através das casas aviadoras aviam o seringalista, que por sua vez avia o seringueiro. As casas eram financiadas pelas casas exportadoras que, ligadas ao capital monopolista internacional conformava o nó mais forte da trama.

As casas aviadoras localizadas em Belém e Manaus, que representavam uma ligação primária com o capital mercantil-industrial, eram as responsáveis pelo abastecimento de víveres e instrumentos de trabalho aos seringalistas que “vendiam” através do barracão aos seringueiros.

Por outro lado, os seringueiros participavam nessa relação baseada no sistema de aviamento através de seu trabalho na extração da borracha, que fornecia ao seringalista que repassava para as casas aviadoras, e assim destinava ao capital monopolista internacional. Ao mesmo tempo, estabelecia uma relação de dependência ao ter que adquirir suas necessidades somente através da aquisição no barracão (Figura 1).

Figura 1 - Estrutura do sistema de aviamento na extração da borracha na região Amazônica



Fonte: Porto Gonçalves (2001); SILVA (2003) (2008); Paula (2005).

Org.: Ponte, Karina Furini.

A base da relação de produção e de trabalho no sistema de aviamento para a extração da borracha não havia mediação monetária, sendo, pois, realizada pela troca de produtos (bens de consumo e instrumentos de trabalho por borracha). Neste tipo de relação, o seringueiro ficava dependente (ou preso) por dívida, tanto pelo pagamento das despesas com o deslocamento, como pela compra de produtos de subsistência no armazém do seringal (barracão). Além disso, não lhe era permitido o cultivo de produtos para sua subsistência (PAULA, 2005) (SILVA, 2003).

Tal mecanismo constituía-se em relações representativas de controle e dominação do seringueiro, nas quais correspondem às fissuras do sistema

metabólico onde o trabalhador estava submetido a consumir e a seguir normas que lhe eram impostas, e a não ter acesso à natureza, ou à terra e à água, como alternativa de autossustento.

Podemos compreender neste tipo de relação os processos contraditórios e combinados imanentes ao sistema metabólico do capital, havendo nesta rede relações de trabalho não capitalistas para que assim pudessem garantir a reprodução do capital internacional através do abastecimento da matéria-prima (borracha) para o desenvolvimento das indústrias europeias.

Assim, Oliveira (1995, p. 67) esclarece essa realidade ao afirmar que “a expansão do modo capitalista de produção, além de redefinir antigas relações, subordinando-as à sua produção, engendra relações não capitalistas igual e contraditoriamente necessárias à sua reprodução”.

Essa relação de dependência do seringueiro ao seringalista, e conseqüentemente às Casas Aviadoras, proibia o seringueiro de praticar a agricultura, pois impedi-los de:

plantar para sua sobrevivência e obrigá-los a só produzir borracha era viabilizar as casas aviadoras que não só compravam borracha, mas também vendiam alimentos, utensílios e outros supérfluos [...] para que, aumentando as suas dívidas, aumentasse sua dependência de maior produção de borracha (PORTO GONÇALVES, 2001, p. 86).

A não permissão da prática da agricultura de subsistência controla/coíbe o trabalhador ao especializá-lo somente na extração da borracha, ao mesmo tempo em que retira a possibilidade de sua autonomia de vida, ao fazê-lo depender da compra de produtos para sua sobrevivência e impedir sua realização própria através de uma agricultura camponesa.

O ápice da retirada da autonomia do seringueiro não ocorreu somente com o impedimento da produção de gêneros de necessidade básica por eles próprios, mas também com a impossibilidade de constituir família, já que no período áureo da borracha esse tipo de laço social era proibido tanto que prostitutas faziam parte do abastecimento oferecido pelos seringalistas (PORTO GONÇALVES, 2001).

A família significava um desvio do seringueiro do seu trabalho, pois o foco do sistema de aviamento nos seringais era a produção de borracha para abastecer o mercado internacional das indústrias nascentes, principalmente as automobilísticas.

Assim, o seringueiro deveria somente entrar com seu trabalho na extração, sempre crescente, de borracha a fim de alimentar este circuito.

Já a agricultura de subsistência, ou roçado¹, representa um instrumento de independência do seringueiro, significa a construção de um processo de autonomia interna em sua colocação², por mais que fora dela as relações sejam baseadas na exploração e no controle do seringueiro pelo seringalista.

Segundo Silva (2008, p. 142), “o roçado tinha uma significância fundamental. Era a condição de ter mais autonomia e menos dependência no âmbito da produção e circulação de mercadorias e pessoas na região”, tanto é que após a primeira crise da produção da borracha para abastecer o capital monopolista internacional, por volta de 1910 a 1920, houve a retomada, principalmente nos seringais acreanos, da produção de pequenos roçados e criação de animais como autossustentação familiar.

Assim, no período de crise da borracha verificou-se uma diversificação produtiva e, por conseguinte, levou à melhora da alimentação e qualidade de vida dos seringueiros na região da Amazônia Sul-Ocidental (PORTO GONÇALVES, 2001).

Portanto, o primeiro auge da borracha na Amazônia, ocorrido no final do século XIX e início do século XX, representou um modelo econômico, político e social que não privilegiou o desenvolvimento da região e de sua população. Primeiro, porque os recursos econômicos vindos da extração do látex acabaram não sendo utilizados para o desenvolvimento da região, pois foram drenados para o Centro-Sul do país; segundo, que era um produto destinado exclusivamente para a exportação, com vista a suprir a demanda industrial internacional; e, terceiro, a organização do espaço amazônico era comandada por poucas firmas estrangeiras, sendo assim, quando houve a queda da produção, o capital estrangeiro também migrou.

E o motivo dessa queda na produção gumífera da Amazônia, do início do século XX, se justifica pela concorrência com a produção asiática que, segundo

¹ Roçado: área destinada ao cultivo de lavoura branca pelos seringueiros em suas colocações, geralmente utilizada para a manutenção de sua família, e quando há excedente, podem comercializar.

² Colocação: representa a unidade produtiva e social do seringueiro no seringal. Ela é composta pela casa do seringueiro, barraco de serviços (defumador e outros), área de roçado, área de criação de pequenos animais e de pastagens com gado, e onde se encontram as estradas de seringa por meio das quais realizam o trabalho de extração e coleta da borracha.

Porto Gonçalves (2001, p. 91), se apresentava no circuito internacional com um preço menor do que a borracha amazônica. Além disso, a relevância da borracha para o complexo industrial fez com que os países importadores estabelecessem um controle político das áreas produtoras dessa matéria-prima. Assim, a extração da borracha na região amazônica, apesar de ser controlada por esses importadores europeus, tinha como intermediação as Casas Aviadoras, o que obrigava a dividir parte dos lucros. Já na região asiática, o controle se estendia por todas as fases da produção desde a comercialização, a distribuição e o consumo, estabelecendo uma dominação mais acentuada e vantajosa do ponto de vista político e econômico.

Deste modo, a fim de recuperar a economia da borracha nacional, os produtores da Amazônia buscaram apoio do governo federal, resultando no 1º Plano de Defesa da Borracha em 1912, e através dele criou-se a Superintendência de Defesa da Borracha (SDB) para coordenar ações voltadas para a produção regional da borracha e melhorias sociais.

Segundo Monteiro e Coelho (2004, p. 06), a ação de criação da SDB:

previa a concessão de remuneração aos que efetivassem a implantação de seringais ou instalações para o beneficiamento do látex. Passou também a oferecer bonificações em dinheiro a quem edificasse instalações portuárias e estradas de ferro, dentre outras obras. Além disso, o governo reduziu as alíquotas dos impostos cobrados sobre a borracha, sob a alegação de torná-la mais competitiva no mercado internacional.

Nesse contexto, tais medidas, baseadas em remunerações, bonificações e redução de impostos, correspondiam a metas ambiciosas, e assim, eram incompatíveis com a estrutura governamental da época. Por isso, já em 1914, o Plano foi finalizado sem cumprir seus objetivos.

Com a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a Amazônia retoma o auge da borracha e volta a ter importância no contexto internacional, pois “o Japão impede o acesso do Ocidente às fontes produtoras da borracha asiática e os aliados se voltam para a antiga fonte”, ou seja, à região amazônica (PEREIRA, 2005, p. 86). Com isso, houve um investimento muito grande principalmente por parte de empreendedores norte-americanos a partir da assinatura dos Acordos de Washington, em 1942, buscando o aumento da produção gumífera.

Estes acordos foram estabelecidos entre as autoridades norte-americanas e brasileiras nos quais os primeiros ficaram responsáveis pelo financiamento da produção da borracha na Amazônia, e ao governo brasileiro caberia encaminhar grandes contingentes de trabalhadores para os seringais, a fim de aumentar a extração da matéria-prima que seria fornecida aos EUA.

Assim, o governo federal organizou estruturas de recrutamento de força de trabalho tendo como origem o Nordeste do Brasil, aproveitando-se da situação de seca que flagelava a população local. Com isso, a migração passa a ser a saída para a busca da sobrevivência de muitas famílias que se destinam à região Amazônica.

Para que esta frente migratória possa se deslocar para a Amazônia foi necessária a criação de condições internas favoráveis. Deste modo, o recrutamento era estimulado pela propaganda de melhor remuneração e possibilidade de obter um pedaço de terra.

Nesse contexto, em 1942, houve o primeiro movimento migratório denominado de “batalha da borracha”, pois devido ao declínio da produção gumífera na década de 1920, muitos seringueiros foram “libertos” para outras atividades e, por fim, não havia força de trabalho suficiente para aumentar a produção. Assim, houve o direcionamento de um acentuado fluxo migratório para constituir um conjunto de mão de obra para “extrair no mínimo 70.000 toneladas de borracha, cota que pensava possível produzir na Amazônia durante o esforço de guerra” (MARTINELLO, 1988, p.86) (COSTA SOBRINHO, 1992).

Em 1943 foi destinado outro fluxo migratório para a Amazônia, mas diferente do primeiro, já que agora a origem não foi somente o Nordeste, mas populações de outras áreas do país (Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais), e também divergente pelas aspirações dos migrantes, pois neste momento a busca não tinha como interesse primordial a sobrevivência, mas a oportunidade de conhecer novas áreas para trabalhadores precarizados e explorados pelas indústrias e ciente de seus direitos. Por esse diferencial os denominavam de arigó, pelo caráter “hostil e desordeiro”, já que não aceitavam de forma pacífica as condições postas e assim, questionavam a realidade da produção gumífera amazônica.

Diante desse panorama de reativação da economia da borracha através do Acordo de Washington, em 1942, o Banco de Crédito da Borracha teve um papel extremamente relevante, tanto no sentido de fomentar a produção como no controle

do comércio e na fixação de preços. Vale lembrar que esta instituição contava com 40% de capital norte-americano (PEREIRA, 2005).

O fim da Segunda Guerra Mundial marca a segunda crise da borracha na Amazônia e o retorno ao mercado asiático, juntamente com a introdução da produção sintética. Deste modo, novamente os seringueiros retornam à produção agrícola e criação de animais de pequeno porte juntamente com a remanescente produção extrativista da borracha.

É nesse cenário que a intervenção estatal se torna a saída para os obstáculos da produção da borracha na referida região, pois o período de 1947 a 1967 foi marcado pelo monopólio da compra do produto pelo governo brasileiro.

Para regulamentar a atuação do Estado junto aos produtores de borracha a partir da instauração do monopólio da compra da borracha, o governo instituiu a Lei nº 86, de 08 de setembro de 1947, e com ela a Comissão Executiva de Defesa da Borracha com o propósito de “manter estoques de borracha, controlar a importação, fixar preços de compra e venda da borracha sintética, regulamentar a instalação de novas fábricas, fiscalizar o emprego de sucedâneos de borracha nos produtos finais, dentre outras atribuições” (ALLEGRETTY, 2002, p. 130).

Nesse contexto ainda, o Banco de Crédito da Borracha, criado em 1942 para financiar a produção gumífera através do Acordo de Washington, foi transformado em Banco de Crédito da Amazônia (1947) que, juntamente com a Comissão Executiva de Defesa da Borracha, deveriam manter o monopólio da compra do produto e não permitir seu colapso.

Tais ações do Estado junto aos produtores de borracha na Amazônia ocasionaram debates entre o setor industrial nacional e o governo federal, já que as medidas praticadas através do monopólio da borracha refletiram no aumento substancial de seu preço, o que protegia o extrativista, mas não tornava seu produto competitivo internacionalmente, pois a borracha asiática chegava ao Brasil com um preço menor.

Neste contexto, além do embate mencionado anteriormente e da crescente demanda por borracha para atender as prioridades do governo militar de 1964, que correspondem à construção de estradas e, conseqüentemente, do transporte rodoviário e das indústrias automobilísticas e pneumáticas, extinguiu-se a lei do monopólio de comercialização da borracha e instaurou-se uma nova política para o setor no Brasil.

Com isso, surge a Lei nº 5.227, de 18 de janeiro de 1967, que criou a Superintendência da Borracha (SUDHEVEA) sob a jurisdição do Ministério da Indústria e do Comércio, instaurando novos parâmetros de auxílio à produção interna de borracha de modo a não alimentar a aquisição do produto importado, considerado mais vantajoso economicamente do que o preço do produto nacional.

De forma geral, a SUDHEVEA “permitiu um preço de garantia para a borracha vegetal nacional; determinou a formação de estoques de reserva e a equiparação dos preços das borrachas vegetais e sintéticas de produção nacional aos vigentes no mercado internacional” (ALLEGRETTY, 2002, p. 133).

Além disso, outra condição estava ligada à intervenção estatal sobre os preços da borracha, como afirma a Lei nº 5.227, de 18 de janeiro de 1967, na alínea 1 do artigo 12, de que “o ajustamento de preços previsto neste artigo somente será efetuado na medida em que se cumprir um programa de diversificação das atividades econômicas das áreas de produção extrativista de borracha e de aumento da produtividade dos seus seringais” (BRASIL, 2014).

Tal medida buscou assegurar que a Amazônia não dependesse apenas de um único produto para gerar emprego e renda e para “substituir a produção extrativa pelo cultivo da seringueira como forma de abastecer o mercado interno e não gerar uma crise social na região” (ALLEGRETTY, 2002, p. 139).

A SUDHEVEA também tinha como função administrar os programas do PROBOR, pois segundo Allegretty (2002, p. 134), “o volume de recursos que a SUDHEVEA passou a administrar era crescente e deu origem ao Programa de Incentivo à Produção de Borracha Vegetal - PROBOR I, em 1972, e ao PROBOR II, em outubro de 1977”, e ao PROBOR III, em 1982.

Os objetivos do PROBOR eram “aumentar a produção e a produtividade do setor de borracha vegetal e criar as condições para a consolidação da expansão da heveicultura no país, com a gradativa substituição do seringal nativo pelo de cultivo racional” (SOUZA, 2010, p.16).

Dentre as três fases do Programa previa-se o plantio de 388 mil hectares de seringueiras, sendo grande parte na Amazônia, embora calcula-se que apenas 116 mil hectares tenham sido implantados na região nos 10 anos de vigência do PROBOR (1972 a 1982). No estado do Acre, estimou-se que tenha sido pouco mais de 800 hectares de áreas de seringais cultivados provenientes deste programa (LIMA, 2011).

Como os objetivos do PROBOR não foram realizados, a SUDHEVEA foi extinta através da Lei nº 7.732, de 14 de fevereiro de 1989, juntamente com o PROBOR. Assim, “suas atribuições, na época já bastante esvaziada, foram transferidas ao recém-criado Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)” (SOUZA, 2010, p.11).

O PROBOR não gerou a autossuficiência da produção de borracha nacional como havia propagado e não conseguiu tirar o setor da estagnação. Além disso, seus ínfimos resultados representaram uma conjugação de fatores que foram desde problemas técnicos, com a impossibilidade de conter o fungo causador do “mal das folhas”, como principalmente de ordem administrativa e de planejamento, já que se estimava que muitos dos recursos para a produção da borracha cultivada eram desviados para outros empreendimentos. Como ressalta Lima (2011, p.02), de que é “comum se ouvir que o estabelecimento de milhares de hectares de pastagens na região Leste do Acre foi viabilizado de forma indireta com recursos dos financiamentos do PROBOR”.

E diante desse cenário de poucos avanços na economia da borracha que o governo federal foi retirando suas ações e imprimindo novos horizontes com relação às atividades econômicas para a Amazônia, como será discutido a seguir.

Portanto, o processo histórico de ocupação da Amazônia, via produção da borracha, pode ser dividido em dois momentos. O primeiro momento, final do século XIX e 1ª metade do século XX, foi marcado pela construção de um processo de articulação internacional da atividade gumífera a fim de suprir a demanda do desenvolvimento industrial da Inglaterra e depois dos EUA. Era a inserção da Amazônia na divisão internacional do trabalho através da exportação da borracha.

Já o segundo momento da produção da borracha, marcado pelo final da Segunda Guerra Mundial, a produção gumífera não conseguiu se sustentar no mercado externo e, nesse momento, somente o auxílio do governo federal conseguiu segurar o andamento da extração na região amazônica.

Desde então, a produção da borracha da Amazônia está restrita em nível nacional e ainda com uma baixa articulação, já que o estado que mais produz borracha é São Paulo. Assim, por mais que haja políticas com intervenções federais para com esta atividade, seus resultados têm sido sempre aquém dos objetivos propostos.

Esse é o quadro da produção da borracha na Amazônia, que após a década de 1980 pouco se tem articulado em termos nacionais, mantém-se apenas em nível estadual com políticas e ações que visam dar assistência a esta realidade da extração da borracha, que mesmo deficitária em termos econômicos, continua presente no território amazônico.

1.1.2 As políticas estaduais para a extração/ produção da borracha no Acre a partir da década de 1990

Diante da desagregação da produção da borracha na região amazônica, não foi somente o governo federal que interviu para incentivar a recuperação da economia gumífera com medidas que garantissem a produção, o preço e o mercado, mas também houve uma atuação dos governos estaduais com programas e ações no sentido de restaurar tal atividade³.

Assim, no contexto local cada unidade da federação apresenta respostas à sua realidade. No estado do Acre, após as fracassadas políticas federais indicadas anteriormente, o auxílio à produção da borracha e aos seringueiros veio com um reforço no seu preço.

Em 1999, no governo da Frente Popular, então liderado pelo governador do Acre, Jorge Viana, é lançado o Programa de Desenvolvimento Sustentável da Cadeia Produtiva da Borracha Natural, que tem como objetivo “o fortalecimento dos processos de extração, beneficiamento e comercialização da borracha natural bruta” (ACRE. SEAPROF, 2010, p. 02).

Como apoio a essa iniciativa, surge o Programa de Remuneração e Serviços Ambientais (Lei Chico Mendes), na forma de um subsídio pago para o seringueiro, juntamente ao valor comercial do quilo extraído da borracha. No início, o subsídio era de R\$ 0,40/kg de borracha produzida aos produtores de borracha natural bruta no estado do Acre. Em 2002, esse valor passou para R\$ 0,60/kg, e no período de 2003-2010, o subsídio pago ao seringueiro foi de R\$ 0,70/kg.

A Lei Chico Mendes (Lei Estadual nº 1.277/99) abrange 18 dos 22 municípios do estado do Acre e atende a 1.460 famílias produtoras de borracha que,

³ Apesar de não entrarmos na discussão das intencionalidades, da viabilidade e da abrangência, nesse momento nos restringiremos a abordar a ocorrência das principais formas de ações governamentais para a extração/produção da borracha no Acre a partir da década de 1990.

no ano de 2010, produziram uma quantidade de borracha equivalente a R\$ 800.500,00 de produção subsidiada para o estado (Tabelas 1 e 2).

Assim, podemos apreender a situação da produção da borracha no Acre e os impactos das ações do governo estadual para com os seringueiros que se dedicam à extração das seringueiras, já que não se devem associar tais iniciativas governamentais a um retorno à economia da borracha na região amazônica.

Seria muita pretensão diante da ineficiência do quadro da produção gumífera nacional, tanto no sentido do baixo volume de produção, que não consegue atender à demanda interna, quanto aos preços da borracha nacional, que são baixos para o produtor e altos para o comprador. Assim, mesmo com áreas produtoras de borracha no Brasil, a produção nacional recorre à importação do produto devido a melhor oferta de preço, o que equivale a 60% de borracha vinda do sudeste asiático necessária para atender às demandas das indústrias brasileiras. Com isso, mesmo com os incentivos do governo estadual e federal, não há uma economia da borracha consolidada, apenas ações sociais para atender aos sujeitos que historicamente se dedicam a este tipo de atividade.

Tais constatações podem ser verificadas nas Tabelas 1 e 2, nas quais é possível observar que no início da implantação da Lei Chico Mendes houve um aumento na participação de famílias e da produção subsidiada, apesar de algumas oscilações. Todavia, a partir de 2005 e 2006 houve um declínio da resposta dos produtores à política do subsídio com a diminuição tanto da quantidade de famílias quanto no volume da produção subsidiada.

Nesse contexto, várias justificativas podem ser esboçadas para entender os momentos de ascensão e declínio da produção da borracha por meio da subvenção estadual.

	445	112	353	163	96	78	165	108	147	52	100	
Xapuri	274	414	346	314	339	570	832	473	369	95	306	221
TOTAL	1.272	2.332	4.014	3.357	3.481	4.059	3.919	3.119	2.787	1.818	1.720	1.460

Fonte: ACRE/SEAPROF (2010)

Tabela 2 - Distribuição espacial da produção de borracha natural bruta subsidiada no estado do Acre no período de 1999 a 2010.

REGIONAL	MUNICÍPIO	Produção Subsidiada (R\$)											
		1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Baixo Acre	Acrelândia	1.616,80	5.038,80	4.478,00	1.592,40	720	107.151,10	24.726,80	22.623,30	19.741,40	8.465,80	6.098,60	2.443,00
	Bujari	-	3.238,00	2.905,20	5.984,40	5.863	24.699,50	6.682,90	24.780,00	4.860,10	1.482,60	1.435,00	904,75
	Capixaba	3.440,40	25.030,80	62.846,80	71.283,60	120.569	187.863,20	164.535,35	174.869,10	113.975,40	84.088,20	148.750,38	131.266,65
	Plácido de Castro	16.481	40.656,80	87.418,40	96.870,60	88.511	113.843,10	153.917,40	83.794,20	95.489,80	91.387,10	104.175,84	236.839,81
	Porto Acre	-	337,60	3.667,60	10.762,80	7.510	6.231,40	11.928,00	8.375,50	2.205,00	2.716,70	393,40	980,00
	Rio Branco	80.470,00	147.944,80	166.299,20	191.264,40	271.248	307.014,40	227.214,40	148.109,50	154.898,80	123.671,10	162.702,21	53.604,38
	Senador Guiomard	2.854,40	28.141,60	64.190,00	116.916,00	109.175	86.676,10	50.372,91	60.400,20	43.829,10	31.512,60	42.459,50	62.416,70
	Sub-total	104.863	250.388,40	391.805,20	494.674,20	603.596	833.478,80	639.377,76	522.951,80	434.999,60	343.324,10	466.014,92	488.455,29
Alto Acre	Assis Brasil	3.898,00	-	6.569,20	40.168,20	32.727,10	10.536,40	9.355,50	17.833,20	11.569,60	13.983,20	11.513,60	6.849,50

Brasília	65.200,80	53.695,60	87.134,80	113.477,40	141.404,90	92.581,30	196.128,80	254.407,30	224.944,30	131.539,10	76.217,96	66.826,24
Epitaciolândia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20.918,50	14.154,92
Xapuri	65.820,80	99.359,20	82.936,00	113.176,80	142.433,20	239.224,30	349.405,00	216.340,60	154.922,60	40.087,60	126.023,27	143.266,95
Sub-total	134.919,60	153.054,80	176.640,00	266.822,40	316.565	342.342,00	554.889,30	488.581,10	391.436,50	185.609,90	234.673,33	231.097,61
Juruá												
Cruzeiro do Sul	12.414,00	6.388,00	37.169,60	53.337,60	51.287,60	35.227,50	13.485,50	7.864,50	-	-	-	-
Marechal Thaumatugo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.696,70	-
Sub-total	12.414,00	6.388,00	37.169,60	53.337,60	51.287,60	35.227,50	13.486	7.864,50	-	-	10.696,70	-
Tarauacá/ Envira												
Feijó	19.613,20	56.935,20	121.347,60	110.155,20	92.161,30	84.420,70	89.942,30	74.377,80	114.395,40	89.030,20	33.478,20	19.053,30
Jordão	2.197,60	7.354,40	9.939,60	29.974,20	21.324,80	16.569,70	28.968,80	9.496,20	8.142,40	-	-	-
Tarauacá	10.743,60	26.916,00	84.740,00	58.554,00	40.330,50	32.767,70	69.141,10	45.235,40	61.945,10	21.855,40	18.941,30	6.684,30
Sub-total	32.554,40	91.205,60	216.027,20	198.683,40	153.816,60	133.758,10	188.052,20	129.109,40	184.482,90	110.885,60	52.419,50	25.737,60
Purus												
Manuel Urbano	11.474,00	29.443,60	35.617,20	42.553,20	36.126,30	27.281,80	22.822,80	18.152,40	21.584,50	28.854,00	19.103,00	16.257,50
Sena Madureira	9.053,20	29.116,40	106.177,20	152.533,80	300.531,70	285.112,10	227.322,90	143.198,30	137.981,90	94.940,30	35.395,50	38.957,35
Sub-total	20.527,20	58.560,00	141.794,40	195.087	336.658	312.393,90	250.145,70	161.350,70	159.566,40	123.794,30	54.498,50	55214,85
TOTAL	305.278,00	559.596,80	963.436,40	1.208.604,60	1.461.923,40	1.657.200,30	1.645.950,46	1.309.857,50	1.170.485,40	763.613,90	818.302,95	800.505,35

Fonte: ACRE/SEAPROF (2010)

No início do atendimento da Lei Chico Mendes (1999), verifica-se um interesse maior na participação das famílias, pois o subsídio surgiu como uma saída para a extração da borracha e assim um aumento de renda para as famílias. Juntamente com esta iniciativa estadual, o governo federal lança a subvenção econômica aos produtores nacionais de borracha natural através da Lei nº 9.479, de 12 de agosto de 1997, com o objetivo de incentivar a comercialização da produção nacional através do aumento do preço da borracha com a inclusão de um auxílio que cobre a diferença entre os preços do mercado interno e o valor do produto importado.

Desta forma, à borracha acreana somava o preço mínimo do produto, mais a subvenção estadual (de R\$ 0,40 por quilo de 1999 a 2002), mais a subvenção federal (de até R\$ 0,90 por quilo)⁴.

Apesar deste aumento no preço pago à borracha, a ascensão não perdurou por muito tempo, pois embora tenha ocorrido a anexação dos subsídios ao preço mínimo, este preço não apresentava uma cotação elevada. De 1999 até 2004, o preço da borracha estava em torno de R\$ 0,50 a 1,00, e segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB, 2014), a partir deste período houve um aumento que girava entre R\$ 1,00 a R\$ 1,73. Assim, o preço da borracha nacional mesmo com os subsídios continua pouco atrativo e não compensador para os seringueiros.

Deve-se ressaltar que essa falta de estímulo para a produção da borracha veio acompanhada da inserção de outras atividades em suas colocações como o manejo madeireiro e a criação de gado, como instrumento de obtenção de renda para garantir a sobrevivência de sua família, já que o preço do quilo da borracha não assegura uma renda mensal suficiente.

Assim, o declínio da participação das famílias na extração da borracha a partir de 2005 e 2006 ocorreu pelo baixo preço, como mencionado anteriormente, mas ocorre também concomitante com a retirada da subvenção federal Lei nº 9.479, de 12 de agosto de 1997, que previa em suas normas de regularização no Art. 2º de que a subvenção econômica de que trata o artigo terá a duração de oito anos, ou

⁴ Não há como definir o valor do subsídio federal, pois constantemente havia alterações, tanto pela necessidade de adequar à tabela da cotação nacional/internacional da borracha como há diferenciação por tipo de beneficiamento da borracha. Portanto, esta estimativa de até R\$ 0,90 por quilo é a definição estabelecida pela Lei nº 9.479, de 12 de agosto de 1997 (BRASIL, 1997).

seja, partindo de 1997 sua validação irá até 2005, momento de queda da participação das famílias na produção de borracha (BRASIL, 1997).

A partir deste momento outra iniciativa federal surge como tentativa de retorno dos subsídios à produção da borracha nacional. Segundo a Agência Amazônica (2009), a Conab, através da Portaria 1.039, de 28 de outubro de 2008, concede subsídio de R\$ 3,50 por quilo de borracha produzida em seringais da Amazônia durante o período de 1º de julho de 2008 até 30 de junho de 2012, mas segundo denúncia do deputado Sérgio Petecão (PMN-AC), juntamente com o gerente da principal usina de borracha do estado do Acre em Sena Madureira, Edivaldo Fortes, de que até o ano de 2009 este recurso ainda não beneficiou os extrativistas devido ao atraso na aplicação da portaria.

Assim, mesmo que os subsídios tanto federal como estadual estejam contemplando os produtores de borracha, estas iniciativas não garantiram que seu mercado crescesse e conseguisse atender a demanda nacional e também que as famílias de produtores se beneficiassem com um incremento em sua renda, tendo que recorrer a outras atividades em sua colocação para auferir a renda necessária para sua autossustentação.

Além da questão do preço mínimo da borracha e dos subsídios, a falta de um sistema de beneficiamento no Acre não possibilita agregar valor ao produto que permanece com baixo preço no mercado por ser vendido *in natura* ou semibeneficiado.

Nesse sentido, além das iniciativas com relação ao aumento do preço da borracha via anexação dos subsídios, o governo do Acre, no contexto da Frente Popular, lança ações no sentido tanto de aumentar o volume da produção de borracha, quanto empreendimentos para agregar valor à matéria-prima extraída no estado.

Com relação à proposta de aumento da produção de borracha, o governo do Acre lança, em dezembro de 2011, o Programa Floresta Plantada que está inserida no Programa de Valorização do Ativo Ambiental Florestal.

Essa iniciativa tem como objetivo o plantio de seringueiras de cultivo juntamente com o consórcio de espécies frutíferas de modo a garantir outra geração de renda além da extração da seringa, conforme propaganda do governo acreano.

Segundo o Relatório da SEAPROF (ACRE, 2010), este programa prevê o plantio de 10.000 hectares de seringueiras com o objetivo de atender a demanda do

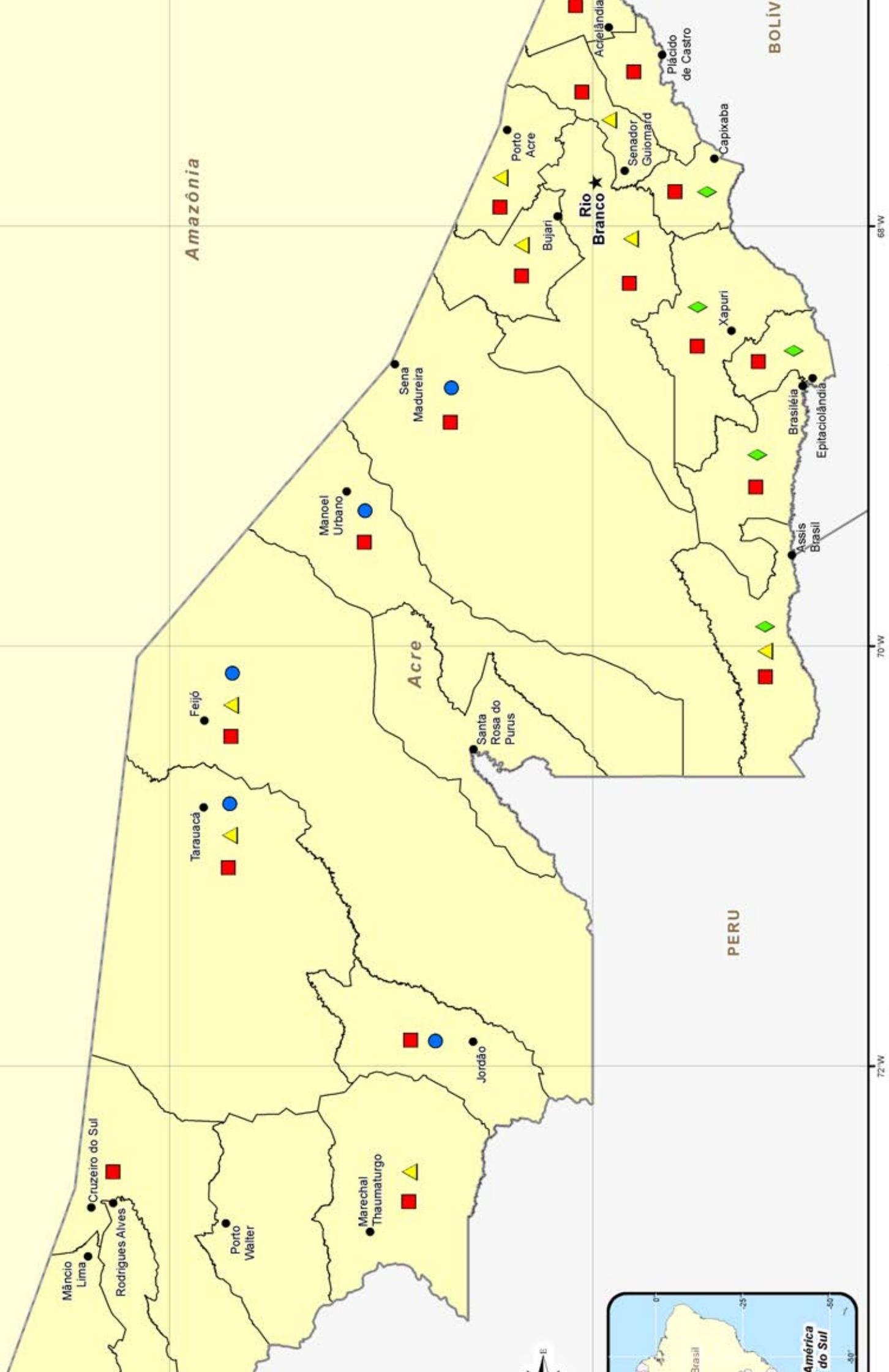
estado, em especial a Usina de Beneficiamento de Borracha, e a Fábrica de Preservativos Masculinos (Preservativos Natex).

Esse plantio destina-se às regiões com áreas degradadas como nos municípios de Capixaba, Xapuri, Brasiléia, Assis Brasil, Epitaciolândia, Senador Guiomard e Plácido de Castro, que vivenciaram(am) um processo de desmatamento devido ao intenso processo de pecuarização.

O Programa Floresta Plantada representa uma tentativa semelhante ao PROBOR, nos quais os proprietários recebem crédito e assistência do governo para o plantio de seringueiras, o que, como afirma o governo do Acre, gera emprego e renda, mas de fato representa uma tentativa de regularizar a questão fundiária das propriedades que se encontram em um processo de antropização devido à criação de gado. Além disso, futuramente, com a floresta recomposta busca-se inserir o seringueiro na participação do mercado de carbono a partir de um projeto recente no estado para sua inserção neste nicho de mercado.

Outro foco do governo do estado está relacionado ao setor de beneficiamento da borracha no Acre. Assim, surgiram iniciativas recentes como a extração do látex líquido, destinado à fabricação de preservativos masculinos; a produção da Folha Defumada Líquida (FDL), destinada à fabricação de solado de sapato; como também a instalação de uma unidade de beneficiamento de Granulado Escuro Brasileiro (GEB) como alternativa de agregar valor ao antigo Cernambi Virgem Prensado (CVP). Dessa forma, cada produto derivado da borracha acaba apresentando uma concentração espacial no Acre e assim, em sua totalidade, a extração/produção de borracha acaba espacializando por todo o território estadual, e demonstrando a relevância da atividade gumífera para o Acre (Mapa 4).

Dentre as formas recentes de beneficiamento no Acre, mencionadas anteriormente, há outra mais antiga e tradicional utilizada pelos seringueiros que é o Cernambi Virgem Prensado (CVP). Ele representa um dos principais seguimentos dentro da atividade extrativa da borracha no Acre (Tabela 03). Considerando o total da produção de borracha no Acre, o CVP corresponde ao maior volume de produção com 3.925.277 kg do montante de 4.443.218 kg produzido durante o período de 2007 a 2010.



MAPA 04

ESPACIALIZAÇÃO DA EXTRAÇÃO/PROD

Legenda

- Produto CVD
- Produto GER
- Capital Estadual
- Limite Internacional

Escala: 1:2.300.000



ORGANIZADOR: Karina Furini da Ponte



Tabela 3 - Produção de borracha/kg por tipo de produto - 2007 a 2010

ANO	CVP	Látex – Borracha Seca	FDL	Borracha (kg)
2007	1.583.300	88.822	-	1.672.122
2008	1.026.158	64.719	-	1.090.877
2009	728.741	198.273	1.231	928.245
2010	587.078	158.477	6.419	751.974
Total	3.925.277	510.291	7.650	4.443.218

Fonte: SEAPROF/2010 – Divisão de Remuneração e Serviços Ambientais

Sua relevância se verifica também através de sua espacialidade pelo estado, pois a produção do CVP se encontra em 18 dos 22 municípios do Acre, sendo que este tipo de produto é realizado por todas as localidades onde se encontra a extração da borracha.

O CVP consiste em uma borracha crua e bruta que é destinada às indústrias pneumáticas. Neste caso, o processamento ocorre internamente na colocação de cada seringueiro que ao extrair o leite da seringueira mistura com um produto para que a borracha solidifique e assim se transforme em borracha coagulada (Foto 1). Através deste produto semibeneficiado, os seringueiros vendem à Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Acre (COOPERACRE), que repassa às indústrias no estado de São Paulo.

O CVP representa uma primeira versão da matéria-prima para a produção de mercadorias, já que necessita de outro processo de beneficiamento antes da fase final do processo produtivo. Esse outro estágio seria sua transformação em Granulado Escuro Brasileiro (GEB) e, como resulta em um produto mais elaborado, consequentemente recebe um maior valor agregado.

Diante deste contexto, o governador do estado do Acre, Tião Viana, lançou a proposta de instalação de uma Indústria de Beneficiamento de GEB, em Sena Madureira (AC), já com ordem de serviço assinada para sua construção em dezembro de 2013 e com previsão para início das atividades em 2014.

Segundo Campos (2013), a indústria será gerenciada pela COOPERACRE e terá capacidade de empregar cerca de 180 pessoas e envolver aproximadamente 4.000 seringueiros da regional de Tarauacá/Envira e da regional

do Purus, abrangendo assim os municípios de: Feijó, Jordão, Tarauacá, Sena Madureira e Manoel Urbano.

Foto 1 - Cernambi Virgem Prensado (CVP)



Fonte: Karina Furini da Ponte. Trabalho de Campo realizado em julho de 2011.

Esta iniciativa além de servir como forma de agregar valor ao CVP está ligada com o Programa de Florestas Plantadas, mencionado anteriormente, já que utilizará tanto a borracha nativa quanto as cultivadas através do programa.

O GEB é um produto industrializado e resultado do beneficiamento da borracha natural extraída das seringueiras. A seringa após ser lavada, é triturada, secada em estufa, prensada e embalada em fardos de 25 quilos (Fotos 2 e 3).

Sua principal utilização é nas indústrias pneumáticas e automotivas, responsáveis por consumir 90% de toda a produção brasileira, mas pode ser utilizada também para a confecção de materiais esportivos, elétricos, calçados, na construção civil, etc.

Ainda dentro do processo de beneficiamento da borracha no estado do Acre, há também a Folha Defumada Líquida (FDL) como uma nova forma de agregar valor à borracha. Inicialmente, houve uma capacitação com os seringueiros, já que é uma forma recente de beneficiamento. Assim, envolveu os seringueiros da Resex Chico Mendes, em Assis Brasil; posteriormente se estendeu para outras

localidades do Acre como: Senador Guiomard, Bujari, Rio Branco, Porto Acre, Feijó, Tarauacá e Marechal Thaumaturgo.

Foto 2 - Granulado Escuro Brasileiro (GEB)



Fonte: SOLBOR (2014)

Foto 3 - Embalagem do Granulado Escuro Brasileiro (GEB)



Fonte: PRABOR (2014)

O FDL é um produto semibeneficiado pelos próprios seringueiros em suas colocações através de um sistema de coagulação do látex extraído das seringueiras

com o uso de ácido pirolenhoso. Após esta mistura há a secagem em temperatura ambiente a fim de produzir folhas de borracha (Foto 4).

Foto 4 - Folhas Defumadas Líquidas (FDL)



Fonte: Karina Furini da Ponte. Trabalho de campo realizado em julho de 2011.

Toda a produção de FDL tem mercado garantido através de um contrato estabelecido entre a Associação de Moradores e Produtores da Reserva Extrativista de Assis Brasil (AMOPREAB) e a Veja, uma indústria de calçados europeia que fabrica solas de sapato e produz tênis. Assim, os seringueiros vendem o FDL para a cooperativa, que por sua vez vende para a Veja, mas que, por intermédio de uma empresa localizada em Nova Friburgo, no Rio Grande do Sul, produz tênis e, posteriormente, essa mercadoria é enviada para a Europa, principalmente à França, onde são comercializados em lojas especializadas com rótulo de produto orgânico.

Estas formas atuais de beneficiamento da borracha no estado do Acre, tanto o CVP⁵ quanto o FDL, ainda ocorrem via procedimentos “artesanais” por não existir indústrias ligadas a esse processamento, o que acaba tornando o produto final com baixo valor agregado.

Por outro lado, o governo do Acre, protagonizado pela Frente Popular, inaugurou a Fábrica de Preservativos Masculinos de Xapuri, em 2008, como uma

⁵ Agora, com a Indústria de Beneficiamento de Granulado Escuro Brasileiro (GEB), o produto CVP deverá passar por um processo de beneficiamento aprimorado, mas até o momento (2014) predomina a forma tradicional de semibeneficiamento.

alternativa de beneficiamento do látex no estado. Essa unidade industrial recebe o látex líquido dos seringueiros que é destinado à produção de preservativos masculinos, e assim tem como função o abastecimento dos Postos de Saúde da região Norte do Brasil, como também para o Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (Fotos 5 e 6).

Foto 5 - Produção de preservativos masculinos na Preservativos Natex



Fonte: ARQUIVO SECOM *apud* Bryan (2013)

Essa iniciativa da fábrica de preservativos masculinos surgiu como uma iniciativa estatal do governo do Acre que, através de um convênio com o Ministério da Saúde, desde então recebe toda a produção. Assim, não há venda comercial para empresas ligadas ao setor.

Segundo Acre (2009b), a produção da Preservativos Natex é de cerca de 100 milhões de preservativos/ano, produzidos a partir do látex extraído pelas 700 famílias que participam do programa e que moram predominantemente na região do Alto Acre, compreendendo os municípios de Xapuri, Brasília, Capixaba, Epitaciolândia e Assis Brasil.

Contudo, apesar das iniciativas do governo do estado para “reativar” a economia gumífera ou possibilitar alternativas para os seringueiros que ainda se dedicam a esta atividade gerando trabalho e renda, pouco resultado tem alcançado

já que a economia da borracha continua sendo um acessório de renda para os seringueiros acreanos e apresenta baixa rentabilidade, principalmente para os seringais nativos. Além disso, seus produtos têm pouco alcance nacional, quem dirá internacional, certamente devido à competitividade com os baixos preços da borracha asiática, como também a sintética.

Foto 6 - Produto final da cadeia produtiva do látex: preservativo masculino



Fonte: INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA (INT) (2014)

Assim, a atividade gumífera sobrevive devido à atuação do Estado que não consegue torná-la competitiva economicamente e se torna, desse modo, uma política social de amparo às populações extrativistas, conforme esclarece Ademir Batista de Almeida, Chefe de Divisão e responsável pelo trabalho com a cadeia produtiva da borracha no Acre. Ao tratar da questão da subvenção estadual que o estado acresce ao preço da borracha a fim de gerar uma melhor remuneração do produto, pondera:

a borracha é uma questão social, é uma forma de mantê-los no campo sem provocar uma instalação ainda maior para a periferia. O estado não tem como absorvê-los, não tem emprego pra todo mundo [...] então esse pagamento [subvenção estadual] é um benefício social, que a gente encara assim, ele não tem retorno para o estado.

Assim, verifica-se a dificuldade da produção extrativista da borracha no estado do Acre, que mesmo com as ações governamentais não consegue alcançar

os níveis vivenciados em seus momentos de auge do final do século XIX e início do século XX.

Portanto, apesar da atividade extrativista da borracha ser responsável pelo processo de ocupação do estado do Acre e de inserir o território acreano na divisão internacional do trabalho como fornecedora de borracha, atualmente esta atividade perdeu seu espaço para os produtos que apresentam alta lucratividade no mercado externo, as *commodities* da Amazônia como a mineração, a madeira, a pecuária e a venda do crédito de carbono, como veremos a seguir.

1.2 A produção do espaço regional amazônico no contexto das políticas do governo federal: a internacionalização da Amazônia e a produção de *commodities*

Com o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), houve o declínio por completo da economia gumífera amazônica vinculada ao capital mercantil internacional, embora essa situação não signifique a desvinculação da região no processo da divisão internacional do trabalho, mas assume uma nova posição diante de um cenário externo de interesses conduzido por agentes internos. A respeito, Becker (1990, p. 11) ressalta que:

A fronteira amazônica só pode, portanto, ser compreendida a partir da inserção do Brasil no sistema capitalista global do pós-Segunda Guerra Mundial, em que o capitalismo atua no espaço planetário, mas os Estados nacionais conservam suas funções de controle e hierarquização, constituindo agentes primordiais na produção do novo espaço.

Assim, essa nova posição da Amazônia na divisão internacional do trabalho após a Segunda Guerra Mundial é construída principalmente pelo Estado nacional através de articulações políticas que buscam a integração nacional.

Segundo Costa (1988, p. 50), o foco era “ocupar, povoar e valorizar economicamente” a Amazônia a partir de uma perspectiva de conjunto e com o objetivo de integrar ao restante do país.

É a partir da década de 1950 que iniciam as intervenções do governo federal na região amazônica, no sentido de reestruturar o espaço nacional para

alcançar sua integração e tendo como finalidade recuperar sua inserção internacional.

Assim, foi criada a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), em 1953⁶, como instrumento de definição dessas estratégias para a Amazônia, mas que somente serão concretizadas com os planos lançados nas décadas de 1960 e 1970, como o Plano de Integração Nacional (PIN) e os subsequentes Planos Nacionais de Desenvolvimento I e II (PND).

Juntamente com a SPVEA foram estabelecidas duas medidas importantes: a formulação do Plano Quinquenal (1955-59), em que estariam norteadas as atividades do Estado na região Amazônica a partir da ação do SPVEA; além da delimitação da “Amazônia Legal” (1953) como área de intervenção para as políticas econômicas e regionais englobando “os estados do Pará, Amazonas, norte de Goiás, norte de Mato Grosso, oeste do Maranhão e os territórios de Rondônia, Acre, Roraima e Amapá”⁷ (COSTA, 1988, p. 51).

O estabelecimento da “Amazônia Legal” significava o primeiro passo do governo federal na federalização de territórios sob seu domínio, o que significa que “criou por decreto territórios sobre os quais exercia jurisdição absoluta e/ou direito de propriedade” (BECKER, 1990, p. 14). Assim, facilitaria a extensão de seu domínio sobre a condução do uso do território.

Essa foi uma importante estratégia do governo federal, tanto que posteriormente, criaram-se outras formas de federalizar os territórios como através do Programa de Colonização Oficial da década de 1970, os Polos de Desenvolvimento instalados através do II PND (1975-79), e por fim, o Programa Grande Carajás (PGC) e o Projeto Calha Norte (PCN)⁸.

A federalização do território assumiu um caráter relevante diante da instalação do golpe militar de 1964, já que os objetivos centrais do governo eram a segurança nacional e a modernização do Brasil a partir de sua integração. Com isso, o controle do território permitiria a concretização desses objetivos.

Nesse sentido, a ocupação da Amazônia se torna prioridade máxima, pois no plano interno além de se apresentar como solução para os problemas das tensões sociais do Nordeste ao direcionar fluxos migratórios para uma região com

⁶ Em 1966 foi substituída pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

⁷ Este limite da Amazônia Legal corresponde ao período de sua instalação, embora ao longo dos anos foi sofrendo alterações devido às mudanças na divisão política do país.

⁸ Todas estas ações serão discutidas nesse capítulo.

baixa densidade populacional, permite também a continuidade do crescimento do Sudeste enquanto possibilidade de novos investimentos.

Por outro lado, a ocupação significava o controle de um território com foco na necessidade da segurança nacional, já que a ditadura militar surge com o lema: “do que não se entregar aos Estados Unidos entregar-se-á à União Soviética” e, assim, retorna a questão da Amazônia como fronteira ideológica (OLIVEIRA, 1991).

Nesse contexto ainda, Oliveira (1991) realiza uma análise dessa construção ideológica ressaltando que o Estado autoritário brasileiro construiu estratégias para entregar os recursos da Amazônia aos grupos internacionais, principalmente norte-americanos, e para encobrir da sociedade condenava os planos de internacionalização da Amazônia (construído por eles próprios) através de um discurso de que esses planos ameaçavam a segurança nacional e que uma forma de combatê-los seria a integração nacional.

Assim, em nome da premissa de que o desenvolvimento nacional garantirá a segurança do território, os governos militares foram entregando os recursos nacionais da Amazônia para os EUA e outros grupos aliados acentuando ainda mais o processo de internacionalização da economia brasileira.

Para Loureiro (2009), a inserção da Amazônia na divisão internacional do trabalho continua baseada no modelo exportador de matéria-prima e de produtos semi elaborados; nada novo já que este formato teve início com a produção da borracha no século XIX e continuará, já que não há esforço e nem interesse do Estado e muito menos do capital internacional, para modificar este modo de organização.

Então, essa integração nacional seria o objetivo primordial para o governo militar realizar o processo de internacionalização da economia brasileira, mas por outro lado, era necessária a ocupação regional do território. E para que esta estratégia fosse alcançada, várias medidas foram articuladas, como a implantação de redes de integração espacial, superposição de territórios federais sobre os estaduais, subsídios ao fluxo de capital e indução dos fluxos migratórios, conforme esclarece Becker (1990).

E foi com base nestes princípios que em 1967 surge o Programa de Integração Nacional (PIN), lançado no governo Médici e formalmente dirigido para o Nordeste e à Amazônia. No entanto, o objetivo central era a integração da Amazônia à economia nacional e, conseqüentemente, internacional.

O PIN foi composto por dois pontos centrais de ação: a integração espacial e a implantação do Programa de Colonização Oficial do governo federal.

A integração espacial priorizou a abertura de rodovias para ligar as regiões do Brasil. Foram 6.000 km de estradas federais ligando três eixos rodoviários: a Belém-Brasília; a Brasília-Cuiabá-Santarém; e a Brasília-Cuiabá-Porto Velho-Rio Branco, além da Transamazônica (PORTO GONÇAVES, 2001).

Foi ao longo dos percursos das rodovias construídas que os migrantes e o capital adentraram na floresta amazônica ocupando as terras marginais. Deste modo, Porto Gonçalves (2001) reforça que a década de 1960 marca um novo padrão de organização social do espaço geográfico amazônico onde as estradas representam o principal eixo de estruturação do território.

Por outro lado, além da necessidade de criar mecanismos de ligação do território nacional, era necessário “ocupar” populacionalmente a região através de fluxos migratórios não somente com a necessidade de povoar, mas principalmente para a formação de força de trabalho. Assim, instituíram o Programa de Colonização Oficial através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Esse sistema de colonização oficial foi implantado principalmente no trecho paraense da Transamazônica, já que era realizado preferencialmente nas faixas de 10 km de largura ao longo das rodovias construídas pelo PIN.

A esse respeito, Oliveira (1991, p. 86) esclarece que o Programa de Colonização Oficial visava “forçar estes colonos a iniciarem o processo de abertura da região para que fossem formando um contingente de mão de obra à disposição do capital”, já que o processo de desenvolvimento e internacionalização compunha muitas intervenções na Amazônia com projetos agropecuários e minerais e para isso necessitavam de força de trabalho para sua execução.

Nesse sentido ainda, Becker (1990, p. 31) reforça que outro ponto importante para a realização destes povoamentos significava a solução para os conflitos sociais ao absorver camponeses sem terra, ou como ressaltava Oliveira (1991, p. 74), de “fazer a reforma agrária do Nordeste na Amazônia”. Assim, tratava de uma distribuição de terra, mas controlada e orientada pelo estado, como já ressaltado anteriormente, sendo uma tentativa de federalização das terras estaduais.

Concomitantemente à constituição do PIN, o governo federal lança a “Operação Amazônia” através de uma reunião com investidores nacionais e

estrangeiros para a Amazônia, em 1966, e como forma de atração de empreendimentos, utilizou a política de incentivos fiscais e créditos especiais a juros baixos.

Assim, o Estado cria condições para a apropriação privada das terras na Amazônia, subsidiando as empresas agropecuárias através dos incentivos fiscais regulamentados por lei em 1968.

Segundo Becker (1990), entre 1966 e 1985, foram criados 590⁹ projetos agropecuários distribuídos pela região amazônica, com maior concentração na região do estado do Pará e norte de Mato Grosso. Esses empreendimentos baseavam-se na criação de gado bovino devido à exigência de mínimo capital e pouca mão de obra, como também a exploração da madeira¹⁰.

Para reforçar as estratégias e ações do PIN, surge o I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), entre 1972 a 1974, de modo a acentuar:

a tendência do Estado de procurar enfocar suas políticas territoriais através de estratégias de integração nacional, ou seja, procurar expandir a fronteira econômica do país, a partir do Centro-Sul, na direção do Centro-Oeste, Amazônia e Nordeste (COSTA, 1988, p. 63).

Com isso, a estratégia do I PND era ocupar a Amazônia¹¹ a partir do deslocamento da fronteira agrícola para a região como também criar condições de incorporá-la à economia de mercado. O foco também estava na região Nordeste, tendo como objetivo buscar o desenvolvimento desta localidade, como também amenizar a situação de conflito de terras e de seca que assola a população, para isso, direcionando para a Amazônia grande contingente populacional dessa região.

Tanto o PIN quanto o I PND serviram como instrumento de construção das bases para a introdução do capital internacional no Brasil, principalmente na Amazônia. Esses foram consubstanciados através de um grande projeto de integração nacional que buscou a articulação espacial do território através das rodovias, assim, ligando as regiões antes isoladas, como também incentivou projetos de ocupação da área com destino de fluxos migratórios, principalmente

⁹ Calcula-se que muitos projetos são fictícios, outros foram cancelados ou encontram-se em condições precárias. Deste modo, estima-se que somente 20% foram efetivamente implantados.

¹⁰ Atividades econômicas características da região até o momento (2014) e responsáveis pela articulação do estado do Acre no mercado mundial.

¹¹ Consideravam que a Amazônia fosse desocupada, sem levar em consideração as populações da região como os indígenas, seringueiros, posseiros, dentre outros.

nordestinos, para a formação de mão de obra para os empreendimentos instalados e, por fim, facilitou a aquisição de terras através da atração de incentivos fiscais.

Assim, a Amazônia estava dotada de infraestrutura, de terra abundante e disponível e com mão de obra acessível, ou seja, a região reunia condições favoráveis para a instalação de empreendimentos econômicos, o que facilitou a penetração das multinacionais como afirma Oliveira (1991) de que:

o rosto do governo militar não precisava mais da máscara falsamente nacionalista, pois aprofundavam-se ainda mais a internacionalização da economia brasileira e a “entrega” da Amazônia ao grande capital estatal/nacional e estrangeiro.

Deste modo, o II PND (1975-79) marca a mudança de enfoque nas diretrizes, já que o capital internacional ocupava com destaque as estratégias, sem a necessidade das mediações construídas pelo discurso do “desenvolvimento nacional”.

A ênfase do II PND estava em setores e em áreas que contribuíssem para as exportações, principalmente relacionados ao desenvolvimento agropecuário e mineral. Por isso, a concentração de investimentos foi específica em empreendimentos privados e nacionais e não privilegiava a região em sua totalidade.

Assim, através dessa proposta, criou-se o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) que abrange parte do território goiano e mato-grossense com instalação de obras de infraestrutura (armazéns e estradas) para viabilizar a produção de soja.

Outro desmembramento do II PND foi o Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (POLONOROESTE), que cobria áreas cortadas pela BR-364 (Cuiabá-Porto Velho) com programas de colonização em Rondônia e desenvolvimento e regularização fundiária em Mato Grosso, lembrando que o interesse em Rondônia vinha das jazidas de cassiterita.

Por fim, há também a instalação do Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA), com 15 polos em áreas amazônicas que já apresentavam infraestrutura e concentração populacional. Além do enfoque na pecuária e na mineração, buscava a integração com projetos florestais como a exploração da madeira.

Deve-se ressaltar que a ação dos polos de desenvolvimento compunha a lógica da federalização de territórios, já mencionado acima, como elemento relevante para a definição do uso do território de acordo com o objetivo de quem controla, ou seja, o governo federal em nome do capital internacional.

O II PND demonstrou que além dos projetos agropecuários, que já faziam parte das atividades econômicas na Amazônia desde o final da década de 1960, há o especial interesse internacional em projetos de mineração na região.

Esse interesse externo dos investidores em mineração, na Amazônia, tem como estopim a 1ª crise do petróleo em 1973, e a 2ª crise em 1978, o que levou a uma reorganização das atividades econômicas dos países desenvolvidos que vê os países periféricos não somente como exportador de matéria-prima e bens semi elaborados, mas também como locais para transferir atividades altamente consumidoras de energia, como ressalta Loureiro (2009, p. 61) de que:

os países centrais procuram deslocar para os periféricos aquele tipo de indústria altamente consumidora de energia, como a produção de ferro, alumínio, celulose, que foi transferida para a Amazônia [...] e como o Brasil passava por um momento de baixo crescimento econômico e vivia um grande desgaste político, o governo federal aceitou negociar a transferência desses grandes projetos para a Amazônia, na expectativa de vir a ter lucro com eles no futuro

Assim, a instalação desses empreendimentos na Amazônia, somente trouxe benefícios para os países de origem, pois como são empresas internacionais consorciadas com o capital nacional canaliza renda para os países centrais. Os custos para sua instalação são altíssimos, o que elevou o patamar da dívida externa do Brasil. Como a produção é *in natura* ou semi elaborada gera pouca renda e pouco emprego. Então, por mais que a atividade mineradora possa gerar divisas e equilibrar a balança comercial do país, apresenta muitas contrapartidas com um déficit muito acentuado para os países periféricos (LOUREIRO, 2009).

Essa é a realidade da mineração no Brasil, principalmente, na região da Amazônia Oriental, que corresponde ao estado do Pará, que por apresentar uma constituição física com abundância em riquezas minerais apresentava um diferencial dentro da Amazônia.

Assim, para Loureiro (2009), no período que compreende a década de 1980 a 2000, os direcionamentos dos incentivos para a região amazônica são: a

mineração; a pecuária “moderna” com aplicação de novas tecnologias a fim de amenizar os efeitos do desmatamento; e a produção de grãos através de uma agricultura capitalizada, articulada em agroindústrias, principalmente a soja, que se espacializa no território brasileiro saindo da região Sul e alcançando a Amazônia.

Portanto, são todos produtos que apresentam boa aceitação no mercado externo, o que passa a configurar a Amazônia a partir da década de 1990 como a fronteira das *commodities* (LOUREIRO, 2009; CASTRO, 2009).

Esta “nova” (re)organização da região amazônica baseada na produção de *commodities* acentuou a presença do capital internacional na produção e exportação de produtos que buscam atender a critérios internacionais, mas apesar da nova denominação, continua a prevalecer o caráter de exportação de matéria-prima e produtos semi elaborados que vigora no Brasil desde o final do século XIX com a economia da borracha.

No decorrer das décadas de 1960 e 1970, através da política de integração nacional, o Estado tinha um papel significativo ao assumir questões relevantes para a introdução do capital externo como, por exemplo, a implantação de estradas e a constituição de fluxos migratórios para a formação de mão de obra. Por outro lado, na década de 1990, o capital apresenta um caráter autônomo, se expande independente do Estado. Essas são as marcas da fronteira das *commodities*.

Segundo Loureiro (2009, p. 85), a Amazônia, através da dinâmica das *commodities*,

revela uma forte independência em relação às oscilações do mercado interno, já que a grande motivação para sua expansão, seu agente propulsor é, agora, o mercado internacional. Passa a oscilar, na medida em que a demanda e os preços desses produtos variam no mercado internacional. São eles que influenciam na abertura de novos espaços de produção, que são abertos aceleradamente nela.

Assim, a Amazônia passa a ter uma nova dinâmica, na qual há o esgotamento do modelo nacional desenvolvimentista das décadas de 1960-70, construindo uma independência diante da situação do país, já que sua vinculação está nas articulações externas.

Por outro lado, este modelo baseado na produção/exportação de *commodities*, por estar vinculado ao capital internacional e às leis de mercado

externo, busca o aumento da produtividade de forma acelerada, sem levar em consideração os efeitos danosos à natureza física e humana.

O reflexo da degradação provocada pelo capital refletiu no seu processo de acumulação, já que degrada as próprias condições que o criaram. Isso desperta atenção para a lógica da acumulação no sentido de manter o sistema de reprodução ao mesmo tempo em que busca a “preservação” humana e ambiental.

Essa realidade da Amazônia da década de 1990, Becker (2005a) reforça que acentuou a necessidade de repensar uma nova geografia para a região no sentido de construir um novo padrão de uso do território com vistas ao crescimento econômico, inclusão social e conservação ambiental.

A esse modelo de organização, Becker (2005a) denomina de fronteira socioambiental, por meio do qual tem como política regional para a Amazônia um novo padrão baseado na proposta de desenvolvimento sustentável.

Deste modo, conjuntamente com a proposta da fronteira das *commodities*, surge outra perspectiva baseada na proposta de fronteira socioambiental.

Não são propostas opostas, mas sim complementares, já que representam o caráter contraditório do capital que, diante da incontrolabilidade e destrutividade do seu processo de acumulação e reprodução, surgem conseqüentemente, a degradação do ambiente e dos sujeitos. Assim, aparece a necessidade de um repensar desse modo de organização com vistas à busca pela preservação. Nesse sentido, a sustentabilidade surge como resposta a esta situação de degradação, mas não como forma de gerar autonomia do sujeito e assegurar a manutenção da conservação ambiental, pois continua priorizando o crescimento econômico como ressalta a definição do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)¹² ao caracterizar a proposta de desenvolvimento sustentável:

Sostenibilidad en el BID significa reducir la pobreza y promover el crecimiento económico que asegura a largo plazo los beneficios sociales, ambientales y económicos aspirados en la creación del BID. El Banco ayuda a los países de América Latina y el Caribe a

¹² Utilizamos a definição do BID para entender a proposta do desenvolvimento sustentável, pois ele representa o órgão financiador mais relevante para as políticas regionais na Amazônia, principalmente para o Acre, através do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre (PDSA), que será discutido no capítulo 3.

mantener y realzar su capital natural y social para el desarrollo (BID, 2014)¹³.

Por isso, o modelo de *commodities* e o modelo socioambiental somente apresentam denominações diferentes, mas ambos estão vinculados à dinâmica do capital de modo a se apropriar das riquezas naturais privilegiando as grandes corporações internacionais.

Nesse contexto, podemos entender como o uso da terra na Amazônia, a partir da década de 1990 e sob a perspectiva do desenvolvimento sustentável instalada pelo BID, se caracteriza pela manutenção de padrões tradicionais e a emergência de novos. Assim, segundo Becker (2005a, p. 32) “por um lado, persiste a reprodução do ciclo expansão da pecuária/exploração da madeira/desflorestamento, porém não mais de forma tão extensiva [...] Por outro lado, duas grandes inovações se verificam na região”.

A primeira inovação diz respeito à agricultura capitalizada vinculada à agroindústria de grãos (soja), e a segunda inovação se refere aos econegócios idealizados pela certificação dos produtos florestais como a madeira certificada obtida através do manejo e o mercado de crédito de carbono¹⁴.

A exploração da madeira manejada é resultado dos critérios postos pelas agências certificadoras, como a *Forest Stewardship Council* (FSC), para adequar o produto às exigências ambientais e de mercado, permitindo inclusão social através da geração de renda para a população da floresta, conservação florestal através do uso racional da exploração e como meio de crescimento econômico.

Dessa forma, tais critérios vinculam a atividade de exploração da madeira de forma manejada dentro da proposta de uso do território como modelo socioambiental, como reforça Becker (2005a).

Por outro lado, outra atividade vinculada a essa lógica socioambiental é a venda de crédito de carbono, ou seja, a própria floresta “em pé” acaba assumindo um valor acumulado por proporcionar serviços ambientais a fim de compensar o

¹³ Sustentabilidade para o BID significa reduzir a pobreza e promover o crescimento econômico que garanta, a longo prazo, os benefícios sociais, ambientais e econômicos almejados na criação do BID. O Banco ajuda os países da América Latina e do Caribe para manter e realizar o seu capital natural e social para o desenvolvimento (BID, 2014, tradução nossa).

¹⁴ Tanto a madeira explorada na forma de manejo quanto a venda do crédito de carbono são atividades econômicas que caracterizam o estado do Acre no início do século XXI. Portanto, a princípio, nossa análise se reserva a entender o processo de constituição enquanto atividades inseridas dentro da (re)organização do espaço amazônico e através das articulações internacionais, pois essa base auxiliará na compreensão de seu processo de inserção no estado do Acre, que será discutido no capítulo 3.

aquecimento global gerado pelos países industrializados a partir de sua lógica de acumulação.

Portanto, é através do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) que os países industrializados investem em países periféricos a fim de que estes se mantenham abaixo de sua cota de emissão de gás carbônico e possam “vender” os créditos que sobram como meio de suprir sua parte no Protocolo de Quioto.

Segundo Porto Gonçalves (2006, p. 357) “o Mecanismo de Certificação Florestal [MCF] não pode ser compreendido fora do contexto geopolítico que se configura ao longo dos anos de 1990 do que, talvez, seja, junto com o MDL, os exemplos mais emblemáticos do neoliberalismo ambiental”, pois ambos são resultados da lógica do capital internacional para manter seu processo de acumulação e reprodução.

Portanto, as políticas territoriais amazônicas das décadas de 1960 e 1970 buscavam a consolidação do processo de internacionalização da economia brasileira e principalmente amazônica através de reestruturações internas do território nacional conduzidas pelo governo federal.

Essa ação governamental permitiu com que a Amazônia alcançasse, a partir da década de 1990 a 2000, uma posição dentro da divisão internacional do trabalho, claro que ainda como exportadora de matéria-prima e bens semi manufaturados, mas através da exportação de produtos com grande aceitação no mercado internacional, as *commodities* como: madeira, gado, mineração, grãos e, mais recentemente, as atividades ligadas aos serviços ambientais, ou seja, a venda de crédito de carbono.

Como afirma Porto Gonçalves (2001) de que esse novo papel da Amazônia diante da divisão internacional do trabalho não visa a sociedade local/regional e, mesmo nacional, por ter uma relação de dependência estreita com o mercado internacional, que é quem controla o sistema de organização regional da Amazônia.

Além da interferência externa no modo de organização da região, internamente as atividades econômicas desenvolvidas desde a década de 1960 se constroem em grandes extensões de terra, diante da exploração e precarização dos trabalhadores e pelo acentuado processo de desmatamento para implantação dos empreendimentos, o que geraram concomitantemente processos de expropriação de

posseiros, indígenas, seringueiros que vivem na área. É o estopim para os conflitos sociais na Amazônia.

Assim, a produção de conflitos entre os sujeitos da floresta e as diversas personificações do capital internacional foi construída por processos de luta e resistência das mais diferentes formas e envolvendo os mais diferentes protagonistas. Para o estado do Acre, esse processo de luta foi marcado pela constituição do movimento seringueiro diante da (re)organização da região mediada pelo processo de internacionalização do capital, tendo como ponto central a introdução dos projetos agropecuários da década de 1970.

Portanto, é através desse cenário de readequação da região amazônica diante da economia internacional que os sujeitos da floresta foram perdendo sua autonomia e seu território de vida e de trabalho, por muitas vezes cerceada pela perda da posse da terra, por outras do controle da terra pelo capital, e assim, encontraram na luta e na resistência formas de se (re)criar na floresta.

CAPÍTULO 2

O PROCESSO DE LUTA E RESISTÊNCIA DO MOVIMENTO SERINGUEIRO E A CRIAÇÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA CHICO MENDES NO ESTADO DO ACRE: DA CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA AO CONTROLE PELO ESTADO

A introdução dos grandes projetos na Amazônia a partir das décadas de 1960-70, alavancados pelo discurso do desenvolvimento nacional, proporcionou a (re)inserção da região na divisão internacional do trabalho. Por outro lado, trouxe consequências para os sujeitos que já estavam na terra, ocasionando a perda e/ou controle de seu território, bem como o acelerado processo de desmatamento da floresta ameaçando seu território de vida e de trabalho.

Assim, esse processo de inserção do capital na Amazônia, e mais especificamente no Acre, acarretou consequências territoriais e sociais que resultaram em ameaças à racionalidade do seringueiro que tem a floresta como locus de vida e de trabalho. É através da relação metabólica com a natureza/floresta que se garante a sobrevivência e o fundamento cultural das famílias seringueiras.

Através desses rebatimentos no cotidiano do seringueiro, passaram a se organizar para resistir à forma de desenvolvimento imposta para o estado através da constituição do movimento social dos seringueiros como instrumento de luta pela manutenção de sua racionalidade, já que a necessidade não era somente a posse da terra, mas a posse de um território de acordo com seu modo de vida e sua particularidade, portanto com rebatimentos na subjetividade da condição do ser seringueiro.

Nesse contexto, a Reserva Extrativista Chico Mendes foi o resultado desse embate e significou a conquista da autonomia do seringueiro que foi desconstruída ao longo do processo histórico, primeiramente, pela relação de dominação criada no sistema de aviamento vivenciada no final do século XIX e início do século XX, e a partir de 1960-70 com a introdução da pecuarização no estado do Acre, que desterritorializou os seringueiros de sua terra de trabalho.

Assim, a Resex enquanto uma territorialidade seringueira foi perdendo seu sentido de condição de autonomia a partir da inserção de instrumentos de controle impostos pelo Estado, no caso, o governo do Acre liderado pela Frente Popular a partir da década de 2000. Com isso, os seringueiros e seu território foram sucumbidos com novas formas de controle como: falta de ações do Estado para melhoria das condições socioeconômicas; criminalização sobre as alternativas de sobrevivência através do roçado e da criação de gado; cooptação de antigas lideranças para incentivar a adoção de políticas do governo do estado pelos seringueiros, bem como a apropriação de formas de organização política dos seringueiros, por meio de associações, cooperativas e sindicatos.

Dessa forma, o cerceamento da autonomia do seringueiro refletiu na desmobilização de sua organização coletiva representada pelo movimento seringueiro, o que facilitou a apropriação de seu território e a dominação de sua força de trabalho para as políticas de interesse do governo do estado do Acre, como o manejo florestal madeireiro, por exemplo.

Portanto, ao longo do processo de ocupação da região amazônica a dominação e o controle sobre os sujeitos da floresta foram imperativos para se apropriar do território a partir da lógica do capital, o que leva, conseqüentemente, à perda da autonomia dos sujeitos que vivem nesse território através da desarticulação de suas formas de autodeterminar sua vida e seu trabalho.

2.1 Pressupostos básicos da racionalidade do seringueiro no estado do Acre

O seringueiro e a atividade econômica da borracha representam elementos que marcaram a produção do território acreano. Foi com a extração do látex para abastecer as indústrias europeias e norte-americanas no final do século XIX e início do século XX, que proporcionou a inserção do Acre na divisão internacional do trabalho, como também ocasionou o aumento da concentração populacional no território a fim de abastecê-lo de mão de obra para suprir a demanda de borracha exigida no mercado internacional.

Assim, através de incentivos do governo federal, a Amazônia recebeu fluxos migratórios oriundos do Nordeste do Brasil em busca de possibilidades de sobrevivências em outras terras. São camponeses que vieram fugidos da seca e das amarras do poder dos coronéis motivados pelas novas possibilidades de ter terra e trabalho na Amazônia, como reforça Silva (2011) de que os seringueiros acreanos representam, inicialmente, uma recriação do campesinato vindo do Nordeste brasileiro como força de trabalho para a extração da borracha.

Desse modo, ao chegar à região amazônica, principalmente no território acreano, além de se deparar com novas realidades territoriais, econômicas, sociais e culturais diferentes da região de origem, continuaram submetidos à relação de dominação, já que sem receber a terra como prometido se constituíram enquanto trabalhadores subjugados à dinâmica seringalista, como já mencionado anteriormente.

Diante da necessidade de resistir ao controle estabelecido pelos seringalistas através do sistema de aviação e a fim de buscar por alternativas de sobrevivência a partir de seu território, edificaram um modo de vida particular, resultado de sua relação metabólica com a natureza a partir do trabalho que os levaram à construção do ser seringueiro, enquanto um trabalhador da floresta.

Nesse processo de reconstrução em novas terras e diante de novas adversidades foram reforçando características e imprimindo elementos novos, resultantes do confronto entre o “velho” e o “novo”, ou seja, o ser migrante vive neste embate entre a realidade construída no seu território de origem e a nova organização na qual está inserido em terras amazônicas.

São as características do ser social seringueiro que vive no Acre que iremos discutir, embora tendo claro que não são particularidades estáticas e nenhuma delas existe em estado puro, pois estão em constante transformação devido aos diversos níveis de relações estabelecidos com o capital. Também é necessário esclarecer que estão colocadas como forma de auxiliar a compreensão da categoria na qual estamos abordando, os seringueiros, e que não funcionam como uma camisa de força, fixando-os a tais elementos.

O seringueiro que estamos abordando é heterogêneo, mas mantém em comum características particulares de sua relação metabólica com a natureza, a partir de seu território de vida, assim, diferenciando dos demais seringueiros de outras regiões do país. E são estas especificidades que procuraremos discutir, tendo em vista seu processo geral de constituição de vida e de trabalho.

A identificação enquanto um sujeito seringueiro surge através de um processo de construção histórica, é um modo de vida herdado, pois traz de gerações, como identificado através dos entrevistados quando afirmam que os pais eram soldados da borracha¹. Isto permite demonstrar as identidades territoriais do ser seringueiro construídas em sua relação metabólica com a natureza e com a sociedade.

Em entrevista, um seringueiro ressaltou: “comecei a criar os dentes mexendo com seringa [...] porque na minha época era duro, com nove anos de idade eu já cortava e com doze anos eu andava no mato sozinho cortando” (informação

¹ Soldados da borracha são os migrantes, principalmente nordestinos, que foram para o Acre na década de 1940 para trabalhar com a extração da borracha a fim de atender aos Acordos de Washington, estabelecidos com os EUA.

verbal)². Assim, o seringueiro não se resume a uma “categoria profissional” relacionada a sujeitos que trabalham no extrativismo, mas a uma identidade social e produtiva construída, na qual o trabalho se associa com seu tempo de vida, ou seja, trabalho e a vida se correspondem e se intercalam, ou ainda, a vida dentro e fora do trabalho se mistura.

Conforme afirma outro seringueiro entrevistado: “minha identidade é de seringueiro” (informação verbal)³, o que perpassa a questão profissional e identifica a dimensão cultural.

Tanto na Resex Chico Mendes quanto nos Seringais Cachoeira e Equador⁴, evidenciamos que os entrevistados têm suas vidas estruturadas em seringais desde que nasceram, fato que reforça a questão cultural e hereditária de suas formas de vida e de acesso à terra e à floresta. Em suas palavras, enfatizaram:

Eu fui morar lá [Resex Chico Mendes] não era nem reserva ainda (informação verbal)⁵.

Chegamos aqui [no Seringal Cachoeira] em maio de 1969, mas a maioria dos seringueiros que aqui residem, aqui já estavam em 69, então minha vida foi quase toda aqui (informação verbal)⁶.

Esses relatos demonstram o tempo de vida dos entrevistados no local em que estão atualmente, sem contar a história de vida de suas famílias que já vivem em seringais ou no meio rural há décadas, há duas ou três gerações. Além disso, a migração tanto dentro do mesmo seringal, passando por várias comunidades e colocações, como entre os seringais da região é muito comum no processo de deslocamento dos seringueiros, conforme relatam:

Eu morava na Porangaba, no seringal Nazaré, que é colocação do meu pai [...] agora moro há 7 meses no seringal União [ambos na Resex Chico Mendes] (informação verbal)⁷.

² Entrevista concedida pelo seringueiro R. A. S., no Seringal Equador em Xapuri (AC), em julho de 2011.

³ Entrevista concedida pelo líder seringueiro Sabá Marinho, em Xapuri (AC), em julho de 2011.

⁴ Locais de realização do Trabalho de Campo, em 2011, com aplicação de entrevistas junto aos seringueiros e lideranças seringueiras.

⁵ Entrevista concedida pelo líder seringueiro Sabá Marinho, em Xapuri (AC), em julho de 2011.

⁶ Entrevista concedida pelo líder seringueiro Nilson Mendes, no Seringal Cachoeira em Xapuri (AC), em julho de 2011.

⁷ Entrevista concedida pelo seringueiro E. L. O., na Reserva Extrativista Chico Mendes (Seringal Nazaré) em Xapuri (AC), em julho de 2011.

Eu nasci aqui no seringal Nazaré e agora eu moro no seringal São Pedro [ambos na Resex Chico Mendes] (informação verbal)⁸.

Há casos de seringueiros que, além do deslocamento interno nos seringais da região, passaram pela cidade e voltaram à floresta, justamente pela dificuldade de adaptação da vida na cidade, assim como também há outras famílias seringueiras que nas cidades permaneceram devido à dificuldade de vida nos seringais.

Também é importante salientar que as histórias de vida destes seringueiros foram construídas no campo e nas florestas, permitindo uma identidade vinculada a estes locais e repassadas entre os membros da família.

Essa construção histórica do seringueiro em seu território compõe outros elementos que o particularizam como a intrínseca relação homem/natureza enquanto elemento constituinte de seu modo de organização de vida e de trabalho. A esse respeito é importante ponderar que a construção do conceito de natureza é resultado da representação de cada grupo social, o que proporciona diferentes posicionamentos frente à mesma. Assim, para o capital, a floresta representa um recurso a ser explorado; já para o seringueiro significa a base existencial de sobrevivência material e simbólica. É o valor de troca e o valor de uso conduzindo este processo.

Assim, toda relação homem/natureza é uma relação social mediada pela forma de conceber e interagir no território inerente a cada grupo social, o que torna cada relação social heterogênea. Para o seringueiro, a natureza é o meio de onde se origina sua vida e sua cultura. É uma relação dialética onde a natureza influencia a cultura, e a cultura se expressa e se territorializa na natureza através das formas de organização de vida e de trabalho. Desse modo, esta dialética resulta em uma dimensão sociocultural. É esta íntima relação com a natureza que se expressa na vivência dos seringueiros ao sabor dos ciclos naturais e no calendário agroextrativista⁹ determinado pelos condicionantes físico-naturais.

Assim, a cultura seringueira só existe pela vivência com a natureza, com seu meio e esta só se realiza neste território, pois o mesmo permite a criação de

⁸ Entrevista concedida pelo seringueiro C.S., na Reserva Extrativista Chico Mendes (no Seringal Nazaré) em Xapuri (AC), em julho de 2011.

⁹ O seringueiro tem como base produtiva a diversidade em sua colocação. Para isso, se dedica a várias atividades como: agricultura de subsistência, criação de animais e atividades extrativistas (borracha, castanha) que são divididas ao longo do calendário anual.

elementos que somente podem ser realizados devido às condições dadas. Por isso, a floresta é um elemento essencial para a manutenção das condições de vida do seringueiro onde se criam os elementos socioculturais e orientam suas ações.

Tal base sociocultural é construída também sob um sistema de representações, símbolos e mitos como elementos não materiais, “onde se entrelaçam as três funções do conhecimento: representar, organizar e legitimar as relações dos homens entre si e deles com a natureza” (DIEGUES, 2001, p. 63).

Para os seringueiros, a representação construída sobre a natureza engendra uma racionalidade na qual a floresta significa vida, trabalho e sobrevivência, como sendo uma representação desenvolvida no interior de seu grupo e transmitida por gerações, por isso enraizando-se na dimensão subjetiva do ser seringueiro. E essa representação simbólica reflete na ligação que os seringueiros têm com os ciclos naturais e, conseqüentemente, em seu calendário agroextrativista associado à caça, à pesca e às atividades extrativistas como elementos de produção material e imaterial de vida. Desta forma, as representações e os símbolos são resultados da realidade, específica às formas de interação e demonstram a essência de determinado grupo social.

Portanto, essa ênfase sobre a interação homem/natureza permeada pelo processo sociocultural construído por conhecimentos materiais de produção e imateriais por representações e simbologias, são aspectos geograficamente localizados, no caso, os seringueiros e seu território.

Nesse sentido, o território assume uma função importante de reprodução da existência e manutenção de sua identidade. Assim, é a floresta que garante a constituição de seu modo de vida e suas particularidades. Esta é a premissa básica do seringueiro, que a partir do trabalho estabelece relações com a natureza.

Assim, esse vínculo do seringueiro com o território passa também pela questão do acesso à terra, ou à propriedade da terra, como condição indispensável para sua existência, embora tal situação não o torne um capitalista justamente pelo caráter que a terra assume para esse sujeito social como meio de vida e de trabalho

Martins (1991) nos oferece uma importante contribuição ao analisar as diferentes funções da propriedade privada. Nesse sentido, de um lado, há a propriedade privada capitalista que representa a terra de negócio, na qual “tem por função assegurar ao capital o direito de explorar o trabalho; é fundamentalmente instrumento de exploração” (MARTINS, 1991, p. 54). Por outro lado, uma parte do

campesinato ou dos trabalhadores do campo e da floresta tem a propriedade privada da terra ou sua posse, mas esta não representa um meio de exploração do trabalho alheio, mas sim condição de trabalho, já que esta se refere à terra de trabalho. Isso por que, para o autor, “a propriedade familiar não é propriedade de quem explora o trabalho de outrem; é propriedade direta de instrumento de trabalho por parte de quem trabalha. Não é propriedade capitalista; é propriedade do trabalhador”.

Assim, a terra para o seringueiro é a terra de trabalho, local onde se constrói a vida junto à família, local que garante sua sobrevivência tanto em produtos como em renda para suprir as necessidades, como também local de construção cultural que se expressa na vinculação com a terra.

É a questão da terra de trabalho vinculada à família que se constrói outra característica relevante para o seringueiro: a organização de sua vida em seu território através do trabalho familiar.

A força de trabalho familiar é condição básica e fundamental para o seringueiro. É através da organização familiar que se realizam as atividades no interior de sua colocação e que garante a manutenção de sua condição de vida.

Na realização do trabalho de campo, em julho de 2011, acompanhamos a rotina diária de trabalho de um seringueiro. Pudemos constatar que a divisão de trabalho entre os membros da família é um elemento relevante para cumprir toda a lida diária.

Nesse caso acompanhado, a rotina de trabalho fica dividida entre o marido, a esposa e seus filhos, sendo que a idade e o sexo desses filhos os disponibilizam para auxiliarem em determinadas atividades.

A principal atividade desenvolvida no interior de colocação é a extração da seringa, considerando tanto o corte como a coleta, que ficam a cargo do chefe da família, enquanto as demais atividades são divididas entre a esposa e os filhos. A esposa assume as atividades complementares para auxiliar o marido, tanto nas atividades em casa, como na preparação da comida que leva todos os dias para o trabalho na estrada de seringa como também fica a cargo de funções próximas à casa: tirar leite, cuidar do roçado, etc.

Ao filho mais velho cabem as atividades que exigem maior esforço físico na colocação, enquanto o pai está na extração do látex. Nos momentos em que o pai se ausenta de suas atividades ele assume o corte e a coleta de látex, embora às vezes auxilie em todas as etapas da extração, o que vai depender da família. Já a

filha fica a cargo das funções da casa e para o filho mais novo algumas atividades para auxiliar o irmão mais velho¹⁰.

Somente nos momentos de necessidade de trabalho extra para alguma tarefa específica que os seringueiros utilizam de outras formas de organização como a ajuda mútua, a meação entre os membros da comunidade ou até o assalariamento. Nestes casos, o assalariamento temporário não se assemelha ao expediente cotidiano das propriedades capitalistas, pois não há a exploração do trabalhador contratado, sendo que geralmente são integrantes da sua coletividade. Conforme reforça Oliveira (2001, p. 58), o sujeito social que “o contrata não é um capitalista, não trava com ele uma relação social de produção especificamente capitalista”.

No caso de utilização de meeiros para as atividades em sua colocação, a maior parte são membros da família como filhos que já constituíram família ou sobrinhos, o que evidencia os laços familiares nos momentos de necessidade e de confiança.

Embora haja também casos de seringueiros mais capitalizados que utilizam do serviço de meeiros que não são da família para se dedicar à extração do látex, a fim de liberá-los para outras atividades mais lucrativas, conforme verificado no Seringal Cachoeira e Equador, em colocações que aderiram ao manejo madeireiro.

A relação de produção do seringueiro não pressupõe a geração de lucro, pois está fundamentada em vender um produto para comprar outro, para suprir as necessidades da família, portanto, o que recebe não se capitaliza, pois há nessa lógica a reprodução simples para a compra e venda de mercadoria e não ampliação do capital com a obtenção de lucro. Assim, as relações sociais que estabelecem, neste caso, com o trabalhador assalariado não são relações de exploração, pois essas são esporádicas e não uma forma fundante de reprodução social, que ocorre pelo trabalho e nas mediações com os meios de reprodução, como a terra e a floresta, para as atividades extrativistas seringueiras.

¹⁰ No caso de seringais com escolas, os filhos dividem o tempo de trabalho na colocação com o período letivo da escola.

Além disso, a organização de vida e de trabalho do seringueiro se constrói não somente pela sociabilidade familiar e de parentesco, mas também com a comunidade.

Segundo Silva (2011, p. 118-119):

as relações de sociabilidade comunitária se davam nos 'dias santos' e aos domingos, com atividades de lazer, celebrações religiosas, jogos de futebol, festas dançantes, etc. mas, também nos mutirões [os adjuntos] em que uniam forças familiares comunitariamente em trabalhos, em atividades de solidariedade a um companheiro.

Como exemplo dessa solidariedade na comunidade, há muitos casos em que nos momentos de doenças ou morte, os moradores se encarregam de levar o enfermo até a cidade a pé embalado em rede para ter o atendimento necessário. Portanto, é a solidariedade intragrupal construindo laços produtivos e sociais entre as famílias seringueiras através de uma "extensa teia de parentesco, de compadrio, de ajuda mútua, de normas e valores sociais" (DIEGUES, 2001, p. 66).

Martins (2003) também aborda essa questão ao enfatizar que há um conjunto de relações parentais nas comunidades, pois as famílias são extensas e vivem muito próximas ou no mesmo espaço, como enfatiza um seringueiro entrevistado que, "desde que nasci moro aqui mesmo no seringal Cachoeira, mas depois que eu casei eu mudei para outra colocação mais próxima ali do meu pai" (informação verbal)¹¹.

É comum a divisão das colocações entre os filhos, que passam a morar e trabalhar juntos, ou saem desta para outra próxima, permanecendo o vínculo familiar e de proximidade espacial. Portanto, verifica-se que a sociabilidade ocorre entre a integração da vida econômica e social dos seringueiros como um aspecto identitário relevante em sua vida familiar e coletiva.

Outra característica do seringueiro que reforça o sentido da terra de trabalho é a diversidade produtiva em sua colocação como forma de garantir a sobrevivência de sua família no interior da floresta, tanto pela dificuldade na geração de renda por produto, quanto pela determinação do tempo de cada produto (Quadro 1).

¹¹ Entrevista concedida pelo seringueiro M.P.S., no Seringal Cachoeira em Xapuri (AC), em julho de 2011.

Quadro 1- Calendário Agroextrativista dos Seringueiros do Estado do Acre¹²

Período Atividades	Chuva				Seco					Chuva		
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Castanha	X	X	X									X
Extração do látex				X	X	X	X			X	X	X
Roçado e pequenas criações	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Caça	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

Fonte: Trabalho de Campo realizado em julho de 2011.

Org.: Ponte, Karina Furini.

É esta heterogeneidade produtiva que caracteriza o seringueiro e que guia suas formas de trabalho, como também corresponde a um elemento relevante da identidade seringueira, da sua subjetividade, ou seja, um aspecto cultura que permite sua manutenção em seu território.

Como um seringueiro entrevistado ressalta que é “um pouco de cada coisa que forma a sustentabilidade da população tradicional”, como ele mesmo denomina de economia da diversidade, onde através da caça e da roça de subsistência que asseguram a reprodução social da família (informação verbal)¹³.

Esta é uma questão central: a diversidade garante a sustentabilidade do modo de vida seringueiro, e, conseqüentemente, a sustentabilidade se refere também à preservação da natureza e de seu território, de uma forma que permita uma interação homem/meio onde a natureza tem uma representação de valor de uso, meio no qual se constrói e se reconstrói a vida a partir do trabalho familiar.

A forma tradicional do seringueiro, ou seja, sua base de vida é composta por vários elementos que não são dissociados: sustentabilidade ambiental-sobrevivência-diversidade produtiva-vida-trabalho, pois sem sustentabilidade não há sobrevivência e não há vida. Portanto, a rotina de trabalho e a organização produtiva, baseada na diversidade, dependem sobremaneira da sustentabilidade.

Para a presidente do STR de Xapuri:

¹² Esse calendário foi elaborado através das informações bibliográficas e das entrevistas realizadas em trabalhos de campo; com isso, representa um modelo tradicional para compreender a diversidade produtiva, o que não significa que este arranjo contemple todos os seringueiros.

¹³ Entrevista concedida pelo líder seringueiro Nilson Mendes, no Seringal Cachoeira em Xapuri (AC), em julho de 2011.

sustentabilidade é isso porque eu e meus irmãos, a gente mora na Pimenteira [comunidade da Resex Chico Mendes] há 54 anos. Eu fui para lá eu tinha 4 anos e aí você ainda consegue avistar a floresta porque está muito próxima as seringueiras, as castanheiras, aquelas que a ação do tempo não dizimou continuam lá produzindo látex, produzindo castanha. Então essas atividades estão provadas que têm sustentabilidade (informação verbal)¹⁴.

É nesse contexto territorial de gerações vivendo da e na floresta que a entrevistada considera que a sustentabilidade do seringueiro é possibilitada através do extrativismo e do seu trabalho com a natureza, ressaltando que “para mim a viabilidade seria valorizar esses produtos como a castanha e a borracha que a gente sabe pela história que eles são sustentáveis” (informação verbal)¹⁵.

É o extrativismo que configura a base de vida do seringueiro, por isso, que a partir do relato de um líder do movimento, o mesmo enfatiza que “o seringueiro tem que fazer a defesa da floresta [...] porque lá está nossa sobrevivência” (informação verbal)¹⁶.

O modo de vida do seringueiro está assentado sobre o que Mészáros (2002) denomina de mediações de 1ª ordem, as quais a relação homem e natureza perpassa pelas imediatas necessidades básicas do sujeito e sua relação metabólica com a natureza, que está associada ao valor de uso, independente de existir a relação com o mercado e em determinados momentos os recursos naturais serem objeto de troca. Embora ao entrar no circuito produtivo, o produto fruto dessa relação metabólica não seja marcado pelo fetichismo da mercadoria, onde o único objetivo é a acumulação de capital, mas no caso dos seringueiros, a inserção ao mercado se dá pela necessidade de garantia de sua sobrevivência econômica, social e territorial. Portanto, não é a inserção ao mercado que os tornam capitalistas ou assalariados, pois a produção ocorre como condição para a reprodução do seringueiro, não há lucro, já que os ganhos não são advindos da exploração da força de trabalho de outrem, e sim são resultados do trabalho de sua família na relação estabelecida pelo trabalho com os meios de produção.

¹⁴ Entrevista concedida pela presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri Dercy Teles de Carvalho Cunha, em Xapuri (AC), em julho de 2011.

¹⁵ Entrevista concedida pela presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri Dercy Teles de Carvalho Cunha, em Xapuri (AC), em julho de 2009.

¹⁶ Entrevista concedida pelo líder seringueiro Osmarino Amâncio, em Brasília (AC), em julho de 2009.

Não é somente através da comercialização que o camponês ou trabalhador da floresta se vincula e passa a ser controlado pelo capital, mas também ao submetê-los aos mecanismos de financiamento e compra de insumos para a produção, como ressalta Oliveira (2001) ao exemplificar a relação imposta pelo capital na compra dos meios de produção para que o sujeito se afine aos princípios de uma produção capitalista, o que o coloca nas mãos do setor bancário, através dos financiamentos, e industrial via mecanismos de compra de produtos e insumos.

Portanto, é na comercialização enquanto etapa final da produção, que o capital regula e controla o sujeito e sua propriedade ou posse da terra através da materialização na sujeição da renda da terra. É na distribuição que o capital se apropria da renda da terra, extraindo seu excedente econômico que foi resultado do trabalho de sua família e realizado em sua terra de trabalho. Portanto, é por meio destes instrumentos de financiamento, aquisição de bens e insumos agrícolas, bem como pela comercialização, por exemplo, que o campesinato e os trabalhadores da floresta entram em contato com os mecanismos do capital e a ele ficam subordinados.

Para Martins (2003, p. 65), o trabalho do camponês é independente já que o mesmo tem a propriedade ou posse da terra. Portanto, “o que ele vende é produto e não isoladamente o trabalho contido no produto”, diferentemente do operário industrial assalariado que vende o trabalho e mantém uma relação direta com o capital através do salário que recebe pelo trabalho; já o trabalho do camponês aparece somente no vínculo com o produto e não isolado, como afirma Martins (2003), ele se torna elemento essencial para o capital, pois na impossibilidade de separar o sujeito dos meios de produção, o explora através de seu trabalho em sua terra, que muitas vezes passa a não ser mais independente, mas dependente da lógica do capital justamente pelos laços estabelecidos pelos financiamentos e pela comercialização do produto, por exemplo.

Como afirma Martins (2003), o trabalho do camponês pode ser independente, mas sua vida está articulada com a trama de relações do mercado e, portanto, do capital. E são esses reflexos do capital na vida camponesa que servem como estopins para sua organização social e constituição do processo de luta e resistência.

Portanto, a racionalidade do seringueiro apresenta uma vinculação estreita com seu território, no qual é através da mediação com a natureza que

possibilita a construção de sua organização de vida e de trabalho. Assim, a floresta representa a base da vida, do trabalho e da sobrevivência do seringueiro e de sua família.

Desse modo, a inserção de outra racionalidade tende a desconstruir o alicerce do seringueiro e, com isso, traz alterações substanciais em sua organização de vida e de trabalho. Foi esse cenário de desestruturação da base de vida do seringueiro no estado do Acre a partir da inserção de grandes projetos ligados à pecuária que motivou a organização política do seringueiro nas décadas de 1970-80.

Assim, não são somente os aspectos sociais, econômicos e culturais que sustentam a racionalidade do seringueiro, mas também a dimensão política, vinculada ao processo de luta e resistência travada contra o capital para garantir a manutenção de sua vida.

Nesse sentido, Thomaz Junior (2009) esclarece que não é somente a classe operária que compõe os sujeitos capazes de negar a ordem do capital e de construir processo de resistência, mas também mobilizam inúmeros setores do universo do trabalho no Brasil, como camponeses, posseiros, seringueiros, pescadores, trabalhadores rurais, dentre outros. Assim, é através da luta e da resistência que se constrói a consciência de classe do trabalhador, o tornando sujeito histórico e político em busca do processo de autonomia frente ao capital e suas personificações.

Ao abordar o seringueiro, a dimensão política ocorre através da luta pela terra de trabalho, conseqüentemente, a luta pelo seu modo de vida, como condição para sua reprodução social, cultural e econômica.

Dessa forma, os seringueiros no estado do Acre se constituíram enquanto sujeitos de classe no processo de luta para a constituição de seu território de vida e de trabalho, com a concretização da Reserva Extrativista Chico Mendes como reforça Silva (2011), que foram as lutas travadas nas décadas de 1970/1980 que culminaram na Resex, o despertar da consciência de classe e, portanto, na constituição de sujeitos políticos.

Tais lutas buscavam o reconhecimento da terra de trabalho, instrumento essencial da condição de existência do campesinato, já que a terra representa a sobrevivência do seringueiro e, portanto, sua posse proporciona uma possibilidade de autonomia e liberdade (SILVA, 2011).

Portanto, é através da forma de organização de vida e de trabalho do seringueiro como também por seu papel de sujeito político frente ao processo de introdução do capital no estado que foi alicerçando a identidade do sujeito seringueiro do Acre e assim, de sua racionalidade.

2.2 O movimento seringueiro e seu processo de luta e resistência no estado do Acre

A economia da borracha amazônica vinculada à exportação a fim de atender as demandas do processo de industrialização europeia e norte-americana teve seu declínio com o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), devido à superioridade da produção de borracha cultivada no sudeste asiático, bem como a concorrência com a produção de borracha sintética.

Assim, com o declínio da produção gumífera amazônica passa a vigorar uma nova reorganização da região, onde muitos seringueiros saíram dos seringais indo para as periferias das cidades da região e países vizinhos como Bolívia e Peru; outros voltaram para o Nordeste, sua região de origem; outros permaneceram nos seringais, embora estabelecendo outros tipos de relações com os seringalistas.

Com relação aos seringueiros que abandonaram os seringais e permaneceram no Acre, a saída foi “distribuir pequenos lotes de terra [as chamadas colônias agrícolas, cujas dimensões variavam de 25 a 40 hectares] nas proximidades de algumas zonas urbanas” (PAULA, 1991, p. 46). Desse modo, além de abrigar a população que se aglomerava nas periferias das cidades, proporcionava condições para produzir internamente alimentos necessários para o consumo no estado.

Por outro lado, os seringueiros que continuavam nos seringais se dividiam entre o estabelecimento de uma agricultura de subsistência e o extrativismo que ainda se mantinha como a principal atividade econômica ao longo das décadas de 1950-60. Apesar do declínio externo da atividade, a borracha amazônica passa a ser direcionada para abastecer as demandas da indústria brasileira, já que o contexto nacional estava envolvido pela política de substituição de importações via processo de industrialização interna.

Embora muitos seringueiros permanecessem nos seringais, as relações com os seringalistas não se consubstanciavam através da dominação e da

exploração extrema vivenciada anteriormente, já que muitos fatores proporcionaram a saída dessas amarras, aumentando seu poder de reivindicações e de conflito.

Primeiramente, a possibilidade de ter uma agricultura de subsistência já demonstra as condições de um processo de autonomia desse seringueiro que antes somente poderia adquirir seus produtos de necessidade básica via troca por borracha com o seringalista.

Além desse desligamento da relação com o seringalista pelo suprimento de bens, o seringueiro passa a manter relações com o marreteiro, um comerciante ambulante que passa a comprar a borracha do seringueiro e a vender mercadorias diversas. Assim, a compra da borracha não é realizada exclusivamente pelos seringalistas, havendo então uma concorrência interna.

Por fim, a ampliação das relações com outros sujeitos e com a expansão do rádio retiraram muitos seringueiros da situação de isolamento. Assim, tiveram contato com informações sobre o preço da borracha e passaram a exigir o cumprimento dessa tabela pelo seringalista (PAULA, 1991).

Diante desse contexto, nas décadas de 1960-70, a região amazônica além de passar por um processo interno de dissolução da estrutura seringalista, se vê diante da formação de um novo sujeito político seringueiro que passa a reivindicar seus direitos; no cenário nacional surgem as políticas de integração nacional como forma de alcançar o desenvolvimento para o país a partir de ações regionais, tendo como foco o Nordeste e a Amazônia.

Sendo assim, o governo federal criou vários órgãos e programas nesse período, como mencionado no capítulo 1, a fim de integrar o Brasil através de construção de rodovias, de direcionamento de fluxos migratórios com o objetivo de concentrar mão de obra e a concessão de incentivos fiscais no processo de aquisição de terras para que atraísse o capital nacional e internacional para a Amazônia.

Através dessa política de integração nacional foi incentivada a inserção de várias atividades econômicas como a mineração, a extração de madeira e a pecuária que foram distribuídas espacialmente nas diversas áreas da Amazônia de acordo com suas peculiaridades. Nesse sentido, no estado do Acre, o carro chefe desse novo tipo de desenvolvimento nacional da década de 1970 foram os projetos agropecuários.

Sendo assim, o então governador do Acre, Francisco Wanderley Dantas (1971-1975), juntamente com o governo federal, no mandato de Emílio Garrastazu Médici, lançam políticas de atração consubstanciadas em algumas vantagens:

na propriedade privada da terra consagrada na normatização constitucional, canalizada politicamente por meio do Estatuto da Terra e numa política de financiamento, de incentivos e renúncias fiscais, sob a tutela do estamento militar com suporte nas tradicionais oligarquias fundiárias, na burguesia industrial associada ao capital internacional, bancada por financiamentos de organismos multilaterais como o BID e o BIRD (PORTO GONCALVES, 2003, p. 521).

Nesse sentido, a opção pela pecuária de corte foi movida pelo interesse do Brasil em integrar-se ao mercado mundial, para se tornar um dos maiores exportadores de carne bovina. Desta forma, as corporações multinacionais passaram a financiar a expansão da indústria de carne e assim algumas vieram a se instalar na Amazônia (PAULA, 2005, p. 70).

A pecuária atraiu grande número de fazendeiros do Centro-Sul do Brasil, principalmente do estado de São Paulo, mas devido ao baixíssimo preço da terra no Acre, de início, muitos não se interessaram na criação bovina, partindo para a especulação fundiária da terra.

Essa realidade da pecuária no estado proporcionou consequências catastróficas para o território acreano e sua população. Em termos ambientais, ocorreu a derrubada e a queimada da floresta para o cultivo de pastagens; em termos sociais, com a substituição da floresta pela criação de gado, houve a desterritorialização de seringueiros, o que colocaria em risco a manutenção em suas colocações e seu modo de vida.

Nesse sentido, Paula (2005, p. 66) reforça que:

a floresta amazônica foi considerada ou percebida pelo núcleo dirigente do Estado e seus aliados internacionais, principalmente os norte-americanos, como um obstáculo a ser vencido. A expansão do progresso técnico para a região tinha como suposto fundamental a remoção de uma parcela substancial de suas florestas.

Assim, esse tipo de “desenvolvimento” não teve a floresta enquanto uma perspectiva de progresso social e econômico, mas a teve como um empecilho para tal, pois seria necessária sua transformação em pastagens.

Altera-se o sentido da natureza e da floresta que passa a compor um elemento da lógica do capital como valor de troca, opondo-se ao uso impresso pelos seringueiros que habitam o território através de uma racionalidade consubstanciada na relação metabólica com a natureza para garantir sua organização de vida e de trabalho.

Como resultado desse processo de degradação da floresta e dos sujeitos, primeiramente pela relação de subordinação com o seringalista, e agora com a invasão da atividade de criação de gado, os seringueiros se fortalecem com o objetivo de lutar e resistir contra essa forma externa de desenvolvimento para o Acre. Assim, a partir de 1970, criaram o movimento social dos seringueiros.

A introdução da pecuária bovina no Acre afetou sobremaneira os seringueiros e seus territórios, pois a floresta significa seu lócus de vida e de sobrevivência; emergiu, portanto, uma luta essencialmente territorial no sentido da permanência, não somente em sua terra, mas em sua forma metabólica com a natureza. Isso porque:

a gente vivia da floresta e para nós a floresta só dava a nossa sobrevivência se ela continuasse em pé [...] estavam queimando a nossa subsistência: a borracha, a castanha, o açaí, o patuá (informação verbal)¹⁷.

A luta histórica dos seringueiros compreende várias dimensões que são complementares e estão presentes em seu processo de luta e de resistência, pois a floresta e a terra são elementos primordiais para garantir sua sobrevivência econômica e política. É na floresta que se encontram as atividades extrativistas, por conseguinte, a base de sobrevivência dos seringueiros; como também é através da vivência na floresta que ocorre sua construção enquanto ser político, com identidade de extrativista e capaz de se organizar na luta por seus direitos.

Para Alier (1997), os movimentos sociais sediados nos países, por ele denominado de Terceiro Mundo, ou os movimentos sociais dos pobres, estão frequentemente relacionados com suas lutas pela sobrevivência. Estes movimentos não se definem somente como ecologistas, mas pela sua própria estrutura de vida, os elementos ecológicos estão imbricados em seu processo de luta. Portanto, são também ecologistas, pois “seus objetivos são definidos em termos das necessidades

¹⁷ Entrevista concedida pelo líder seringueiro Osmarino Amâncio, em Brasília (AC), em julho de 2009.

ecológicas para a vida: energia (incluindo as calorias da comida), água, espaço para habitar” (ALIER, 1997, p. 10).

Essa necessidade primária de sobrevivência e que implica (in)conscientemente na questão ecológica está nítida na fala de uma das lideranças dos movimentos sociais dos seringueiros das décadas de 1970-80:

sem entender muitas vezes que a gente estava tendo uma função importantíssima na defesa dessa floresta porque a gente a defendia e não queria que ela caísse na época, e não era porque a gente tinha noção das atmosféricas, a gente não tinha noção da questão ambiental, da questão ecológica, ninguém entendia nada aqui dessas coisas, a gente defendia porque era a nossa sobrevivência, a gente vivia da floresta e para nós a floresta só dava a nossa sobrevivência se ela continuasse em pé (informação verbal)¹⁸.

Assim, segundo Löwy (2011, p. 127-128), essa luta dos seringueiros que foi protagonizada por importantes líderes, inclusive Chico Mendes, nas décadas de 1970-80 no estado do Acre, representa um ecologismo dos pobres ou um ecologismo da sobrevivência, conforme enfatiza o autor de que:

entre las múltiples manifestaciones de esta ‘ecología de los pobres’, un movimiento aparece como particularmente ejemplar, por su alcance a la vez social y ecológico, local y planetario, ‘rojo y verde’; la lucha de Chico Mendes y de la Coalición de los pueblos de la selva para la defensa de la Amazonia brasileña¹⁹.

Embora esta visão revolucionária tenha permanecido somente nas décadas de 1970-80 e perdido a força devido à desarticulação do movimento ocasionada tanto pelo assassinato de Wilson Pinheiro (1980), Chico Mendes (1988) e demais lideranças, como com as ações do Estado de tomar as instâncias de autonomia do seringueiro como os sindicatos e cooperativas, a cooptação de lideranças dentre outros²⁰. Apesar dessa desestruturação, a luta continua como forma de garantir a sobrevivência dos sujeitos que necessitam da floresta enquanto

¹⁸ Entrevista concedida pelo líder seringueiro Osmarino Amâncio, em Brasiléia (AC), em julho de 2009.

¹⁹ “entre as múltiplas manifestações desta ‘ecologia dos pobres’, um movimento aparece como particularmente exemplar, por seu alcance às vezes social e ecológico, local e planetário, ‘vermelho e verde’, a luta de Chico Mendes e a aliança dos povos da floresta para a defesa da Amazônia Brasileira” (LÖWY, 2011, p. 127-128, tradução nossa).

²⁰ As formas de controle do Estado no sentido de desarticular o movimento dos seringueiros bem como sua autonomia serão discutidas no próximo tópico desse mesmo capítulo.

território de vida e de trabalho, seja através da busca por políticas públicas de inserção no mercado e garantia de preço, seja enfrentando o Estado através de suas políticas nefastas de mercantilização da natureza²¹.

Cada grupo social atua no território segundo as representações que se fazem de suas relações com ele, o que leva a uma determinada construção social. No caso dos seringueiros, a sobrevivência com base na floresta é imperativo de sua construção social, como uma identidade societária; já para os pecuaristas a floresta se apresenta como lócus de acumulação do capital que naquele momento deveria dar espaço para as pastagens.

Ambos os processos são contraditórios, pois o avanço da pecuária para o estado do Acre ameaçou a preservação da floresta e, conseqüentemente, a permanência e a vida dos seringueiros em seus territórios.

Nesse sentido, através de uma entrevista concedida por um seringueiro, o mesmo ressalta que “esses fazendeiros queriam derrubar toda a mata [...] para fazer pasto”, em alguns locais os pecuaristas ofereciam a “opção de venda”, mas

era aquele negócio, se eu não quisesse vender o meu lugar, eles iam com motosserra e derrubavam a casa e te botavam para correr. Aí surgem as perseguições. Vários companheiros morreram, fazendeiros mandou matar, apareciam morto (informação verbal)²².

Assim, além do fato de destruir sua única forma de sobrevivência ao tomar suas terras, os seringueiros se viram envoltos em situações de violência e humilhação:

O fazendeiro chegava num determinado seringal e dizia: Vocês estão expulsos daqui! E se o seringueiro resistia ele tinha a casa queimada, incendiada, ele tinha as filhas estupradas pelos jagunços. Muitos casos aconteceram de humilhar os seringueiros no meio da floresta, teve casos, por exemplo, de o jagunço ter relações sexuais com a filha, a mãe e marido amarrado para os outros assistirem. Era uma espécie de humilhação para desmoralizar o seringueiro, era uma coisa violenta. A violência que sofremos aqui não foi só a violência de morte física, foi a violência moral [se emociona] [...] decidiram fazer sua estrutura aqui e você topa um bando de seringueiro analfabeto, sem poder econômico e sem força política [...] nós fomos enxovalhados por ser considerado nós os vilões, de ser o

²¹ Embora muitas dessas reivindicações tanto por políticas públicas ou contra o estado pelo processo de mercantilização da natureza ocorrem principalmente dentro do âmbito dos sindicatos e dentro da universidade com pesquisadores engajados pelos direitos dos seringueiros.

²² Entrevista concedida pelo seringueiro R. M., na Reserva Extrativista Chico Mendes (Seringal Nazaré) em Xapuri (AC), em julho de 2011.

principal empecilho para esse progresso, para esse desenvolvimento (informação verbal)²³.

Assim, a inserção da pecuária bovina, estimulada pelo governo do Acre, ocorreu sem considerar os sujeitos e as formas de vida que consolidavam este território. Desta forma, na tomada dos territórios seringueiros pelos capitalistas, a violência se fez presente como meio de coação e de controle para com sujeitos que se viam sem poder político e sem força.

Nesse sentido, para buscar a organização e o fortalecimento destes trabalhadores surge, em 1973, a Pastoral Católica junto às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) que, fundamentada nos princípios básicos e necessários para os seringueiros e indígenas, também fossem atendidas no tocante: à educação, à saúde, à assistência do governo. Isto resultado da relação religião e política com base na orientação da Teologia da Libertação.

Segundo Paula (1991, p. 74) “foi através dessas comunidades [CEB] que os trabalhadores começaram a tomar consciência de seus direitos e a compreender a necessidade de construir uma união entre eles para lutar contra o inimigo”. Com isso, a igreja se tornou a única voz para defender os seringueiros e posseiros no início da década de 1970.

Essa ala da igreja católica se posicionou de forma a questionar o modelo de desenvolvimento adotado pelos militares e colocava a necessidade de um desenvolvimento que privilegiasse as populações locais, objetivando a melhora das condições de vida e de trabalho.

Nesse sentido, Moraes (2008, p. 116) enfatiza que “ao fazer esta opção, a igreja [no caso a Diocese do Acre e do Purus] rompe radicalmente com seu passado, pois antes a igreja só aparecia junto às comunidades ribeirinhas para fazer a ‘desobriga’²⁴”.

Assim, a igreja, sob a coordenação de Padre Paulino²⁵, elaborou uma cartilha para mostrar os direitos sobre a posse da terra dos trabalhadores que se

²³ Entrevista concedida pelo líder seringueiro Osmarino Amâncio, em Brasiléia (AC), em julho de 2009.

²⁴ Desobriga eram as incursões dos missionários da Igreja Católica para os seringais a fim de realizar batismos, pregações e proceder outras ações religiosas.

²⁵ Padre Paulino Baldassari é um importante líder da Igreja Católica em Sena Madureira (AC). De nacionalidade italiana, veio ao Brasil na década de 1950, se radicando em São Paulo e logo depois indo para o Acre onde se dedica além das questões religiosas, à defesa da floresta e de sua população.

denominava de “Catecismo da Terra”, a fim de esclarecer elementos relevantes para os seringueiros, como o Estatuto da Terra (1964), as formas de resistência, ou seja, preservar e ampliar os horizontes da conscientização da situação enfrentada por eles.

A Igreja teve um papel relevante na retomada da conscientização dos seringueiros e no seu fortalecimento político, o que auxiliou na fundação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais pelo estado do Acre, juntamente com a instalação da Delegacia Regional da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), em 1975.

A CONTAG surge, no Acre, em meio a um agravamento dos conflitos pela posse, acesso e resistência na terra, por isso, seu “propósito básico era de fundar sindicatos para organizar a luta de resistência pela terra” (PAULA, 1991, p. 83).

As linhas de ação da CONTAG tinham como referência o Estatuto da Terra (1964). Como juridicamente a categoria seringueiro não se enquadrava neste documento, houve uma inversão de sua identidade para “posseiro” a fim de que pudessem garantir direitos à reivindicação da posse da terra (PAULA, 1991).

Nesse sentido, apesar da contribuição da CONTAG para a questão fundiária no estado do Acre, sua distorção em relação à realidade local fez distanciar-se das diretrizes do sindicalismo rural, já que ao enquadrar o seringueiro como posseiro, perde a dimensão de suas especificidades, assim, acabam não correspondendo às demandas dos sindicatos dos seringueiros.

Ao transformar os seringueiros juridicamente em posseiros, passam a ser reinseridos na terra por meio das colônias agrícolas, já abordadas anteriormente, e através dos programas de colonização via assentamentos rurais. Assim, muitos seringueiros se tornam colonos, o que negligenciava as necessidades específicas dessa população em termos territoriais e produtivos. Além do que sua maioria abandonou as áreas devido às difíceis condições de produção e comercialização. Todos estes fatores levaram às tensões entre a Delegacia Regional da CONTAG e algumas lideranças dos extrativistas.

Para Paula e Silva (2008, p. 108), enquanto a CONTAG e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) padronizam as formas de organização política e de reprodução social ao enquadrar as populações camponesas e extrativistas no modelo distributivista da reforma agrária previsto no Estatuto da Terra, “os dirigentes do STR de Xapuri e aqueles ligados às oposições sindicais vinculados à CPT

decidem manter-se numa posição de independência e apostar na intensificação das mobilizações coletivas como principal forma de luta pela terra”.

Nesse processo, a luta passa pela necessidade de reconhecimento das peculiaridades do seringueiro, já que pelo Estatuto da Terra (1964) somente é considerada área de posse as benfeitorias, o roçado e a casa, mas de acordo com a organização territorial do seringueiro suas estradas de seringa são elementos essenciais para sua demanda de vida e produtiva. Esse diferencial na reivindicação do ser seringueiro faz do sindicato um instrumento de luta importante para o movimento seringueiro²⁶.

A partir daí surgem os vários sindicatos dos trabalhadores rurais do Estado do Acre, como: Sena Madureira e Brasiléia, em 1975; Rio Branco, Tarauacá e Cruzeiro do Sul, em 1976; e, Feijó e Xapuri, em 1977 (PORTO GONCALVES, 2003).

Paula (1991), ao analisar o papel dos sindicatos no processo de luta e resistência dos seringueiros no Acre, ressalta que apesar deste panorama geral dos sindicatos criados no estado, os que tiveram maior expressão foram: o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasiléia (STR de Brasiléia) e, posteriormente, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri (STR de Xapuri).

No período de 1976 a 1980, o STR de Brasiléia foi “consagrado como principal referência da luta de resistência pela terra no estado” justamente pelo importante papel de Wilson Pinheiro como presidente organizando os empates para barrar a apropriação das terras dos seringueiros (PAULA, 1991, p. 118).

Com o assassinato de Wilson Pinheiro, em 1980, e com as ações do estado do Acre nas áreas de conflito com a concessão de títulos de posse de terra, houve uma desestruturação do movimento de resistência liderado pelo STR de Brasiléia.

Já o STR de Xapuri foi um dos últimos a ser fundado devido à desarticulação política dos seringueiros locais e à falta de apoio da igreja, mas “em 1984 [se consolida] como a grande referência do sindicalismo rural no estado do Acre” (PAULA, 1991, p. 176).

²⁶ Tanto que na década de 1980 passam a lutar pela criação das Reservas Extrativistas enquanto uma territorialidade de acordo com suas particularidades.

A base do STR de Xapuri se construiu através do fortalecimento dos empates como forma de garantir a permanência do seringueiro na floresta, como também ações junto ao poder público na busca por melhores condições de vida para os seringueiros (escolas, postos de saúde, etc.), o que estabeleceu uma diferença com relação ao sindicalismo anterior no qual permeava somente a luta pela resistência da posse da terra²⁷.

Nesse momento iniciam e se fortalecem as organizações sociais da população da floresta que teve origem no movimento sindical diante do processo de expansão da fronteira agrícola e da multiplicação dos conflitos fundiários.

Para Feitosa (1995, p. 73):

É através das formas de participação coletiva e democrática que os seringueiros poderão se tornar conscientes e responsáveis pelo desenvolvimento de suas potencialidades. A organização é a forma adequada para o estabelecimento de meios de maior participação e envolvimento das comunidades e para se chegar a propostas alternativas para a viabilização de suas aspirações²⁸.

Muitas conquistas foram sendo adquiridas através da organização coletiva, principalmente nas condições internas enquanto contribuição no processo de construção de uma identidade coletiva de classe, como afirma Porto Gonçalves (2003, p. 430):

que os sindicatos contribuem fortemente para conformar as classes por meio dos conflitos de que se torna veículo. Por meio dele se configura um eu coletivo em que o componente das relações de trabalho tem um forte peso na conformação das identidades coletivas²⁹.

Além disso, o fortalecimento de classe permitiu seu processo de luta frente às ameaças e sujeitos externos, nesse caso, a expulsão dos seringueiros de suas terras e apropriação das mesmas pelos pecuaristas a fim de destinar para a

²⁷ Ainda nesse capítulo, ao abordar as formas de cerceamento da autonomia política e econômica dos seringueiros retomaremos a discussão da atualidade de ambos os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, de Brasília e de Xapuri. Por ora, o objetivo foi mostrar a importância dos sindicatos para o processo de luta e resistência dos seringueiros nas décadas de 1970 e 1980.

²⁸ No caso, a luta pela posse da terra através da constituição das Reservas Extrativistas, como, por exemplo, a Resex Chico Mendes.

²⁹ Um dos elementos mais importantes de construção coletiva dos seringueiros foi a organização, pelo sindicato, dos empates, que será discutido a seguir.

criação de gado bovino. Com isso, seu poder de articulação política demarcou sua posição e enfrentando a essas adversidades.

Até a constituição dos sindicatos na década de 1970, as disputas e lutas travadas entre os seringueiros e os seringalistas e, posteriormente, os pecuaristas, eram tratadas individualmente e contidas por meio da repressão policial a um sujeito específico (o seringueiro). Somente a partir da articulação com os sindicatos, que o seringueiro passa a ter uma vinculação ao conjunto, o que possibilitou aspirar questões mais amplas que envolvem a coletividade, pois o sindicato tem uma função política na defesa da classe trabalhadora e na luta por suas necessidades e aspirações o que fortaleceu ainda mais os seringueiros e permitiu continuar a trilhar seu processo de luta na busca pela sua resistência na terra de trabalho e a ter condições de viver a partir de suas especificidades territoriais e culturais.

Para Osmarino Amâncio esse fortalecimento possibilitou com que o “seringueiro criasse uma consciência de que só ele poderia fazer a defesa da floresta. Não tinha panfleto, não tinha programa de rádio se você não fosse no corpo a corpo [...] aqui a necessidade era essa!” (informação verbal)³⁰.

Como forma de luta e resistência perante a apropriação de suas terras, os seringueiros organizaram o que denominavam de empates. Ou seja, quando descobriam algum local que estava sendo desmatado, os seringueiros e suas famílias se arranjavam para impedir a ação dos fazendeiros.

O empate significava um importante instrumento de luta coletiva do seringueiro pela resistência em seu território de vida e de trabalho. Significava a defesa da floresta e, portanto, de suas condições particulares de vivência, ou seja, com base no extrativismo, na agricultura de subsistência, na caça e na pesca, além das dimensões culturais criadas a partir do território da floresta.

Essa mobilização era coletiva e contemplava todos os membros da família como mulheres e crianças, além dos seringueiros chefes de família, pois acreditava que inserindo toda a família era uma estratégia para coibir a repressão policial acreditando que amenizaria a violência do ataque policial.

Para Osmarino Amâncio, importante liderança seringueira:

³⁰ Entrevista concedida pelo líder seringueiro Osmarino Amâncio, em Brasília (AC), em julho de 2009.

[o empate] no esporte é quando ninguém ganha e ninguém perde, mas para nós o empate aqui era vitória porque como nós não derrubava floresta, nós também não ia deixar os outros derrubarem, empate nem nós derrubamos e nem vocês derrubam e nós permanecemos aqui fazendo todo tipo de atuação extrativista que a gente vinha fazendo há muito tempo e que para nós é sustentável (informação verbal)³¹.

Segundo relato de outra liderança seringueira, os empates eram para:

defender a floresta, nós queríamos a floresta em pé, até porque se nós deixássemos derrubar a floresta, para onde nós íamos? Nós não sabíamos [...] não tinha leitura para ir para a cidade para sustentar nossa família lá num bom emprego (informação verbal)³².

Para Porto Gonçalves (2003, p. 550), o empate é um instrumento de “defesa de uma determinada [...] racionalidade, de se reproduzir segundo uma matriz própria, segundo um determinado modo de envolvimento contra um determinado modo de des-envolvimento que se quer universal”.

Dessa forma, percebe-se que os empates tinham como objetivo o enfrentamento e a resistência para a manutenção de seu arranjo de vida e de trabalho e, para isso, não somente a terra era essencial, mas a própria floresta. Esta forma de organização foi e continua sendo o cerne da cultura seringueira e a retirada da terra/floresta do seringueiro significa não somente a retirada das condições de renda, mas a subtração de suas condições de vida e do seu território.

Por isso, segundo a Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri (2010), os empates representavam o principal instrumento de resistência na época enquanto uma unicidade de classe, pois de acordo com sua singularidade territorial, os extrativistas sempre dependeram da floresta para a manutenção de sua condição social, econômica e política, o que representa uma forma particular de resistência dos seringueiros do estado do Acre nas décadas de 1970-80.

Era uma luta travada por sujeitos que almejavam perspectivas diferentes para a floresta, sendo de um lado como empecilho para o desenvolvimento do capital e a necessidade de introduzir uma atividade moderna, e por outro, como meio de vida e de sobrevivência.

³¹ Entrevista concedida pelo líder seringueiro Osmarino Amâncio, em Brasiléia (AC), em julho de 2009.

³² Entrevista concedida pelo líder seringueiro Sabá Marinho, em Xapuri (AC), em julho de 2011.

Para um seringueiro que participou deste processo, “a grande luta que a gente tinha era contra eles [fazendeiros], não [precisa] provar quem foi, nem o A nem o B, mas a grande luta que a gente tinha era contra eles” (informação verbal)³³, ou seja, a luta não era contra um sujeito específico, mas de classe, contra os fazendeiros/pecuaristas e sua forma de organização e posse. Estava muito claro que o enfrentamento realizado através do empate era dos seringueiros contra os fazendeiros.

Nesse sentido, Osmarino Amâncio ressalta que:

na década de 1970 a 1980/85, 10 pessoas se apropriaram no estado do Acre de 8 milhões de hectares de floresta, 10 pessoas tomam conta de mais da metade do estado, porque o estado todo é 15 milhões de hectares [...] a gente chamava de os 10 maiores do Acre, os que tinham de 200 mil a 2 ou 3 milhões de hectares de floresta (informação verbal)³⁴.

Essa concentração fundiária significava que nessa luta entre fazendeiros e seringueiros, os primeiros estavam saindo vitoriosos, pelo menos a princípio, e foi em meio a esta situação que os seringueiros perceberam que somente a organização interna, através da coletividade dos seringueiros do Acre por meio dos sindicatos locais, não estava surtindo o resultado esperado, pois era necessário levar estas questões para o âmbito nacional e internacional.

Assim, organizaram o 1º Encontro Nacional de Seringueiros (ENS), realizado em Brasília no ano de 1985 com a finalidade de divulgar a situação dos seringueiros no estado do Acre e incorporar adeptos que os auxiliassem nessa luta.

Foi neste momento que houve a união entre seringueiros e ambientalistas. Para os seringueiros a luta iniciava e tinha como foco principal a sobrevivência a partir da floresta, não se tinha uma dimensão ambiental e ecológica, essa era uma consequência da relação metabólica estabelecida entre os seringueiros e a natureza e não uma bandeira política ou partidária, mas um modo de vida expresso nessa territorialidade seringueira.

³³ Entrevista concedida pelo seringueiro R. M., na Reserva Extrativista Chico Mendes (Seringal Nazaré) em Xapuri (AC), em julho de 2011.

³⁴ Entrevista concedida pelo líder seringueiro Osmarino Amâncio, em Brasília (AC), em julho de 2009.

Além disso, a luta dos seringueiros tinha um caráter político, pois confrontavam o modelo de desenvolvimento para a Amazônia baseado na concentração fundiária, na transformação da posse e uso da terra e na expropriação da população local, embora ao encontrar apoio nos grupos ambientalistas, estes descaracterizaram os ideais dos seringueiros atribuindo somente um enfoque ambiental (PAULA, 1991).

Foi através dessa nova articulação com os ambientalistas e, conseqüentemente, uma mudança de abordagem que os seringueiros passam a ter uma visibilidade nacional e até internacional, sendo vistos como os guardiões da floresta e assim, passam a divulgar sua luta pela defesa da floresta e da população extrativista ao mundo³⁵ e como resultado passam a receber mais apoio da sociedade civil nacional e internacional.

Além do apoio ambientalista internacional, o 1º Encontro Nacional dos Seringueiros foi marcado por várias conquistas como: a criação do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS); a construção da Aliança dos Povos da Floresta e a elaboração da proposta das Reservas Extrativistas (MORAIS, 2008).

O Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) surge em 1985 como uma entidade de representação dos seringueiros. Seu foco é lutar por garantia de preço da borracha e dos demais produtos extrativistas, por alternativas de industrialização e comercialização dos produtos da floresta, enfim, por uma proposta que garanta sua permanência na floresta de acordo com seu modo de vida e de trabalho.

Nesse sentido, o CNS parte da ideia de contrapor ao Conselho Nacional da Borracha, composto por seringalistas e industriais que comandavam as políticas da borracha no Brasil. Assim, através do CNS os seringueiros teriam espaço para participar das decisões referentes à questão da borracha colocando suas demandas diante da produção da seringa e demais produtos extrativistas (PORTO GONÇALVES, 2003; PAULA, 1991).

Segundo Sabá Marinho, importante liderança seringueira que participou do processo de formação do CNS, reforça que:

³⁵ Por meio dessa articulação internacional, o líder mais conhecido dos seringueiros, Chico Mendes, passou a realizar palestras para divulgar a situação vivenciada pelos seringueiros no estado do Acre como também recebeu prêmios internacionais como o Global 500 oferecido pela Organização das Nações Unidas (ONU) por sua defesa da Amazônia.

[tínhamos a necessidade] que ele [CNS] ficasse em Brasília reivindicando nossos direitos, os direitos dos seringueiros, o preço da borracha, preço da castanha, afinal ele fique lá brigando com alguém [...] que ficasse dialogando com deputado, com governo federal, afinal com o pessoal que pode nos ajudar (informação verbal)³⁶.

Além dessa perspectiva vinculada diretamente à produção da borracha, o CNS surge principalmente pela necessidade de afirmação de uma identidade seringueira, pois o Sindicato dos Trabalhadores Rurais congrega, além dos seringueiros, agricultores, diaristas, peões, ou seja, todos os trabalhadores rurais. Logo, o STR não representa uma defesa especificamente dos seringueiros, o que inclui o CNS como um espaço político próprio como instrumento de reconhecimento do seringueiro como classe (PORTO GONÇALVES, 2003).

Desse modo, o Conselho Nacional dos Seringueiros surgiu vinculado especificamente aos seringueiros, embora posteriormente acabasse ampliando a base de representação incluindo outros trabalhadores extrativistas como: ribeirinhos, coletores de castanha, açaí, cupuaçu, quebradeiras de coco-babaçu, dentre outros. Nesse contexto, o CNS objetivava “construir no território amazônico vínculos identitários políticos entre os seringueiros e outras categorias de trabalhadores extrativistas” (PAULA; SILVA, 2008, p. 109).

Para tanto, o CNS além de ter uma forte base de apoio interna na estrutura sindical, já que apresenta relações estreitas com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri³⁷, veio para dar unidade ao sindicalismo rural no sentido de assimilar bandeiras de lutas de categorias minoritárias, embora o CNS represente outra forma de organização dos trabalhadores sem manter uma estrutura de sindicato.

Tanto que Cunha e Loureiro (2009, p. 06) ressaltam que o Conselho Nacional dos Seringueiros “viria a assumir, gradativamente e por uma série de conjunturas políticas, o papel de principal interlocutor dos seringueiros na construção das políticas públicas, substituindo o papel antes ocupado pelos sindicatos”.

Além da vinculação do CNS com o STR de Xapuri como o principal ponto de apoio, há também a influência e colaboração das Organizações Não

³⁶ Entrevista concedida pelo líder seringueiro Sabá Marinho, em Xapuri (AC), em julho de 2011.

³⁷ O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri teve grande importância para as organizações dos seringueiros, tanto que foi através de suas articulações que suscitou o interesse na realização do 1º Encontro Nacional dos Seringueiros participando tanto da concepção quanto da prática, por isso sua influência também no Conselho Nacional dos Seringueiros.

Governamentais (ONGs) e de movimentos ambientalistas internacionais tanto fazendo o aporte com a sociedade civil nacional e internacional divulgando a luta dos seringueiros, como através do destino de financiamentos para a realização dos Encontros Nacionais dos Seringueiros, quanto na condução do mesmo, inclusive refletindo na modificação do Estatuto do CNS.

Nesse mesmo sentido, as reivindicações de políticas públicas e alternativas de desenvolvimento propostas para os trabalhadores extrativistas através do CNS também passam a ser apoiadas com financiamentos externos provenientes de ANGs³⁸ (PAULA; SILVA, 2008).

Desse modo, o CNS foi construído sob forte influência internacional, como ressalta Porto Gonçalves (2003) ao tratar da questão dos mediadores, ou seja, não são os seringueiros, por meio de sua entidade, que estabelecem suas demandas, mas as ONGs e os movimentos ambientalistas internacionais que aparecem como elo de tradução/mediação das necessidades dos seringueiros perante a sociedade.

Essa situação será reforçada após a década de 2000, na qual se intensifica a subordinação da direção do CNS ao ambientalismo internacional através de apostas em projetos instituídos no âmbito da proposta de desenvolvimento sustentável pregada pelo Banco Mundial e pelo BID na Amazônia e, mais especificamente, no estado do Acre. Tais iniciativas vinculam a conservação ambiental, juntamente com o crescimento econômico, ou seja, é a lógica do capital que impera sobre o aproveitamento de recursos que são destinados para grandes empresas nacionais e internacionais e não para melhorar as condições de produção e de vida do seringueiro, objetivo que originou o Conselho Nacional dos Seringueiros em 1985, deslocando assim os objetivos que ocasionou sua constituição.

Outro elemento importante estabelecido no 1º Encontro Nacional do Seringueiro, em 1985, foi a aproximação dos seringueiros com os indígenas, construindo assim, a Aliança dos Povos da Floresta, já que ambos habitam a mesma floresta e almejam questões comuns como: a terra, a educação, a saúde, o transporte.

Nesse sentido, Löwy (2011, p. 130) enfatiza que “por la primera vez, seringueiros y indígenas, que muy a menudo se habían enfrentado en el pasado,

³⁸ Segundo os autores, Agências Não-Governamentais (ANGs) repassam os financiamentos via ONGs.

unen sus fuerzas contra el enemigo común: el latifundio, el capitalismo agrícola destructor de la selva”³⁹.

Historicamente, diante da inserção do capital no Acre através da pecuária na década de 1970, os fazendeiros/pecuaristas utilizaram os seringueiros para expulsar os índios de suas terras, apropriadas para a criação de gado. Isso gerou conflito entre seringueiros e indígenas, mas apesar das disputas travadas, somaram forças já que ambos buscam a defesa da floresta como meio de vida e ambos sofreram processo de expulsão de suas terras.

A Aliança dos Povos da Floresta representa uma união dos sujeitos que aspiram as mesmas necessidades e sofrem as mesmas ameaças vindas da lógica do capital. O construto social da floresta enquanto elemento essencial de vida não corresponde somente aos seringueiros, mas a todos os sujeitos que a habitam historicamente.

E foi essa proximidade que aliou seringueiros e índios ocasionando instrumentos de luta e territorialidades semelhantes, tanto é que a proposta da criação da Reserva Extrativista dos seringueiros foi pautada pela luta dos índios pela demarcação das terras indígenas.

Outro ponto culminante do 1º ENS é sua representatividade como marco histórico para a oficialização do pedido da criação das Reservas Extrativistas, embora a iniciativa e a construção inicial viessem pelas discussões coletivas dos seringueiros.

Dentre as reivindicações postas pelos extrativistas, a Reserva Extrativista (Resex) era o foco principal. Isso significava uma alternativa possível para garantir a organização seringueira dentro de sua forma tradicional.

Os seringueiros enfrentavam uma situação delicada até a década de 1970. Os mesmos eram considerados como posseiros, e pelo Estatuto da Terra (1964) somente a área de cultivo, a casa e as benfeitorias eram consideradas como posse da terra. Porém, a base de sobrevivência do seringueiro sempre ocorreu através de suas estradas de seringa, da relação com o território como um todo, o que o INCRA não considerava como posse, como afirma Mendes (1992, p. 184) de

³⁹ “pela primeira vez, seringueiros e indígenas, que muito frequentemente se enfrentaram no passado, unem suas forças contra o inimigo comum: o latifúndio, o capitalismo agrícola destruidor da floresta” (LÖWY, 2011, p. 130, tradução nossa).

que “a Reforma Agrária do INCRA, com base no Estatuto da Terra, não servia para o seringueiro”.

Portanto, os seringueiros reivindicavam uma reforma agrária de acordo com suas especificidades, pois as outras modalidades de assentamento não comportavam a lógica dos extrativistas.

Ao idealizar a proposta da reserva extrativista era necessário criar uma forma de organização que contemplasse os seringueiros que já estavam há anos na terra. Isso com dimensões que garantisse sua forma de vida e de trabalho, pois em termos territoriais, cada colocação deveria ter no mínimo 200 ou 300 hectares, o que representa de 2 a 3 estradas de seringas como também áreas para roçado, para criação de animais, a casa e demais benfeitorias.

Porém, antes da criação da Resex, houve um primeiro modelo que tentou contemplar essas especificidades territoriais dos seringueiros que foi o Projeto de Assentamento Extrativista (PAE)⁴⁰, criado pelo INCRA através da Portaria nº 627, de 30 de julho de 1987. Deste modo, esta modalidade de assentamento era:

destinada à exploração de áreas dotadas de riquezas extrativas através de atividades economicamente viáveis e ecologicamente sustentáveis, a serem executadas pelas populações que ocupam ou venham a ocupar as mencionadas áreas mediante concessão de uso em regime comunal, segundo a forma decidida pela comunidade concessionária-associativa, condominal ou cooperativa (BRASIL, 1987).

Assim, devido à morosidade para sua regularização acabou não dando o resultado esperado e a concepção da Reserva Extrativista surge como possibilidade que contempla as particularidades dos seringueiros.

Além de ter um desenho diferente dos assentamentos tradicionais, a Resex para os seringueiros difere do acesso somente à propriedade privada da terra. Segundo Osmarino Amâncio, “a ideia não era privatizar a terra, nossa ideia era ter o direito de usufruto e se você dá o título para o seringueiro ele poderia vender a terra e os fazendeiros iam comprar a terra do mesmo jeito” (informação verbal)⁴¹. Essa configuração através de uma área individual (colocação) e as áreas de uso

⁴⁰ A partir de 1996, o Projeto de Assentamento Extrativista (PAE) foi substituído por Projeto de Assentamento Agroextrativista, ambos com a mesma sigla.

⁴¹ Entrevista concedida pelo líder seringueiro Osmarino Amâncio, em Brasília (AC), em julho de 2009.

comum (rios, lagos, varadouros, barrancos), além de ser um componente decisivo e importante dentro desta modalidade, já representava a prática cotidiana dos extrativistas, influência assimilada dos indígenas.

Assim, o governo federal criou as Reservas Extrativistas a partir da Lei nº 7.804, de 18 de julho de 1989, e regulamentou através do Decreto nº 98.897, de 30 de janeiro de 1990. Foi por meio desta lei que surgiu a Reserva Extrativista Chico Mendes no estado do Acre, em 1990, como o símbolo da organização de luta e resistência do movimento seringueiro.

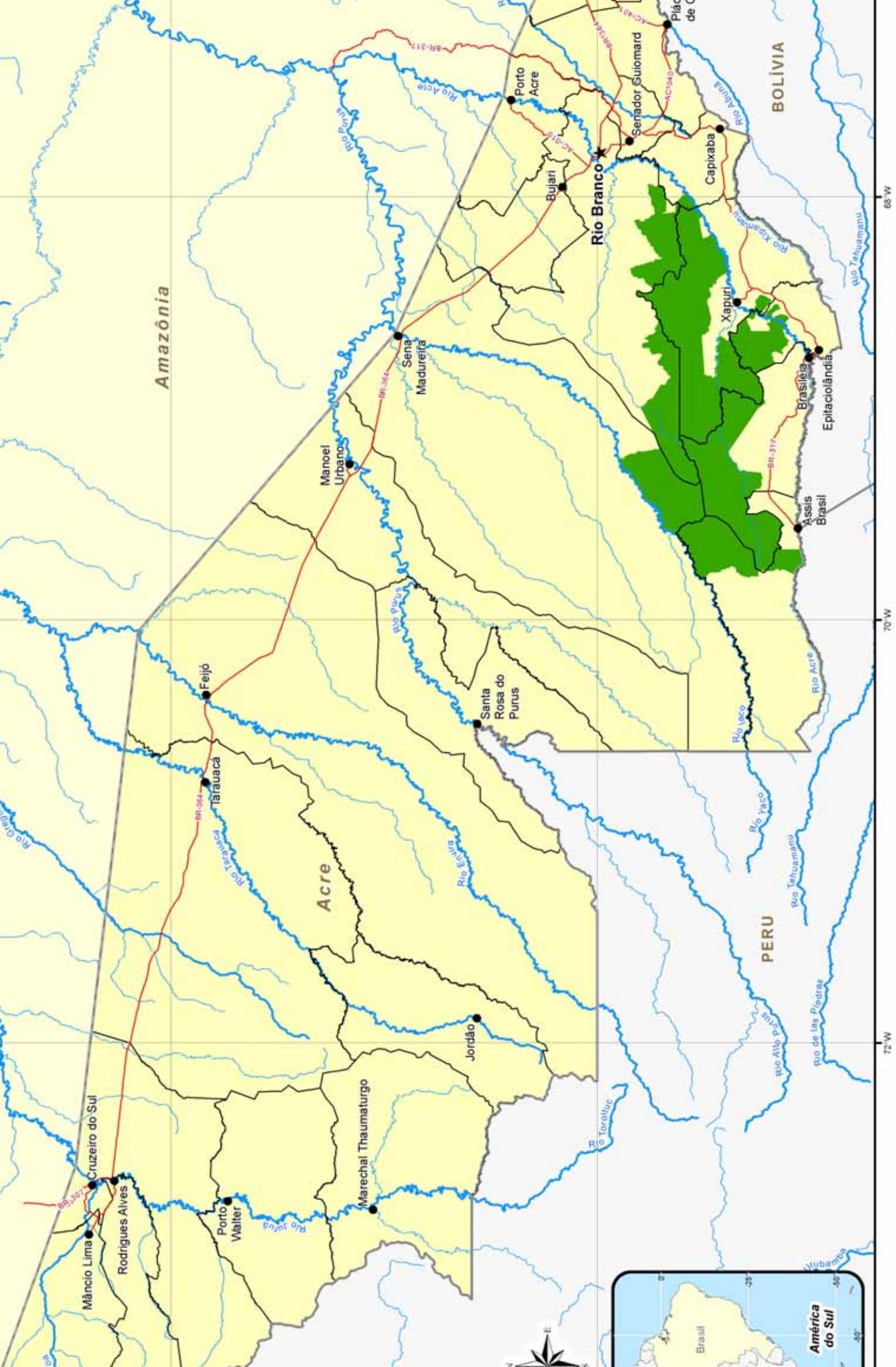
2.3 A criação da Reserva Extrativista Chico Mendes (AC): da luta seringueira à conquista da autonomia?

O processo de luta e resistência do movimento seringueiro no estado do Acre resultou na elaboração da proposta da Reserva Extrativista Chico Mendes e sua criação através do Decreto nº 99.144, de 12 de março de 1990. Com uma área total de 970.570 ha abrange os municípios de Assis Brasil, Brasiléia, Capixaba, Xapuri, Sena Madureira e Rio Branco (Mapa 5).

Dentro de sua extensão territorial residem aproximadamente 1.800 famílias, alocadas em 1.100 colocações que estão distribuídas em 48 seringais (AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO ACRE, 2012b) (BRASIL, 2012) (Mapa 6).

O órgão responsável pela criação da Resex Chico Mendes foi o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), juntamente com o Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT), sendo esse último uma unidade administrativa específica que ficou responsável pela sua gestão.

Dentro do Decreto nº 98.897, de 30 de janeiro de 1990, que cria as Reservas Extrativistas, o artigo 2º estabelece que: “o Poder Executivo criará Reservas Extrativistas em espaços territoriais considerados de interesse ecológico e social”. Com isso, tais territórios passam a representar duas dimensões básicas em sua constituição: a posse da terra e a defesa do meio ambiente.



Escala: 1:2.300.000



Legenda

- ★ Capital Estadual
- Limite Internacional
- Curso D'Água

MAPA 05

LOCALIZAÇÃO DA RESERVA EX

Nesse sentido, para Rueda (1995, p. 8), primeiramente, a Resex passa a representar uma reforma agrária para os extrativistas “na medida em que a sua criação deveria ser uma forma de legitimar a posse, e de reconhecer os direitos a terra daqueles que nela trabalhavam e viviam há muitos anos [...] para que a terra cumpra a sua função social”.

Assim, possibilitar aos sujeitos que estão na terra sob a condição de posseiro sua regularização é permitir a recriação de seu processo de autonomia de vida e de trabalho, pois a posse da terra pressupõe ter acesso aos meios de reprodução internamente em seu território sem precisar estar atrelado ao seringalista ou a qualquer outra forma de subjugação ao capital⁴².

Desse modo, ao considerar a posse da terra como possibilidade de autonomia para o seringueiro já está implícita a segunda dimensão básica de constituição da Resex, que seria a defesa do meio ambiente, já que a conquista da terra, a fim de manter o extrativista de acordo com as particularidades do seu modo de vida, presume o respeito à floresta e a seus recursos ou meios de existência, bem como a interação do seringueiro com a floresta e com a terra como meio de trabalho.

Portanto, a Reserva Extrativista foi constituída como uma modalidade de Unidade de Conservação voltada basicamente para atender as populações extrativistas a partir de princípios sociais relacionados à questão da posse da terra e de princípios ambientais na medida em que se tornam protagonistas do processo de conservação do ambiente.

A autonomia alcançada através da posse da terra direcionando a capacidade de autodeterminar sua reprodução é fruto do processo de autogestão obtido no momento da elaboração do Plano de Utilização da Reserva Extrativista Chico Mendes, em 1990, e aprovado conforme Portaria da Presidência do IBAMA nº 28-N, de 18 de abril de 1995 (BRASIL, 1995).

O Plano de Utilização da Reserva Extrativista Chico Mendes é uma normatização que regulamenta a utilização do uso dos recursos do território bem como as regras de conduta de seus moradores diante da condição de posse da terra. Em sua elaboração, a forma de uso da Resex foi construída segundo as bases

⁴² A proposta de autonomia construída pela condição de posse da terra é assegurada de forma plena, isso não significa que esses sujeitos, no caso os seringueiros, não tenham relações de dominação e subjugação com o capital, o que impede a realização da autonomia interna.

locais e tradicionais dos próprios sujeitos que participaram ativamente no processo de construção.

Nesse sentido, Cunha (2010, p. 112) esclarece que “a autonomia dos seringueiros em seu território foi, a nosso ver, contemplada pela legislação ao lhes conferir a responsabilidade de elaboração do plano de utilização, que destacaria as regras a serem seguidas na Resex”.

A criação da Reserva Extrativista Chico Mendes foi resultado de uma construção social e política dos seringueiros do Acre, primeiramente ao possibilitar a concepção de um território organizado a partir de seu modo de vida particular, o que reforça o vínculo social da iniciativa. Além disso, ser protagonista tanto no processo de criação como de condução da Resex o coloca enquanto sujeito político sendo, pois, elementos imprescindíveis para a construção de seu processo de autonomia.

Porto Gonçalves (2003, p. 562) reforça esta ideia, com a seguinte afirmação:

estamos, pois, diante de um conceito, o de Reserva Extrativista, que implica a existência de um protagonista claramente definido, a ‘população extrativista’, cuja qualidade que a habilita a exercer a responsabilidade de explorar e conservar de modo autossustentável os recursos naturais renováveis se deve aos seus saberes e, mais importante ainda, ao fato de, por sua organização comunitária e sindical, ter conseguido se afirmar como um sujeito político reconhecido por essas qualidades.

Assim, a Resex ao ser resultado do processo de luta dos seringueiros, já que sua criação ocorreu através da pressão de seu movimento, e ao mesmo tempo um território que contemple o uso de acordo com suas necessidades e forma de organização particular, como ainda definida pela autogestão de seus moradores torna a Resex Chico Mendes uma territorialidade seringueira ímpar.

O Plano de Utilização foi definido pelos comunitários através de reuniões realizadas com a participação das associações dos moradores da Resex Chico Mendes. Nesse sentido, a autonomia alcançada através da autogestão seria mediada pelas organizações comunitárias dos seringueiros já que é na instância das associações de moradores que ocorrem o processo de organização para discussão e definição de suas demandas, que depois de sistematizadas, auxiliaram na elaboração do Plano de Utilização. Embora, por outro lado, a participação comunitária corresponde, a princípio, a uma parcela significativa na condução das

Resex, mas que também é completada pela cogestão do Estado, por intermédio do IBAMA, já que cabe a ele o poder de fiscalização.

Para Allegretty (2012, p. 10) esse princípio conceitual e norteador da Resex, que a diferencia e lhe dá certa relevância diante do contexto agrário e ambiental nacional, ao posicionar os seringueiros como gestores e protagonistas não passou do planejamento inicial. Isso ocorre, conforme esclarece a autora, pois:

depois de criadas, as reservas extrativistas passam a ser entendidas como unidade de conservação de propriedade do governo e as comunidades como um mero detalhe, ou seja, os moradores a serem tolerados, ensinados, educados, moldados à burocracia. E deveria ser, no mínimo, uma relação entre iguais: as comunidades optam por uma unidade de conservação e o Estado fornece a elas os meios para desempenhar essa função⁴³.

Os seringueiros tidos como “guardiões da floresta”, sujeitos que se limitariam a proteção ambiental, não se tornariam sujeitos de sua história, pois o modelo de gestão das reservas colocado pelo governo federal acabaria desvirtuando o sentido impresso a esta territorialidade seringueira que passa a sofrer interferências do Estado em sua condução e direcionamento tanto no âmbito socioeconômico, mas também territorial.

Essa direção da Resex pelo Estado foi definida desde sua institucionalização ao propor como instrumento de posse a concessão de direito real de uso, conforme o artigo 3º do Decreto nº 99.144, de 12 de março de 1990, no qual é criada a Reserva Extrativista Chico Mendes (BRASIL, 1990).

Essa forma de uso e titulação da terra pressupõe que a Resex é uma propriedade estatal, mas que garante, por meio do usufruto, o uso pelos extrativistas desde que respeitem o Plano de Utilização aprovado pelo IBAMA e a legislação ambiental brasileira, já que “quando houver quaisquer danos ao meio ambiente ou a transferência da concessão intervivos” levará a rescisão do contrato de concessão de uso, conforme estabelece o Decreto nº 98.897, de 30 de janeiro de 1990 (BRASIL, 1990).

Assim, a Resex Chico Mendes é um território federal que mesmo normatizada através de diretrizes construídas a partir da autogestão pelos seus

⁴³ As funções dos moradores da Resex seriam de conservar os recursos da floresta.

moradores, a federalização do território garante o domínio do Estado sobre a condução de seu uso.

Nesse sentido, o Plano de Utilização de 1995, que tinha como premissa a participação dos seringueiros desde sua elaboração até o processo de gestão, foi substituído pelo Plano de Manejo, em 2006, sendo reformuladas e incorporadas novas normas de uso e de gestão da Resex.

Com relação à nova forma de gestão das Reservas Extrativistas foi instituído o Conselho Deliberativo previsto no Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC)⁴⁴ através da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. A partir desse momento:

a Reserva Extrativista será gerida por um Conselho Deliberativo, presidido pelo órgão responsável pela sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade (BRASIL, 2000).

Na Resex Chico Mendes, o Conselho Deliberativo somente foi criado através da Portaria IBAMA nº 28, de 22 de maio de 2003, o que passou a alterar a forma de gestão estabelecida da década de 1990, momento de sua criação, no qual parte do princípio de ações conjuntas entre as associações de seringueiros da Reserva Extrativista Chico Mendes, os Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Assis Brasil, Brasiléia, Xapuri e Sena Madureira, e o Conselho Nacional dos Seringueiros como coautores e corresponsáveis, juntamente com o Estado por intermédio do IBAMA e do CNPT.

Desta forma, com a instituição de um Conselho Deliberativo na gestão da reserva houve o desmembramento do poder de decisão frente às questões pertinentes à sua organização. Assim, Cunha e Loureiro (2009, p. 11) ressaltam que “a figura do conselho [...] vem carregada da preocupação de que ocorra uma diluição

⁴⁴ O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) é um sistema que engloba as áreas protegidas no país, sendo constituído pelo conjunto das unidades de conservação federais, estaduais e municipais. Assim, as Reservas Extrativistas estão inseridas como Unidade de Conservação de Uso Sustentável e passa a se adequar às normas estabelecidas pelo SNUC como: mudança na estrutura de gestão criando o Conselho Deliberativo; consolidação do papel do IBAMA estabelecendo a figura de chefe, antes inexistente pelo sistema de organização através da autogestão dos extrativistas; sobreposição do saber técnico pelo saber tradicional obtido através da prática dos extrativistas, o que resultou no Plano de Manejo elaborado por órgãos públicos e não pelos comunitários em 2006 no Acre (CUNHA, 2010).

no poder das comunidades, representando um retrocesso na intervenção dos verdadeiros protagonistas nas esferas de decisão sobre o seu território”, pois agora houve aumento do poder do Estado e suas instâncias com a inclusão de vários órgãos públicos na gestão da Resex (Quadro 2).

Quadro 2- Composição do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Chico Mendes (AC), a partir da Portaria IBAMA nº 28, de 22 de maio de 2003.

INSTITUIÇÃO	INSTITUIÇÃO
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasiléia
Prefeitura Municipal de Capixaba	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Assis Brasil
Prefeitura Municipal de Sena Madureira	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sena Madureira
Prefeitura Municipal de Xapuri	Cooperativa das Associações de Produtores e Extrativistas de Brasiléia (CAPEB)
Prefeitura Municipal de Brasiléia	Cooperativa de Produtores e Extrativistas do Rio Acre (COOPERACRE)
Prefeitura Municipal de Assis Brasil	Cooperativa Agroextrativista de Brasiléia (COAEB)
Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Brasiléia (AMOPREB)	Cooperativa Agroextrativista de Xapuri (CAEX)
Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Assis Brasil (AMOPREAB)	Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS)
Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Xapuri (AMOPREX)	Universidade Federal do Acre (UFAC/PZ)
Associação de Seringueiros e Produtores Rurais Unidos dos Seringais Tabatinga, Nova Olinda e Canamari	Fundação Nacional de Saúde (FUNASA)
Associação Agroextrativista Santa Ana	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)
Associação de Moradores e Produtores do Seringal Vila Nova – Capixaba	Secretaria de Extrativismo e Produção Familiar (SEPROF)
Associação de Moradores e Produtores do Unidos do Rio Caipora – ASPRUC	Secretaria Executiva de Assistência Técnica e Extensão Rural (SEATER)
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri	

Fonte: BRASIL (2006, p. 50).

Segundo Osmarino Amâncio,

nesse Conselho Deliberativo era para ter apenas entidades nossa; nós ficamos sem força, a gente é a minoria absoluta de poder dentro do conselho e é lá que se diz qual é a política para ser implementada dentro da reserva [...] estão tirando o poder de nós decidir (informação verbal)⁴⁵.

Esse é um dos desafios atuais vivenciados pela Reserva Extrativista, ou seja, a diminuição da participação dos seringueiros em sua administração e gestão, o que denota o arrefecimento da força política de seus protagonistas e a entrada maciça do Estado nos rumos dessa forma de organização dos trabalhadores.

Nesse sentido, Cunha e Loureiro (2009, p. 10) ainda enfatizam que com a instituição do SNUC “há um deslocamento da administração da Resex para a esfera do órgão governamental, suprimindo a ideia de autogestão presente na criação das primeiras Resex”, pois anteriormente, somente o IBAMA e o CNPT estavam ligados no processo de gestão da reserva juntamente com os comunitários. A partir da institucionalização do Conselho Deliberativo através da Lei SNUC em 2003, vários outros órgãos públicos se inseriram na condução da Reserva Extrativista Chico Mendes.

Assim, reforça Allegretty (2012) de que “os instrumentos da política (Plano de Manejo e conselho gestor), da forma como estão concebidos no SNUC, estão equivocados, não expressam esse equilíbrio de gestão nem as necessidades das comunidades”.

Além das alterações na forma de gestão da Reserva Extrativista Chico Mendes, com a diminuição da participação de seus moradores e ampliação do poder do estado, a mudança do Plano de Utilização de 1995 para o Plano de Manejo de 2006 trouxe mudanças significativas em termos de uso da terra para a reserva.

Nesse sentido, uma das principais alterações no uso de terra refere-se à atividade madeireira⁴⁶. Assim, segundo o Plano de Utilização da Reserva Extrativista

⁴⁵ Entrevista concedida pelo líder seringueiro Osmarino Amâncio, em Brasília (AC), em julho de 2009.

⁴⁶ Ao discutir as formas de uso da terra na reserva a partir de 2000, destacaremos somente a atividade madeireira, pois se apresenta no Plano de Manejo, objeto de nossa análise, como a mais significativa em termos de ações do Estado, porém isso não significa que não hajam outras atividades incentivadas pelo capital na área como as atividades extrativistas não madeireiras como sementes, óleos, resinas, plantas medicinais para abastecer a demanda das indústrias químico-farmacêuticas, de cosméticos e a indústria da biotecnologia, conforme aborda Camely (2011), além dos serviços ambientais com a venda do crédito de carbono, que serão abordadas ao longo do trabalho.

Chico Mendes, elaborado em 1995 através do modelo de autogestão de seus comunitários, foi definido que:

os moradores da reserva poderão extrair madeira para uso próprio; tais como construções no interior da reserva, barcos, móveis e instrumentos de trabalho. É proibida a entrada de madeireiros na reserva com o fim de realizar exploração comercial de madeira sob qualquer forma. Não será permitido o comércio de madeiras, na Reserva Extrativista (BRASIL, 1995).

A partir dessa norma, fica vedada a exploração da atividade madeireira para fins comerciais, somente para uso próprio, já que fere aos princípios dos seringueiros que primam pela necessidade da floresta em pé para garantir sua organização de vida e de trabalho a partir do extrativismo dos produtos não madeireiros, principalmente a borracha e a castanha.

Não obstante, com a substituição do Plano de Utilização pelo Plano de Manejo, em 2006, vinculado à Lei do SNUC, trouxe modificações com relação ao uso da reserva para a atividade madeireira alegando que as dificuldades das atividades extrativistas não madeireiras motivaram a introdução principalmente do gado e da madeira na Resex como alternativa para gerar retornos financeiros significativos em curto prazo.

Desse modo, o Plano de Manejo prevê, além da utilização da madeira para uso dos moradores, sua exploração com fins comerciais desde que seja obrigatório o Plano de Manejo Florestal Sustentável de Uso Múltiplo Comunitário – PMFS Comunitário, aprovado pelo IBAMA com anuência do Conselho Deliberativo. Assim, passou-se a permitir a exploração madeireira comercial desde que seja em bases sustentáveis e como complemento com as outras atividades extrativistas desenvolvidas na Resex.

Segundo Paula e Silva (2008, p. 109) “cabe ressaltar que a exploração de madeira para fins comerciais é absolutamente descartada nesse esboço inicial da proposta de Reserva Extrativista”, como demonstrado nos princípios do Plano de Utilização de 1995, embora a partir de 2006 tenha sido ignorada e amplamente difundida pelo governo do estado do Acre e por algumas antigas lideranças seringueiras que atualmente se renderam à sua política.

Segundo o Plano de Manejo, manter a Resex somente através das atividades extrativistas não madeireiras significa a falência de um modelo que não

proporciona renda e não reflete na melhora da qualidade de vida dos seringueiros, pois tanto a borracha como a castanha apresentam uma desestruturação de seu sistema tradicional, não têm preço atrativo e nem mercado consumidor. Assim, mesmo com as políticas públicas para o setor acabam contemplando parcialmente e não atendem toda a Resex. Por isso, prega que a exploração madeireira representa a saída para os moradores da Reserva Extrativista Chico Mendes mesmo reconhecendo que não é a atividade mais adequada devido aos riscos socioambientais gerados para o território e para o modo de organização do seringueiro que depende, sobretudo, da manutenção da floresta.

Mesmo o Plano de Manejo mostrando que a introdução da exploração madeireira surgiu diante de um contexto de deficiências do setor extrativista não madeireiro, a questão é muito mais abrangente, pois conforme enfatiza Loureiro (2009) que a partir da década de 1990, a Amazônia se configura como a fronteira das *commodities*, e a madeira representa um produto com grande aceitação no mercado internacional, como já mencionado no capítulo 1.

Portanto, o fato é que a criação da reserva foi resultado de um processo de luta dos seringueiros, demonstrando seu fortalecimento diante da lógica do capital, via expansão da fronteira agrícola e da mercantilização da terra e da floresta. Foi um processo de conquista muito importante para os extrativistas, que ao questionarem essa lógica devastadora da natureza, permitiu a aquisição de um território que pudesse ser gestado com base na sua lógica metabólica com a natureza. Isso significa que os seringueiros tendo o acesso à terra, que não se deu de modo vinculado à propriedade privada, mas através do usufruto desta, conseguiram reproduzir seu modo de vida, suas práticas sociais, culturais e econômicas de modo a ter na Resex um território de vida e de trabalho.

Embora no contexto das duas últimas décadas (1990-2000) essa perda da força política dos seringueiros tenha vindo acompanhada e, por que não, influenciada pela negligência do Estado perante as questões centrais e essenciais para a sustentação e permanência do arranjo seringueiro dentro das reservas. A ausência de uma política de fortalecimento da manutenção do modo de vida do seringueiro nesses territórios de certo modo teve influência direta no enfraquecimento da luta, pois como ressalta Dercy Cunha, de que “a Reserva Extrativista garantiu a posse da terra, mas sem garantir a sobrevivência, a geração

de renda para a sobrevivência, então é claro que o êxodo rural sempre vai permanecer” (informação verbal)⁴⁷.

Após a implantação da Reserva Extrativista, as ações do Estado com relação à atividade extrativista não madeireira foram insuficientes⁴⁸, o que dificultou a garantia mínima das condições de sobrevivência de seus moradores, pois a atuação do Estado foi no sentido de políticas que desvirtuaram o sentido extrativista da lógica das populações da floresta como um dos exemplos, a implantação da exploração madeireira para fins comerciais, tanto que a forte participação do Estado dentro do conselho gestor da Resex Chico Mendes vem no sentido explícito de tentar incorporar a política do manejo da madeira em várias comunidades da reserva.

Com isso, há um forte caráter de manipulação da Resex Chico Mendes a partir do momento em que desarticulou a gestão através dos comunitários e transferiu para o Estado as rédeas para controlá-la e assim imprimir seu modo de organização.

A falta de perspectiva e de respostas do Estado perante a maioria dos seringais acreanos com relação às suas necessidades básicas, tanto produtivas quanto sociais, desmobilizou os seringueiros ao cercear sua autonomia de vida e de trabalho a partir do controle de seu território.

E assim decorrem várias outras problemáticas que os seringueiros e a reserva vêm enfrentando desde sua criação, na década de 1990, o que será abordado no próximo item com o propósito de discutir e questionar quais são as principais formas de controle do Estado, conduzido pela Frente Popular no Acre, perante os seringueiros e a Reserva Extrativista Chico Mendes que têm contribuído para a desconstrução das possibilidades de autonomia do seringueiro.

⁴⁷ Entrevista concedida pela presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri Dercy Teles de Carvalho Cunha, em Xapuri (AC), em julho de 2011.

⁴⁸ Com relação às ações do governo do estado do Acre para as atividades extrativistas não madeireiras, abordamos ao longo do trabalho algumas iniciativas, mas sem muito sucesso como: os subsídios da borracha através da Lei Chico Mendes, como foi discutido no capítulo 1, que teve pouca influência na aceleração da atividade da borracha; a implantação da Preservativos Natex como forma de absorver o látex para a produção de camisinhas masculinas, mas acaba não atendendo a todos os seringueiros que se dedicam à extração da borracha na Resex Chico Mendes; como também três usinas de beneficiamento de castanha do Brasil distribuídas em Brasiléia, Xapuri e Rio Branco, que apesar de representar o produto extrativista não madeireiro que mais contribui, em termos de renda para o seringueiro, não garante sua sobrevivência já que o mesmo depende da diversidade produtiva, dentre outras iniciativas.

2.4 O governo do estado do Acre e as formas de cerceamento da autonomia política e econômica dos seringueiros

A criação e a consolidação da Reserva Extrativista Chico Mendes foi noticiada como uma grande conquista dos seringueiros do estado do Acre. Mais que isso, estava diante da resolução de seus problemas e da realização primordial da sua sobrevivência, por associar social e ecológico era a aposta para garantir os benefícios, tanto para a população inserida como para a sociedade brasileira, de modo geral.

A Resex Chico Mendes representa o resultado de uma construção histórica do movimento dos seringueiros no Acre como forma de garantir seu território de vida e de trabalho e, assim, sua conquista representa a reconstrução de seu processo de autonomia ao possibilitar a recriação de sua forma particular de organização.

Embora o formato particular da Resex, baseado na autogestão pelos seringueiros não se fortaleceu ao longo de seu desenvolvimento, pois aos poucos o planejamento inicial foi envolto em negligências e esquecimento por parte do poder público com relação aos princípios básicos que a constituiu, o que acabou refletindo no enfraquecimento tanto político de luta e resistência quanto nas dimensões econômico/produtivas dos seringueiros. Assim, acabou desvirtuando os sentidos da Reserva Extrativista Chico Mendes e acarretando vários problemas enfrentados pelos seringueiros que produziram e produzem esse território.

Tais problemas dizem respeito às formas de controle impressas pelo governo do estado do Acre liderado pela Frente Popular a partir da década de 2000 como: a falta de condições socioeconômicas para a manutenção dos seringueiros em seu território; a criminalização e pressão sobre as alternativas de geração de renda como a prática do roçado e a criação de gado; a cooptação de antigas lideranças seringueiras a fim de conduzir as políticas do governo do estado nos territórios seringueiros; a manipulação e apropriação das formas de organização coletiva dos seringueiros como as cooperativas, as associações e sindicatos, sendo estas as formas abordadas nesse trabalho para discutir a desconstrução do processo de autonomia dos seringueiros.

2.4.1 Condições econômicas e sociais vivenciadas pelas famílias de seringueiros na Resex Chico Mendes

Uma das questões evidenciadas através das leituras e da realização dos trabalhos de campo para com os seringueiros diz respeito ao aumento natural no número de integrantes da família e seu desmembramento em novas famílias dentro da mesma colocação, o que impacta diretamente as condições socioeconômicas desses sujeitos.

Diante das normas que regulamentam a criação da reserva extrativista, uma das questões centrais é a dimensão das colocações de cada família seringueira, como se estabelece no Plano de Manejo, de que “cada família só poderá ter uma colocação. É considerada uma colocação uma unidade com o mínimo de duas estradas de seringa de no mínimo 200 hectares. Cada estrada de seringa deve ter no mínimo 100 árvores de seringa” (BRASIL, 2006, p. 53), pois esse seria o tamanho compatível com a reprodução familiar de acordo com sua forma de organização e exploração econômica.

No momento do trabalho de campo, em 2011, esta condição de reprodução estava sendo alterada, pois o aumento no número de membros das famílias e a dificuldade financeira, que se expressa na falta de opção de trabalho e de extração/produção dentro da colocação, têm levado a morar na mesma colocação ou o chefe de família dividir sua área total para seus filhos. Este fato leva muitos seringueiros a viverem em colocações com dimensões inferiores ao tamanho mínimo e sem meios para a reprodução socioeconômica, conforme enfatiza Dercy Cunha:

A população [da Reserva Extrativista Chico Mendes] é em torno de 1800 colocações, aqui a parte de Xapuri, só que se você for ver nessas colocações tem 3 a 4 famílias porque as condições financeiras ficaram difíceis (informação verbal)⁴⁹.

Além de demonstrar a negligência do Estado perante o seringueiro e seu território ao não destinar opções de renda para os moradores, deste fato decorrem outras consequências, como afirma Dercy Cunha:

⁴⁹ Entrevista concedida pela presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri Dercy Teles de Carvalho Cunha, em Xapuri (AC), em julho de 2011.

Isso ajuda também na devastação da floresta porque vai ser mais um roçado, vai ser mais tudo que vai se duplicar, triplicar porque é de acordo com as famílias que vão se instalando. Então, tem lugares que você chega, por exemplo, na Maloca aqui bem próximo, você tem a impressão que está dentro de uma grande fazenda, mas quando você divide a fazenda pelos donos não tem ninguém fazendeiro porque são muitos donos que estão naquela área, porém toda a floresta foi retirada [...] um outro fator que não foi considerado porque como fazer para atender esse público, essa juventude que tem dentro da reserva, as crianças que estão nascendo, que estão crescendo e que tem a mesma tradição vai viver de que? (informação verbal)⁵⁰.

Foi criada a reserva, mas não se pensou alternativas para quem vive nela. É como se a criação da mesma fosse resolver todos os problemas do seringueiro. Faltou planejamento adequado à realidade e à lógica produtiva destes sujeitos e como resultado tem-se a criação de gado, o desmatamento para ampliação de roçados, como busca pela sobrevivência e que acaba afetando a floresta e o ambiente.

Segundo Ronald Polanco, em pesquisa realizada junto ao Projeto Humaitá e no Seringal Cachoeira, ressalta que “lá no Cachoeira essa área [300 hectares] hoje tem 5 famílias, ou seja, uma família agora tem 60 hectares. Por que? Elas se densificaram” (informação verbal)⁵¹.

Assim vai se perdendo o sentido de reserva extrativista, pois há o acesso à terra, mas não necessariamente às condições de sobrevivência dignas, assim fere aos princípios da preservação ambiental com o desmatamento e aumento das queimadas, dificuldade de recriação a partir do modo de vida seringueiro já que a dimensão da colocação não é compatível com essa condição, falta de alternativas que garantam a renda necessária para sua família, dentre outras questões que fogem aos objetivos iniciais da criação da Resex.

Essa questão recai em outro problema enfrentado pelos seringueiros que se refere ao futuro dos jovens, pois há tanto os jovens que ficam em terras divididas pelos pais, quanto jovens que vão para a cidade pela falta de condições de manutenção de sua forma de vida seringueira e expectativa satisfatória no extrativismo.

⁵⁰ Entrevista concedida pela presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri Dercy Teles de Carvalho Cunha, em Xapuri (AC), em julho de 2011.

⁵¹ Entrevista concedida pelo ex-deputado estadual e membro da Frente Popular Ronald Polanco Ribeiro, em Rio Branco (AC), em julho de 2011.

A partir das entrevistas realizadas, em 2011, alguns seringueiros afirmaram que devido à falta de perspectiva no extrativismo e de políticas públicas, não há mais espaço para a perpetuação de sua forma de trabalho entre seus filhos a partir da extração da borracha e da castanha, duas das principais atividades extrativas realizadas.

Evidenciou-se também que muitos seringueiros não querem que seus filhos abandonem suas colocações, como ressalta um entrevistado:

Hoje aqui na [Comunidade] Nova Vida, tem uma escola do estado, mas nós estamos hoje com 3 professores da cidade porque aqui não tem. Então porque eu quero que meu filho estude? Por causa que uma hora o meu filho pode ser um professor na minha comunidade onde eu briguei para ter floresta, por que eu briguei para ter uma escola [...] o saudoso Chico Mendes morreu por isso, para que meu filho pudesse ser um professor, pudesse ser um agente de saúde, pudesse ser qualquer coisa hoje, mas dentro da reserva (informação verbal)⁵².

Essa compreensão do seringueiro demonstra uma forma de apego à terra e sua forma de organização de vida, embora em termos socioeconômicos reconheçam a dificuldade do extrativismo, pois compareceu recorrentemente nas entrevistas que os jovens vão para a cidade e não encontram empregos e se envolvem em atividades ilícitas. Essa visão representa um processo contínuo de luta na perspectiva de que as comunidades na reserva têm outras necessidades hoje e que os filhos dos seringueiros que lutaram para ter o acesso à terra e ao seu território possam continuar existindo e se reproduzindo nesses lugares.

Para Dercy Cunha:

A juventude não está interessada em aderir a essa cultura do extrativismo, o que você vê é a juventude da zona rural toda migrando para a cidade [...] então é um problema que a gente vê também é que a maioria das pessoas que hoje praticam a atividade extrativista são pessoas que tem mais de 30 anos, a gente não vê uma adesão da juventude [...] Eu acho que este trabalho de valorização do indivíduo no seu próprio contexto, ele precisa ser trabalhado. Que eu posso ter dignidade, ser cidadã com dignidade lá na minha colocação (informação verbal)⁵³.

⁵² Entrevista concedida pelo seringueiro R. M., na Reserva Extrativista Chico Mendes (Seringal Nazaré) em Xapuri (AC), em julho de 2011.

⁵³ Entrevista concedida pela presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri Dercy Teles de Carvalho Cunha, em Xapuri (AC), em julho de 2011.

Nesse sentido, a presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri enfatiza ainda as dificuldades ao acesso à saúde, bem como faltam escolas, faltam políticas públicas para possibilitar dignidade aos seringueiros em seu meio. Assim, diante das dificuldades socioeconômicas no campo, os jovens estariam buscando alternativas nos centros urbanos, que muitas vezes não as encontram por falta de estrutura para recebê-los, além do próprio mercado de trabalho que não os absorve.

Essa dignidade no campo, na Resex, de que nos fala Dercy Cunha é essencial para a permanência e sobrevivência socioeconômica, mas também cultural e da preservação ambiental nesse espaço, tão necessária para a questão seringueira e seu modo de vida e de trabalho.

Outra questão levantada refere-se ao acesso à educação, com escolas nas comunidades, e que possa permitir um salto relevante na questão do acesso à dignidade e ao conhecimento, não somente uma educação que ensina a ler e escrever, a realizar as operações matemáticas, mas que discute a vida, ou seja, uma educação do/no campo. Sobre esse ponto, Dercy Cunha continua ressaltando:

a educação do campo tinha que inserir no seu currículo essa questão da valorização da terra, a importância que isso tem para o cidadão e a cidadã que estão lá, inclusive essa questão ambiental, porque sem isso eu acho muito difícil que se consiga manter essa floresta amazônica por mais de 30, 40 anos. Tudo isso passa por uma transformação de cultura que não é fácil você mudar de um dia para outro (informação verbal)⁵⁴.

O governo do Acre, liderado pela Frente Popular desde a década de 1990, propaga a relevância dos povos da floresta e da sustentabilidade como norteadores de suas ações políticas, mas como pensá-las sem este processo contínuo de valorização do ser social e do ambiente? A educação seria um dos focos para alcançá-lo.

Toda esta problemática da negligência com os sujeitos que têm a floresta como forma de vida e de trabalho traz consequências tanto para ele como para o ambiente, pois diante da necessidade elementar da sobrevivência degrada-se a natureza e o próprio homem.

⁵⁴ Entrevista concedida pela presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri Dercy Teles de Carvalho Cunha, em Xapuri (AC), em julho de 2011.

É uma forma de controle do Estado perante a sociedade na medida em que retiram as condições básicas de vivência, no caso, as condições socioeconômicas dos seringueiros que vivem no Acre e, principalmente, na Reserva Extrativista Chico Mendes.

Assim, as dificuldades socioeconômicas vivenciadas pelos seringueiros refletem em seu processo de recriação. Dessa forma, não é somente o acesso à terra que permite sua sobrevivência, mas necessitam de condições produtivas, educacionais, de saúde para manutenção de sua vida de forma digna.

2.4.2 A prática do roçado: da sobrevivência à criminalização

O modelo de organização socioeconômico do seringueiro envolve uma diversidade produtiva em seu território a partir de atividades extrativistas, de criação de animais e da prática de uma agricultura de subsistência tanto para suprir a necessidade de sua família com produtos quanto por renda obtida através de sua comercialização.

Sendo assim, uma das formas para garantir os alimentos básicos para os seringueiros é a manutenção de um roçado em sua colocação onde plantam arroz, feijão, macaxeira, legumes, verduras, além de outros gêneros alimentícios.

Segundo o Plano de Utilização, elaborado pelos seringueiros da Resex Chico Mendes em 1995, a área destinada para as atividades complementares (agricultura, criação de pequenos animais, peixes e atividades agrofloretais) deverão ocupar até 10% da área de sua colocação, não podendo ultrapassar 30 hectares. Todavia, como já enfocado, devido ao fato de que está aumentando o número de famílias nas colocações e pela dificuldade de geração de renda, conseqüentemente, o roçado tende a crescer na mesma proporção como uma estratégia para que as famílias consigam manter seu sustento com a produção de gêneros alimentícios básicos que podem ser cultivados na própria colocação.

Para fazer o roçado e cultivar a chamada lavoura branca, os seringueiros geralmente utilizam o sistema da queima a fim de preparar o terreno para realizar o plantio da agricultura de subsistência, como também, para aumentar a área, podem utilizar da derrubada da mata. O uso do fogo é muito comum no preparo de áreas agrícolas tanto por ser uma prática cultural, como por ser de baixo custo já que geralmente os camponeses e extrativistas não têm estrutura financeira para utilizar

outras práticas como a mecanização, por exemplo, o que tem levado à utilização intensiva da queima e do desmate, por vezes, ultrapassando o limite estipulado.

Com relação ao desmatamento, o Plano de Utilização elaborado no momento de criação da Resex estabelece que não podem ser desmatadas as "Florestas de Preservação Permanente entendidas estas como as matas ciliares, as das nascentes e as das margens de cursos d'água, ou outras" (BRASIL, 1995), conforme estabelecido pelo Código Florestal Brasileiro, de 1965. Embora com o aumento das áreas desmatadas, o Plano de Manejo da Resex Chico Mendes de 2006 aplicou normas para controlar essa prática, reforçando que:

para a realização das atividades complementares só será permitido através de licença obtida junto ao IBAMA e devem ser observados os limites de dois hectares por ano, sendo permitida em áreas de mata secundária (capoeira). A abertura de mata bruta só poderá ser feita após esgotar todas as possibilidades de uso de outras áreas e está condicionada a aprovação pelo IBAMA, encaminhada pelas associações de base (BRASIL, 2006, p. 53).

A não adequação a essas normas de desmatamento e de queimadas tem levado o poder público a fiscalizar e a criminalizar os seringueiros que não se enquadram nas delimitações do Plano de Manejo de 2006.

Nesse sentido, uma liderança seringueira do município de Brasiléia afirma que:

agora saiu uma sentença do juiz apoiando a medida do Ministério Público Federal e Estadual para acabar com a queima do roçado de subsistência aqui na nossa região e o juiz já deu o primeiro parecer favorável. Olha o que significa: que todos os futuros agricultores não vão poder botar mais um roçadinho de feijão, que vai ser proibido, agora vai ser fogo zero, essa é a ideia agora: é fogo zero e vai ser miséria 100% (informação verbal)⁵⁵.

Essa realidade declarada pelo líder seringueiro Osmarino Amâncio se refere à atuação do Ministério Público do Estado do Acre, em 2006, com a implantação do Grupo de Trabalho Institucional de Prevenção e Combate às Queimadas e Incêndios Florestais, com o objetivo de criar ações de prevenção e combate de queimadas em todo o estado. Assim, suas atribuições eram apurar a

⁵⁵ Entrevista concedida pelo líder seringueiro Osmarino Amâncio, em Brasiléia (AC), em julho de 2009.

responsabilidade civil e criminal dos produtores agropecuários que fazem uso das queimadas em suas propriedades. Nesse sentido, através de uma ação conjunta entre Ministério Público do Acre, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e Instituto do Meio Ambiente do Acre (IMAC) foram notificadas, por infrações ambientais, 114 propriedades rurais, principalmente na região do Baixo e Alto Acre, e envolvendo na maioria pequenos produtores rurais com aplicação de autos de infração (ACRE - Ministério Público do Estado do Acre, 2006).

Assim, no entendimento de Dercy Cunha, a criminalização da prática do desmatamento e da queimada é um receio e um drama social, pois a única forma encontrada para os seringueiros manterem seu roçado é através desses instrumentos tanto como forma cultural como devido à falta de maquinários para realizar esta atividade.

Nesse sentido, Dercy Cunha afirma ainda que:

os trabalhadores não têm a menor condição de utilizando as técnicas rudimentares, que é o terçado, a foice e a enxada, preparar uma área para produzir agricultura e nem o Governo está preparado institucionalmente para dar suporte [...] Então é um outro ponto grave que os trabalhadores rurais estão vivenciando (informação verbal)⁵⁶.

Desta forma, os seringueiros ficam sem alternativas por não ter condições e nem auxílio para manter seu roçado de subsistência, conforme enfatizam alguns entrevistados:

primeiro eu trabalhava [com a venda da agricultura], eu vendia arroz, vendia farinha, vendia muita coisa. Hoje não! Porque hoje eu já tô impedido de derrubar, não posso mais plantar, pra nós tá complicado aqui no momento, nós tamos em condições de botar roçado e não temos o maquinário (informação verbal)⁵⁷.

É, vendia pouco mais vendia porque [...] agora que nós não pode derrubar a mata, botar roçado grande não pode botar mais, até roçado mesmo pra gente sobreviver eles não estão querendo que a gente bota, quem derrubar e queimar vai ser multado (informação verbal)⁵⁸.

⁵⁶ Entrevista concedida pela presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri Dercy Teles de Carvalho Cunha, em Xapuri (AC), em julho de 2011.

⁵⁷ Entrevista concedida pelo seringueiro M. T. M., no Seringal Equador em Xapuri (AC), em julho de 2011.

⁵⁸ Entrevista concedida pelo seringueiro C. N. S., no Seringal Equador em Xapuri (AC), em julho de 2011.

[o que falta] assim é ter uma garantia de maquinário para que todo tempo tenha aquele maquinário trabalhando nas propriedades das pessoas até porque nós na enxada não consegue fazer certo tipo de plantação, nós tava conseguindo com fogo aí o pessoal proibiram então a gente tem que pensar nessa parte aí primeiro na sustentabilidade para dar o sustento dos produtores (informação verbal)⁵⁹.

Além de não assegurar que os seringueiros mantenham seu roçado, o Estado ainda criminaliza quem recorre a tal prática por meio de multas que jamais os trabalhadores terão condições de pagar. São multas excessivas que vão de R\$ 70,00 a R\$ 200 mil. Portanto, não significa que ao utilizar o desmate e a queima os seringueiros e suas lideranças apoiem tal prática como atividade principal para cultivo da terra, mas a veem como uma saída para garantir sua sobrevivência na floresta e manter seu modo de vida, já que estamos falando de práticas em uso por gerações de extrativistas.

Para a presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri:

a gente tem essa preocupação da preservação. É necessária! A gente precisa urgentemente reduzir o uso do fogo e do desmate, os trabalhadores tem essa consciência, mas infelizmente a lei da sobrevivência está acima de todas as leis e enquanto não tiver uma disponibilização e incentivo por parte do Governo, assistência técnica para trabalhar a educação desse público, infelizmente, está muito longe de sonhar com essa floresta preservada [...] eu hoje passei a manhã inteira recebendo pessoas aqui no sindicato que perguntam: foi liberado? [a queima do roçado] Aí falam: eu vou fazer mesmo assim! Eu sou obrigada a fazer porque se não eu vou passar fome! Aí eu digo o quê, né? Você tem que fazer porque o Governo não vai ficar cuidando da sua vida! [...] **O problema é do trabalhador? É do Governo, não é nosso! E a gente não pode pagar uma dívida que nós não contraímos** (grifo nosso) (informação verbal)⁶⁰.

Então, diante da dificuldade do Estado em garantir condições de sobrevivência para os extrativistas através de sua forma particular de vida na Resex, recorrem à proibição e à repressão como uma forma de controle sobre estes sujeitos. Há um desvirtuamento da causa do problema que passa a não ser mais do Estado, mas do seringueiro, como enfatiza Mészáros (2002), ao deturpar e mascarar

⁵⁹ Entrevista concedida pelo seringueiro C. C. S., no Seringal Equador em Xapuri (AC), em julho de 2011.

⁶⁰ Entrevista concedida pela presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri Dercy Teles de Carvalho Cunha, em Xapuri (AC), em julho de 2011.

a causa do problema. Com isso, o Estado não consegue responder às necessidades socioeconômicas dos seringueiros e age com seu poder através da criminalização.

Portanto, devido ao crescimento no número de moradores de algumas colocações, e à dificuldade financeira de algumas famílias, é possível constatar um aumento da área do roçado tanto para abastecimento de produtos quanto para a comercialização como meio de auferir renda. Consequentemente, tem gerado um aumento das áreas desmatadas e queimadas na Resex além do definido pelas leis ambientais brasileiras. Para amenizar ou tentar solucionar essa situação, o governo federal, por meio do IBAMA, e o governo estadual do Acre utilizam como instrumento a criminalização dos seringueiros que estão fora das normas estabelecidas quanto à queimada e ao desmatamento através da aplicação de multas para os “infratores”.

Nesse sentido, algumas lideranças seringueiras como Osmarino Amâncio, a presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, Dercy Cunha, e outros entrevistados reforçam que faltam ações efetivas do estado como: assegurar a dimensão básica da colocação para cada família, possibilitar formas para geração de renda através de seu território e, no mais paliativo, poder garantir formas de ter o roçado necessário para sua família e para a comercialização sem ter que utilizar o desmatamento e a queimada além dos limites definidos, como por exemplo, oferecer maquinários para o preparo da terra.

Por outro lado, a saída encontrada pelo Estado foi criminalizar a atitude do desmatamento e da queimada como forma de controle dos seringueiros perante suas deficiências para solucionar os problemas vivenciados pelos moradores da Resex Chico Mendes.

2.4.3 A pecuarização da Resex: da sobrevivência à repressão

Diante da deficiência de políticas para a produção extrativista, a alternativa encontrada pelos seringueiros para garantir sua sobrevivência foi a criação de gado bovino em suas colocações.

Segundo Barros (2008), as reservas extrativistas, de forma geral, estão passando por um processo de pecuarização, pois “sem opção econômica, as comunidades optam pela liquidez e bom preço do boi”. No bioma Amazônia há 33 reservas extrativistas ocupando algo em torno de 5 milhões de hectares, e segundo

estimativas apontam a existência de até 40 mil cabeças de gado bovino nestas áreas.

Segundo o Plano de Utilização da Reserva Extrativista Chico Mendes (BRASIL, 1995) cada colocação pode ter até 15 hectares de pasto e “tomando como base os dados oficiais de capacidade de suporte de áreas de pastagem do estado do Acre, que é, no máximo, duas cabeças por hectare, concluímos que cada ocupante poderia ter no máximo 30 cabeças”, mas já foram identificadas criações com 648 cabeças e de até 1.000 cabeças de gado (MACHADO, 2008). Com isso, estima-se que 15% dos moradores da Resex tenham quantidade de gado superior a 30 cabeças, ou seja, em torno de 300 famílias (AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DA AMAZÔNIA, 2008).

Sendo assim, há várias modalidades de criadores na reserva extrativista Chico Mendes, desde pecuaristas que compram as colocações de seringueiros e as transformam em fazendas; há seringueiros que arrendam suas terras a fazendeiros para pastagens; há seringueiros que se tornam fazendeiros⁶¹ (MACHADO, 2008). E acrescento ainda que há, principalmente, seringueiros que devido à falta de projetos econômicos para o extrativismo aderem à criação do gado como forma de sobrevivência e geração de renda. Este último caso representa a maior ocorrência na Resex Chico Mendes.

É importante reiterar que a criação bovina é resultado da falta de políticas públicas de valorização dos produtos extrativistas, atividades originalmente sustentáveis e que configuraram a base de constituição da reserva, pois na dificuldade de gerar renda leva à ampliação do gado nessa localidade. Essa atividade serve como uma poupança, uma reserva monetária para os momentos de dificuldades e necessidade de dinheiro.

Não são somente os seringueiros que associam a criação de gado com a falta de alternativa e à busca pela sobrevivência, mas também muitos pesquisadores, lideranças sociais e políticas, e ainda órgãos envolvidos com Resex.

O ex-ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, reconhece a pressão da pecuária sobre a Resex, e sobre o fato ressalta que “a gente sabe que tem muito boi

⁶¹ O sentido de atribuir a denominação de seringueiros que se tornaram fazendeiros, está relacionado à mudança de uso da terra em sua propriedade, ou seja, com dedicação exclusiva na atividade de criação de gado.

pirata lá, até por causa da pobreza [...] É uma luta desigual, porque o gado dá mais”, se referindo à relação gado e extrativismo (ECODEBATE, 2008).

Para o Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Acre de 2008, Assuero Veronez, “são todos pequenos produtores, e a pecuária é uma forma de sobrevivência para eles” (AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DA AMAZÔNIA, 2008).

Segundo um estudo realizado na região de Xapuri por pesquisadores da Faculdade de Saúde Pública (FSP) da Universidade de São Paulo (USP), além desses fatores mencionados, as pastagens ganham espaço na reserva devido à facilidade encontrada pelos extrativistas de escoar a produção de carne, pois os frigoríficos buscam a mercadoria quando há demanda (CASTRO, 2010). Assim, o preço da carne é mais atraente e o mercado é garantido, se comparado aos produtos extrativistas.

No entanto, o gado pode representar uma estratégia para os extrativistas em termos de geração de renda, mas resulta em uma alteração significativa na floresta, devido ao desmatamento que gera. Segundo o Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM) *apud* Ecodebate (2008), o desmatamento alcançou 6,3% da área total da Resex Chico Mendes em 2008, como resultado da queimada, da derrubada da floresta e da criação de gado, e este percentual se aproxima do limite máximo de desmatamento admitido. Isso representa “mais de 45 mil hectares de floresta da reserva Chico Mendes que já foram convertidos em pastagens para a criação de gado, de acordo com dados do monitoramento realizado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE)” (MACHADO, 2008).

Com isso, a pecuarização na reserva tem gerado problemas de ordem ambiental, com o aumento do desmatamento, o que fere os princípios concernentes à sua criação com base na manutenção da forma de vida seringueira fundamentada no extrativismo a partir do uso da floresta. Assim, em 2008, as práticas do desmatamento e da pecuarização passaram a ser criminalizadas mediante a execução da Operação Resex Legal, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), e pelo Instituto Chico Mendes, com o apoio da Polícia Federal. Esta operação teve o objetivo de implantar e consolidar o plano de reorganização da estrutura de gestão, ordenamento territorial e regularização fundiária na Reserva Extrativista Chico Mendes, sendo dividida em duas etapas. A primeira, iniciada em novembro de 2008, teve como foco a fiscalização de propriedades com desmatamento superior aos 15% permitidos e com

mais de 30 cabeças de gado. Para a segunda etapa, realizada em 2009, a fiscalização foi com pecuaristas que receberam indenização do Governo Federal, mas não desocuparam a área, e há casos até de moradores que ampliaram sua área de pasto (AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO ACRE, 2012a).

Segundo Meireles (2008):

A Operação Resex Legal pretende fiscalizar e retirar da Reserva Extrativista Chico Mendes cerca de 300 famílias que estão explorando e desmatando de forma ilegal as terras da Resex, além de criar gado em quantidade superior a permitida. Os moradores que estão em desconformidade com a lei poderão ter suas terras embargadas e o gado confiscado, além de pagar multas e sofrerem as penalidades legais.

Essa realidade do desmatamento e da pecuarização é resultado de várias situações que demonstram a negligência do governo do estado do Acre com políticas públicas para os extrativistas. Primeiramente, o esquecimento ou vistas grossas para as ocupações por antigos proprietários das terras que foram indenizados pela União, mas que continuam no local com a criação de gado. Em um segundo ponto evidencia a falta de assistência do Estado com os seringueiros da Resex em termos de alternativa de renda, o que leva à criação de gado e agora sua criminalização. Portanto, são duas situações distintas que estão sendo postas na mesma condição: de um lado a penalização de pecuaristas irregulares, e de outro, seringueiros em busca de uma alternativa de sobrevivência.

Para Dercy Cunha, não se pode resolver de forma imediata o resultado de 20 anos de omissão. Assim, entende que:

a culpa é do governo e do próprio órgão ambiental pela transformação de várias áreas da Reserva em pastagens para o gado [...] o governo federal tem que dar tempo e oferecer alternativas para que as pessoas possam regularizar suas situações, retirando o gado de suas colocações e reflorestando as áreas desmatadas ao longo dos anos (OALTOACRE, 2012).

A entrevistada ainda complementa que devido à falta de assistência do governo:

teve todo esse desastre da pecuarização dentro da reserva que depois o governo tentou resolver na base da repressão como se isso

resolvesse a situação [...] houve um confronto de Estado com os trabalhadores (informação verbal)⁶².

Como resultado da falta de perspectiva para o seringueiro de viver somente da produção extrativista, uma opção foi e continua sendo a criação de gado, alterando em alguns casos significativamente a paisagem da Resex. Diante desse fato, a resposta do Estado é reprimir os seringueiros, mas nesse processo se ausenta de oferecer políticas que permitam condições dignas de sobrevivência para as famílias trabalhadoras.

A repressão tornou-se uma forma de controle social que diante da não resolução dos problemas reais de gestão política, geração de renda, políticas sociais, em suma, de reprodução social dos seringueiros em seu território, age punitiva e ofensivamente, transferindo o problema para o seringueiro. Desvirtua o sentido, pois demonstra que o causador dos problemas ambientais são os seringueiros que estão desmatando, e ao mesmo tempo não se considera as questões estruturais de reprodução dessas famílias. A questão, nesse contexto, é por que isso ocorre? De modo sumário, pode-se dizer que por falta de alternativas e de políticas públicas efetivas para sobrevivência digna das populações extrativistas na e da floresta.

2.4.4 O controle social pela cooptação de lideranças seringueiras

Ao abordar as formas de controle do estado para com os seringueiros no Acre há outra problemática que se evidencia: a cooptação, pelo governo da Frente Popular, de antigas lideranças vinculadas às lutas travadas nas décadas de 1970-80 pelo movimento seringueiro.

O governo da Frente Popular do Acre construiu um discurso no qual associa e apropria dos princípios da luta seringueira aos seus propósitos, como se o Estado fosse resolver os desafios dos povos da floresta. Para efetivar e dar sustentação a este discurso foi preciso buscar aliados através de antigos líderes seringueiros que passam a fazer parte da equipe do governo do Acre e a defender seus ideais, o que ocorre, por exemplo, via cargos comissionados.

⁶² Entrevista concedida pela presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri Dercy Teles de Carvalho Cunha, em Xapuri (AC), em julho de 2011.

Conforme enfatiza Dercy Cunha, não são somente as antigas lideranças, mas também alguns seringueiros, principalmente do Seringal Cachoeira, que recebem um “salário” especial⁶³ que gira em torno de R\$ 1.800,00 a fim de apoiar, defender e divulgar as políticas do governo (informação verbal)⁶⁴. Desse modo, alguns seringueiros “cooptados” fazem o corpo a corpo com os demais extrativistas para aderirem aos projetos desenvolvidos e sustentados pelo governo estadual, como no caso do Seringal Cachoeira, o manejo madeireiro⁶⁵.

Para a liderança seringueira entrevistada:

o dirigente vai defender não porque ele está consciente, mas porque ele está sendo pago pelo governo que é para defender um projeto que não é sustentável como no caso do Cachoeira. Agora estão querendo implementar em Brasília [o plano de manejo], mas não conseguiram ainda, mas tem gente que já pegou a proposta para receber cargo comissionado para aceitar e dizer que vender madeira vai tirar o seringueiro da pobreza (informação verbal)⁶⁶.

Por isso, a presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri afirma que “o [Seringal] Cachoeira é um cartão postal que o governo preparou. É uma vitrine!” para demonstrar que os seringueiros do estado do Acre vivem bem, mas não discute a problemática da extração da madeira, muito menos o recebimento, através da cooptação, para se aderir e divulgar essa atividade. E continua ressaltando que:

é tudo orquestrado, ensaiado, então as pessoas voltam de lá [Seringal Cachoeira] lisonjeadas. Quando vê o padrão de vida porque as casas são de ‘classe média’. Tem tudo que na cidade tem, tem moto estacionada, tem carro estacionado, então volta todo mundo... porque quem não quer viver bem? Quem é que não sonha em viver bem? A gente está assim, tendo um problema muito grande porque não consegue discutir porque essas pessoas se você tentar discutir, eles ficam contra a gente porque a gente não tem o que oferecer para mudar a vida deles. Se não tem vai discutir para que? Ninguém quer saber de conversa, quer resultado (informação verbal)⁶⁷.

⁶³ Segundo Dercy Cunha, esse salário especial denomina-se de DAS, ou seja, Divisão de Assessoria.

⁶⁴ Entrevista concedida pela presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri Dercy Teles de Carvalho Cunha, em Xapuri (AC), em julho de 2011.

⁶⁵ Como já foi discutido nesse capítulo sobre as novas articulações vinculadas ao Plano de Manejo da Resex Chico Mendes, de 2006, que incentiva a adesão ao manejo madeireiro liderada pelos órgãos públicos do estado do Acre.

⁶⁶ Entrevista concedida pelo líder seringueiro Osmarino Amâncio, em Brasília (AC), em julho de 2009.

⁶⁷ Entrevista concedida pela presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri Dercy Teles de Carvalho Cunha, em Xapuri (AC), em julho de 2011.

O governo mostra somente o lado da remuneração da madeira, já que é uma atividade que apresenta um bom retorno financeiro, para que assim haja o convencimento e adesão à atividade, todavia não divulga os problemas sociais e ambientais decorrentes como a destruição tanto da floresta quanto das espécies extrativistas e da caça, que são atividades culturais, o que acarreta, conseqüentemente, uma ameaça à forma de vida e de trabalho do seringueiro.

A cooptação de lideranças seringueiras não ocorre somente como estratégia de convencimento para a adesão ao manejo madeireiro, mas também foi evidenciado esse processo na implantação do projeto da Preservativos Natex, como afirma a diretora da unidade, Dirlei Bersch, de que:

as representações comunitárias foram extremamente importantes tanto naquela etapa de mobilização do seringueiro quando ele estava desacreditado com o processo do extrativismo como com o trabalho de conscientização com as comunidades (informação verbal)⁶⁸.

Nesse caso da Preservativos Natex, há uma pressão sobre os líderes das comunidades para que os seringueiros forneçam para a fábrica. Se o projeto é para os seringueiros, porque há esta pressão sobre eles impondo o que têm que fazer? Se o projeto atendesse aos interesses dos seringueiros não haveria a necessidade de mobilização e pressão, pois a adesão seria automática.

Como exemplo, o funcionário da COOPERACRE ressalta que:

onde tem liderança, onde o Raimundão tá, onde tá o Nilson Mendes, o Duda, não tem essa coisa de deixar de vender leite [para a produção de preservativos], porque a borracha está melhor [...] Dá para notar visualmente que onde existe liderança, não deixa o seringueiro migrar para vender borracha [CVP]" (informação verbal)⁶⁹.

É uma cooptação de antigas lideranças seringueiras que participaram da organização e do processo de luta e resistência protagonizada pelo movimento seringueiro que estão com o governo para incentivar projetos ligados à lógica do capital, como demonstra a fala de uma liderança:

a população não tem o processo de emancipação, quer dizer, um processo de participação [...] então precisa de levar a ciência e a

⁶⁸ Entrevista concedida pela diretora da Preservativos Natex Dirlei Bersch, em Xapuri (AC), em julho de 2009.

⁶⁹ Entrevista concedida pelo Gerente Geral dos Pontos de Recolhimento do látex no campo e funcionário da COOPERACRE João Pereira da Silva, em Xapuri (AC), em julho de 2011.

discussão de um processo de emancipação, **eu me integrar, eu me incorporar** a uma ciência moderna, diferente do que eu penso, do que eu vivo [...] É difícil um seringueiro falar com um fazendeiro e entender que um fazendeiro tinha necessidade de manter a sua monocultura, mas era difícil um fazendeiro entender que a gente tinha que manter a nossa biodiversidade, **mas agora há muito entendimento**. Com certeza todos estão criando consciência e através de um trabalho político do poder público, tanto do poder científico quanto do poder de execução do governo, ele investe tanto no poder de pessoas capacitadas quanto ele investe no potencial social em movimentos (grifo do autor) (informação verbal)⁷⁰.

A fala descrita acima é de uma antiga liderança seringueira que mora no Seringal Cachoeira e nos apresenta sua visão do processo de luta dos seringueiros e a ação do poder político do Acre, se referindo ao governo do Estado. Primeiramente, a inserção à lógica do capital é muito forte em sua fala, como se para sair de sua situação de esquecimento socioeconômico e alcançar a emancipação, como o entrevistado denomina, o seringueiro deve se incorporar ao sistema por meio da adesão às atividades econômicas ligadas ao capital internacional, ou seja, a possibilidade de autonomia do seringueiro somente seria obtida por meio da inserção ao mercado.

Tal mudança de posicionamento se demonstra contrária à perspectiva de luta dos seringueiros das décadas de 1970-80 em que somente através da luta pela terra de trabalho e pela manutenção de sua forma particular de vida na floresta que é possível se livrar do controle do Estado e do capital e agir de forma autônoma, sem amarras e submissões, conforme enfatiza Dercy Cunha, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, em entrevista concedida no trabalho de campo realizado em julho de 2011.

Assim, para esse antigo líder, também cooptado, não há mais luta de classe, pois fazendeiros e seringueiros hoje almejam a mesma coisa e trabalham vislumbrando os mesmos propósitos. Esse ideal faz parte do discurso da Frente Popular⁷¹. Com isso, não há luta e resistência quando todos são “iguais”, quando todos os sujeitos almejam os mesmos objetivos.

A ideologia do capital deturpa o sentido da luta de classes, pois justamente a luta e a resistência ocorrem porque não há consenso entre os grupos

⁷⁰ Entrevista concedida pelo líder seringueiro Nilson Mendes, no Seringal Cachoeira em Xapuri (AC), em julho de 2011.

⁷¹ Conforme será discutido no capítulo 3.

divergentes, no caso, seringueiros e pecuaristas. Então, afirmar a inexistência do antagonismo de classes é negar a existência e a importância do processo de luta travada pelo movimento seringueiro nas décadas de 1970-80 contra as formas de massificação do capital que têm a floresta como polo econômico ligado à pecuária, a madeira, dentre outras atividades que não privilegiam o seringueiro, tendo-o apenas como força de trabalho. Assim, ocorre a cooptação, quando o passado político de luta e resistência que o constituiu enquanto indivíduo e enquanto coletividade é negado e agora passa a defender o que ele combateu, a inserção desmedida do poder do Estado e do capital nos rumos da organização de vida e de trabalho do seringueiro.

Historicamente, fazendeiros e seringueiros estão em pontos divergentes, ambos vislumbram a ocupação do território de forma heterogênea, pois, para o primeiro, a floresta é empecilho para o progresso, já para o segundo, é uma forma de vida e sobrevivência. Assim, quando se denuncia que há seringueiros cooptados, que antes lutavam pela terra e reforma agrária seringueira, espalhando os enunciados discursivos do governo em um território marcado pela luta e resistência é como se essa história não tivesse acontecido, ou fosse uma forma de luta superada.

Ao mesmo tempo em que existe a cooptação de algumas lideranças seringueiras, há também os que permanecem com seus princípios e sua visão de mundo, e que continuam convictos dos mesmos propósitos defendidos dentro do movimento seringueiro, como demonstra a fala de um deles:

já veio gente atrás de uma assinatura minha, por eu ser um sindicalista da época do Chico, com a mesma ideia do Chico, mas nunca mudei e não vou mudar, eu quero morrer com essa ideia do Chico, né? De defender a floresta e a gente exatamente vai continuar, eu vou continuar na minha missão, lembrando do Chico, a memória do Chico vive dentro de mim, nunca vai sair e vou continuar na minha missão (informação verbal)⁷².

Como indicado, tais compreensões de luta ainda persistem na Resex Chico Mendes, ou seja, seringueiros que acreditam que a luta existiu e não teve fim, ela apenas ocorre através de outros instrumentos como a denúncia e a resistência na maioria das vezes individual, e que mesmo passando por uma avalanche vinda

⁷² Entrevista concedida pelo líder seringueiro Sabá Marinho, em Xapuri (AC), em julho de 2011.

do próprio governo do Estado com a criminalização de práticas adotadas pelos seringueiros, eles resistem e persistem.

2.4.5 A organização coletiva dos seringueiros e a intervenção do Estado

A base da organização coletiva dos seringueiros construiu-se através dos sindicatos, das cooperativas e das associações locais⁷³, no caso de Xapuri e Brasiléia, como representação de seu fortalecimento e poder político constituído no âmbito do movimento seringueiro. Assim, passa a ser de interesse do governo do estado assumir seu comando, pois ao mesmo tempo enfraquece a oposição, no caso, o movimento social dos seringueiros, como também os direciona de acordo com os propósitos governamentais e das políticas públicas.

O governo do Acre, liderado pela Frente Popular, atua fortemente nos rumos das conquistas seringueiras por meio da apropriação dos elementos que consubstanciaram seu processo de luta e resistência nas décadas de 1970-80, não somente descredenciando seus sujeitos, mas distorcendo e incorporando seus avanços como mérito político do governo estadual.

Assim, os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, tanto de Xapuri quanto de Brasiléia, representam instrumentos de luta e conquista no âmbito político, não só historicamente devido à sua importância no processo de luta dos seringueiros, mas por tornarem-se alvos do governo com ações para tomar sua direção e atrelarem à política de governo.

Dercy Cunha analisa o relevante papel histórico do sindicato, e enfoca que:

Nos anos de 1980, a principal luta dos trabalhadores era garantir a posse da terra, inclusive essa proposta de reserva extrativista surgiu nesse período e o sindicato teve uma ação importante para isso. O sindicato era muito combativo, aconteciam os empates, várias mobilizações ao mesmo tempo e independente da presença da diretoria do sindicato. Isso acontecia porque os trabalhadores sentiam na pele essa necessidade de garantir a sua colocação, que era o meio de sobrevivência, então espontaneamente eles se mobilizavam. Depois desse período, principalmente depois da morte de Chico Mendes, o sindicato passou a viver em função de uma

⁷³ Dentre outros instrumentos relevantes que impulsionaram e, ao mesmo tempo, consolidaram essa construção coletiva do seringueiro como: os empates e a conquista da Reserva Extrativista Chico Mendes.

história, ou seja, passou a ser um museu que vivia da história, do passado. Isso por 17 anos consecutivos, o que trouxe um prejuízo muito grande para essa categoria. Hoje não existe mais o conflito, assim, o conflito está disfarçado na posse da terra (informação verbal)⁷⁴.

Essa fala demonstra o enfraquecimento do sindicato para com os trabalhadores rurais e não um aniquilamento, pois o conflito não é mais explícito como ocorria nas décadas de 1970-80, mas implícito, através da manutenção da resistência de alguns seringueiros e combate à política do governo da Frente Popular. Então, essa desarticulação da organização coletiva dos seringueiros tem levado a entrada do governo do Acre na direção dos sindicatos, como demonstra Dercy Cunha, que:

até 2006, o sindicato [de Xapuri] virou Comitê Partidário, ou seja, virou um departamento do governo para legitimar suas ações no município. Os diretores iam para um programa de rádio e só falavam o que o governo estava fazendo no município (informação verbal)⁷⁵.

Tanto que em 2009, a entrevistada articulou uma chapa para fazer oposição na eleição para a diretoria do STR de Xapuri. Assim, relata as movimentações realizadas pela chapa do governo para permanecer na direção:

no dia da eleição tinha cinco secretários de estado no pátio do sindicato [STR Xapuri], uma carruagem enorme de chapa branca [carros oficiais] tanto o pessoal do município, do governo municipal, e toda a infraestrutura, no que se refere a transporte e alimentação das pessoas. Inclusive teve comentários que teve até compra de voto. Quando viram que ganhamos eles entraram na justiça. O advogado conseguiu uma liminar que conseguiu o voto dos inadimplentes e na urna dos inadimplentes a gente só perdeu por cinco votos. Fomos extremamente vitoriosos diante daquele aparato que foi montado. Depois dessa eleição a gente não consegue ter mais sossego, é audiência na vara do trabalho, é tudo quanto é confusão, é suspense, é ameaça que acontece na rua, é divulgação de que a eleição está anulada e anteontem [julho de 2011] a gente foi surpreendida pelos diretores da Federação que chegaram aqui com uma Ata que instituiu uma “Comissão Diretora” para conduzir o sindicato por 120 dias. Mas como tava tudo ilegal não tinha nada amparado estatutariamente, não foi difícil os diretores que estavam

⁷⁴ Entrevista concedida pela presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri Dercy Teles de Carvalho Cunha, em Xapuri (AC), em julho de 2011.

⁷⁵ Entrevista concedida pela presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri Dercy Teles de Carvalho Cunha, em Xapuri (AC), em julho de 2011.

aqui botar eles num canto sem argumento pra ir embora (informação verbal)⁷⁶.

Todas essas ações representam formas de opressão e de controle do governo do estado do Acre para assumir o comando dos sindicatos, que se constituiu em um forte instrumento conquistado pelos seringueiros e que no governo da Frente Popular passa a ser foco de interesse governamental.

Segundo Dercy Cunha “o interesse deles [governo da Frente Popular do estado do Acre] em retomar o controle do sindicato é no sentido de viabilizar o manejo madeireiro” (informação verbal)⁷⁷, já que é um produto de grande interesse internacional e como foge à racionalidade de vida do seringueiro devido aos danos ambientais e sociais, a apropriação de seus meios de organização (sindicatos, associações e cooperativas) serve para desestruturar a base cotidiana do seringueiro e, assim, aplicar outra racionalidade para a floresta.

Não é somente pelo STR de Xapuri que o governo do Acre tem interesse, mas o mesmo ocorre no STR de Brasiléia, onde nas eleições de 2012, Osmarino Amâncio se candidatou para concorrer à Diretoria, com uma chapa de oposição à apoiada pelo governo estadual⁷⁸. Em seu discurso de campanha, o líder sindical demonstrou a relevância do embate dos movimentos com o governo da Frente Popular como uma forma de garantir a sobrevivência dos seringueiros e de se opor ao modelo governamental, como demonstra a seguir:

a extração de madeira e as políticas de mercantilização dos meios da natureza ameaçam a territorialidade dos seringueiros, dos camponeses desta região e o sindicato [Brasiléia] hoje é o grande braço do governo defendendo este projeto de manejo madeireiro [...] e é preciso a gente voltar a organizar as oposições sindicais já que os governos e aliados ao PT não fizeram a reforma agrária no Brasil, privatizaram a Amazônia [...]. Então o sindicato tem uma função importante para combater as políticas que vêm a serviço do agronegócio, do hidronegócio, que está a serviço do capitalismo verde que se instala agora nessa região. A gente quer dignidade! A gente quer o direito de ficar na nossa colocação, a gente quer ter o direito de usufruir de todo este potencial natural (AMÂNCIO, 2012)⁷⁹.

⁷⁶ Entrevista concedida pela presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri Dercy Teles de Carvalho Cunha, em Xapuri (AC), em julho de 2011.

⁷⁷ Entrevista concedida pela presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri Dercy Teles de Carvalho Cunha, em Xapuri (AC), em julho de 2011.

⁷⁸ Embora Osmarino Amâncio não vencesse as eleições, que contemplou João de Lima Pereira.

⁷⁹ Disponível em: www.youtube.com. Acesso em: abril de 2012.

Ambos os casos, tanto com Dercy Cunha, no STR de Xapuri, como Osmarino Amâncio quando candidato à diretoria do STR de Brasília, em 2012, enfatizam a necessidade demonstrada pelo governo do Estado na tomada destes sindicatos a fim de aplicar sua política de manejo florestal madeireiro e de serviços de ambientais com a venda do crédito de carbono.

Nesse sentido, para Osmarino Amâncio, “os empates novamente são necessários só que agora não é empate contra o latifúndio, mas sim contra o Estado; nós temos que enfrentar as instituições legais” (informação verbal)⁸⁰, ou seja, surge outro oponente dos seringueiros: o Estado na figura de seu governo estadual, no caso, a coligação da Frente Popular. Com isso, as políticas públicas servem à lógica do capital como um opositor mais atuante e forte frente à realidade seringueira do que o capital privado, pois está personificado na figura do Estado.

Já as associações de cada comunidade também passam por um processo de enfraquecimento e são tidas como alvo de manipulação por ações institucionais e governamentais, já que servem somente como instrumento que viabiliza o recebimento dos benefícios sociais e as linhas de crédito vindos das políticas federais e estaduais.

Além disso, as associações comunitárias representam a organização coletiva dos seringueiros, onde, por meio das reuniões, possibilitam encontros da comunidade a fim de discutir suas demandas e aspirações, o que a mune de um poder de articulação do coletivo com o sujeito/indivíduo. Por essa condição, o Estado a utiliza no convencimento dos seringueiros para a adesão às atividades programadas em certas políticas públicas, principalmente aquelas em que suas lideranças passaram por um processo de cooptação, como já discutido anteriormente para o caso do manejo florestal madeireiro.

Assim, as primeiras organizações coletivas ocorreram através das associações e cooperativas como instrumento de luta pela e na terra, no sentido de estabelecer resistência frente aos desafios e como estratégia de permanência. Tais organizações coletivas e comunitárias representam um processo de construção histórica dentro do movimento social seringueiro, resultado da luta a favor dos seringueiros e seu modo de organização que veem a floresta não como empecilho

⁸⁰ Entrevista concedida pelo líder seringueiro Osmarino Amâncio, em Brasília (AC), em julho de 2009.

para o desenvolvimento, mas como meio e condição para sua reprodução social, seu modo de vida e organização territorial.

Dentro do processo histórico de organização coletiva dos seringueiros no Acre, as associações e as cooperativas surgiram em meio a uma realidade política de enfrentamento social na busca pela manutenção do modo de vida e de cultura dos seringueiros, mas também econômica, “como estratégia de sobrevivência na sociedade e no mercado com produtos regionais” (SILVA, 2011, p. 275). No sentido da vinculação comercial, as associações perderam espaço para as cooperativas, já que essas últimas nasceram como instrumento de organização dos seringueiros a fim de buscar seu lugar dentro do processo social e produtivo do extrativismo.

As cooperativas surgem através da necessidade de eliminar a figura dos atravessadores que acabavam sendo a única opção de comercialização para os seringueiros, principalmente àqueles em localidades de difícil acesso. Assim, as cooperativas aparecem como um dos focos fundamentais na comercialização, como forma de ter acesso ao mercado consumidor de seus produtos, sem que os extrativistas ficassem subjugados aos atravessadores quando da comercialização de seus produtos.

É por meio dessa articulação com o mercado que garantirá sua sobrevivência e manutenção tanto econômica, social e política, “não necessariamente em situação de subordinação total, mas também promovendo enfrentamento e resistência” (SILVA, 2011, p. 292).

Dentro desse contexto, a primeira forma de organização realizada pelos seringueiros foi a Central de Produção e Consumo do Seringal, também denominado de Projeto Seringueiro, e seu objetivo principal era a compra de mercadorias e a venda da borracha, além de ter um aspecto social com apoio à educação e à saúde (NUNES, 2008). Esta forma de organização estava voltada muito mais para um aspecto social e de prover as condições básicas para o seringueiro do que necessariamente econômica e política, justamente pelo momento de esfacelamento da lógica de aviamento onde os seringueiros estavam relegados às mínimas condições de sobrevivência.

Devido às suas limitações logísticas, técnicas e do próprio seringueiro no conhecimento do processo, tal iniciativa não vingou, embora tenha sido o estopim para as outras organizações que surgiram posteriormente. Dentre estas iniciativas surge a Cooperativa Agroextrativista de Xapuri (CAEX), em 1988, como o marco

efetivo das organizações cooperativistas de agroextrativismo no estado do Acre (NUNES, 2008).

A CAEX tinha uma relação muito estreita com o STR de Xapuri, tanto que foi o Sindicato, juntamente com as lideranças seringueiras, que criaram esta cooperativa como resultado de seu processo de luta, pois havia a necessidade de uma organização que possibilitasse a negociação dos produtos extrativistas. Além disso, a CAEX tinha o objetivo de adquirir produtos industrializados a preços mais baixos e assim garantir a alimentação básica do seringueiro e sua família, algo já desenvolvido com o Projeto Seringueiro.

Embora a proximidade da CAEX com seus cooperados não tardou, conforme reforça Sabá Marinho de que:

a cooperativa foi crescendo e fazendo projetos e mais projetos e os dinheiros vieram doados a fundo perdido e aí o pessoal não se sentiram mais donos da cooperativa [...] Todo mundo queria ser sócio da cooperativa porque a cooperativa tinha dinheiro, comprava o produto, pagava na hora e a gente acostumou-se. A cooperativa virou um patrão de novo, mudou-se todo o sentido da cooperativa. Foi porque nós cooperados começamos a ver ela como 'patrão', pega minha produção e me dá o meu dinheiro. Não se sentia parte da cooperativa. Começamos a fazer isso (informação verbal)⁸¹.

A cooperativa foi perdendo seu sentido de união de pessoas que fazem parte do processo, para uma prestadora de serviço, havendo assim, uma perda do sentido de pertencimento do seringueiro para com a cooperativa. Este fato abriu espaço para a entrada do governo do estado do Acre com destino de recursos para alavancar suas atividades, acentuando o processo de “despertencimento” do seringueiro a essa forma de organização, e iniciando um processo de submissão e dependência ao Estado através das políticas governamentais.

Tal experiência de cooperativismo vivenciada em Xapuri levou também à formação da Central de Associações de Pequenos Produtores Rurais de Epitaciolândia e Brasília (CAPEB), em 1993.

Enquanto uma central de associações, suas ações dentro do processo de comercialização ficavam limitadas devido sua situação jurídica dificultar o acesso a setores de mercado. Assim, para contemplar o crescimento no número de associados e na demanda de mercado, criaram a Cooperativa Mista de Produção

⁸¹ Entrevista concedida pelo líder seringueiro, Sabá Marinho, em Xapuri (AC), em julho de 2011.

Agropecuária e Extrativista de Epitaciolândia e Brasília (COMPAEB), em 1999, como dispositivo para atuar conjuntamente com a central de associação.

Tanto a CAEX quanto a CAPEB/COMPAEB tinham o objetivo de atender aos seus cooperados no tocante às questões sociais e à comercialização da castanha e da borracha, embora a CAPEB/COMPAEB, por envolver muitos colonos da região, trabalhavam também com produtos da lavoura branca.

Ambas as cooperativas foram gestadas dentro do movimento dos seringueiros e com um forte caráter social voltado exclusivamente para os sujeitos que as construíram, embora o aspecto econômico fosse o elemento relevante para seu fortalecimento social e político, o que as caracterizavam como cooperativas de base tradicional (NUNES, 2008). Por isso, ao encarar a exterioridade econômica do mercado, as cooperativas agroextrativistas enfrentaram dificuldades frente à dinâmica competitiva, o que as levou a um processo de crise de gestão. Segundo Nunes (2008) houve inúmeros fatores que corroboraram para essa situação: a inexistência de um planejamento em suas ações; falta de tecnologias modernas para as linhas de produção (castanha e borracha); falta de capacidade gerencial e operacional; baixa estrutura de comercialização e logística; pouca inserção no mercado e baixo volume de capitalização.

Foi em meio à crise e à fragilidade das cooperativas tradicionais que, em 2001, criou-se a Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Acre (COOPERACRE), em substituição à Cooperativa Central de Associações do Estado do Acre (COOPEC), como uma central de cooperativas e associações de produtores extrativistas do estado do Acre.

A COOPERACRE surge em meio a uma situação de descrédito das cooperativas já mencionadas (CAEX e CAPEB/COMPAEB), ou seja, como tentativa de reativar a credibilidade junto aos extrativistas. Além disso, foi uma forma encontrada pelo governo de se aproximar dos ideais cooperativistas e inseri-los em suas políticas públicas a fim de viabilizar suas ações.

Segundo Nunes (2008, p. 73):

a COOPERACRE foi concebida a partir de um 'projeto' do governo que envolveu lideranças políticas municipais e estaduais, assim como gerentes do primeiro e segundo escalão do governo. [...] Ela representou durante os primeiros anos de existência, uma forte relação com as políticas de governo, voltadas ao setor extrativista.

É muito nítida a proposta da COOPERACRE: sua estreita relação com o governo e seu viés de empresa agroindustrial voltada para a lógica capitalista como forma de sobreviver no mercado, o que tem demonstrado pelos seus resultados sempre positivos em termos de atuação e de recursos próprios, demonstrando também que seu processo de gestão voltado para o modelo capitalista de organização tem dado resultado.

Há dois tipos de origens das organizações coletivas no Acre: as que foram resultado da luta e da resistência dos movimentos sociais dos seringueiros, no caso da análise, a CAEX e a CAPEB/COMPAEB; e a COOPERACRE, como desdobramento das políticas públicas do governo do estado do Acre (SILVA, 2011).

Assim, a partir de 1999, com a entrada da Frente Popular (FP) no governo do Acre, os rumos das cooperativas passam a ser direcionados por essa coligação. A Frente Popular enfatiza que seu planejamento governamental está baseado nas populações tradicionais, nos recursos naturais e na economia da floresta. Deste modo, as cooperativas enquanto instrumento de conquista e poder do movimento social dos seringueiros passam a ser importantes.

Tendo em vista a difícil situação encontrada pelas cooperativas extrativistas em termos de gestão, articulação com o mercado e endividamento, o governo estadual achou uma brecha para sua inserção através do dispêndio de recursos financeiros dotando-as de capital de giro, o que possibilitava monitorar de perto essas organizações. Assim, dentro das estratégias do governo do Estado a inserção de projetos e programas que disponibilizavam recursos financeiros para as linhas de produção e para a melhoria física e técnica destas cooperativas correspondiam ao foco central para tentar “salvá-las” e ao mesmo tempo estruturá-las dentro dos princípios determinados pelo projeto de governo da Frente Popular.

Assim, mudou-se o objetivo de atuação e o projeto para as cooperativas agroextrativistas enquanto organização política dos seringueiros, pois passam a apresentar novos rumos para um modelo de gestão mercadológico como também as amarravam em uma dependência financeira ao governo estadual. Portanto, houve uma desconstrução de seus princípios e de sua autonomia de gestão.

Para Silva (2011, p. 320):

de forma geral, as práticas governamentais imprimem ritmos com direções externas ao movimento de luta na terra. Isso se tem

revelado em possibilidades duais: por um lado, no fortalecimento em face ao apoio obtido do poder público como parceiro; por outro, no enfraquecimento, ao assumir condutas paternalistas e atropelando os projetos de vida com políticas de resultados imediatos. Ambas as situações desvirtuam o embate que se processa como luta de classes.

Portanto, ao mesmo tempo em que o governo estadual, conduzido pela Frente Popular, utiliza das estruturas das cooperativas e das associações para desenvolvimento de suas políticas públicas voltadas para a produção extrativista, desestrutura o movimento social dos extrativistas que passa a perder força a partir da entrada da FP no governo⁸².

Dessa forma, não somente a COOPERACRE, enquanto uma organização oriunda do governo estadual, mas as cooperativas geridas por ela, como a CAEX e a CAPEB/COMPAEB, acabam resultando em empresas coletivas, pois a fim de viabilizar seu projeto econômico, atuam consubstanciadas no âmbito da economia capitalista atreladas aos anseios e políticas do governo da Frente Popular.

As cooperativas e as associações no estado do Acre acabaram não respondendo totalmente aos objetivos impostos inicialmente de enfrentamento e resistência aos anseios dos seringueiros, pois para Silva (2011, p. 297), “não vemos uma dimensão revolucionária para a sociedade em curso, mas ações de caráter reformista, para a inclusão social de segmentos que estavam semi excluídos”.

A esses fatores podem-se relacionar principalmente elementos externos, como a influência do Estado, via ações do Executivo estadual, e as leis de mercado que abafaram os ideais que as construíram. Neste contexto, mesmo sofrendo forte atuação pelo governo do Estado houve um enfraquecimento da CAEX e da CAPEB/COMPAEB e a prevalência da COOPERACRE nas regionais do Alto Acre, Baixo Acre e Purus, convergindo às atividades extrativistas para sua esfera de ação. Assim, tanto a compra da castanha quanto a compra da borracha e do látex para a Fábrica de Preservativos passam a serem realizadas quase que exclusivamente pela COOPERACRE.

⁸² Como já discutido, a desestruturação do movimento seringueiro não veio somente através do comando das cooperativas enquanto instrumento de força política do seringueiro, mas também por vários outros instrumentos utilizados pela Frente Popular no estado do Acre para controlar o seringueiro, como a falta de condições socioeconômicas de vivência acarretando dificuldades na manutenção de sua forma de vida; as limitações postas para a prática do roçado e da criação bovina como alternativas de renda diante das dificuldades econômicas; a cooptação de antigas lideranças seringueiras a favor do governo do estado a fim de conduzir as políticas de governo para a floresta; o comando das cooperativas dos seringueiros, dentre outras.

Desse modo, o fortalecimento da COOPERACRE representa tanto a atuação do governo da Frente Popular, em termos de efetivação de suas políticas públicas para o campo e para a floresta no Acre; como também demonstra o enfraquecimento das demais cooperativas agroextrativistas ligadas ao processo de luta e resistência do movimento seringueiro.

* * *

Portanto, o panorama vem demonstrar a desestruturação tanto do seringueiro enquanto indivíduo a partir de sua colocação, como em sua coletividade através do movimento social dos seringueiros. Tal contexto surge devido à desarticulação de sua racionalidade construída através da relação metabólica com a natureza, como também de seu território de vida e de trabalho, no caso, a Resex Chico Mendes frente aos processos de controle imposto pelo governo da Frente Popular no estado do Acre (1999).

O movimento dos seringueiros surge como instrumento de luta e de resistência perante a situação da apropriação e degradação do território de vida do seringueiro, o que compromete sua racionalidade mediada pela relação com a floresta. Para isso, a constituição da Resex Chico Mendes representou um avanço para a organização socioeconômica e política do seringueiro ao possibilitar a manutenção de sua organização de vida e de trabalho, que completada pela autogestão de seu território, permitiria sua autonomia frente à relação metabólica com a natureza. Embora após o processo inicial de consolidação da reserva, tais princípios foram sendo subtraídos dos seringueiros a partir da ampliação do poder do Estado, na figura do Conselho Deliberativo, que passa a assumir a gestão da Resex.

Somado a essa apropriação da condução da Resex pelo Estado, os moradores passam a enfrentar situações de degradação socioeconômica na medida em que não encontram possibilidades de viver a partir da atividade extrativista e ainda se encontram com limitações diante das alternativas de aquisição de alimentos e de renda existentes como a ampliação do roçado para alimentar a família em termos de produto e de renda, como também a criminalização da prática

da pecuária, importante estratégia para a sobrevivência do seringueiro diante do decréscimo de sua renda.

O cerceamento das condições socioeconômicas impulsionou a desestruturação política dos seringueiros através de vários mecanismos postos pelo Estado, no caso, personificado no governo do Acre liderado pela coligação da Frente Popular que passou a se apropriar dos instrumentos de organização coletiva dos seringueiros para completar sua desarticulação e, conseqüentemente, ampliar seu poder político. Para isso, cooptou antigas lideranças para serem porta-vozes dos ideais de governo frente aos seringueiros e à sociedade civil, como ainda assumiu as formas de organização dos seringueiros (sindicatos, associações e cooperativas) retirando importantes meios que deram base para o fortalecimento enquanto coletividade e sujeito político para o seringueiro.

Todas essas articulações do Estado que, a partir da década de 2000, foi representado pelo governo do estado dirigido pela Frente Popular, representam formas de controle social para abafar o conflito e impor a lógica do capital para o estado no Acre.

O controle social ocorre via cerceamento das possibilidades de construção de autonomia dos seringueiros como estratégia do capital de retirar seu poder de se autodeterminar ao restringir as condições de vida e de trabalho e, assim, enfraquecendo e desarticulando sua organização individual e coletiva. Deste modo, estabelecerá as condições para o controle de seu território e, por conseguinte, do sujeito.

Sendo assim, estabelecido o controle impõem-se as condições para implantar formas de uso do território definidas não mais pelos extrativistas, mas pelo capital internacional como o manejo florestal madeireiro e os serviços ambientais, que serão discutidos no próximo capítulo.

Portanto, tais políticas de governo da Frente Popular no Acre se efetivam através da desestruturação da racionalidade do seringueiro e do controle no uso de seu território consubstanciadas através da ideologia do desenvolvimento sustentável advinda dos órgãos internacionais, principalmente, o BID através do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre (PDSA).

Desse modo, ao afirmar a relação entre os instrumentos de controle social da Frente Popular no Acre com a proposta de desenvolvimento sustentável, torna-se necessário aprofundar a análise em torno da construção da perspectiva política-

partidária da sustentabilidade que assim, auxiliará na compreensão de suas intencionalidades e de seus instrumentos executores e legitimadores de organização do território acreano, bem como seus rebatimentos nos sujeitos que habitam a floresta.

CAPÍTULO 3

O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA FRENTE POPULAR NO ESTADO DO ACRE: DO PROCESSO IDEOLÓGICO À MERCANTILIZAÇÃO DA NATUREZA

O propósito do capítulo 3 é apresentar reflexões sobre os instrumentos e estratégias que envolvem o conceito de desenvolvimento sustentável adotado pelo governo do estado do Acre, a partir da década de 2000, com a coligação da Frente Popular no poder executivo. Embora, para isso, seja necessário realizar mediações que extrapolam a escala local de análise já que a região amazônica, e o Acre especificamente, passam a representar uma territorialização de interesses globais do capital.

Assim, o desenvolvimento sustentável que conduz as políticas públicas no Acre é oriundo de uma construção realizada pelos órgãos internacionais, principalmente a ONU e o BID, diante do contexto de crise estrutural do capital na década de 1970, por isso, a necessidade de reestabelecer os rumos do processo de acumulação e reprodução do capital via reestruturação produtiva engendrou novas estratégias, o que culminou na elaboração de uma forma de desenvolvimento construída ideologicamente para “harmonizar” crescimento econômico com preservação ambiental e social.

Ao se estabelecer essa relação, entre a proposta de desenvolvimento sustentável e o sistema do capital, é possível desvendar os meandros que a costuram. Assim, como base estruturante do processo de reestruturação do capital, os conceitos de homem, trabalho e natureza se tornam centrais para nossa análise, já que através da exploração e da precarização do trabalho, juntamente com a apropriação da natureza através de sua mercantilização, que irão garantir as condições para a lógica do capital. Então, é através do controle sobre a produção de valores de uso e das condições de existência humana efetivada através da relação metabólica homem e natureza que o capital faz valer seu domínio e extensão sobre os sujeitos estranhando seu trabalho que agora passa a produzir valor de troca para o mercado e se apropriando de seu território de vida que segue a lógica do capital.

Com isso, para construir esse cenário é necessário todo um aparato discursivo e ideológico para legitimar a aplicação da proposta de desenvolvimento sustentável. Assim, o governo da Frente Popular a consubstanciou através de uma pseudoaproximação com os sujeitos acreanos, índios e seringueiros, como forma de vincular as ações políticas aos anseios da sociedade ao mesmo tempo em que negou os conflitos de classes que culminou no movimento seringueiro. Esse apelo social e ambiental serviu como instrumento para controlar o sujeito e seu território e efetivar a política internacional do capital para a Amazônia através da

mercantilização da natureza, seja através da exploração madeireira, pecuária para a exportação e os serviços ambientais que a floresta pode proporcionar ao mercado.

Portanto, a proposta de desenvolvimento sustentável adotada pelo governo da Frente Popular no Acre representa uma forma de controle social construída através de um arcabouço ideológico para legitimar o processo de mercantilização da natureza no estado.

3.1 A proposta de desenvolvimento sustentável do governo da Frente Popular no estado do Acre e seus instrumentos legitimadores: o Zoneamento Ecológico-Econômico e o Programa de Desenvolvimento Sustentável.

A proposta de desenvolvimento sustentável no Acre surgiu juntamente com a inserção da Frente Popular do Acre (FPA) no poder executivo do estado a partir de 1999. A construção histórica da FPA inicia-se com a formação do Partido dos Trabalhadores (PT) no Acre, na década de 1980, concomitante com novas propostas políticas de gestão para o estado já que, segundo seus fundadores, o PT nasce como um partido que se apoiava e se aproximava das questões específicas dos sujeitos acreanos, representados pelos índios e seringueiros, opondo-se aos interesses de fora, já que até então os objetivos externos guiavam os rumos do estado.

O modelo que vigorava no Acre era resultado dos governos militares da década de 1970, baseado em projetos de exploração das riquezas naturais e da atração de investimentos externos privados, tanto nacionais quanto internacionais. Tal modelo se fundamentava no estigma de que a região Norte era desocupada populacionalmente e que necessitava de auxílio para desenvolver-se, ideologia construída para justificar a integração econômica do território e a defesa de suas fronteiras. Nesse sentido, a pecuária foi uma atividade que norteou a reinserção do capital no Acre, embora seu desenvolvimento não ocorresse sem conflitos, pois trouxe enormes consequências para as populações e o território acreano com o aumento do desmatamento, da concentração fundiária e da posse das áreas de antigos seringais e de reservas indígenas para a criação de gado, gerando forte impacto no modo de vida de índios e seringueiros.

Diante desse contexto, o PT apresentou uma plataforma que questionava esse modelo desenvolvimentista para o Acre baseado na exploração acentuada da

floresta e dos seus sujeitos, com isso, contrapunha a essa lógica de incentivo às atividades não extrativistas em detrimento das necessidades da sociedade local. Por isso, associava-se aos movimentos sociais dos seringueiros e aos ideais de Chico Mendes, como propunha. Contudo, ao longo da trajetória política da Frente Popular no governo do Acre percebe-se que há uma apropriação indevida e equivocada de “identidade acreana” juntamente com o apoio às atividades desvinculadas dos anseios dos sujeitos da floresta, conforme será discutido a partir de então.

Apesar de disputar as eleições desde a década de 1980, o PT somente conseguiu expressividade no Acre a partir de 1990, com a formação da Frente Popular do Acre (FPA), e da Coligação Renovação Democrática do Acre (RDA)¹. Foi a partir dessa articulação partidária, juntamente com sua proposta política, que obtiveram êxito nas eleições de 1998 com o cargo de governador do estado do Acre para Jorge Viana, embora anteriormente o PT chegasse ao poder executivo do Acre a partir da prefeitura municipal da capital, Rio Branco, em 1992, também com Jorge Viana.

A proposta política, que ficou mais definida na eleição de 1990, tinha como base essencial a discussão do modelo desenvolvimentista vigente e a apresentação do desenvolvimento sustentável como solução para o extrativismo no Acre, como também levava a questionar o modelo administrativo sempre composto por administradores de fora do estado. Com isso, veio à tona a perspectiva da FPA que se constituiu na valorização da identidade acreana (MORAIS, 2008).

Segundo Moraes (2008, p. 163), “o PT organizou-se e cresceu valendo-se da luta dos extrativistas, questionando o modelo de desenvolvimento econômico adotado até então no estado do Acre”. Com isso, se diferenciava das vertentes políticas hegemônicas até então no estado, as quais primavam por modelos de desenvolvimento externos e que privilegiavam a exploração econômica não extrativista.

Assim, em 1998, a FPA se elege para o governo do estado e permanece até o momento atual (2014), na liderança política do Acre², sempre embasada em um arcabouço político atrelado às questões da identidade acreana com a floresta. Com isso, foram construídos vários *slogans* para os governadores, sendo: Governo

¹ “A Frente Popular congregava o PCB, o PC do B, o PDT, o PPS, o PSB, o PT e o PV, sendo que a coligação da RDA era constituída pelo PL, PTB, PDC, PTR e PRN” (MORAIS, 2008, p. 164).

² De 1999 a 2006 com Jorge Viana, que exerceu dois mandatos; de 2007 a 2010 com Binho Marques, e de 2011 a 2014 com Tião Viana.

da Floresta para Jorge Viana, Governo da Florestania para Binho Marques, e Governo do Povo do Acre para Tião Viana, que apesar da mudança de vocábulos, o objetivo é sempre chamar a atenção para a aproximação com a floresta e sua gente, como também ter a floresta como oportunidade de geração de renda para todos, o que se expressa pelo termo florestania³.

E foi com base nessa perspectiva que a Frente Popular, a partir de sua posse no governo do Acre, em 1999, adotou um novo conceito de desenvolvimento para o estado:

O novo desenvolvimento, difundido pelo poder público, deveria ser sustentável, isto é, modernizar e dinamizar a economia e corrigir as injustiças sociais e, ao mesmo tempo, conservar a floresta e respeitar a cultura dos vários povos que compõem a sociedade acreana. Com o direcionamento das políticas públicas para uma estratégia de 'Desenvolvimento Sustentável' (MORAIS, 2008, p. 182).

Portanto, definidas as bases político-ideológicas, o governo do Acre, liderado pela Frente Popular, passou a utilizar determinados instrumentos para sua execução e legitimação. Nesse sentido, o marco foi o lançamento da primeira fase do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) do Acre, em 2000, que ocupou papel fundamental na construção do desenvolvimento sustentável, já que seu objetivo principal "é contribuir para a incorporação dos princípios de Desenvolvimento Sustentável na orientação das ações do governo, do setor privado e da sociedade civil" (ACRE/ZEE, 2000, p. 01).

Assim, o ZEE foi construído como instrumento estratégico de planejamento e gestão territorial a partir do qual orienta projetos e a execução de políticas públicas e privadas. A partir deste trabalho foi possível caracterizar e mapear as diferentes regiões do estado do Acre e, desse modo, fornecer subsídios para o planejamento, o uso e a ocupação da terra de acordo com as especificidades do território, o que o torna um projeto de "desenvolvimento sustentável" regional do governo da Frente Popular.

O ZEE é constituído por duas fases, sendo a primeira realizada no período de 1999-2000, e a segunda fase em 2006 (1ª edição) e 2010 (2ª edição). A

³ Florestania é um termo utilizado pela Frente Popular, principalmente por Jorge Viana em seus dois mandatos no poder executivo estadual, para demonstrar o percurso ideológico dessa coligação partidária que se expressa no vínculo com os povos da floresta e no respeito à sua cultura e tradição, aliando o desenvolvimento econômico com a preservação da floresta.

primeira fase resultou na elaboração de produtos cartográficos básicos na escala de 1:1.000.000 a partir de um diagnóstico abrangendo a extensão total do Acre. Para esta fase foram utilizados dados secundários de trabalhos já realizados aproveitando-os e sistematizando-os (ACRE/ZEE, 2010). A segunda fase do ZEE foi uma continuação da primeira, o que permitiu atualizá-la e complementá-la, resultando em um “Mapa de Gestão Territorial do Estado do Acre, na escala de 1:250.000, construído a partir do cruzamento dos eixos Recursos Naturais, Socioeconômico e Cultural-Político” (ACRE/ZEE, 2010, p. 35).

É importante destacar que o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) marca a inserção da Frente Popular no governo do Acre e representa os rumos e objetivos dessa coligação partidária para o estado. Com isso, a perspectiva da sustentabilidade é posta como vetor de desenvolvimento e o ZEE serve como instrumento para alcançá-la.

De acordo com a relevância assumida pelo ZEE vale a pena entender quais as definições postas pelo governo do Acre para os rumos da reorganização territorial do estado que estão expressas nesse relatório.

No ZEE fase I os resultados dos trabalhos foram sistematizados em “Indicativos para a Gestão Territorial do Estado do Acre”, assim definidos: indicativos para a atividade madeireira, indicativos para consolidação e criação de reservas extrativistas e projetos de assentamento agroextrativista, indicativos para a criação e consolidação de terras indígenas, indicativos para criação e consolidação de unidades de conservação e preservação, indicativos para a agricultura familiar e empreendimentos agropecuários de médio e grande porte, subsídios para o desenvolvimento do turismo no Acre (ACRE/ZEE, 2000).

A princípio, a sistematização para o planejamento do uso da terra no Acre, através do ZEE I, demonstra uma diversidade de ações, sempre respeitando as especificidades territoriais, contudo, nota-se que diante do aproveitamento econômico dos recursos desses territórios florestais, o foco recai na atividade madeireira e na agropecuária, negligenciando as demais atividades extrativistas como a borracha e a castanha, base de sustentação dos seringueiros, como se pode averiguar também nos termos em que aparece no ZEE fase II:

Com o direcionamento das políticas públicas para uma estratégia de desenvolvimento sustentável proposta pela Frente Popular do Acre,

os principais investimentos do Governo no período 1999 a 2004 foram direcionados para a modernização da capacidade administrativa e reguladora do Estado, **o incremento da rentabilidade econômica do setor silvo agropecuário**, o fomento a investimentos produtivos estratégicos e a elevação da qualidade da infraestrutura pública (ACRE/ZEE, 2010, p. 275, grifo nosso).

Portanto, tanto o ZEE fase I quanto a fase II trazem como ponto central o incentivo às atividades silvo agropecuárias tanto que o lançamento da fase II vem reforçar tal proposta ao concluir a sistematização mais detalhada com a demarcação de áreas possíveis de exploração das atividades madeireiras e agropecuárias, as áreas aptas à conservação, como também elencou as localidades com regularização fundiárias⁴ e as que necessitam de medidas de proteção.

Esse traço de vinculação às atividades silvo agropecuárias demonstrado pelo Zoneamento Ecológico-Econômico também vem expresso através da realidade do desenvolvimento das atividades econômicas florestais no estado. Assim, através do Quadro 3 podemos evidenciar o predomínio quantitativo, tanto em termos de volume produzido, quanto de valor recebido pela extração da madeira destinada à comercialização, foco do governo da Frente Popular no Acre. E ainda, destacam-se como as atividades extrativistas não madeireiras (borracha, castanha, óleo de copaíba, açaí) se apresentam como ramos econômicos secundários para o estado ao apresentar um reduzido volume de produção. Deve-se ressaltar que o processo de luta do movimento seringueiro nas décadas de 1970-80 foi para buscar alternativas de uma territorialidade em que pudessem viver de acordo com seu modo de vida particular e baseado na floresta e em seus produtos extrativistas não madeireiros, assim, a pseudoaproximação da Frente Popular com o movimento seringueiro já se desconstrói na medida em que o governo do estado não converge para os anseios desses sujeitos.

Desse modo, a atividade madeireira vai sobressaindo no estado do Acre que, pela sua formação física, representa um território altamente acessível à sua exploração tanto que segundo o Código Florestal (Lei nº 4.771/65) mais de 80% das áreas do Acre são passíveis para o desenvolvimento da extração de madeira, sendo que desse total existem 21% de áreas no estado em que essa atividade apenas pode ocorrer sob o regime de manejo; outras 60% das áreas não são protegidas

⁴ Como veremos mais adiante, as áreas de regularização fundiária estão relacionadas à inserção do capital privado para desenvolvimento da extração da madeira.

podendo ser exploradas, e somente 19% de áreas que exigem a proibição total para a exploração da madeira. (ACRE/ZEE, 2000).

Quadro 3 - Quantidade e valor dos produtos da extração vegetal no estado do Acre em 2012

Produto da extração vegetal	Quantidade (t)	Valor (1.000 R\$)
Madeira (carvão vegetal, lenha, madeira tora)	1.365.948	57.905
Castanha-do-pará	14.088	23.792
Borracha (látex coagulado e látex líquido)	470	1.733
Açaí	1.620	1.392
Copaíba (óleo)	3	58

Fonte: BRASIL/IBGE (2012)

Org.: Ponte, Karina Furini.

Além da aptidão local, Becker (2005) reforça a importância da exploração da madeira certificada para o capital internacional, já que a nova organização da Amazônia como fronteira do capital natural em nível global tem proporcionado outros usos do território, em que a madeira obtida pelo manejo florestal se apresenta como uma frente importante de vinculação da Amazônia à lógica do capital.

Desse modo, ao tratar a exploração madeireira sob o sistema de manejo florestal, “abrandar”, pelo menos aparentemente, seu fardo negativo, já que tal atividade carrega consigo traços de devastação. Com isso, a associação da atividade madeireira a uma forma sustentável representa uma estratégia de legalizar a extração com a propaganda de que preserva a natureza e o território de vivência dos sujeitos da floresta e, portanto, vinculada à proposta de desenvolvimento sustentável.

Além disso, outro ponto relevante para o novo modelo de exploração da madeira baseado no manejo florestal sustentável está relacionado à necessidade posta para sua certificação diante da exigência do mercado internacional.

Segundo Porto Gonçalves (2006), o processo de certificação florestal surgiu em 1993 principalmente através da *Florest Stewardship Council* (FSC) como uma certificadora que avalia a atividade madeireira e emite um selo de produto certificado indicando que sua extração/produção está adequada aos critérios de sustentabilidade ambiental e social, ou seja, respeita a inclusão social e a conservação da floresta.

O processo de certificação, juntamente com a forma manejada de exploração da madeira, surgiu na década de 1990 como resposta diante das reivindicações dos movimentos sociais, já que a exploração florestal sempre esteve atrelada a uma forma de clandestinidade e desmatamento. E a exploração através do manejo significa sua transformação em uma atividade desenvolvida de forma racional através de estudos, pesquisas e técnicas, baseada na extração planejada e regulamentada por espécie de madeira e tempo de existência. Além disso, essa forma de utilização possibilita garantir a manutenção e preservação do território provocando o mínimo de alteração. Assim, o rótulo de madeira manejada representa além de um instrumento para minimizar a degradação ambiental, uma alternativa de renda para a população da floresta.

Contraditoriamente, o que emerge como resposta aos movimentos sociais acaba sendo um meio de desmobilizá-lo, pois a vinculação ao manejo madeireiro está ligada a mecanismos de mercado nos quais as certificadoras, que deveriam ser independentes, estão se articulando com indústrias madeireiras e ao sistema do capital internacional. Portanto, o fortalecimento tanto do sujeito em seu território como em sua coletividade representada pelos movimentos sociais acaba sendo deteriorado na medida em que o comando da exploração fica com as empresas madeireiras e o custo da atividade a cargo do produtor ao ter que assumir todas as despesas para organizar a área e a retirada da madeira de acordo com os critérios de certificação (PORTO GONÇALVES, 2006).

Nesse sentido ainda, a desmobilização dos sujeitos acaba quando seu território passa a ser usado como sendo do capital. Então, o tempo da natureza é regido pelo tempo do capital, de acordo com a lógica da produção em larga escala e em curto tempo do produto, o que contraria o tempo da natureza que segue à lógica dos recursos. Assim, o capital passa a controlar o sujeito dentro de seu território, o que impede de exercer sua autonomia frente à sua relação metabólica com a natureza como também estende formas de degradação do sujeito em sua totalidade já que a floresta representa seu local de vida, sua base existencial, cultural e identitária como também seu local de trabalho.

Desse modo, a madeira manejada de forma sustentável passa a representar um nicho específico de mercado com vistas a atender os requisitos do novo circuito internacional. Assim, o tempo da natureza é conduzido pelo tempo do capital, o que inevitavelmente não contribui para diminuir o desmatamento e muito

menos respeita o tempo do desenvolvimento de vida das espécies madeireiras e dos sujeitos que vivem nesse território.

Além do setor madeireiro, a agropecuária é outra atividade que compõe os investimentos do governo da Frente Popular como foi demonstrado através das ações do Zoneamento Ecológico-Econômico fase I e fase II, tanto pela relevância diante das condições endógenas da região amazônica e do Acre para seu desenvolvimento, quanto ao favorecimento do Brasil diante do contexto internacional das *commodities* para a exportação da carne bovina.

O Brasil tem grande destaque para a atividade da pecuária de corte, tanto que se apresenta como o país com maior rebanho bovino comercial, o que segundo o Brasil/IBGE (2012) chegou à ordem de 211.279.082 cabeças de gado no ano de 2012. Ainda que grande percentual dessa totalidade seja destinado para a exportação, o que leva o Brasil a ser o maior exportador de carne bovina, em toneladas, no mundo.

Nesse sentido, a atividade econômica de criação bovina tem aumentado significativamente por conta do mercado garantido e do faturamento que gera para os criadores. Assim, diante desse cenário, 636 mil toneladas de carne *in natura* foram exportadas no período dos cinco primeiros meses do ano de 2014, o que gerou um faturamento de US\$ 2,815 bilhões, representando uma alta de 11,9% se comparado ao mesmo período de 2013 (AGÊNCIA ESTADO, 2014).

Esse crescimento da pecuária no Brasil tem proporcionado uma reconcentração espacial da atividade, tanto que grande parte do aumento durante o período de 1990 a 2003 tem ocorrido na Amazônia Legal com crescimento de 7% em contraposição ao estipulado para o Brasil que foi somente 0,67% de aumento, o que demonstra que o rebanho bovino da região da Amazônia Legal passou de 26,6 milhões de cabeças para 64 milhões em 2003 (ARIMA; BARRETO; BRITO, 2005), e em 2012, já alcançou mais de 80 milhões (BRASIL/IBGE, 2012). E dentro dessa região, o crescimento mais expressivo foi nos estados de Rondônia (14%), Acre (12,7%), Mato Grosso (8%), Pará (6,1%) e Tocantins (4,5%) (Gráfico 1).

Assim, o crescimento da pecuária na Amazônia Legal tem elevado a região Norte do Brasil a corresponder ao segundo lugar em termos de efetivo do rebanho bovino com 43.815.346 cabeças de gado, sendo ultrapassada somente pela região Centro-Oeste, que conta com 72.385.029 cabeças (Quadro 4).



Fonte: Arima; Barreto; Brito (2005, p. 10).

Org.: Ponte, Karina Furini.

Quadro 4 - Efetivo do rebanho bovino, em 2012, segundo as grandes regiões do Brasil

Grandes Regiões do Brasil	Número de cabeças de gado
Brasil	211.279.082
Centro-Oeste	72.385.029
Norte	43.815.346
Sudeste	39.206.257
Nordeste	28.244.899
Sul	27.627.551

Fonte: BRASIL/IBGE (2012)

Org.: Ponte, Karina Furini.

Essa concentração espacial do rebanho bovino na região Norte ou na Amazônia Legal ocorre devido a conjugações de alguns elementos que favorecem a criação da pecuária nessas áreas. Primeiramente, o preço da terra, na maior parte da Amazônia, é relativamente baixo o que incentiva a criação extensiva de gado, uma vez que tal atividade necessita de amplas áreas para sua realização. Somado a esse fator, as condições climáticas com a ausência de geadas como também a boa distribuição de chuvas, o que ocorre em 40% da Amazônia, têm elevado a concentração dessa atividade econômica na região. Assim, tais fatores proporcionam um maior retorno financeiro do investimento, mesmo que o preço do

gado nessa área seja de 10% a 19% mais baixo que o preço pago aos produtores no Centro-Sul (ARIMA; BARRETO; BRITO, 2005).

Outro fator relevante que incentiva a prática da criação bovina na Amazônia são os incentivos creditícios, com destinação de recursos a juros relativamente baixos se comparado ao valor definido pelo mercado.

Por fim, as melhores condições sanitárias obtidas via campanhas de controle da febre aftosa têm possibilitado a exportação da carne bovina atraindo mercados de Hong Kong, Rússia, Venezuela e, mais recentemente, o estreitamento de laços comerciais entre o Acre e a China que, devido à construção da Estrada do Pacífico, visualizam a redução do frete marítimo para a exportação do produto. Além disso, outro ponto que se destaca no interesse chinês para a carne bovina da Amazônia se refere ao caráter do “boi verde” já que não há o desmatamento para a criação e, com isso, o respeito à natureza, conforme foi vendido pelo governo e empresários do estado (NOTÍCIAS AGRÍCOLAS, 2010).

Assim, o governo do Acre propaga uma “pecuária sustentável” já que seu desenvolvimento histórico na região está envolvido com o acentuado processo de desmatamento. Ou seja, para eliminar a queimada e a derrubada da floresta para formação e ampliação de áreas de pastagens, deve-se pensar em tecnologias que permitam a recuperação de áreas degradadas, como também o aumento da produtividade.

A propósito, Paula (2013, p. 35-36) esclarece que:

o termo “sustentável” figura na era do capitalismo verde como um “salvo conduto”. Com o carimbo da “autoridade científica”, o que antes era exploração predatória agora passa a ser denominada “exploração sustentável”, ou seja, procura-se manipular os aportes da ciência para fins de legitimação do processo de exploração em curso.

Portanto, o uso do termo sustentável para as atividades, seja da extração da madeira ou a pecuária, ocorrem para justificar a “preocupação ambiental e social”, embora, acima de tudo, surge para atender a um nicho de mercado em ascensão no contexto mundial, pois como é possível agregar atividades altamente degradantes, em termos ambientais e sociais, com a questão da sustentabilidade?

Segundo o Zoneamento Ecológico-Econômico I e II que delimita as ações que contemplam as atividades silvo-agropecuárias com base na proposta de

desenvolvimento sustentável, ressalta que “o uso dos recursos naturais e do meio ambiente deve ser equilibrado, buscando a satisfação das necessidades presentes sem comprometer os recursos para as gerações futuras” (ACRE/ZEE, 2010, p. 30). Desse modo, tal forma predatória compromete a utilização no presente com a destruição da floresta e assim, a derrubada de árvores extrativistas como a borracha e a castanha, como também liquida a caça de animais que representa a base da alimentação de muitos seringueiros, inviabilizando sua utilização para as demais gerações.

Entretanto, ao mesmo tempo, a realidade da exploração madeireira e da pecuária extensiva esteja convergindo para os propósitos de um desenvolvimento sustentável vinculado ao modelo neoliberal de sociedade capitalista, como podemos denotar através da aproximação da concepção delimitada pelo ZEE com a estabelecida pela ONU no Relatório de Brundtland com a vinculação da floresta enquanto atividade econômica.

Portanto, o ZEE, nas fases I e II, mapeou o estado do Acre em termos de aptidão de uso da terra em cada região para possíveis investimentos públicos e privados na floresta. Assim, a partir deste trabalho, foi possível construir projetos para receber investimentos em atividades prioritárias para o estado; como exemplo, tem-se o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre (PDSA).

O Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre (PDSA) teve a primeira fase que compreendeu o período de 2002 a 2006, e contou com prorrogação que se estendeu até 2010; já a segunda fase iniciou-se em 2013 e vai até 2018.

O PDSA I (número de projeto: BR-0313 e número de empréstimo: 1399/OC-BR), representa a vinculação com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) na função de mutuário do estado do Acre. Esse acordo estabelece que o custo total do Programa, US\$ 108 milhões, deverá ser dividido entre o BID que financiará US\$ 64,8 milhões, ou seja, 60% do montante, e os outros 40% ficam a cargo do governo do Acre, com US\$ 43,2 milhões.

Segundo a concepção estabelecida no documento *Propuesta de Prestamo*, do PDSA fase I, os objetivos do Programa foram construídos sob:

las bases para el desarrollo sostenible del Estado en el largo plazo, preservando sus recursos naturales. Para ello, el Programa

descansa en dos líneas de acción complementarias: una ambiental y otra económica (BID, 2004, p. 22-23)⁵.

Ou seja, associar a natureza enquanto fator econômico é central em sua definição, para isso, deve-se inserir o estado do Acre no circuito competitivo através dos produtos florestais. A fim de tornar exequíveis essas intencionalidades, estabeleceram seus objetivos e seus desmembramentos através de componentes de ação. Assim, o objetivo geral do PDSA I é melhorar a qualidade de vida da população e preservar o patrimônio natural do estado do Acre no longo prazo, já os objetivos específicos são: modernizar a capacidade de gestão ambiental do estado; assegurar o uso eficiente dos recursos naturais; aumentar a taxa de crescimento do setor silvo-agropecuário e gerar emprego; reduzir os custos de transporte e aumentar o acesso à eletrificação rural no Acre.

Para responder aos objetivos foram definidos três componentes com seus subcomponentes a serem executados, que são: 1) gestão sustentável e conservação dos recursos naturais; 2) apoio e promoção do desenvolvimento produtivo sustentável e emprego; e 3) infraestrutura pública do desenvolvimento.

O primeiro componente, “Gestão sustentável e conservação dos recursos naturais”, tem como subcomponentes: administração de terras, estabelecimento e gestão de áreas protegidas, fortalecimento do sistema de gestão ambiental e apoio à preservação de culturas tradicionais.

Esse componente tem investimento na ordem de US\$ 17,2 milhões, sendo que a maior parte dos recursos foi destinada ao subcomponente: “Administração de Terras” (US\$ 7,9 milhões). Esse é um dos focos mais relevantes do Programa, ou seja, a regularização fundiária através da qual será possível a implantação do projeto das florestas públicas e, portanto, o manejo florestal privado e a comercialização da madeira do estado do Acre.

O segundo componente, “Apoio e promoção do desenvolvimento produtivo sustentável e emprego”, tem como subcomponentes: geração e transferência de tecnologia, apoio às populações tradicionais e pequenos produtores, defesa e inspeção sanitária, gestão dos recursos florestais e promoção de negócios.

⁵ “as bases para o desenvolvimento sustentável do Estado, em longo prazo, preservando os recursos naturais. Para fazer isso, o programa é baseado em duas linhas de ação complementares: ambiental e outra econômica” (BID, 2004, p. 22-23, tradução nossa).

Esse componente é o que recebeu maior investimento, ou seja, US\$ 36,5 milhões, e se destinou principalmente ao apoio às atividades silvo-agropecuárias, com a promoção da pecuária e da extração madeireira, como também objetivou elevar a competitividade desses setores estratégicos.

Além disso, a expectativa era de criar um milhão de hectares de florestas estaduais para produção florestal certificada, sendo que segundo o Relatório Final do Programa (BID, 2010) foram criadas três Florestas Públicas: Floresta do Mogno, Liberdade e Gregório, que totalizam aproximadamente 461 mil ha, como também a Floresta Estadual do Jurupari, totalizando 1.194.382,22 ha⁶.

A Lei das Florestas Públicas nº 11.284 foi criada em 2006 e dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável voltada à exploração de produtos madeireiros, não madeireiros e serviços florestais. Ela permite que o Estado conceda permissão para que iniciativas privadas possam explorar os recursos destas áreas em períodos que podem variar até 40 anos.

Segundo Schmidlehner (2012, p. 19), a justificativa para sua elaboração foi que a lei serviria para a prevenção de grilagem, embora “para muitos é vista como a legalização da mesma, como privatização da floresta, pronta entrega dos recursos biológicos para empresas multinacionais e viabilização da biopirataria”.

A respeito, Paula (2013, p. 48) reforça que, “com o aval da ‘ciência’, promove-se uma monumental desregulamentação na legislação ambiental, com vistas a ‘flexibilizar’ o acesso ao uso dos ‘recursos naturais’ por parte de grandes grupos de capitais privados”. Assim, a lei abriu brechas para a instalação, agora institucionalizada, do capital privado nos territórios florestais a fim de exercer o processo de mercantilização da natureza.

O terceiro componente, “Infraestrutura pública do desenvolvimento” tem como subcomponentes: transporte terrestre, melhoria da rede fluvial, energia alternativa. Nesse último componente também se encontra um foco importante do Programa que corresponde à pavimentação de 70,1 km da BR 364, como também a melhoria de 27 km de acesso ao Projeto de Assentamento Agroextrativista Cachoeira, dentre outros itens.

As estratégias desse último componente correspondem às ações voltadas para o acesso às áreas de madeira bem como seu transporte, pois a BR 364 passa

⁶ Até o final do prazo de fechamento do PDSA I (2010) não foi criada a Floresta Estadual do Jurupari. Assim, estenderam como meta a ser atingida pelo PDSA II durante o período de 2013 a 2018.

pelas três florestas públicas citadas acima (Floresta do Mogno, Liberdade e Gregório), como também no PAE Cachoeira que é um local importante de manejo madeireiro.

Os três componentes⁷ que constam nas linhas de ação do PDSA I foram construídos e articulados através de uma forma que se complementassem, pois já que o foco central está(va) na viabilização econômica da madeira e da pecuária, havia algumas questões que necessitavam de resolução para tornar possível sua execução. Isto é, a regularização fundiária para a implantação das florestas públicas, recursos para o apoio à atividade silvo-agropecuária, e as pavimentações das rodovias e melhorias de ramais para facilitar o transporte dos produtos e melhorar a competitividade.

Dessa forma, ficou nítido que o Zoneamento Ecológico-Econômico serviu para mapear as áreas passíveis de regularização fundiária, como os locais suscetíveis para criação de florestas públicas e áreas de conservação. Assim, delimitados espacialmente os territórios através de suas aptidões, entra o PDSA com as ações de investimento para desenvolvê-los.

Diante da relevância assumida pelo Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre fase I, com término em 2010, o próprio Relatório de Término do Programa já indicou a intenção de elaborar uma nova proposta. E assim, em 2013, foi lançada a “*Propuesta de Prestamo*” para o lançamento do PDSA fase II, sob o número de contrato BRL- 1289 e com duração de cinco anos.

Ao longo do referido período (2013-2018) serão destinados US\$ 120 milhões, sendo US\$ 72 milhões provenientes do BID e US\$ 48 milhões a cargo do estado do Acre, pretextando realizar as propostas e as atividades estipuladas.

A segunda fase do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre representa uma continuidade do PDSA I, todavia com os objetivos e ações ampliados quanto à expansão da economia florestal. Nesse sentido, o objetivo geral do PDSA II busca aumentar a contribuição do setor florestal para o crescimento econômico e a redução da pobreza no estado do Acre. Assim:

ofrece apoio adicional a los propietarios de tierras para que en lugar de realizar actividades de baja rentabilidad económica se dediquen a

⁷ O primeiro componente “Gestão sustentável e conservação dos recursos naturais”; o segundo componente “Apoio e promoção do desenvolvimento produtivo sustentável e emprego”; o terceiro componente “Infraestrutura pública do desenvolvimento”.

las de alta rentabilidad, elevando así el rendimiento económico del trabajo y de la tierra. Para alcanzar esta meta, se proponen los siguientes tres enfoques complementarios: (i) observar los requisitos básicos para convertir los bosques del estado en una fuente confiable de recursos para la industria forestal; (ii) resolver los principales obstáculos que enfrentan los productores rurales cuando se vinculan a cadenas de valor competitivas y sostenibles, y (iii) mejorar el clima de inversión en el sector forestal resolviendo problemas relativos a la tenencia de la tierra, la infraestructura básica y el prestación de servicios públicos de alta calidad al sector (BID, 2013, p. 13)⁸.

A afirmação contida na *Propuesta de Prestamo* evidencia que o enfoque econômico do PDSA fase II está nos produtos de alta rentabilidade, no caso, está relacionado à madeira, à pecuária e, como veremos adiante, os serviços ambientais, negligenciando todas as demais atividades tradicionais da floresta, principalmente, a borracha e a castanha, já que não apresentam valor agregado suficientemente elevado, se comparado aos produtos acima citados, o que as tornam atividades de baixa rentabilidade econômica.

Dessa forma, indaga-se que sustentabilidade é essa, que nega os elementos culturais e identitários de uma população, já que a base do sujeito florestal do Acre sempre foi a borracha e a castanha, dentre outros produtos extrativistas não madeireiros? Além disso, são produtos que não causam degradação ambiental, ao contrário da extração da madeira e a criação de gado bovino que tem como pressuposto a retirada da floresta sendo para a utilização da madeira como também para a constituição de pastagens.

Nesse sentido, a proposta do PDSA II é que a redução da pobreza somente ocorrerá com a conversão dos sujeitos da floresta, que praticam atividades pouco lucrativas como as extrativistas não madeireiras, ao manejo madeireiro e à venda de serviços ambientais.

⁸ “Oferece apoio adicional para os proprietários de terras para que ao invés de realizar atividades de baixa rentabilidade econômica se dediquem às de alta rentabilidade, aumentando assim o rendimento econômico do trabalho e da terra. Para atingir este objetivo, propomos três abordagens complementares seguintes: (i) observar os requisitos básicos para transformar as florestas do estado em uma fonte confiável de recursos para a indústria florestal, (ii) resolver os principais obstáculos que enfrentam os produtores rurais quando se vinculam às cadeias de valor competitivas e sustentáveis, e (iii) melhorar o clima de investimentos na área florestal resolvendo problemas relacionados com a posse da terra, infraestrutura básica e da prestação de serviços públicos de alta qualidade para o setor” (BID, 2013, p. 13, tradução nossa).

A fim de complementar e avançar nos objetivos propostos na fase I, o PDSA fase II estrutura-se em três componentes, com seus subcomponentes, e suas respectivas metas⁹.

O Componente 1: “Expansão e consolidação das áreas protegidas e das florestas comunitárias para seu uso sustentável”, envolve recursos da ordem de US\$ 37,1 milhões e conta com os subcomponentes: expansão e consolidação das florestas do estado para a produção sustentável, apoio à organização das florestas comunitárias, etc.

Para isso, estão estipuladas algumas ações: criação de 170.000 ha de Floresta Estadual (Jurupari), implementação de 240.000 ha de concessões florestais, implantação de planos de manejo florestal comunitário para 1.000 famílias, implantação de 180.000 ha de planos de manejo florestal comunitário, fortalecimento das organizações comunitárias para a produção florestal, dentre outras.

O Componente 2: “Promoção de cadeias produtivas florestais e agro florestais competitivas e sustentáveis”, conta com os subcomponentes: promoção de empresas florestais e agro florestais, mecanismo para apoiar o desenvolvimento das cadeias produtivas, fundo de capital privado para a silvicultura.

Esse é o componente que apresenta maior investimento, girando em torno de US\$ 56,4 milhões. Seus resultados e ações estão definidos da seguinte forma: estabelecimento de um Fundo de Investimento e Participação (FIP) com a criação de um plano de viabilidade dos negócios do plantio de florestas comerciais; incorporação de 9.650 famílias nas cadeias produtivas sustentáveis; atração de dois empreendimentos madeireiros.

O Componente 3: “Fortalecimento da gestão pública da silvicultura e da agro silvicultura sustentável”, ao custo de US\$ 18,4 milhões, compreende ações vinculadas a sistemas organizacionais dos órgãos públicos do estado do Acre ligados à floresta.

Portanto, os três componentes¹⁰ do PDSA II se complementam e respondem aos objetivos do governo do Acre quanto ao rumo impresso no/pelo

⁹ Ao abordar os componentes não foram citadas todas as metas, somente as mais relevantes do Programa e as que sejam importantes para a análise desta pesquisa.

¹⁰ O componente 1 “Expansão e consolidação das áreas protegidas e das florestas comunitárias para seu uso sustentável”; o componente 2 “Promoção de cadeias produtivas florestais e agro florestais

estado. Assim, o componente 1 tem como foco as florestas públicas e a implantação de planos de manejo florestal comunitário, para que sejam criadas condições para a extração da madeira pelas iniciativas privadas; depois vem o componente 2, com ênfase nas cadeias produtivas da madeira e da pecuária, ou seja, incentivá-las para inseri-las competitivamente no circuito econômico do capital; e, por fim, o componente 3, no qual aparecem ações ligadas ao fortalecimento de sistemas de gerenciamento do estado como instrumento que garantirá a viabilização das condições postas anteriormente.

A proposta do PDSA, fase II, foi elaborada a partir do Plano de Governo 2011-2014 do estado do Acre e está relacionada ao Eixo Estratégico: “Economia Sustentável: Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente” cujo objetivo vincula-se:

tanto ao desenvolvimento econômico como ao meio ambiente, no que se refere à industrialização e ao fortalecimento do ZEE e da gestão ambiental. Mais diretamente, contribui para a implementação da política de valorização do ativo ambiental florestal, cujas prioridades são a regularização do passivo ambiental florestal, a certificação de unidades produtivas familiares, a gestão de florestas públicas, privadas e comunitárias, o reflorestamento e a recuperação de áreas alteradas (VEROCAI; LUDEWIGS; PEREIRA, 2012, p. 20).

Além das questões já mencionadas sobre o incentivo à extração da madeira e à pecuária, outro elemento passa a compor o leque de objetivos do governo do Acre, ou seja, a ênfase dada para a valorização do ativo ambiental e a regularização do passivo ambiental. Em síntese, isso diz respeito aos serviços ambientais e à venda dos créditos de carbono.

O PDSA II amplia o foco que passa a não ser somente a atividade madeireira e a pecuária, mas agora os serviços ambientais e, para isso, se associa aos demais projetos do governo do estado do Acre como: o Programa de Valorização do Ativo Ambiental Florestal, o Programa de Recuperação de Áreas Alteradas, Plano de Prevenção e Controle dos Desmatamentos do Acre, Programa de Incentivo a Pagamentos por Serviços Ambientais – Carbono, vinculado à Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD), Plano Integrado de Prevenção às Queimadas e Controle aos Incêndios. Além disso, há outros quatro projetos que se encontram em fase de regulamentação: Projeto de

competitivas e sustentáveis”; componente 3 “Fortalecimento da gestão pública da silvicultura e da agro silvicultura sustentáveis”.

Recomposição de Áreas Alteradas, Projeto de Reflorestamento, Projeto de Gestão de Florestas e Projeto de Pagamentos por Serviços Florestais (VEROCAI; LUDEWIGS; PEREIRA, 2012).

Dentro dessa proposta de valorização do ativo ambiental e regularização do passivo, o Programa de Incentivo a Pagamentos por Serviços Ambientais - Carbono, vinculado à Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD) tem representado grande visibilidade, principalmente no circuito internacional, sendo que ambos os projetos estão inseridos na política de desenvolvimento sustentável do Acre e se apresentam como instrumentos de efetivação da mercantilização do carbono.

Para Becker (2005), o processo de compensação ambiental através da venda do carbono faz parte de um novo uso da terra na Amazônia a partir da década de 2000 representado pelo mercado do ar, já que diante da produção desenfreada dos países industrializados gera, conseqüentemente, níveis acentuados de degradação ambiental, principalmente pela emissão de gases causadores do aquecimento global¹¹.

Diante desse cenário, a Conferência Rio-92 estabeleceu indicativos para a elaboração do Protocolo de Quioto, que foi sistematizado em 1997 com prazo de execução até 2012¹². Esse tratado definiu metas para a redução de emissão de gases causadores do efeito estufa, sendo que o público alvo eram os países desenvolvidos, responsáveis por 15% das emissões globais. Esses 40 países desenvolvidos deveriam “reduzir suas emissões totais de gases de efeito estufa, chegando a uma média de 5,2% abaixo das emissões de 1990, entre os anos de 2008 e 2012” sendo que alguns países tinham compromisso de reduzir de 8 a 10% os níveis de emissão (IPAM, 2014).

Para sua efetivação, o Protocolo de Quioto previa três mecanismos de flexibilização, com a intenção de ajudar os países desenvolvidos no alcance da meta

¹¹ A vida na terra somente é possível devido ao efeito estufa, como fenômeno que mantém sua temperatura. Com a eliminação descontrolada dos gases desestabiliza esse equilíbrio do planeta e origina o aquecimento global. Segundo estimativas esse aquecimento até 2100 pode alcançar 4 graus ou mais (DAMASCENO, 2012).

¹² Com o término do Protocolo de Quioto, em 2012, a Cúpula das Nações Unidas sobre Mudança Climática se reuniu, no mesmo ano, em Doha, no Catar, e selou um acordo nos quais 37 países assumem o compromisso de continuar reduzindo suas emissões de CO₂ até 2020, prazo definido para vigorar o acordo que substituirá o Protocolo de Quioto.

de redução de emissões: Comércio de Emissões, Implementação Conjunta e Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) (BRASIL/MMA, 2014).

O MDL foi a forma utilizada pelos países industrializados ao fazer investimentos em preservação e reflorestamento nos países periféricos a fim de evitar as emissões de dióxido de carbono, por outro lado, ficando com os créditos da compensação dos locais que não ultrapassaram o percentual de eliminação de gases. Assim, através da compra desses “créditos de carbono” respondem às exigências de redução da alíquota de eliminação de gases estabelecida pelo Protocolo.

Há uma rede de sujeitos que constroem o negócio da venda do crédito de carbono. Primeiramente, “o titular da área que recebe pelo que deixou de desmatar, evitando, em decorrência disso, emissões de uma determinada quantidade de dióxido de carbono para a atmosfera” que são convertidas em “créditos” adquiridos por terceiros. Toda essa trama é intermediada por pequenas ONG’s transnacionais, empresas e, obviamente, instituições financeiras (PAULA, 2013, p. 42).

Segundo Porto Gonçalves (2006) foi instituído:

um mercado de direitos de poluir sob o pretexto de que seria a maneira de reduzir os custos da operação. Em vez de despoluir no lugar onde poluem, os poluidores passarão a comprar os direitos de poluir daqueles que estão abaixo de suas cotas e se dispõem a vendê-las a um preço inferior ao que teria custado a despoluição.

A essa realidade, Porto Gonçalves (2006) denomina de geografia dos rejeitos e dos proveitos, pois esta relação se estabelece através do poder de trocas assimétricas já que os países periféricos definem valores reduzidos pela captura de carbono.

Schmidlehner (2012, p. 16) reforça esta afirmação ao abordar que agora o “ônus de consertar o clima foi invertido, atribuindo-o aos povos das florestas e, gradualmente, isentando as indústrias poluidoras desta responsabilidade”.

Além de deturpar a carga de responsabilidade dos países industrializados, o sistema do capital utiliza de seu poder ideológico ao descaracterizar a causa originada do fator antropogênico, já que coloca o problema do aquecimento global como um inevitável desastre natural.

É o controle social utilizado como instrumento de persuasão da sociedade ao desvirtuar a causa do problema, desviando o foco do modo de organização do capital. Assim, se tornam soluções compensatórias apenas para contrabalançar a eliminação de gases que causam o efeito estufa pelos países industrializados, sem necessariamente buscar formas de reduzir.

A solução para a situação do aquecimento global foi encontrada nos mecanismos de mercado ao transformar os bens da natureza em mercadoria, sendo o mercado do ar o mais avançado, como reforça Becker (2005b).

Nesse contexto, em 2010 ocorreu a visita do então governador do Acre, Binho Marques, à Califórnia (EUA), ocasião em que foi assinado um acordo de comercialização de créditos de carbono, onde as “indústrias da Califórnia que causam emissões acima das normas legais do seu Estado poderiam compensar parte destas emissões excessivas através da compra destes créditos” (SCHMIDLEHNER, 2012, p. 19).

Dessa forma, a floresta passa a representar outro ramo de atividade econômica para o circuito do capital, pois diante da degradação excessiva causada pela lógica do sistema, frear não significa a saída, mas compensar através de outras articulações.

Essa dimensão da mercantilização da natureza diante da inevitável racionalidade destrutiva do capital, não degrada somente os recursos naturais em si, mas tão somente os sujeitos que vivem nesses territórios apropriados para tal fim. A respeito, Dercy Teles Cunha, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, ao ser questionada por Souza (2012, p. 41) se a política de pagamento por serviços ambientais favorece a vida dos seringueiros ressalta que:

Em hipótese nenhuma, porque essas políticas só vêm a amordaçar a vida dessas pessoas. Elas ficam sem vez sem voz. Sem voz porque assinam um contrato que é no mínimo de trinta anos. Disponibiliza a área de moradia delas por trinta anos pra que o governo e as multinacionais pesquisem e se usufruam de todo o conhecimento da área por uma mixaria que é insignificante. E o mais grave ainda é que elas não podem mais mexer na área, elas não podem mais pescar, elas não podem mais tirar madeira para seu uso, elas não podem mais caçar, elas não podem mais nada. Eu tenho acompanhado o desenvolvimento dessas políticas, inclusive no Pará, que tem situações aonde um morador foi preso por abater uma árvore pra fazer uma canoa pra pescar. Então, em minha opinião, essas políticas nada mais são do que o confinamento dessas populações dentro do seu próprio território, fazendo com que

futuramente elas desistam, porque não faz sentido você viver no meio de uma floresta sem poder usufruir dos bens que ela te oferece. A vida não faz sentido.

Tal afirmação demonstra a relação de submissão que os moradores de áreas destinadas ao serviço ambiental ficam diante do sistema do capital que ao retirar as possibilidades de viver a partir de seu território e de acordo com sua forma de organização, que se refere à dedicação às atividades extrativistas não madeireiras, a caça e a pesca como elemento cultural no abastecimento de alimentos, retira conseqüentemente, a possibilidade de construção de sua autonomia em seu território de vida e de trabalho, já que não possui o autocontrole que é apropriado e determinado pelo capital.

Portanto, ao discutir o desenvolvimento sustentável adotado pela Frente Popular no Acre através dos mecanismos utilizados para sua implantação, como o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) e o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre (PDSA), chega-se à consideração de que tal perspectiva de sustentabilidade está voltada para tornar a floresta um ambiente marcado pela apropriação do capital efetivada através do processo de mercantilização da natureza.

Para isso, o território florestal passa a compor atividades econômicas tendo como base a lógica do capital, que converge para sua reprodução ampliada a partir do controle sobre o homem e a natureza. Desse modo, são atividades que não respeitam os recursos e os sujeitos que compõem esse território, o que vai na contramão do discurso ideológico de sustentabilidade da Frente Popular que prega a aproximação com os anseios dos povos da floresta, mas contraditoriamente, converge para os princípios do mercado.

Assim, quando a Frente Popular busca apoio de suas ações políticas no movimento seringueiro, como se o governo fosse o representante de suas reivindicações, faz simular que a exploração madeireira, a pecuária comercial e os serviços ambientais fossem tais anseios desses sujeitos. Essa construção ideológica do governo do Acre descaracteriza o processo de luta e resistência do movimento seringueiro das décadas de 1970-80 que buscou por sua territorialidade baseada nos produtos extrativistas não madeireiros e assentada sobre a autogestão de sua forma de vida e de trabalho, como demonstra o Plano de Utilização da Resex Chico Mendes de 1995.

Assim, apesar do acentuado processo de cooptação de algumas lideranças seringueiras e de seu poder de persuasão sobre os demais, a essência reivindicatória dos sujeitos da floresta não representa a lógica do governo da Frente Popular, como pode ser demonstrado não somente a partir da luta nas décadas de 1970-80, mas tão somente através de várias demonstrações de reivindicação dos seringueiros e indígenas contra as políticas mercadológicas do governo do Acre.

Uma dessas demonstrações foi a construção de uma petição destinada ao Ministério Público Federal solicitando a proibição da exploração madeireira na Resex Chico Mendes, que foi elaborada pela presidente do STR de Xapuri, conforme segue na íntegra:

O meu nome é DERCY TELES DE CARVALHO CUNHA, sou Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, e desde 2006, quando assumimos a presidência do Sindicato, estamos em luta contra o projeto do governo do Estado do Acre e as Empresas Madeireiras, que sob a batuta do desenvolvimento sustentável planejaram a exploração madeireira na RESERVA EXTRATIVISTA CHICO MENDES para exportação. Como compreendemos que na lógica do capital não existe sustentabilidade, resolvemos pedir apoio a conceituada comunidade da avaaaz para que nos ajude nessa batalha de salvar a RESERVA EXTRATIVISTA CHICO MENDES DA SANHA DO CAPITALISMO VESTIDO DE CAPITALISMO VERDE. Agradecemos antecipadamente o apoio (CUNHA, 2011).

Além da reivindicação em torno da exploração madeireira, o Conselho Indigenista Missionário – CIMI (Regional Amazônia Ocidental) amparado pelo posicionamento da Coordenação Nacional impetrou uma ação no Ministério Público Federal, pedindo a suspensão das ações do Programa de Serviços Ambientais, no caso as ações derivadas do REDD, em terras indígenas, alegando que o povo perde a autonomia da gestão de seu território que passa a ser controlado pelo mercado internacional (PAULA E MORAIS, 2013).

Desse modo, fica nítida a desvinculação das aspirações do projeto coletivo dos seringueiros com a proposta de desenvolvimento sustentável do governo do Acre, liderado pela Frente Popular, o que demonstra que as ações da política de governo estão atreladas ao processo de mercantilização da natureza com vistas às necessidades imanentes do capital, dissociando-se das dimensões ambientais e sociais. Além disso, ao mercantilizar os recursos naturais que

compõem a floresta, estabelece também um controle sobre o sujeito e seu território, que perde sua autonomia de vida frente à subordinação ao sistema do capital.

3.2 O sistema do capital e a valoração da natureza: da mercantilização à ideologização do desenvolvimento sustentável

Ao considerar o desenvolvimento sustentável como uma construção do sistema do capital expresso no processo de mercantilização da natureza e edificado sob a valorização dos recursos naturais e a precarização do sujeito, faz-se necessário recorrer às discussões da importância da natureza e do homem, através de seu trabalho, para a lógica do capital e como ele se apropria dessas dimensões para garantir seu processo de reprodução ampliada, e ainda como premissa básica na construção da proposta de desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, há uma nítida relação entre desenvolvimento sustentável e desenvolvimento histórico do capital. Para discutir essa aproximação, tomaremos como ponto de partida a década de 1970, com a crise estrutural do sistema do capital enquanto resultado do esgotamento e da incontabilidade de seu sistema de metabolismo social, conforme nos demonstra Mészáros (2007).

Essa crise do capital teve como principais causas a queda da taxa de lucro pelo aumento do preço da força de trabalho; o colapso do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção devido à retração do consumo em resposta ao desemprego estrutural; o crescimento da esfera financeira frente aos capitais produtivos; a concentração de capitais pelas empresas oligopolistas e monopolistas; a crise do sistema do *Welfare State* e o aumento das privatizações (ANTUNES, 2002).

Como resposta à sua crise, o capital iniciou um processo de reestruturação a fim de garantir sua reprodução e expansão. Para isso, o trabalho e a natureza passam a ter relevância significativa para buscar a restauração do processo de acumulação do capital, já que segundo Marx (2010, p. 571), “as fontes originais de toda riqueza [são] a terra¹³ e o trabalho”.

¹³ A princípio, a economia clássica tratava a terra somente como solo agrícola, embora com o advento da Revolução Industrial no século XVIII esse conceito passou a ter uma abrangência maior vinculando não somente o solo em si, mas tudo o que está contido nele como os recursos naturais, as produções agrícolas e agroflorestais, como também as fontes de energia. Por isso, diante dessa ampliação da abordagem passaremos a trabalhar com o conceito de natureza conforme adota por

Nesse sentido, Moreira (2006) ao trabalhar os conceitos de natureza e homem para a ciência, especialmente a geográfica, reforça a importância de ambos para a construção do espaço mediante a lógica do capital.

Assim, historicamente, os conceitos de natureza e de homem foram edificados sobre uma estrutura fragmentária e dicotômica. Com isso, o homem foi separado da natureza ao associá-la somente à esfera inorgânica (relevo, rocha, clima) e mediada pelos aspectos quantitativos derivados de seu caráter físico-matemático. Tal vinculação à esfera mensurável da natureza reforça o princípio de que se torna mais fácil conhecê-la e assim controlá-la.

Dentro dessa perspectiva, Smith (1988) confirma que o conceito de natureza representa um produto social com intenção política, por representar a experiência prática de cada classe social em determinado momento histórico. Dessa forma, a sociedade dominante do capital e a concepção teórico-metodológica que se arrasta desde o século XV, e que se reforça no século XIX com o método positivista, instituiu a natureza externa¹⁴ como concepção chave que vigora na sociedade, pois sendo exterior ao homem pode ser facilmente dominada e manipulada.

E assim o fez a lógica do capital ao seguir essa concepção de natureza externa a ser dominada e transformada em seu benefício, metamorfoseando sua dinâmica que passa a ser instrumento de produção e impondo o valor de troca de seus elementos.

Por outro lado, o conceito de homem, além de ser separado da natureza como elemento externo, é transformado em homem trabalhador, pois com o processo de industrialização nascente nos séculos XVIII e XIX, os homens são transformados em fatores de produção já que estão reduzidos à fabricação de mercadorias (MOREIRA, 2006).

Assim, dentro da lógica do capital, que é mediada por sua (re)produção ampliada via mercado, tanto a natureza como o trabalho são elementos relevantes para a dinâmica de seu processo, pois como a base do capital se assenta sobre a produção de mercadorias tanto a natureza através da disponibilização de seus recursos naturais enquanto matéria-prima, quanto o homem através de seu trabalho

Moreira (2006) ao retratar o modelo de organização espacial da sociedade a partir do processo de industrialização que está baseado na tríade homem-natureza-economia.

¹⁴ Segundo Smith (1988), a concepção de natureza externa parte do pressuposto de que a natureza é uma coisa externa, fora da sociedade e do homem, na qual há uma separação dicotômica em que os objetos e processos existem fora da sociedade e a natureza é representada somente pela matéria-prima da qual a realidade é construída.

na transformação desses em produto são condicionantes para o sistema do capital e assim, metamorfoseados em fatores de produção.

Portanto, diante do processo de reestruturação produtiva oriunda da crise estrutural do capital o homem, via trabalho, e a natureza, por intermédio dos recursos naturais e das fontes de energia, se tornam fatores primordiais para a lógica do sistema do capital.

Assim, o sistema se apropria do trabalho, assumindo novas formas de exploração da atividade laboral e um elevado nível de alienação e precarização em todas as partes do mundo, fazendo com que a força de trabalho se submeta aos imperativos do sistema global do capital (MÉSZÁROS, 2002)¹⁵. Como também o processo de reprodução do capital, via mecanismos de reestruturação de sua crise, tem influenciado sobremaneira na “degradação crescente do meio ambiente, na relação metabólica entre homem, tecnologia e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias e para o processo de valorização do capital” (ANTUNES, 2002, p. 34).

Assim, contraditoriamente, a reestruturação do capital realiza-se através da exacerbação dos níveis de exploração, seja dos sujeitos através do seu trabalho seja da natureza pelo que ela oferece de valor mercadológico, isso demonstra uma limitação do sistema do capital já que não consegue avançar para outras soluções que não sejam aprofundar os mesmos problemas que ocasionaram sua crise.

Nesse sentido, tanto a exploração do sujeito pelo trabalho quanto dos recursos da natureza resultam em uma crise de civilização, na qual a crise ecológica representa uma das dimensões, conforme esclarece Birh (2010, p. 127) e são nas “próprias relações capitalistas de produção que é preciso buscar a razão fundamental disso”, pois seu modo de produção submete a natureza aos imperativos abstratos da reprodução do capital. Com isso, a natureza foi convertida em fator de produção, assim passa a ter interesse para o capital somente o que pode ser trocado. Desta forma, a natureza enquanto totalidade foi desconstruída ao ser fragmentada e homogeneizada aos princípios da lógica do valor de troca, pois somente é de interesse o que tem valor no sistema de consumo.

¹⁵ Como iremos abordar no capítulo 5 ao discutir os rebatimentos da Preservativos Natex para com os seringueiros, enquanto sujeito social e através de seu trabalho, vinculados ao fornecimento de látex para a produção de preservativos masculinos.

Nesse contexto, Altvater (2006, p. 343) reforça que “ao separar os recursos que possuem valor daqueles que são inúteis [dentro da lógica do capital], a integridade da natureza será indevidamente desintegrada e a desintegração da natureza é sua destruição”. Essa realidade faz referência à própria relação metabólica dos homens com a natureza que apresentam uma dimensão subjetiva, cultural e de identidade resultantes dessa interação, embora para o capital são negadas, negligenciadas e exploradas diante da natureza mercantilizada construída. Assim, há a desestruturação local degradando tanto os recursos como a vida humana, refletindo no desequilíbrio da interação metabólica homem/natureza e no controle da produção das necessidades existenciais do sujeito.

Através do viés do capital, a natureza é considerada somente como um elemento de produção em que oferece a matéria para a produção de mercadorias via trabalho, ou seja, um produto que vai assumir um valor de troca frente ao mercado. Com isso, negligencia a natureza como conceito chave para a dinâmica da humanidade e das condições de existência da sociedade.

A natureza se apresenta como um elemento relevante dentro da relação metabólica, pois o homem ao interagir com a mesma proporciona as necessidades de primeira ordem, ou os valores de uso, imperativo para a essência social.

É através da relação metabólica do homem com a natureza, mediada pelo trabalho, que o homem modifica as matérias naturais produzindo coisas úteis e preenchendo suas necessidades através da criação do valor de uso, caso contrário não teria vida e “essas necessidades e seus modos de satisfazê-las são, no nível mais geral, os determinantes da natureza humana” (SMITH, 1988, p. 72). Assim, ao realizar a interação metabólica com a natureza, o homem não somente produz suas necessidades materiais, mas se constrói enquanto sujeito, por isso a importância sobre o processo de consciência. Nesse sentido, Lukács (sem ano, p. 05)¹⁶ enfatiza que “a essência do trabalho consiste precisamente em ir além dessa fixação dos seres vivos na competição biológica com seu mundo ambiente. O momento essencialmente separatório é constituído não pela fabricação de produtos, mas pelo papel da consciência”, já que o autor reforça que a consciência reflete a realidade e, com isso, torna possível intervir nessa realidade.

¹⁶ É um texto redigido em 1968 por Georg Lukács como base para uma conferência apresentada no Congresso Filosófico Mundial realizado em Viena. Tal texto foi traduzido por Carlos Nelson Coutinho.

As necessidades dos indivíduos são o que movem seu processo de reprodução individual e social. Como forma de resposta às necessidades do sujeito aparece o trabalho para realizar a mediação, mas para alcançar tais necessidades/respostas deve-se pensar nas possibilidades de como satisfazê-las. É através deste movimento de ter a necessidade e na organização de como obtê-la que se efetiva a interação metabólica em decorrência, a importância da consciência, pois segundo Lukács (sem ano, p. 05-06) “não apenas a resposta, mas também a pergunta é um produto imediato da consciência que guia a atividade”. Portanto, tais mediações refletem a forma de consciência dos indivíduos que participam.

Nesse sentido, considerar homem e natureza como elementos dicotômicos relegando à natureza somente os aspectos inorgânicos e físicos e ao homem como fator externo e produtor de mercadorias pelo trabalho é desconsiderar a totalidade do processo no qual homem e natureza são elementos integrantes e não como partes segmentadas, mas que se interligam dialeticamente em um movimento de (re)transformação, (re)produção, (re)combinação, pois como enfatiza Moreira (2006, p. 73) que “a natureza evolui em espiral e não em ciclos que se fecham sobre seu próprio ponto inicial de partida”. Assim, a natureza representa uma face múltipla que participa tanto o movimento físico (inorgânico, mecânico) quanto biológico (orgânico, vivo) e o humano através do metabolismo homem e natureza.

Altvater (2006) reforça essa afirmação ao esclarecer que a natureza é uma totalidade extremamente complexa de relações natureza-homem. Ou seja, a natureza é vista como sendo universal nos quais os sujeitos (espécie humana) são uma de suas totalidades em que não há somente a definição estática de um sujeito (homem) que transforma, e o objeto (natureza) que é o transformado, mas uma relação que não se fecha e que se consolida no processo de construção e desconstrução continuamente entre homem e natureza.

Essa relação de totalidade entre homem e natureza representa uma concepção teórico-metodológica baseada nas análises marxistas¹⁷, pois, apesar do foco de Marx não ser especificamente a discussão do conceito de natureza, como ressalta Altvater (2006), Smith (1988), Löwy (2005), Foster (2010a e 2010b) suas afirmações sobre as relações sociais do homem com a natureza oferecem subsídios

¹⁷ Oposta à concepção teórico-metodológica positivista em que a natureza e o homem são elementos separados e dicotômicos.

relevantes para compreender os processos de degradação homem/natureza e os problemas ecológicos contemporâneos.

Portanto, uma visão de natureza universal perpassa as análises marxistas ao conceber que a natureza separada da sociedade não tem sentido, já que o ser humano é um ser natural, inseparável de seu ambiente natural, assim, “o homem é uma parte da natureza” (MARX, 1962, p. 62-87 *apud* LÖWY, 2005, p. 21).

Essa totalidade da natureza somente existe através da interação metabólica no qual “a natureza é mediatizada através da sociedade e a sociedade através da natureza” (SMITH, 1988, p. 50), pois o trabalho enquanto força motora dessa interação transforma os objetos naturais em objetos sociais ao mesmo tempo em que ao transformar os objetos naturais o sujeito modifica a si mesmo, sua própria natureza, por isso, a natureza é humanizada e os homens são naturalizados.

Como ressalta Löwy (2005), de que a força de trabalho é uma força natural do homem, pois no processo de transformação dos objetos naturais em sociais atuam suas forças naturais, sua corporalidade com seus braços, pernas, mãos e cabeça, por isso que ao transformar os objetos, transforma também o sujeito.

Portanto, é através da relação metabólica homem/natureza que se (re)criam os valores de uso, ou seja, é uma relação dialética de produção das necessidades materiais e ao mesmo tempo a (trans)formação do próprio indivíduo enquanto ser através de sua corporalidade e de sua subjetividade. Nesse sentido, é através dessa articulação metabólica homem/natureza que se constrói a autonomia do sujeito frente à sua vida em seu território. Assim, no processo de controle do capital sobre esse metabolismo além de metamorfosear o trabalho enquanto condição de existência para o trabalho estranhado, retiram-se também as possibilidades dessa construção dialética e ainda subtraem a condição de autonomia dos sujeitos frente à condução de sua vida.

Com isso, a desestruturação da autonomia passa a significar a perda do autocontrole da sociedade pelo capital, pois é através do controle do metabolismo social pelo capital que o homem perde a direção de sua forma de organização de vida e de trabalho, já que esse cerceamento da autonomia é condição essencial para se estabelecer a lógica do capital sobre os territórios.

Assim, é nesta relação dialética entre homem e natureza - e concebendo a natureza como uma totalidade que envolve o homem - que Foster (2010b),

apoiado em Marx, traz para a discussão a concepção de metabolismo socioecológico, pois o trabalho enquanto um processo de mediação apresenta duas facetas: “tanto o caráter social do trabalho, associado à sua reprodução sociometabólica quanto seu caráter ecológico, demandando uma relação dialética contínua com a natureza” (FOSTER, 2010b, p. 21).

Portanto, sob a lógica do capital, o intercâmbio socioecológico segue os imperativos da acumulação, desenvolvendo formas complexas de estranhamento e degradação do trabalho e da natureza na sociedade capitalista, pois há a “alienação da força de trabalho humana (ela própria um agente natural) e, por meio disso, da alienação inteira do metabolismo da natureza humana” (FOSTER, 2010b, p. 23). Ou seja, o capitalismo rompeu o equilíbrio da interação metabólica homem/natureza, ocasionando a degradação tanto da natureza humana ao explorar o homem que trabalha através de sua subjetividade como também de sua força de trabalho que passa a ser parte integrante do capital. Do mesmo modo, a natureza que compõe os recursos naturais também sofre com o processo de degradação e exploração comandada pelos desígnios do capital e sua lógica reprodutiva e destrutiva de acumulação.

Nesse sentido, Foster (2010b, p. 25) enfatiza que:

o metabolismo social do capitalismo é cada vez mais divorciado do natural, produzindo várias cisões metabólicas e formas de degradação ecológica nos ciclos e processos naturais, o que leva à violação das leis naturalmente postas de regulação da produção social que mantém as condições da natureza.

É através dessas desconstruções do metabolismo social do homem que gera o estranhamento tanto dos homens quanto da natureza, enquanto elementos complementares, pois o homem ao separar-se de seu semelhante e do seu trabalho, o separou também da natureza na condição de elemento de aquisição de valor de uso através da relação metabólica, e, portanto, interfere na autodeterminação de sua vida e no processo de construção de sua autonomia.

Portanto, o trabalho cindido passa a ser abstrato e assim, abstraído do homem enquanto valor de uso e passa a ter valor monetário e seus resultados (mercadorias) que são decorrência da relação do trabalho com a natureza também apresentam valoração econômica através da mercantilização da natureza. Então, na medida em que a lógica do capital passa a dominar a ordem social, a alienação e o

estranhamento do ser social se tornam imprescindíveis para a manutenção do processo de sua acumulação, como também é através da alienação e do estranhamento que o sujeito perde sua autonomia diante de sua separação da natureza e de seu trabalho enquanto condição de existência.

Além disso, outro elemento relevante está imerso nesta questão, pois o capital ao se apropriar do trabalho do homem, alienando de sua condição de existência, o separa dos meios de produção, portanto, os mercantilizam, tornando-os propriedades privadas de determinados indivíduos que se beneficiam da condição de posse e de controle desses elementos de produção.

Para Altvater (2006, p. 332):

a natureza não produz mercadoria para vender no mercado. Não há mercado na natureza. O mercado é uma construção social e econômica. O mais formoso dos pássaros ou uma velha árvore em uma selva tropical ou o ferro em uma mina não são mercadorias; somente se convertem em mercadorias por meio de um processo de valorização. Não é o trabalho em si mesmo, o trabalho *sans phrase*, aquele que metamorfoseia a natureza em mercadoria, e sim a força de trabalho consumida sob a forma social do capitalismo e sob a condição social de estar subjugada ao processo capitalista de produção de valor e mais-valia.

Desse modo, a parte da natureza que compõe os bens naturais representa um elemento na relação metabólica com o homem, mediado pelo trabalho, de conversão da matéria em valores de uso, mas não produz mercadoria no sentido de valor de troca, pois esse processo somente ocorre na relação definida de apropriação do trabalho pelo capital, ou seja, é somente o trabalhado estranhado que produz valor de troca.

Nesse sentido, a natureza acaba passando por um processo de mercantilização, sendo que o mais comum é via compra ou por meio de concessão de uso do território e de seus recursos, geralmente intermediado pelo Estado. Com isso, as riquezas naturais e o patrimônio cultural, dentro da teoria do valor de Marx, não criam valor no sentido econômico, mas neste caso, podem ser “confiscadas pelo viés das barreiras artificiais que reservam o usufruto delas aos que puderem pagar direito de acesso”. Assim, a privatização das vias de acesso permite transformar as riquezas naturais e os bens comuns em mercadorias ao imprimir uma força de trabalho estranhado que proporcionarão uma renda aos seus detentores (GORZ, 2009, p. 31). Sendo assim, a concessão de uso do território ao capital privado gera a

possibilidade de apropriação de algo que antes era coletivo, no caso da terra e dos recursos naturais, permitindo o direito ao acesso e sua transformação em mercadoria¹⁸.

Ao se apossar de determinado bem natural e transformá-lo em recurso este se torna elemento monopolizado pelos detentores, pois já não são mais coletivos e sim individuais ou de grupos que usufruirão particularmente de seu uso econômico. Sendo assim, tanto o trabalho quanto a natureza são fontes de riqueza imprescindíveis para o capital. Para isso, subvertem a lógica da condição de existência humana aos imperativos do capital, transformando de valores de uso em valores de troca.

Enfim, a concepção de natureza vigente pelo sistema do capital parte do pressuposto de que ela compreende somente os bens naturais tão necessários para o processo produtivo, e que diante da reestruturação advinda da crise estrutural do capital, há uma intensificação da mercantilização da natureza ao apropriar dos recursos para transformação em mercadoria.

Assim, ao compreender a natureza e o homem enquanto totalidade mediada pelo trabalho através da relação metabólica que se estabelece, não somente a natureza se torna fator de produção, mas também o homem enquanto parte integrante desse processo, principalmente através de sua força laborativa de transformação do bem natural em mercadoria. Desse modo, toda forma de degradação da natureza levará, conseqüentemente, à degradação do próprio homem, seja através de seu trabalho abstrato para o capital, seja pelo seu trabalho enquanto condição de existência definido através da relação metabólica com a natureza, elemento essencial de construção de sua autonomia frente ao controle do capital.

Portanto, qualquer alternativa adotada pelo sistema do capital para estabelecer seu processo de reestruturação produtiva diante de sua crise estrutural sempre partirá do pressuposto da mercantilização da natureza e do homem através de seu trabalho e de sua vida, como é o caso da proposta de desenvolvimento

¹⁸ Como é o caso do manejo madeireiro e dos serviços ambientais na Resex Chico Mendes, ou seja, representa a concessão, pelo governo do estado, para a inserção de empresas privadas e órgãos ligados ao capital nas colocações dos seringueiros tanto para a exploração de madeira como também na preservação de áreas a fim de constituir um banco de crédito de carbono a ser vendido. Sem contar que além da relação de dominação e controle do sujeito e de seu território pelo capital privado, os recursos coletivos necessários para a existência humana dos sujeitos que vivem nesse território e que são estabelecidos via relação metabólica com a natureza, passam a ser monopolizados e individualizados a quem pertencer o direito de concessão.

sustentável ligada ao capital internacional e que hoje se efetiva no estado do Acre a partir da Frente Popular. Desse modo, qualquer saída encontrada pelo capital diante de sua crise estrutural traz consigo a dimensão econômica muito presente, em detrimento das condições ambientais e sociais, conforme será analisado a seguir.

3.2.1 O desenvolvimento sustentável enquanto um processo de mercantilização da natureza na escala global/local

A associação entre reestruturação produtiva do capital e desenvolvimento sustentável vem se consolidando de tal forma que o próprio debate das discussões em torno da sustentabilidade tende a acompanhar o processo histórico global do sistema do capital, principalmente com relação ao momento de aprofundamento de sua crise estrutural e necessidade de buscar estratégias de reestruturação.

Nesse sentido, a década de 1970, marco da crise do capital, também foi o momento de realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, em Estocolmo (1972), o que possibilitou as discussões e as análises que permitiram a construção do conceito de desenvolvimento sustentável na década de 1980. Nesse período, a ONU, através da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, elaborou o “Nosso Futuro Comum”, conhecido como Relatório de Brundtland. Por meio desse documento se lançou a discutir a situação ambiental na qual o mundo se encontrava e foi também o primeiro a conter o conceito de desenvolvimento sustentável.

Já a década de 1990 marca a materialização do atrelamento entre a proposta de desenvolvimento sustentável criada pela ONU com as necessidades imanentes do capital a partir de seu processo de reestruturação produtiva. Assim, ao mesmo tempo em que ocorre a Rio 92¹⁹, na cidade do Rio de Janeiro, foram realizadas as negociações da Rodada Uruguai do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) (atualmente Organização Mundial do Comércio - OMC), que se constitui como uma instituição internacional que busca a abertura das fronteiras comerciais e que converge para os interesses das grandes corporações internacionais.

¹⁹ Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio 92) ou Cúpula da Terra.

Essa relação entre o momento de reestruturação do capital oriundo de sua crise estrutural e as discussões para a construção do conceito de desenvolvimento sustentável influenciou definitivamente na elaboração das ações e estratégias que “acreditam que o mercado, se operado livremente é o único meio concebível de alcançar o desenvolvimento sustentável” (PORTO GONÇALVES, 2006, p. 301-302).

Nesse sentido, Leff (2006) acrescenta ainda de que é a política neoliberal que conduz esse desenvolvimento sustentável que propaga a busca pelo equilíbrio ecológico e social, mas somente ocorrerá pelo crescimento econômico orientado pelo livre mercado, ou seja, fica nítida que a sustentabilidade do capital não tem como foco as questões ambientais e sociais já que são os condicionantes econômicos que guiarão o alcance de seus objetivos.

Portanto, a proposta de sustentabilidade lançada a partir da década de 1980 pelos órgãos internacionais tem como estratégia a apropriação da natureza enquanto produção de mercadoria para compor as engrenagens da lógica do capital, e para isso, as estratégias passam a ser ampliadas para a escala global.

Assim, ao discutir a relação entre desenvolvimento sustentável e lógica do capital deve-se remeter ao recorte espacial em que as ações e estratégias se processam. Para isso, a escala global/local se torna a referência para a abrangência das atuações da sustentabilidade, pois a globalização possibilita com que o sistema de produção de mercadorias não ocorra em um mesmo local, o que implica as diversas tramas e redes deste jogo construindo territorialidades diferenciadas. É a partir desta articulação entre espaço e poder que vão se desenhando formas e instrumentos construídos pelo sistema a fim de garantir seu controle sobre a sociedade e, assim, permitindo sua acumulação e expansão.

O controle do território via extensão do poder das personificações do capital, sejam empresas privadas ou organismos multilaterais, é fundamental para a apropriação dos recursos naturais a fim de ordenar a organização territorial e escalar de quem fornece, de quem transforma e de quem consome como ressalta Porto Gonçalves (2006, p. 291), de que é “a questão política e toda geopolítica que está implicada no cerne do desafio ambiental por meio do território”, assim reorganizando de acordo com os desígnios do capital.

Com isso, Mészáros (2003, p. 48) ressalta a relevância desse jogo escalar entre global e local afirmando que o capital “torna-se totalmente vazio sem

as complexas relações com as comunidades nacionais”, o que representa uma forma de apropriação e domínio do local e de suas particularidades para o processo de acumulação ampliada do capital, principalmente no momento de sua crise estrutural. Embora esta articulação espacial não se faça sem obstáculos, pois há um “antagonismo entre a tendência globalizante do capital transnacional no domínio econômico e a dominação continuada dos Estados nacionais como estrutura abrangente de comando da ordem estabelecida” (MÉSZÁROS, 2003, p. 33), ou seja, é a limitação e a contradição do próprio sistema do capital que para realizar a interpenetração das ações globais na estruturação local somente é possível pela articulação estabelecida com os Estados nacionais.

Nesse sentido, o papel do Estado se torna de grande relevância para o sistema global do capital, como continua a ressaltar Mézáros (2007), já que constitui uma de suas bases estruturantes, que é fundada no tripé capital, trabalho e Estado, como três dimensões inter-relacionadas e imprescindíveis para seu processo de reprodução. Com isso, tanto o trabalho metamorfoseado em trabalho abstrato e produtor de valor representa a essência do processo de acumulação do capital, como a figura do Estado enquanto uma contradição necessária ao metabolismo societal do capital.

Para se construir essa articulação do capital na escala local, o papel do Estado é de extrema relevância, pois propicia às instituições de mercado agir sobre o território com infraestrutura, regras contratuais, contenção dos conflitos de classe, além de outros elementos estruturantes, sendo um importante agente do processo de acumulação na escala nacional, regional e local.

Assim, é através dessa expansão geográfica global que o capital encontrou instrumentos para resolver seus problemas de crise de sobreacumulação, o que Harvey (2005) denomina de ordenação espaço-temporal às reorganizações espaciais do capital, que proporcionam, em escala global, novas divisões territoriais do trabalho, novas regiões como espaços dinâmicos de acumulação do capital e penetração de arranjos capitalistas em formações sociais preexistentes, o que lhe possibilita importantes formas de absorção do excedente de capital e de trabalho.

Nesse sentido, o controle e o comando externo do território nacional colocam-se como fundamentais para garantir a necessidade do capital por recursos naturais, como também outras formas de apropriação que não somente os recursos,

mas os serviços que a floresta pode proporcionar; como exemplo, tem-se a venda de crédito de carbono aos países industrializados.

Assim, ao se apropriar dos territórios, o capital utiliza de várias estratégias a fim de garantir, o que Harvey (2005) denomina de acumulação por espoliação através da destruição dos recursos ambientais globais resultando na “mercadificação” e privatização da terra e seus derivados (água, ar, biodiversidade). Tem-se também a transformação em mercadorias de formas culturais e do trabalho; a supressão de formas alternativas de produção e de consumo; a conversão de propriedade comum ou coletiva para propriedade privada, dentre outras formas de usufruir dos recursos desses territórios que passam a ser apropriados pelo capital nessa lógica de mercantilização da natureza.

Assim, foi essa proposta de desenvolvimento sustentável construída pelos organismos multilaterais e baseada na perspectiva de mercantilização da natureza efetivada por meio da estratégia de acumulação por espoliação e construída a partir da articulação entre a escala global e local, a sustentabilidade que dirige os rumos do estado do Acre, no qual o território passa por um processo de readaptação direcionada por políticas públicas a fim de alcançar os objetivos do capital.

Tal contexto de introdução da política de desenvolvimento sustentável no Acre ocorre a partir da década de 2000 com a inserção da Frente Popular no cargo de governo estadual justamente pela junção de condições políticas favoráveis tanto internas ao estado quanto internacionais.

A respeito, Paula (2012, p. 12) reforça que a “rearticulação do bloco de poder estadual sob a direção de frações das velhas e novas oligarquias”, como também a “assimilação subordinada dos movimentos sociais a esse bloco de poder [...] e a adesão subordinada à matriz neoliberal e aos agentes nacionais e internacionais que a fomentam na forma de financiamentos e investimentos” permitiram tanto a chegada da Frente Popular no poder do estado quanto levar a política de desenvolvimento sustentável como o norteador de suas ações.

Primeiramente, foram a partir das estratégias internas que possibilitaram a construção política da Frente Popular no Acre, pois se valendo das articulações partidárias no estado e da aproximação com os movimentos sociais dos seringueiros, chegaram ao poder executivo com uma proposta de governo ligada ao desenvolvimento sustentável. Para isso, o atrelamento com os ideais dos seringueiros, que têm como base a floresta e o extrativismo, serviu como condição

ideal para vincular seu projeto político de sustentabilidade, o que os diferenciavam dos antigos projetos para o estado e ao mesmo tempo era uma estratégia para aproximá-los dos sujeitos do Acre e, assim, legitimar um projeto de mercantilização da natureza.

Desse modo, configurada a base interna, facilitou a vinculação com os órgãos internacionais ansiosos por atrelar o capital à nova modalidade de sua acumulação: a Economia Verde. Tal modalidade do capital prima pelo processo de valoração do capital natural ao mesmo tempo em que busca estratégias para conservação e recuperação da natureza e contribuição para a redução da pobreza, conforme designação elaborada pela ONU. Embora como ressalte Paula (2013) de que a Economia Verde seja somente uma denominação para o capitalismo verde que tem como pressuposto estruturante:

às transformações reais operadas no capitalismo, no sentido de promover um movimento simultâneo de adaptação à nova divisão internacional do trabalho, o reordenamento de natureza geopolítica, às reconfigurações nas relações Estado-Mercado e à assimilação do ambientalismo no processo de acumulação global (PAULA, 2013, p. 24).

Assim, como ponto de partida para reordenar o território florestal à lógica da divisão internacional do trabalho dirigida pelo mercado, o processo valorativo de troca se torna mais evidente do que necessariamente as dimensões sociais e ambientais de conservação da natureza e reconhecimento do sujeito. Com isso, os instrumentos concretizados pelo Estado, na figura do governo do Acre liderado pela Frente Popular, através das políticas públicas para efetivação da Economia Verde estão relacionados à exploração madeireira via Planos de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) e ao Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), conforme foi demonstrado através das ações vinculadas ao Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre (fase I e II).

Segundo Schmidlehner (2012, p. 20), o desenvolvimento sustentável do governo do Acre vincula-se à proposta da Economia Verde na qual a natureza passa a ser a base de um novo modelo de acumulação do capital, no qual sua lógica fundamental é a “esporádica reorganização dos mecanismos de acumulação de capital e contínua promoção de seu controle sobre sociedades, recursos e territórios,

tal como a Amazônia”, portanto, contrário aos princípios de conservação ambiental e redução da pobreza como propaga a ONU.

Nesse contexto, se pode compreender o processo de inserção da Amazônia, e do Acre, especificamente, no contexto internacional da reestruturação do capital como elemento estruturante que irá nortear a dinâmica territorial da região imprimindo “novas” relações no âmbito da contradição capital/trabalho, bem como do papel da natureza e do Estado nas dinâmicas de acumulação ampliada do sistema do capital. Assim, Schmidlehner (2012, p. 20) reforça ainda que:

o Governo do Acre hoje preenche um papel chave na rede internacional que produz o discurso da Economia Verde e promove a implementação do novo regime de acumulação do capital. Existe uma relação de retroalimentação entre esta rede, de onde os atores multinacionais – Bancos, ONGs, as instituições da ONU canalizam recursos financeiros para o Governo do Acre, que pode assim manter e fortalecer seu controle hegemônico dentro do estado. O Acre, em contrapartida, alimenta [...] o discurso da Economia Verde, servindo como vitrine. O controle hegemônico por sua vez é enxergado pelos financiadores e remunerado por eles como sendo ‘estabilidade política’.

Desse modo, fica nítido o relevante papel de precursor do estado do Acre na inserção à estratégia da Economia Verde e no jogo escalar entre o global e o local, sendo que através dessa articulação espacial, o capital internacional orienta as estratégias políticas e econômicas na escala local, viabilizada pela figura do Estado, que utiliza dessa condição “privilegiada” de obtenção de recursos para estabelecer a hegemonia e o controle sobre a sociedade.

Para efetivação dessas estratégias de acumulação do capital via espoliação dos recursos naturais através de sua mercantilização, há diversos agentes na escala global como as grandes corporações transnacionais, organismos multilaterais (BM, FMI, OMC, BID) como também as ONG’s responsáveis por estabelecer a articulação com a escala local, facilitada pelos Estados nacionais como ressalta Mészáros (2003).

Com isso, há diversas formas de dominação externa no local seja através da apropriação direta do território via mercantilização dos recursos naturais, seja através do oferecimento de investimentos pelos órgãos internacionais a fim de controlar o território.

Nesse sentido, Paula (2013, p. 50) enfatiza o papel do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais (PPG7) como instrumento de interferência externa na reorganização territorial da região amazônica efetivada através de doações financeiras do “Grupo dos 7”, de países da União Europeia e dos Países Baixos originando em fundo gerenciado pelo Banco Mundial. Assim, são esses países que, em nome da premissa de associar desenvolvimento econômico com preservação das florestas tropicais, passam a definir as “condições materiais e subjetivas para repactuar os interesses do capital no acesso e na apropriação dos bens naturais” na Amazônia.

Além da influência externa no processo de espoliação da Amazônia exercido através do PPG7, há outras iniciativas, em nível de estado, que acentuam esse processo de vinculação do local à lógica do capital internacional.

Como exemplo, no estado do Acre, há grande influência do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), principalmente através do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre (PDSA). Assim, o processo de reordenação territorial através da lógica da Economia Verde se efetiva através da cooperação internacional concretizada através de financiamentos e empréstimos firmados entre os bancos multilaterais de desenvolvimento, representado pelos países desenvolvidos, e os países subdesenvolvidos, no caso de análise, o Brasil, através do estado do Acre com o PDSA.

Tais princípios de influência na reordenação territorial proposta através do acordo entre o BID e o estado do Acre se tornam mais evidente na medida em que a floresta passa a representar um foco de desenvolvimento econômico para o capital. Primeiramente prepara-se o território para a privatização das terras/floresta a fim de permitir a introdução do capital privado. Assim, se concretizaram as florestas públicas como forma das empresas se inserirem na floresta legalmente, extraindo a madeira através do modelo de manejo florestal sustentável e, assim, comercializando o produto. Com isso, o Acre entra no circuito competitivo da economia internacional e permite “amenizar a pobreza” com a abertura de postos de trabalho para a população local²⁰.

Para Souza (2008, p. 100) *apud* Chossudovsky (1999, p. 54):

²⁰ Conforme foi discutido anteriormente, nesse capítulo, nos objetivos e nas ações vinculadas ao Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre (PDSA I e II).

os empréstimos continuam sendo fornecidos sob a clara condição de que o tomador aceite adotar o receituário advindo dos organismos financeiros internacionais o qual se constitui em programas de estabilização macroeconômica e de reforma econômica estrutural, isto é, em efetivas mudanças políticas nos países subdesenvolvidos, os quais representam, na prática a: (1) liberalização do comércio, (2) desregulamentação do sistema bancário, (3) privatização de empresas estatais, (4) reforma fiscal, (5) privatização das terras cultiváveis, (6) 'diminuição da pobreza', e (7) instituição de um 'bom governo'.

Portanto, o foco das políticas de desenvolvimento, no caso, a proposta de desenvolvimento sustentável, fixada pelos organismos multilaterais não é somente a apropriação direta dos territórios, mas sim o poder de influenciar na decisão dos estados sobre seu uso, retirando assim o poder decisório dos povos e populações que vivem e produzem os mesmos, e que, para isso, utilizam do controle sobre os sujeitos para apropriação de seu território através dos bens naturais e de sua força de trabalho definindo o uso da terra de acordo com o aspecto mercadológico da natureza.

Assim, esse tipo de desenvolvimento fundamenta o discurso que torna sustentável o crescimento econômico através de mecanismos de mercado, atribuindo valores econômicos e direitos de propriedade aos meios naturais, transformando-os em recursos e serviços ambientais, ao mesmo tempo em que não incorpora as condições ecológicas e sociais (sustentabilidade, equidade, justiça e democracia), conforme analisa Leff (2006).

Na verdade, esse modelo de desenvolvimento sustentável surge como uma contradição do sistema do capital que diante da realidade de sua crise estrutural, da degradação ambiental e da pressão dos movimentos sociais lançam uma proposta que em seu conceito estejam vinculados aspectos sociais e ambientais, mas que acabam sendo apenas enunciados discursivos para mostrar o apelo da sociedade e a atenção às questões ambientais mais urgentes, embora sejam estratégias para encobrir as intencionalidades do capital que é de apropriar da natureza como construção mercadológica. Por isso, entender os instrumentos que consolidam o discurso ideológico do governo do estado do Acre para a construção do desenvolvimento sustentável se torna relevante, pois torná-lo um ideal e uma prática é necessário todo um aparato discursivo que permita o controle sobre a sociedade a fim de estabelecer seu poder de comando.

3.2.2 O desenvolvimento sustentável enquanto um processo ideológico e de controle social

O conceito de desenvolvimento sustentável cunhado pela lógica do capital, a partir da década de 1980, traz muitas facetas e nuances que acabam se complementando e estruturando sua totalidade. Assim, o capital, para consolidar seu processo de mercantilizar os recursos naturais, utiliza determinadas estratégias ideológicas como forma de legitimar sua política e ao mesmo tempo encobrir o controle sobre a natureza e o sujeito estabelecido através da dominação da relação metabólica homem e natureza, tão necessária para o processo de controle social. Para isso, ao discutir a proposta de sustentabilidade no Acre tentaremos entendê-la a partir desses instrumentos e artifícios construídos pela Frente Popular a partir da década de 2000 com seu ingresso no poder executivo estadual e seu projeto político para o Acre.

A ideologia é uma construção social necessária para a lógica do capital, pois representa os interesses de determinada classe social, demonstrando assim, uma orientação prática de suas intencionalidades e determinações sobre os sujeitos e seus territórios. Toda ação está vinculada a este conjunto de valores particulares, expressos pela ideologia, para assegurar a continuidade da reprodução e garantir os interesses pessoais e de classe.

Por isso, a ideologia da classe dominante acaba associando seus próprios desejos com a materialidade da prática cotidiana de determinado território e grupo social, como se a aproximação com a realidade posta representasse a solução aos anseios dos sujeitos e suas necessidades. Como exemplo, temos a aproximação das ações do governo do estado do Acre, liderado pela coligação Frente Popular, com os princípios do movimento seringueiro.

A convergência dos objetivos políticos da Frente Popular com os ideais de Chico Mendes e, portanto, dos movimentos sociais, é alardeada em todos os cantos, conforme demonstra a fala do ex-governador do Acre, Jorge Viana, de que “estamos realizando uma parte do sonho de companheiros valorosos, como Chico Mendes, cujas presenças ainda sentimos ao nosso lado a cada passo da caminhada” (ACRE/ZEE, 2000). Essa associação entre princípios do governo do estado com o movimento de luta e resistência seringueira representa uma forma de demonstrar que o Estado está indo ao encontro com as reivindicações da população, e tendo

Chico Mendes como representação das necessidades dos seringueiros, e atrelar sua proposta a ele, significa apostar no caminho que aspira a sociedade acreana.

Há, portanto, uma apropriação do discurso e dos ideais do movimento social dos seringueiros, representado na figura de Chico Mendes, mas foi ao mesmo tempo distorcida e manipulada, direcionando de acordo com os objetivos políticos dos dirigentes do estado do Acre.

Já que trouxeram à cena o nome de Chico Mendes e a relação dos objetivos do governo com os dos movimentos seringueiros, retomaremos uma das falas dessa importante liderança sobre quais são suas expectativas e anseios para que assim possamos analisar se realmente há uma aproximação do movimento seringueiro com a política governamental da Frente Popular. Assim, segundo uma entrevista concedida por Chico Mendes em um evento na Universidade de São Paulo (USP), em 1990, o mesmo declara que:

nós apresentamos uma alternativa economicamente viável quando colocamos a questão de se priorizar os vários produtos extrativistas que existem na Amazônia e que hoje estão ameaçados e nunca foram levados a sério pela política do governo brasileiro [...]. Nós temos certeza que, com a criação das reservas extrativistas, a **Amazônia num prazo de dez anos se transformará numa das regiões economicamente viáveis [...] desde que o governo leve a sério criar uma política de comercialização destes produtos, e com o uso racional da terra** (MENDES, 1990, p. 17, grifo nosso).

A afirmação de Chico Mendes deixa claro que o objetivo do movimento dos seringueiros não era que a floresta permanecesse intocável, mas que, através do auxílio do governo pudesse ser uma alternativa economicamente viável para os seringueiros, tendo como base os produtos extrativistas, que segundo Chico Mendes “é a borracha, a castanha, o patuá, o açaí, o babaçu, a copaíba, o tucumã” (MENDES, 1990, p. 17).

Nesse sentido ainda, Mendes (1990) acrescenta que aliado à perspectiva de apoio às atividades extrativistas, o modelo de acesso à terra via criação das reservas extrativistas, no caso, a Resex Chico Mendes, soma às necessidades dos seringueiros no tocante à permanência de sua forma de vida e de trabalho. Com isso, através da fala de Chico Mendes, os ideais do movimento seringueiro associam o acesso à terra com as formas de produção extrativista não madeireira como elementos relevantes para a organização territorial do seringueiro.

Embora através dos instrumentos vinculados à política da sustentabilidade do governo do Acre como o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) e o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre (PDSA) denota-se que o extrativismo não madeireiro tem pouca assistência governamental, já que há outros produtos mais importantes para o governo, que são a agropecuária, a exploração da madeira e os serviços ambientais.

Além disso, os anseios dos seringueiros eram que os mesmos pudessem, através da floresta, ter sua sobrevivência com dignidade e a partir de sua racionalidade, o que seria conquistado por meio da institucionalização da Resex Chico Mendes construída através do princípio da autogestão pelos seus moradores. Conquanto, a partir de 2000 houve a instalação do Conselho Gestor a partir da Lei do SNUC, o que alterou a administração da reserva que passa a ser comandada por órgãos governamentais que passam a conduzir a lógica do capital privado no uso da terra da Reserva, conforme verificado no capítulo 2.

Assim, a apropriação da materialidade e da subjetividade dos seringueiros pelo governo do Acre representa uma construção ideológica distorcida da realidade já que prima pelo aspecto econômico do que a floresta pode oferecer e esquece-se de seus sujeitos. Não há na proposta de sustentabilidade do governo do Acre o reconhecimento e a defesa de seu povo, de seu conhecimento, de sua cultura, somente quando for necessário dentro do processo de extração/produção, ou seja, como mão de obra “especializada” em determinado conhecimento sobre o recurso.

Portanto, a base do desenvolvimento sustentável construído pela Frente Popular no Acre é a viabilização econômica a partir dos produtos que permitem um retorno financeiro e que estão inseridos no circuito do capital, assim, borracha e castanha ficam relegados já que não apresentam alta rentabilidade econômica. Assim, quem usufrui da floresta não são os povos que nela habitam, mas o capital privado e externo.

Nesse sentido, Moraes (2012, p. 25) reforça que:

a exploração de madeira para fins comerciais era absolutamente descartada naquele esboço inicial da proposta de Reserva Extrativista. Mas, o que temos visto é que a questão da exploração madeireira passa a ser defendida pelo Governo da Floresta como se fosse conquista do movimento social.

Além disso, a política dos serviços ambientais que a floresta oferece não fazia parte das reivindicações políticas do movimento dos seringueiros, já que esse tipo de serviço tem como foco a floresta enquanto território econômico. Assim, como associar essa prática do uso da terra vinculada ao capital com os ideais dos seringueiros que lutavam para a conquista de uma territorialidade para (re)criar sua racionalidade baseada nos produtos extrativistas não madeireiros? É realmente uma distorção do verdadeiro propósito do movimento social dos seringueiros.

Assim, o papel da construção ideológica se faz presente na medida em que o grupo político dominante do Acre, no caso, a Frente Popular afirma seus objetivos político-econômicos através da apropriação dos princípios de determinado grupo social, no caso os seringueiros, a fim de legitimar suas ações. Por isso, que Mészáros (2004) acrescenta que a ideologia não é uma construção teórica e separada da realidade, pelo contrário, ela surge do confronto e da prática na realidade. A ideologia é uma resposta aos elementos postos pela realidade e a forma como determinada classe vê esta realidade resultam na sua maneira de agir sobre a mesma.

Portanto, Mészáros (2004, p. 69) reforça ainda que:

o que se espera das autoimagens da ideologia dominante não é o verdadeiro reflexo do mundo social, com a representação objetiva dos principais agentes sociais e seus conflitos hegemônicos. Antes de tudo, elas devem fornecer apenas uma explicação plausível, a partir da qual se possa projetar a estabilidade da ordem estabelecida.

Assim, a concretização da ideologia dominante na realidade prática do território não representa os pressupostos básicos da totalidade da sociedade e sim denuncia o caráter parcial de determinado grupo político. Utilizam, então, da ideologia como efetivação do *status quo* já determinante da sociedade diante da ordem do capital.

Outra questão relevante para compreender o papel da ideologia para a classe dominante é sua relação com a perspectiva da atenuação dos conflitos, já que a ideologia representa uma construção social e prática que nega a existência das classes sociais. Embora contraditoriamente, a ideologia só exista porque vivemos em uma sociedade de classes na qual há interesses divergentes e conflitos, conforme enfatiza Mészáros (2004).

Por isso que, ao discutir a proposta de desenvolvimento sustentável do governo do Acre a partir de 2000, não somente os aspectos da apropriação da natureza através da mercantilização se tornam importantes para entender sua efetivação, mas também o processo de construção ideológica que permeia a concretização dos atos e das intencionalidades de determinada classe.

Assim, os instrumentos utilizados pela Frente Popular para implantar sua política de sustentabilidade recorrem à dimensão ideológica como aparato para legitimar seu projeto político utilizando tanto da aproximação e vinculação com os anseios da sociedade acreana através da apropriação dos ideais do movimento seringueiro para demonstrar o apelo social de seu programa de governo, como também contraditoriamente, negam a existência das classes sociais e dos conflitos historicamente construídos entre seringueiros e fazendeiros/pecuaristas que legitimaram a própria organização dos seringueiros através do movimento social, conforme demonstra a fala do então governador do Acre, em 2000, e representante da Frente Popular, Jorge Viana, ao lançar as bases para construção do primeiro instrumento de planejamento para a implantação do desenvolvimento sustentável no Acre, o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE):

Passamos mais de quinze anos ouvindo falar no Zoneamento. No começo era reivindicação de alguns; índios, seringueiros, gente interessada em definir limites e proteger suas áreas. Depois virou **consenso entre todos os setores**, pois ninguém mais aguentava a ausência de regras claras e definidas que orientassem os investimentos e atividades econômicas [...] (ACRE/ZEE, 2000, grifo nosso).

Em documento do BID, o mesmo reforça o discurso da Frente Popular com relação à junção dos interesses das classes ressaltando que, “pela primeira vez, seringueiros, índios, lavradores, representantes do governo e do BID juntaram-se para alcançar o sonho amazônico mais ambicioso de todos: o desenvolvimento sustentável na floresta tropical” (HAMILTON, 2011a, p. 2).

Através dessas afirmações evidenciam-se um dos lemas da Frente Popular do Acre de que há um “consenso entre todos os setores”, ou seja, há uma uniformidade de opiniões entre todos os grupos sociais no estado, como ressaltado acima. Assim, negligenciam o conflito e a luta de classes, já que estes não existem, pois todos almejam a mesma coisa. Desse modo, há uma negação do processo de

luta e resistência realizado pelo movimento seringueiro nas décadas de 1970-80 contra a desapropriação de seu território e destruição da floresta pelos pecuaristas vindos do Centro-sul do Brasil justamente porque cada grupo social parte de determinações diferenciadas para a floresta, sendo que para o seringueiro representa(va) o lócus de sua racionalidade de vida e de trabalho; já para os pecuaristas a floresta deve(ria) ser retirada a fim de dar espaço para a criação de gado bovino, ou seja, focos diferentes para o mesmo território. Portanto, como podemos afirmar a inexistência das classes sociais e, assim, que não existem conflitos no Acre?

Apesar de que ao mesmo tempo em que negam os conflitos de grupos divergentes, contraditoriamente, se apropriam e desvirtuam do sentido da luta de classe dos movimentos sociais para afirmar que os projetos de governo estadual respondem aos anseios populares de união em prol do desenvolvimento acreano, o que possibilita uma estratégia política de aproximação popular. Desta forma, maquiam o foco das estratégias de acumulação do capital nos vários setores atrelados à mercantilização da natureza, metamorfoseando as aspirações sociais do movimento seringueiro colocando-o como seguidor dos objetivos do capital, personificados pelo Estado, através das políticas governamentais²¹. Assim, busca-se demonstrar que os objetivos de tornar a floresta economicamente rentável do ponto de vista do capital internacional representa a vontade de todos os acreanos, inclusive de Chico Mendes e do movimento social.

No entanto, há um questionamento colocado: será possível que classes antagônicas almejam as mesmas necessidades, defendem os mesmos interesses econômicos, em especial? De antemão, pode-se dizer que tal estratégia é uma forma de afirmar que não há conflitos e contradições e mostrar uma realidade falseada.

A respeito, Lênin (2010, p. 27) enfatiza que:

o Estado é o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes. O Estado aparece onde e na medida em que os

²¹ Como exemplo, têm-se várias antigas lideranças do movimento seringueiro das décadas de 1970-80 que lutaram para a conquista do acesso à terra de trabalho por meio de incentivos à produção extrativista e hoje foram cooptados e, assim, adotaram a política do manejo florestal em suas colocações além de fazerem propaganda junto aos demais seringueiros para aderirem a esse projeto efetivado pelo governo do Acre e ligado ao capital internacional, o que transforma seu território em terra de negócio e que passa a dominar a racionalidade do capital e não a racionalidade seringueira.

antagonismos de classe não podem objetivamente ser conciliados. E, reciprocamente, a existência do Estado prova que as contradições de classe são inconciliáveis.

Sendo assim, como podemos entender que o governo da Frente Popular busca a harmonização das classes, sendo que a própria essência do Estado é a divisão das classes e estas são antagonicamente inconciliáveis?

Partimos do pressuposto de que o Estado é uma instituição de dominação e submissão de uma classe por outra, assim, ele representa uma ordem que legaliza esta relação (LÊNIN, 2010). Portanto, o Estado representa os interesses da classe dominante e, conseqüentemente, contraditórios aos interesses e necessidades das demais classes, neste caso referimo-nos à classe trabalhadora, na qual incluem os seringueiros.

Por todas as estratégias evidenciadas pelo discurso ideológico da classe dominante representada pelo governo da Frente Popular no Acre, o controle representa um instrumento que permeia todos os processos de apropriação e manipulação da sociedade a fim de aplicar seu projeto político de desenvolvimento sustentável. Desse modo, a ideologia é uma construção social e prática que controla o metabolismo social dos sujeitos e, portanto, de seus territórios; logo, a ideologia é uma forma de controle social, como enfatiza Mézáros (2004).

Nesse sentido, além de responder à lógica do capital enquanto mercantilização da floresta, o desenvolvimento sustentável também representa uma forma de controle social, pois permite a manutenção da ordem social e estabelece o domínio sobre a sociedade. Ou seja:

diante [...] de uma destruição irreversível do meio ambiente, tornou-se imperativo criar alternativas práticas e soluções cujo fracasso acaba sendo inevitável em virtude dos próprios limites do capital, os quais agora colidem com os limites da própria existência humana (MÉSZÁROS, 2002, p. 993).

Com isso, a lógica do capital cria manipulações que acabam não resolvendo os problemas, mas agravando e direcionando de acordo com seus objetivos. Nesse contexto, podemos entender a proposta de desenvolvimento sustentável instituída pelos órgãos internacionais e implantada pela Frente Popular no estado do Acre, ou seja, em seu discurso pregam a vertente social e ambiental, mas que serve para aprofundar a dimensão econômica através da mercantilização

da natureza. Assim, a solução acentua a lógica já existente do capital com relação ao processo de valoração das dimensões da natureza e assim sua degradação, já que não surgem como resposta à crise social e ecológica. Não há nada de novo na solução dos problemas estruturais da sociedade, somente a mesma estratégia com nova denominação.

Dessa forma, a proposta de sustentabilidade advinda dos órgãos internacionais recorre à aproximação com a realidade ao vincular seus objetivos de forma a responder as demandas da sociedade, embora acabe “não representando a realidade, mas a simula; e, ao simulá-la a constrói à sua imagem e semelhança” (LEFF, 2006, p. 124), pois a sustentabilidade de fato, não como discurso, ideologia e forma de controle social, é uma forma utilizada pelos sujeitos da floresta bem antes da introdução do conceito de desenvolvimento sustentável do e para o capital. Portanto, este modo de organização de vida é apropriado pelo capital que o adéqua a seus princípios, resultando no novo “desenvolvimento sustentável”, assim, se utilizam do apelo social do termo que, na prática, se efetiva de forma a responder às necessidades do capital.

Nesse sentido, segundo Mészáros (2002, p. 995), há um falseamento da crise ambiental e social:

não apenas ignorando as manifestações de conflito até o último instante, como também deturpa seu significado após sua ocorrência. Quando os conflitos já não podem ser ocultados são tratados meramente como efeitos divorciados de suas causas.

Diante dessa constatação evidencia-se que os elementos que originaram o problema ambiental e social da sociedade são resultado da forma destrutiva e incontrolável do próprio sistema metabólico do capital, o que culminou na sua crise estrutural na década de 1970. Assim, para buscar formas de reestabelecer seu controle, o capital global utiliza das escalas locais para garantir o processo de acumulação por meio do controle social exercido para com os sujeitos e seus territórios.

Esse jogo escalar e de poder influencia o local na adoção de estratégias que contemplem o processo de reestruturação produtiva do capital. E é nesse contexto que entra a proposta de desenvolvimento sustentável do capital no estado do Acre efetivado através da intensificação da mercantilização da natureza, seja

admitindo a exploração da madeira para fins comerciais e as possíveis dominações do sujeito com as empresas ligadas ao setor, principalmente nas territorialidades seringueiras que têm como base a produção extrativista não madeireira como a castanha e a borracha a partir de uma racionalidade de vida e de trabalho voltada para a preservação do território; como também a invasão da pecuária bovina com a destruição da floresta e, portanto, do território seringueiro, dentre tantas outras relações de dominação com empresas nacionais e internacionais que se apropriam dos recursos da floresta sem se preocupar com sua preservação ambiental e dos sujeitos que vivem do/no território.

Não obstante, de forma contraditória e como meio de ocultar a raiz dos problemas ambientais e sociais, o sistema do capital cria simulações que os relacionam como resultado do próprio desenvolvimento da sociedade, como também se o problema fosse da sociedade, pois é ela que será responsável por resolvê-los mudando seus hábitos e padrões de consumo ou reservando uma porcentagem de floresta em sua propriedade e contribuindo para a questão ambiental (venda de créditos de carbono para os países com percentual de poluição acima do nível estipulado, como discutido). Com isso, não demonstra que a degradação ambiental é resultado do próprio metabolismo do sistema do capital na busca de sua expansão e acumulação sem limites, incontrolável e destrutiva.

O desenvolvimento sustentável representa uma das estratégias do capital que tem como princípio norteador o controle social, primeiramente porque é colocado como uma verdade incontestável, e, segundo, que fortalece os princípios econômicos, sociais e políticos da sociedade capitalista mantendo o *status quo* já existente. Além disso, esse tipo de desenvolvimento é posto como a única opção possível de articulação social, já que quem irá contra uma proposta que busca o social e o ambiental, apesar de não proporcionar uma melhoria nas condições socioeconômicas da maioria da população, ao mesmo tempo em que são funcionais à reprodução e à acumulação desigual do capital por garantir sua lógica expansiva (GÓMEZ, 2006).

Portanto, o desenvolvimento sustentável em vigência no estado do Acre tem como ênfase sua vinculação à ordem do capital internacional e, por essa relação, apresenta um caráter de convergência para os objetivos de mercantilização da natureza em detrimento dos aspectos sociais e ambientais. Desse modo, fica nítida que a solução encontrada pelo capital diante de sua crise estrutural foi

acentuar o que já se constitui como a base do sistema, ou seja, os níveis de exploração e degradação da natureza e do homem, via trabalho e dominação pelo seu território de vida e de trabalho.

Desse modo, houve uma deturpação do conceito de sustentabilidade que culturalmente já fazia parte da vida dos sujeitos da floresta a partir da apropriação pelo capital como vetor de desenvolvimento. Isso nos leva a pensar se é provável que diante da ordem social do capital haja outras formas de sustentabilidade que não tenham esse caráter expresso de negação das condições sociais e ambientais.

3.2.3 É possível um desenvolvimento sustentável sob o capitalismo?

Diante das ambiguidades e contradições analisadas sobre o conceito de desenvolvimento sustentável e seus desdobramentos na lógica do capital, vale a pena refletir sobre esta situação, ou seja, é possível um desenvolvimento sustentável no sistema do capital?

A respeito, O'Connor (1994) assume tal preocupação e pondera se é possível um capitalismo sustentável. Assim, enfatiza que o capital não se limita somente a apropriar-se da natureza para transformá-la em mercadoria, somente através dos aspectos econômicos, mas tem o propósito de:

Remake nature in ways that are consistent with sustainable profitability and capital accumulation. 'Remaking nature' means more access to nature as 'tap' and 'sink' (...) but rather a world in which capital remakes nature and its products biologically and physically (and politically and ideologically) in its own image (O'CONNOR, 1994, p. 157-158)²².

É através dessa construção política e ideológica que a sustentabilidade criada pelo capital se aproxima como uma forma de sustentar a lógica da acumulação capitalista na escala mundial. Sendo assim, "the logic of self-expanding

²² "Refazer a natureza de maneiras consistentes com a rentabilidade sustentável e a acumulação do capital. Refazer a natureza significa maior acesso ao meio natural como fonte e como depósito de lixo [...] se trata de um mundo em que o capital refaz a natureza e seus produtos biológica e fisicamente [e política e ideologicamente] a sua própria imagem e semelhança" (O'CONNOR, 1994, p. 157-158, tradução nossa).

capital is anti ecological, anti urban, and antisocial” (O’ CONNOR, 1994, p. 168)²³, o que distancia de uma perspectiva de melhorar as condições de vida e de trabalho.

Além disso, Mészáros (2003 e 2007) afirma que o desenvolvimento sustentável, a partir da proposta de gestão local e com vistas ao avanço das necessidades socioambientais, é incompatível dentro do sistema do capital, por isso, se utilizam de um conceito que na realidade se efetiva através de outros princípios. Para o capital não há soluções estruturalmente viáveis, há apenas soluções ilusórias como é a proposta do desenvolvimento sustentável, pois a qualificação que o termo traz não condiz com a realidade implantada.

Nesse sentido, a sustentabilidade do capital serve como uma construção simbólica de manipulação para que se corrobore sua intenção “benéfica” para com as necessidades da sociedade, mas de fato há um desvirtuamento do sentido e do propósito de organização do território para suas demandas.

Assim, Mészáros (2007, p. 190) reforça que:

sustentabilidade significa estar realmente no controle dos processos sociais, econômicos e culturais vitais pelos quais os seres humanos não apenas sobrevivem, mas também encontram realização, de acordo com os desígnios que estabeleceram para si mesmos, ao invés de ficarem à mercê de forças naturais imprevisíveis e determinações socioeconômicas quase naturais.

Ou seja, para Mészáros (2007) o desenvolvimento sustentável é incompatível com a desigualdade e a conflitualidade/adversidade estrutural do capital, por isso, afirma que a sustentabilidade somente poderá se realizar quando a sociedade assumir o controle sobre seu processo de reprodução sociometabólica, comandada atualmente pelo capital, e isso somente será possível através da realização da igualdade substantiva, nos quais os sujeitos assumem o controle e a autodireção sobre o processo de sua vida rumo ao processo emancipatório.

A respeito, Leff (2001; 2006) também reforça que um desenvolvimento sustentável deve estar baseado na autogestão comunitária dos recursos, no respeito pelos valores culturais e pela diversidade étnica, abrindo assim canais para uma gestão participativa dos recursos.

²³ “a lógica de autoexpansão do capital é antiecológica, antiurbana e antissocial” (O’ CONNOR, 1994, p. 168, tradução nossa).

Assim, tanto nas análises de Mészáros (2007), quanto de Leff (2001; 2006), fica muito claro que o desenvolvimento sustentável com vistas às condições ecológicas e sociais somente é possível quando houver um controle da sociedade sobre seus rumos, uma autogestão do processo de vida e de trabalho.

Nesse aspecto, reforça Foster (2010b, p. 27) que “tanto a igualdade substantiva como a sustentabilidade ecológica são os divisores de águas de uma sociedade livre dos ditames e da lógica do capital”, pois a igualdade substantiva auxilia na superação da alienação social, já a sustentabilidade ecológica transcende a alienação em relação à natureza por garantir que a mediação homem e natureza seja solidificada com base no valor de uso e na relação dialética de transformação tanto da natureza quanto do homem, já que o homem é parte da natureza.

Assim, Foster (2010b), ao analisar Mészáros, demonstra que o mesmo compreende que é necessário erradicar a relação com o capital para assumirmos o controle social sobre a ordem metabólica, mas também a busca por uma relação mais ecológica é indispensável e definidora para a realização das genuínas necessidades humanas.

Nesse sentido, converge à perspectiva de Löwy (2011) ao abordar o ecossocialismo como um novo paradigma de civilização que prega a ruptura com os fundamentos do modo de produção capitalista, pois o capital põe em risco ou destrói suas próprias condições, começando pela natureza. Para isso, reforça que “para los ecosocialistas, la lógica del mercado y de la ganancia [...] es incompatible con las exigencias de protección del medio ambiente natural” (LOWY, 2011, p. 29)²⁴.

Essa discussão do caráter sistêmico do capital como elemento fundante da crise ecológica e, conseqüentemente, na contradição da proposta de desenvolvimento sustentável, também é uma preocupação nas análises de Bihl (2010) ao destacar que toda luta ecológica deve ter uma perspectiva anticapitalista com a abolição das relações capitalistas de produção e de classe.

Nesse sentido, Bihl (2010, p.133) reforça que muitos movimentos ecológicos ou partem de uma utopia conservadora ou partem para o reformismo. Assim:

²⁴ “para os ecossocialistas, a lógica do mercado e do lucro [...] é incompatível com as exigências de proteção do meio ambiente natural” (LOWY, 2011, p. 29, tradução nossa).

pelo fato de sua crítica ao capitalismo não ir na raiz dos problemas ecológicos se condenam a procurar e propor uma solução para esses últimos no seio do capitalismo e, contraditoriamente, a perenizar e até mesmo agravar alguns processos que denunciavam.

Assim, é somente através da ruptura com o sistema do capital que é possível pensar em um modelo que tenha como ponto principal o social e o ecológico, pois as alternativas postas até então, não apresentam resultados que contemplem a preservação ambiental, o atendimento e a melhoria da sociedade de forma geral. São limitações postas pela própria base estruturante do capital que prevalece o sistema de trocas e, para isso, a coisificação e a reificação dos sujeitos é condição indispensável.

Portanto, a força essencial para uma transformação radical do sistema e para a construção de uma nova sociedade sem os ditames do capital está nos trabalhadores e em suas organizações, especificamente, no movimento altermundialista, proposto por Löwy (2008):

C'est dans cet esprit que les forces les plus actives de l'écologie se sont engagées, dès le début, dans le mouvement altermondialiste. Cet engagement correspond à la prise de conscience que les grands enjeux de la crise écologique sont planétaires et donc ne peuvent être affrontés que par une démarche résolument cosmopolitique, supra-nationale, mondiale. Le mouvement altermondialiste est sans doute le plus important phénomène de résistance anti-systémique du début du XXIème siècle. Cette vaste nébuleuse, cette sorte de 'mouvement des mouvements, qui se manifeste de forme visible lors des Forums Sociaux (régionaux ou mondiaux) et des grandes manifestations de protestation - contre l'OMC, le G8 ou la guerre impériale en Irak - ne correspond pas aux formes habituelles de l'action sociale ou politique. Large réseau décentralisé, il est multiple, divers et hétérogène, associant syndicats ouvriers et mouvements paysans, ONGs et organisations indigènes, mouvements de femmes et associations écologiques, intellectuels et jeunes activistes. Loin d'être une faiblesse, cette pluralité est une des sources de la force, croissante et expansive, du mouvement (LÖWE, 2008, p. 10-11)²⁵.

²⁵ “É nesse espírito que as forças mais ativas da ecologia estão engajadas, desde o início, no movimento ‘altermundialista’. Tal engajamento corresponde à tomada de consciência de que os grandes embates da crise ecológica são planetários e, portanto, só podem ser enfrentados por procedimentos resolutamente cosmopolita supranacional, mundial. O movimento ‘altermundialista’ é sem dúvida o mais importante fenômeno de resistência antissistêmica do início do século XXI. Essa vasta nebulosa, espécie de ‘movimento dos movimentos’ que se manifesta de forma visível nos Fóruns Sociais (regionais e mundiais) e nas grandes manifestações de protesto contra a Organização Mundial do Comércio (OMC), o G8 ou a guerra imperial no Iraque – não corresponde às formas habituais de ação social ou política. Ampla rede descentralizada, ele é múltiplo, diverso e heterogêneo, associando sindicatos operários e movimentos camponeses, ONGs e organizações indígenas, movimentos de mulheres e associações ecológicas, intelectuais e jovens ativistas. Longe

Tal proposta de um “movimento dos movimentos” compõe a análise de outros autores como O’Connor (1994, p. 172), que mesmo não utilizando o termo proposto por Löwy enfatiza que “individually, social movements are relatively powerless in the face of the totalizing force of global capital”²⁶.

Nesse sentido, ao pensar na participação individual dos movimentos sociais na coletividade do movimento altermundialista, Bihl (2010) reforça a importância da luta de classe do proletariado, diante da crise do movimento operário ocidental, e ressalta que seu grande desafio é assumir a luta ecológica, se quiser renascer enquanto força social, pois:

se qualquer luta anticapitalista consequentemente deve, hoje, integrar uma dimensão ecológica, inversamente qualquer luta no terreno ecológico deve logicamente desembocar em uma perspectiva anticapitalista. O que implica uma ligação orgânica com o movimento operário, visto que a conflitualidade proletária permanece central em uma perspectiva como esta (BIHR, 2010, p. 134-135).

Entretanto, pode-se ir além da análise do movimento operário europeu, analisado por Bihl, como demonstra Löwy (2008) com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), como modelo de integração das questões ecológicas e anticapitalistas aos movimentos sociais:

[Le MST] sont un des piliers du Forum Social Mondial et du mouvement altermondialiste. Hostile, depuis son origine, au capitalisme et à son expression rurale, l’agro-business, le MST a intégré de plus en plus la dimension écologique dans son combat pour une Réforme Agraire radicale, et pour un autre modèle d’agriculture (LÖWY, 2008, p. 12)²⁷.

Nesse contexto ainda, outro exemplo de movimento social que questiona a lógica do capital e que tem como centralidade os embates de luta e resistência às dimensões sociais e ecológicas se refere ao movimento dos seringueiros no estado

de ser uma fraqueza, essa pluralidade é uma das fontes da força, crescente e expansiva, do movimento” (LÖWE, 2008, p. 10-11, tradução nossa).

²⁶ “individualmente, os movimentos sociais são relativamente impotentes ante a força totalizadora do capital global” (O’CONNOR, 1994, p. 172, tradução nossa).

²⁷ “[O MST] é um dos pilares do Fórum Social Mundial e do movimento altermundialista. Hostil, desde sua origem, ao capitalismo e à sua expressão rural, o agronegócio, o MST integrou cada vez mais a dimensão ecológica no combate por uma reforma agrária radical e outro modelo de agricultura” (LÖWY, 2008, p. 12, tradução nossa).

do Acre, construído nas décadas de 1970-80 diante da realidade da destruição de seu território via inserção da lógica do capital através da pecuária extensiva²⁸.

A partir das ameaças de desconstrução de sua racionalidade, os seringueiros lutaram pela conquista de uma territorialidade seringueira própria, como afirma Porto Gonçalves (2003, p. 555) que “acabaram construindo um projeto próprio que afirmava uma matriz de racionalidade própria e, com ela, formas de propriedade próprias”, ou seja, a luta é para a constituição de um território que pudessem viver a partir de suas especificidades; assim surge o modelo de Reserva Extrativista e, na década de 1990, a Resex Chico Mendes.

Esse modelo de acesso à terra garante aos seringueiros uma condição peculiar com relação à propriedade da terra, pois não são proprietários e sim estabelecem “contratos de concessão de direito real de uso à população com tradição extrativista”, conforme consta no artigo 3º do Decreto nº 99.144, de 12 de março de 1990 (BRASIL/IBAMA, 1990).

De acordo com estes propósitos estruturantes das reservas extrativistas, Löwy (2011) as define enquanto uma representação da inspiração socialista na medida em que a luta não é para tornar a terra como propriedade particular, mas apenas com o direito de uso pelos sujeitos que vivem historicamente nelas.

Para o mesmo autor, esta realidade evidencia os traços socialistas de Chico Mendes, que foi mascarado pela mídia, ocultando a radicalidade social e política de sua luta, mas que emprestou ao movimento seringueiro muitas dessas características como: organização e formação do trabalhador, autonomia e união de lutas dos trabalhadores, conforme reforça Cunha e Loureiro (2009).

É por isso que Ruy Moreira denomina “as Reservas Extrativistas como um modelo radical de reforma agrária” (informação verbal)²⁹ por representar uma forma inovadora de assentamento e que mexe com as estruturas atuais vigentes de modalidades de assentamento.

²⁸ Que apesar de sua desestruturação enquanto movimento organizado na atualidade pode-se encontrar ainda atos de resistência principalmente através do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, na figura da presidente Dercy Teles Cunha, bem como casos pontuais de demais seringueiros que pela denúncia e oposição ao projeto político da Frente Popular quanto à adesão ao manejo madeireiro e a transformação de seu território a serviço da venda dos serviços ambientais, demonstram sua posição de enfrentamento diante do poder estabelecido do capital via governo do estado.

²⁹ Palestra realizada por Ruy Moreira na Aula Magna do curso de Pós-Graduação em Geografia: “Século XXI – Final dos tempos e o destrutivismo imanente da sociedade do capital: desafios epistemológicos para a Geografia e necessidades emancipatórias”, em Presidente Prudente (SP), em abril de 2012.

Para Cunha e Loureiro (2009, p. 2), “as Resex se apresentaram como uma das estratégias possíveis de construção societária que contrapunha os marcos estruturais do capitalismo”, embora reconheça que elas passam a ser organizadas e reguladas de acordo com as leis estabelecidas pela ordem capitalista.

É evidente que as Resex se colocam como modelos divergentes da sociedade do capital, embora ao mesmo tempo não consiga se livrar das amarras do sistema, mas acima de tudo representa um território que prima pela sobrevivência da população extrativista tendo a floresta como valor de uso ao representar suas necessidades básicas de vida e de trabalho, pelo menos em sua proposta inicial.

Assim, essa dimensão da luta dos seringueiros pelo acesso à terra, os posicionam como sujeitos detentores de um projeto histórico-político de luta contra o capital e por uma forma de organização de vida e de trabalho baseada na floresta, o que a torna também ecológica na medida em que necessita de sua preservação para a continuidade de sua racionalidade. Portanto, um importante movimento social diante da proposta de um “movimento dos movimentos” posta por Löwy (2008). Embora o fortalecimento do movimento dos seringueiros esteja constantemente sendo desconstruído devido às diversas estratégias de controle exercido pelo governo do estado do Acre, liderado pela Frente Popular, como já foi discutido no capítulo 2.

Historicamente, a vida dos seringueiros no Acre é marcada por processos de controle que desfazem progressivamente sua autonomia de gestão em seu território. Primeiramente, nos séculos XIX e XX através da economia da borracha, o controle ocorreu através da “prisão” ao sistema seringalista em que as amarras da pseudodívida com o patrão os impossibilitavam de sair dessa dominação, impondo assim, as formas de vida e de trabalho compatíveis com a estrutura do seringal empresa que estava vinculada ao capital mercantil internacional; em um segundo momento, houve o controle mais (in)direto pelo governo do Acre a partir de 2000 com a Frente Popular no poder cerceando as possibilidades de autogestar do seringueiro³⁰.

³⁰ Tanto através da falta de assistência do estado perante as dificuldades socioeconômicas vivenciadas pelos seringueiros; a cooptação de antigas lideranças do movimento seringueiro para fazer propaganda dos projetos do governo da Frente Popular; o processo de criminalização das alternativas de sobrevivência econômica por meio da criação de gado e prática do roçado; como também a apropriação de seus instrumentos de organização coletiva como os sindicatos, cooperativas e associações.

Assim, além de desestruturar o movimento seringueiro, o capital, personificado pelo governo da Frente Popular, cerceia qualquer possibilidade de uma sustentabilidade por parte dos sujeitos ao estabelecer o controle social e a regulação de seu metabolismo. Desse modo, como podemos pressupor um desenvolvimento sustentável sem ter na prática as condições para o seringueiro exercer sua autonomia, seu autocontrole e gestão interna de sua vida e de seu trabalho, como reforçaram Leff (2001; 2006) e Mészáros (2007) anteriormente?

Com isso, em nome da política da sustentabilidade vinculada por tais organismos externos, utilizam do controle e da supressão da autonomia dos sujeitos que vivem historicamente da/na floresta para obter condições para implantar atividades altamente lucrativas e vinculadas ao mercado externo. Como exemplo, tem-se a extração da madeira, a pecuária “sustentável”, a industrialização dos produtos da cadeia florestal e, mais recentemente, os serviços ambientais vendidos aos países industrializados. Por outro lado, negligencia os sujeitos que vivem e produzem esses territórios, servindo apenas como fatores produtivos ao ser trabalhador nas cadeias produtivas do capital.

Assim, Paula e Moraes (2013) reforçam que as atividades vinculadas à política de sustentabilidade do governo do Acre, tanto a exploração madeireira através do Manejo Florestal Sustentável quanto os serviços ambientais, liquidam a relativa autonomia dos seringueiros, camponeses e indígenas por meio do controle estabelecido sobre seu território, já que sua terra é instrumento de vida e de trabalho, local onde tanto o sujeito quanto a natureza se (re)constroem através de um movimento em espiral de transformação através do metabolismo entre homem e natureza, conforme esclarece Moreira (2006).

Portanto, diante da ordem social do capital, o único tipo de desenvolvimento sustentável possível tem como centralidade a desigualdade dos sujeitos na gestão externa do controle sociometabólico e que prima pela parcialidade do sistema de acumulação ampliada do capital em detrimento da totalidade da sociedade que se encontra muito mais dominada pelas formas de controle e pressão ao sistema do capital, seja na condição de sujeito através de sua relação metabólica com a natureza, seja enquanto trabalhador precarizado pelo acentuado nível de exploração construída nesse momento de necessidade de reestruturação produtiva do capital.

Assim, diante da discussão em torno da proposta de desenvolvimento sustentável da Frente Popular no Acre, como podemos entender a Fábrica de Preservativos Masculinos de Xapuri, já que ela representa uma política de governo atrelada à perspectiva da sustentabilidade do capital que prima pela produção de mercadorias embora seu resultado (preservativo masculino) não se realiza através do processo de comercialização? Desse modo, quais são os elementos que relacionam a Preservativos Natex à lógica da proposta de desenvolvimento sustentável do capital e sua extensão para o estado do Acre?

CAPÍTULO 4

A FÁBRICA DE PRESERVATIVOS MASCULINOS DE XAPURI (AC) E A LEGITIMAÇÃO DO CONTROLE SOCIAL

A Fábrica de Preservativos Masculinos de Xapuri é resultado da política de desenvolvimento sustentável do governo do estado do Acre, liderado pela coligação Frente Popular, como discutimos no capítulo 3. Assim, foi construída como uma política de governo voltada para o atendimento às questões sociais, ambientais e mediada pelo fator econômico, entendido como agregação de valor à floresta por meio da produção de camisinhas através do látex nativo extraído das seringueiras.

Desse modo, a partir dos objetivos estabelecidos pelo governo do estado e de sua práxis se torna necessário caracterizar a construção do projeto da fábrica demonstrando os elementos que efetivaram a sua estruturação e assim oferecer subsídios para uma análise da sua amplitude e viabilidade a partir dos pressupostos apontados. Com isso, os aspectos sociais e ambientais representam a base estruturante e que consolida o discurso do governo do Acre, já que a vinculação com o grande projeto de desenvolvimento sustentável do estado é presente. Ao construí-los será possível fazer uma desconstrução dos mesmos de modo que permita ver do discurso à prática, enfim, do foco social e ambiental ao caráter político e econômico que se materializa.

Nesse processo de desconstrução, vai se desvelando uma política de governo que se configura através de uma perspectiva de manutenção e de reforço do *status quo* da realidade e com alcance parcial diante das necessidades dos sujeitos envolvidos, por isso, é através do controle social que o governo do Acre construiu todo um arcabouço ideológico para demonstrar o apelo social ao mesmo tempo em que permite a inserção do capital no estado através do processo de mercantilização da natureza via *commodities* como a madeira, o gado e os serviços ambientais, em contraposição às atividades tradicionais e culturais do Acre que correspondem, principalmente, à borracha e à castanha.

Com isso, a Preservativos Natex não se concretiza através da mercantilização da natureza, já que não está inserida no circuito nacional e internacional do capital por não vincular-se à comercialização direta dos preservativos masculinos, embora se apresente como um instrumento relevante para a proposta político-partidária da Frente Popular diante da sua perspectiva de desenvolvimento sustentável.

Desse modo, partimos do pressuposto de que a Fábrica de Preservativos Masculinos de Xapuri representa uma forma de controle social do governo da Frente Popular reafirmada através de instrumentos políticos e ideológicos que a torna uma

estratégia importante para legitimar o processo de mercantilização da natureza no Acre via desenvolvimento sustentável oriundo dos órgãos internacionais do capital.

4.1 A Fábrica de Preservativos Masculinos de Xapuri e os vínculos ao desenvolvimento sustentável da Frente Popular no Acre

As primeiras discussões em torno da ideia de um empreendimento que possibilitasse criar uma alternativa para a economia da floresta e para o extrativismo a partir da produção de preservativos com o látex nativo, no estado do Acre, surgiu em 1999 com o então senador Tião Viana, o governador Jorge Viana e Gilberto Siqueira Pedro, que na época era coordenador do Programa Estadual DST/AIDS. Assim, começou a tomar forma, em maio de 2003, quando o então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, assinou o protocolo de intenção com o ex-governador Jorge Viana em frente à casa de Chico Mendes, em Xapuri (AC).

Para a diretora da unidade:

a ideia de implantação de uma fábrica de preservativos surgiu no contexto de desenvolvimento das políticas públicas do estado voltado para o desenvolvimento sustentável com base na floresta e nos produtos do extrativismo, tanto madeireiro quanto do não madeireiro. Então o estado buscava alternativas que pudessem viabilizar esse desenvolvimento mantendo a floresta em pé (informação verbal)¹.

Tal afirmação anuncia uma das questões centrais desse trabalho de pesquisa, que é a vinculação da Fábrica de Preservativos Masculinos de Xapuri a um projeto maior do estado do Acre, de gestão a partir do enfoque denominado de desenvolvimento sustentável, no qual a base da administração e condução das políticas almeja o desenvolvimento econômico a partir das peculiaridades locais, pelo viés da sustentabilidade.

Segundo o governo do estado do Acre, seu objetivo, ao planejar o investimento na fábrica de camisinhas, era fomentar o desenvolvimento em bases sustentáveis e assentado em três pilares: economicamente viável, ambientalmente correto e inclusivo socialmente (TEIXEIRA, 2011).

¹ Entrevista concedida pela diretora da Preservativos Natex Dirlei Bersch, em Xapuri (AC), em julho de 2011.

Assim, o desenvolvimento sustentável da Frente Popular é associado tanto à questão ambiental de manter a floresta em pé, como a um sistema de economia sustentável buscando alcançar a qualidade de vida dos seringueiros, embora, para isso, fosse necessário todo um aparato ideológico para mostrar que as ações do governo estavam voltadas para proporcionar melhorias para a população acreana e a conservação da floresta e não necessariamente a apropriação da natureza para fins mercadológicos.

Diante desse contexto, foi inaugurada a Preservativos Natex, em 2008, através de um grande evento que contou com a participação de vários políticos do Acre, a então Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e o Secretário da Saúde, Gerson Penna, e o discurso convergiu sempre na perspectiva sustentável do empreendimento e vinculados aos ideais de Chico Mendes, como demonstra as publicações na época da inauguração:

descerraram a fita como ato simbólico do resultado de uma luta iniciada na segunda metade da década de 1970 com os “empates” organizados pelos trabalhadores em defesa do trabalho e da floresta. Naquele tempo já havia quem dizia que Chico Mendes, o líder ecologista que fez o mundo ver a Amazônia com outros olhos, era um homem de vanguarda, que enxergava muito adiante de sua época. O advento dos empates confirmava isso (AGÊNCIA AIDS, 2010).

E a Agência de Notícias do Acre (2009) complementa ainda que “um dos incansáveis batalhadores para concretização da Natex, o senador [e atual governador do Acre] Tião Viana, fez sérias críticas à burocracia que tentava impedir a realização do sonho desenhado ao longo de décadas de luta dos trabalhadores”. Nesse mesmo momento, a então Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, completa: “este ato testemunha que as pessoas agora têm vez e voz [...] estamos aqui para testemunhar que as pessoas sem voz ganharam voz”.

Não somente os órgãos envolvidos e o governo fazem essa associação, mas várias lideranças cooptadas pelo governo para serem porta-vozes das suas ações políticas apresentam discursos como se o Estado estivesse concretizando os ideais do movimento seringueiro, ou seja, a Preservativos Natex como uma luta dos trabalhadores e que, com sua efetivação, agora eles têm voz e são considerados pela sociedade e pelo poder público.

Para Raimundo de Barros, o Raimundão², “hoje nós temos aqui a nossa fábrica de preservativos que é um empate moderno”, ou seja, para ele é como se a fábrica fosse resultado da luta dos anseios seringueiros e que agora são deles como se estivessem fazendo parte do empreendimento ao afirmar como “nossa”³.

Nesse sentido, a Frente Popular criou o *slogan* “Governo da Florestania” a partir de 2007 com o governador Binho Marques e a fábrica de preservativos passou a vincular-se a esta perspectiva como afirma o Ministério da Integração Nacional (2011):

Aliando as novas políticas ao conceito de florestania adotado pelo estado do Acre – que procura valorizar, trabalhar de forma sustentável e agregar valor a tudo que fornece a Floresta Amazônica, com foco no povo da floresta que vive nela e dela – nasce a ideia da construção da primeira fábrica de preservativos do mundo a utilizar látex de seringal nativo.

Para a direção da Preservativos Natex, a vinculação da fábrica com o projeto maior de desenvolvimento sustentável está associado a vários elementos como:

na **questão econômica** do extrativismo e de [...] promoção da economia do município; na **questão social**, eu tenho uma integração dessas comunidades extrativistas que antes talvez por não ter uma alternativa muitas estavam deixando de coletar o látex, de extrair a seringa porque o preço da borracha não era atrativo [...] a própria questão de geração de emprego para o município; na **questão ambiental** eu estou mantendo uma atração para que essas comunidades, essas famílias continuem na floresta e não migrem para a cidade [...]; na **questão de saúde pública** [...] se a gente explorar um pouco mais deste conceito da sustentabilidade a gente vai além, vai para prevenção de doenças, de saúde pública, de controle de natalidade (informação verbal)⁴ (grifo do autor).

É através desses propósitos vinculados à perspectiva de desenvolvimento sustentável, e que estão expressos em parte no pronunciamento da diretora da Preservativos Natex, que tentaremos entender de que forma esses objetivos foram

² Antiga liderança do movimento seringueiro que se vinculou às propostas do governo da Frente Popular no Acre.

³ Segundo o vídeo institucional apresentado em visita à Fábrica de Preservativos Natex.

⁴ Entrevista concedida pela diretora da Preservativos Natex Dirlei Bersch, em Xapuri (AC), em julho de 2011.

postos em prática e como atingiram e atingem os seringueiros que fornecem látex para a fábrica de preservativos.

Assim, a partir de 2000 iniciaram os primeiros estudos para viabilidade técnica do látex nativo, pois como todas as fábricas de preservativos, tanto no Brasil como no mundo, utilizam látex de cultivo, acreditava-se que o látex nativo não serviria para produção de preservativo, em termos de qualidade técnica.

Na primeira coleta de látex foi feita uma mobilização com as comunidades da Reserva Extrativista Chico Mendes. O látex foi coletado, e encaminhado para uma usina de centrifugação na Bahia, a fim de que passasse pela primeira etapa industrial e assim submetido à fabricação de preservativos.

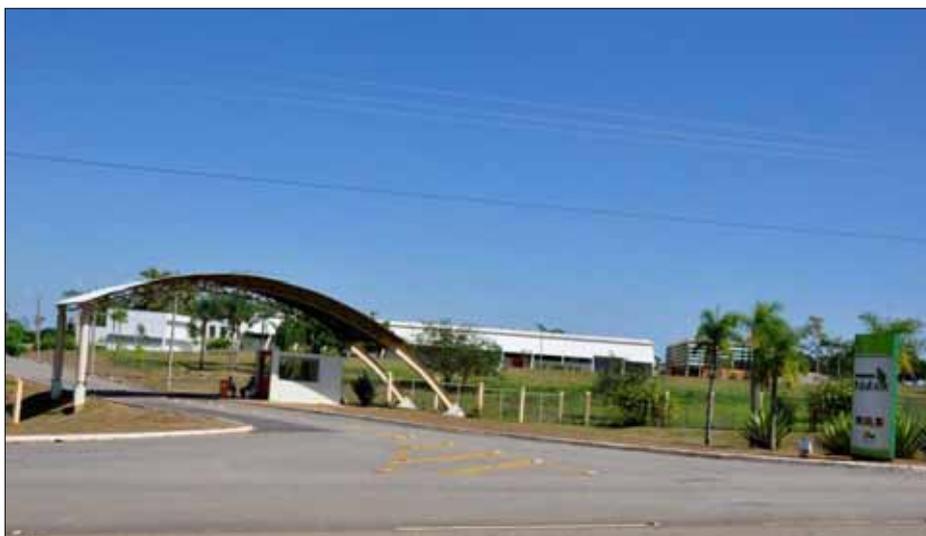
Nessa época, o empreendimento contou com a parceria de duas fábricas de preservativos do Brasil: a Inal e a Jontex, para realizar o teste de viabilidade técnica na parte química e na parte física do látex nativo, produzido no Acre. Para isso, a matéria-prima foi colocada na linha de produção de tais empresas para que se avaliasse a possibilidade da produção de preservativos de acordo com esses novos moldes.

Outra etapa dentro dos primeiros estudos foi a adequação através da regulamentação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e do Instituto Nacional de Metrologia Qualidade e Tecnologia (INMETRO), que estabelece as normas e os parâmetros para a autorização da produção e comercialização de preservativos.

Assim, em abril de 2008 foi inaugurada a Fábrica de Preservativos Masculinos (Preservativos Natex), localizada no município de Xapuri (AC), na Rodovia Estrada da Borracha, Km 06 (Foto 7).

Para sua produção recebe látex dos municípios de Xapuri, Brasiléia, Epitaciolândia, Assis Brasil e Capixaba, totalizando 30 seringais divididos entre a Reserva Extrativista Chico Mendes⁵, além dos Projetos de Assentamento Agroextrativista (PAE Chico Mendes e PAE Equador), o que corresponde ao entorno de 100 a 150 km da fábrica (Mapa 7).

⁵ A Resex Chico Mendes representa de 70 a 80% de todo o fornecimento de látex para a Preservativos Natex.

Foto 7 - Vista parcial da Fábrica de Preservativos Masculinos de Xapuri (AC)

Fonte: Karina Furini da Ponte. Trabalho de campo realizado em julho de 2011.

A fábrica foi construída através de uma iniciativa do governo do estado do Acre em parceria com o governo federal. Para isso, vários órgãos ligados ao poder federal estiveram presentes com destinação de recursos e ações que permitiram a execução da Preservativos Natex (Quadro 5).

Por outro lado, o governo do estado do Acre, na gestão do governador Jorge Vianna, ficou responsável por dispor de terreno e infraestrutura básica, capacitação dos extrativistas, pagamento do subsídio estadual direcionado aos seringueiros e estudos de impactos ambientais na área de abrangência do projeto.

No âmbito do estado, o projeto da fábrica de preservativos nasceu na Secretaria de Planejamento, passou pela coordenação da Secretaria de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar (SEAPROF), que realizou os treinamentos dos seringueiros e já na etapa de implantação do empreendimento e de identificação das tecnologias que seriam implantadas passou para a coordenação da Fundação de Tecnologia do Estado do Acre (FUNTAC).

A Preservativos Natex apresenta capacidade para a produção de 100 milhões de preservativos/ano através dos 500.000 litros ou 244.000 kg de látex *in natura*, extraídos pelas 700 famílias de seringueiros cadastradas. Além disso, tem a capacidade de gerar 150 empregos diretos na fábrica. Com isso, segundo o governo, se justifica o objetivo maior do empreendimento que é de "resgatar a economia da borracha e melhorar a qualidade de vida do seringueiro com agregação

de valor ao látex", pois atualmente tem se verificado uma queda nos preços desse produto, o que gera, conseqüentemente, uma perda do poder aquisitivo do seringueiro e também de sua qualidade de vida (ACRE, 2009a).

Quadro 5 - Órgãos do governo federal e sua participação na construção da Fábrica de Preservativos Masculinos de Xapuri (AC)

ÓRGÃO	PARTICIPAÇÃO
Ministério da Saúde ⁶	Financiamento de todos os equipamentos da Preservativos Natex para o início da operacionalização do empreendimento como também a capacitação dos seringueiros para a coleta do látex dentro da qualidade exigida pela fábrica.
Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA)	Financiamento das obras civis e edificações como a construção dos Pontos de Apoio em cada colocação (PA), dos Pontos de Recolhimento (PR) em cada comunidade, bem como ações dirigidas para o saneamento nas colocações com a construção de banheiros.
Ministério da Integração Nacional	Responsável pela logística da RESEX Chico Mendes com abertura de ramais e recuperação de varadouros ⁷ a fim de viabilizar o escoamento do látex.

Fonte: (SUFRAMA, 2011); (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL, 2008) e (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2011).

Org.: Ponte, Karina Furini.

Além desse objetivo, tem-se ainda a intenção de desenvolver tecnologias para aumentar a competitividade dos produtos florestais; viabilizar a economia extrativista da borracha natural no estado do Acre, contribuindo para o desenvolvimento econômico do município de Xapuri; elevar a qualidade de vida dos seringueiros; reduzir a importação de preservativos masculinos por parte do Ministério da Saúde; ampliar o parque tecnológico de produção de insumos de preservação de doenças e expandir as ações das atuais campanhas de prevenção do Programa DST/AIDS (ACRE, 2009b), como também promover competência local e regional do desenvolvimento sustentável.

⁶ O Ministério da Saúde representa o maior financiador da Preservativos Natex destinando R\$ 30 milhões para a fase inicial do empreendimento.

⁷ São caminhos dentro da floresta utilizados pelos seringueiros para se deslocarem. Tem dimensão menor que uma estrada vicinal e maior que uma trilha.

Atualmente (2014), a fábrica é operacionalizada pela FUNTAC, como um departamento da Instituição e fornece preservativos ao Ministério da Saúde através de um convênio de cooperação técnico-financeiro que tem como objetivo, além do fornecimento de preservativo, o desenvolvimento de pesquisa na área de preservativos e estudos de prevenção, ou seja, é uma política de governo, já que sua gestão é controlada pelo governo do estado do Acre, e não há comercialização direta de seus produtos, pois os mesmos são repassados ao Ministério através de uma parceria estabelecida entre ambos.

Para o seu funcionamento, a Preservativos Natex conta com o apoio da Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Acre (COOPERACRE) na logística e articulação com os seringueiros e seu produto, o látex. Assim, a cooperativa tem a função de receber o látex do seringueiro, realizar as primeiras análises e pesagem, pagar o extrativista e entregar na fábrica.

Para transformar o látex recebido pela COOPERACRE, a Preservativos Natex conta com uma estrutura de organização produtiva interna. Há uma Usina de Centrifugação, que recebe, prepara (centrifuga) e armazena o látex; e a área de produção, que compreende a preparação de composto e a produção de preservativos; lavagem; centrifugação e secagem; teste elétrico; embalagem individual do preservativo e embalagem manual em caixas de papelão; além da área de expedição e armazenamento do material acabado. Conta também com laboratório de controle de qualidade de matéria-prima e produto acabado.

Com relação à distribuição, os preservativos masculinos são direcionados aos Postos de Saúde dos estados da região Norte, como também para os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, através de uma programação anual fornecida pelo Ministério à fábrica.

Portanto, segundo a propaganda do governo da Frente Popular, a Preservativos Natex foi construída sob os princípios da política de desenvolvimento sustentável que prioriza as dimensões sociais e ambientais, ou seja, foi institucionalizada como uma política que visa oferecer qualidade de vida para a população da floresta a partir da possibilidade de renda com a extração do látex ao mesmo tempo em que garante a preservação da floresta, pois ao permitir um aumento de renda impede o seringueiro de se dedicar às atividades que agridem a floresta através da queimada e do desmatamento como a criação bovina, por exemplo, e além do que a extração da borracha preserva a natureza e representa

uma atividade que compõe a organização de vida e de trabalho do seringueiro, respeitando assim sua cultura.

Desse modo, a instalação da Preservativos Natex seria uma alternativa para melhorar a vida do seringueiro e para a preservação da floresta no Acre. É a partir desses propósitos que seguiremos na análise com o objetivo de entender como os aspectos sociais e ambientais estão presentes nessa iniciativa do governo do estado do Acre.

4.2 As contradições da política de “desenvolvimento sustentável” no estado do Acre: o caso da Fábrica de Preservativos Masculinos de Xapuri

A Fábrica de Preservativos Masculinos de Xapuri é uma política de governo da Frente Popular no estado do Acre e está vinculada às concepções de desenvolvimento sustentável proposto pelo Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre (PDSA), estabelecido entre o BID e o governo do Acre. Tal programa está baseado em duas linhas de ação: ambiental, com o propósito da preservação da floresta e dos recursos, e outra econômica. Dentro da perspectiva econômica, o programa se refere ao ganho que a população que vive na/da floresta receberá a partir da inserção da floresta como fator de produção agregando valor aos produtos derivados; assim, os extrativistas ganharão novas alternativas de emprego, renda e, conseqüentemente, reduzirá a pobreza e proporcionará qualidade de vida, levando com isso a uma melhora social.

Portanto, a proposta de desenvolvimento sustentável do governo do estado do Acre a partir de 2000 enfatiza os aspectos econômicos, ambientais e sociais, dimensões que caminham juntas com as intencionalidades previstas para a Preservativos Natex, como já foram mencionadas.

Desse modo, pretendemos demonstrar como se efetiva na prática uma política de governo da Frente Popular vinculada à proposta de desenvolvimento sustentável assentada nos três pilares (econômico, ambiental e social), tendo como estudo de caso a Fábrica de Preservativos Masculinos de Xapuri. Assim, será possível compreender as bases estruturantes que consolidaram sua construção e seu desenvolvimento para que seja possível estabelecer uma relação dialética de construção/desconstrução dessas intencionalidades, ou seja, demonstrar que os

princípios sociais e ambientais que consolidaram essa política de governo no exercício não se apresentam como seus norteadores, como veremos a seguir.

4.2.1 A Preservativos Natex como uma política de governo

Um dos pontos relevantes para compreender o caráter social impresso à Preservativos Natex é a sua própria vinculação como uma política de governo, o que carrega consigo o propósito de retorno social à população envolvida, no caso, os seringueiros, diferente de uma empresa privada que tem como foco o retorno econômico para se tornar viável.

A fábrica de preservativos foi criada e administrada pelo ex-governador Jorge Vianna e hoje é gerenciada pelo atual governador, Tião Vianna, ambos da coligação partidária Frente Popular, que está no governo acreano desde 1999. Sendo assim, ao tratar do objeto houve uma opção política e metodológica para abordá-lo enquanto uma política de governo, já que representa as ações da Frente Popular no governo do Acre e converge com os objetivos do plano político-partidário dessa coligação⁸.

A escolha por esta abordagem nos remete ao caráter efêmero do projeto da fábrica de preservativos, uma vez que a mesma se encontra, desde o início de sua implantação, em uma conjuntura transitória e com dificuldades estruturais com base nos moldes estabelecidos, sendo muito questionada a sua viabilidade em uma possível mudança de governo, conforme será analisado.

Por outro lado, Arrais (2011, p. 24) nos oferece uma importante contribuição ao enfatizar que as “políticas governamentais têm o mérito de colocar em evidência o protagonista dos diferentes governos para atender as demandas do conjunto da sociedade e assim interferir na produção do território”. Essa abordagem enquanto uma política de governo possibilita analisar a realidade a partir de seus sujeitos e assim compreender as construções e as intencionalidades destes protagonistas, pois somente podemos entender a Preservativos Natex dentro da proposta política dessa coligação partidária.

Assim, como a Preservativos Natex não é uma empresa privada que, como base prima pelos resultados econômicos, e sim uma política de governo, vem

⁸ Evidenciado através da vinculação à proposta de desenvolvimento sustentável da Frente Popular para o Acre.

carregada da dimensão social de atendimento à população através da busca de sua qualidade de vida; embora a realidade concreta seja díspar dessa concepção de retorno social, já que o Estado passa a representar a lógica do capital, o que estruturalmente são categorias antagônicas e inconciliáveis.

Em artigo publicado na Revista *Época*, Candido (2011) questiona “qual seria o interesse estratégico para manter esse negócio [a Preservativos Natex] sob a tutela do estado”, já que não é sua especialidade? Ou seja, o Acre apresenta uma realidade desigual da lógica Estado/empresa, pois para o capital cabe ao Estado a implantação de infraestrutura e criação de condições adequadas para a instalação dos empreendimentos privados. No Acre, é o Estado que implanta os empreendimentos e administra até que a iniciativa privada se interesse. É nessa perspectiva que o governo atua, já que a região não apresenta atrativos para a vinda de empresas. Ele, primeiramente, realiza os investimentos iniciais para, posteriormente, atrair uma possível transferência para a iniciativa privada.

Nesse sentido, percebe-se através das ações dos órgãos públicos envolvidos, e da direção da fábrica, que a proposta de gestão do projeto vislumbra novos horizontes e que não almeja, no futuro, a permanência na esfera estatal. É nesse sentido que o caráter político/econômico passa a fazer mais sentido sob esse referencial de análise.

Segundo entrevista realizada em 2009 com a diretora da Preservativos Natex, a mesma confirma esta proposta:

Nossa gestão é pela FUNTAC, mas o governo estuda a gestão independente para a fábrica. O processo está aí em construção a médio prazo [...] a ideia é que a médio prazo, no final do próximo ano [no caso 2010], já tenha definido, consolidado talvez um outro modelo que não seja ligado diretamente a política [ou seja, ao estado]. A linha geral da política do governo é promover os investimentos e não ficar detentor disso para o resto da vida. É promoção para o desenvolvimento da iniciativa privada (informação verbal)⁹.

Já em outra entrevista com a diretora, realizada em 2011, a mesma foi questionada sobre os avanços dessa questão de transferência para iniciativa

⁹ Entrevista concedida pela diretora da Preservativos Natex Dirlei Bersch, em Xapuri (AC), em julho de 2009.

privada, já que a perspectiva era para o ano de 2010, conforme entrevista anterior. Assim, ressaltou que:

Concretamente, a gente não tem avanços, tem avanços em estudos, mas definição ainda não tem nada [...] estão envolvidas várias instituições do governo, a Procuradoria Jurídica, o próprio gabinete do Governador, outras secretarias, mas não tem o fechamento para um modelo ainda [...] estamos estudando várias possibilidades com os prós e os contras, o que você tem de benefício, quais as vantagens, quais são as desvantagens de um modelo ou outro, mas não está fechado ainda (informação verbal)¹⁰.

A partir dessas informações percebe-se que a proposta sempre esteve centrada na “privatização”, total ou parcial, da Preservativos Natex, mas até o momento atual (2014) não foi concretizada. Além de enfatizar o caráter econômico impresso ao projeto da fábrica, pode-se questionar diante dessa constatação: porque ainda não foi materializado o processo de transferência para o setor privado? Será que a iniciativa privada não tem interesse em tal empreendimento? Podemos pensar a partir dos custos operacionais e a viabilidade econômica da fábrica?

Em entrevista com Sibá Machado, deputado federal do PT do Acre, percebe-se nitidamente em sua fala a inviabilidade econômica da fábrica dentro dos moldes atuais, por isso a falta de intenções do setor privado em um possível processo de aquisição (informação verbal)¹¹.

A princípio, a infraestrutura da Fábrica de Preservativos Masculinos de Xapuri apresenta uma limitada capacidade produtiva. Para exemplificar esta realidade estrutural da unidade, podemos recorrer ao depoimento do superintendente da COOPERACRE:

Em 2009 e 2010, o pessoal produziu muito, todo mundo queria entrar na fábrica, ser fornecedor da fábrica, mas a fábrica disse: Olha, eu só comporto essa quantidade de produção [...] chegou a ter uma super produção, e a fábrica teve que conter e isso foi um grande fator de desmotivação dos seringueiros, tanto que hoje [2011], somente 300 [seringueiros] estão fornecendo (informação verbal)¹².

¹⁰ Entrevista concedida pela diretora da Preservativos Natex Dirlei Bersch, em Xapuri (AC), em julho de 2011.

¹¹ Entrevista concedida pelo deputado federal do PT Sibá Machado, em Rio Branco (AC), em julho de 2011.

¹² Entrevista concedida pelo Superintendente da Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Acre (COOPERACRE) Manoel Monteiro, em Rio Branco (AC), em julho de 2011.

Essa realidade representa uma limitação da fábrica, tanto no sentido de ampliar sua abrangência para atender a um maior número de seringueiros, já que ela atende a uma quantidade reduzida; como também a inviabilidade de mudança para um empreendimento privado, já que não comporta um aumento na produção de preservativos.

Há uma perspectiva de duplicação da fábrica, tanto no sentido da planta processadora; da variedade de produtos (luvas, seringas e demais utensílios derivados do látex); quanto aumentar a quantidade da produção anual de preservativo masculino, passando de 100 milhões para 200 milhões de unidades. Tal proposta constava tanto no Plano Plurianual de 2008-2011 quanto no Plano Plurianual de 2012-2015 do governo do Acre, mas até o ano de 2014 não foi concretizada.

Um dos fatores que contribuem para a não realização de algumas propostas mencionadas acima se refere ao fato de que a duplicação da fábrica é inexecutável já que a importação de preservativos apresenta um valor menor do que a produção nacional, como reforça Candido (2011), de que as camisinhas importadas da Índia e da Tailândia saem a um preço unitário de R\$ 0,07, já o produto da Preservativos Natex custam mais que o dobro, ou seja, R\$ 0,18. Isso significa que além de ser mais caro, o preservativo da fábrica de Xapuri atende apenas 8% da demanda do governo, o que representa um número muito reduzido diante da necessidade do Ministério da Saúde. Assim, o alto custo operacional representa um dos fatores limitantes para a duplicação da fábrica, como também a possível transferência para o setor privado.

Segundo Sibá Machado, “o custo operacional é altíssimo porque você tem que buscar esse látex longe, tem que pagar bem para o seringueiro continuar produzindo, então, o custo total do preço final do produto não vai compensar” (informação verbal)¹³, tanto para a iniciativa privada como para o Estado, com aumento dos gastos públicos.

Por tudo, não há interesse da iniciativa privada na aquisição da Fábrica de Preservativos Masculinos de Xapuri, pois além da reduzida capacidade produtiva e do alto custo operacional “ela está fora do eixo, ela é muito cara [...] tem que mandar o preservativo daqui numa distância muito grande, então, a competitividade

¹³ Entrevista concedida pelo deputado federal do PT Sibá Machado, em Rio Branco (AC), em julho de 2011.

não é fácil [...] por isso, nenhum empresário quer aquilo, nenhum” (informação verbal)¹⁴.

A distância do mercado consumidor é um dos fatores que levam a grande presença do estado nos investimentos econômicos do Acre, pois estabelece pouca atratividade para as empresas privadas, o que leva o governo a criar infraestruturas e empreendimentos, com a perspectiva de que futuramente se tornem privados ou atraiam outros investimentos. E o mesmo acontece com a Preservativos Natex.

Além disso, por ser uma política de governo não tem estabilidade e garantia de sua continuidade a partir de uma mudança partidária, pois caso haja alteração na configuração do poder estadual, a Preservativos Natex pode não abranger mais o plano de governo e, assim, poderá ter seu futuro ameaçado.

Segundo entrevista com o funcionário da COOPERACRE, responsável pelo gerenciamento e logística de recebimento do látex,

o que mais ameaça [o futuro da fábrica] são as mudanças políticas. A fábrica tem que trabalhar uma forma de se garantir na mudança de governo, ela tem que ter capital próprio [...], eu avalio que se não terceirizar no futuro nós podemos ter problemas sérios (informação verbal)¹⁵.

Uma questão importante a destacar é que a perspectiva de “privatização” consta desde o projeto inicial, ou seja, a fábrica nasceu para passar para o setor privado, como também, ao longo de seu processo de desenvolvimento, esta perspectiva é reforçada através de suas limitações político-econômicas de gestão e de viabilidade para o estado, como demonstram alguns entrevistados ao abordar sobre tal futuro.

A questão relacionada à intenção econômica e comercial da fábrica também se justifica pela perspectiva de comercialização da produção da unidade.

Segundo a direção da fábrica:

a ideia é que a gente tanto forneça para o ministério quanto tenha uma linha comercial [...] a fábrica tá preparada inclusive com equipamentos exclusivos para a linha comercial que não está operando hoje. A ideia é ter uma linha comercial, não é imediato,

¹⁴ Entrevista concedida pelo deputado federal do PT Sibá Machado, em Rio Branco (AC), em julho de 2011.

¹⁵ Entrevista concedida pelo Gerente Geral dos Pontos de Recolhimento do Látex no campo e funcionário da COOPERACRE João Pereira da Silva, em Xapuri (AC), em julho de 2011.

para esse ano, mas pode ser para o ano que vem [2010] (informação verbal)¹⁶.

E continua em outra entrevista:

vamos fazer o desenvolvimento da embalagem de uma linha comercial, o desenvolvimento dessa linha comercial e começar a produzir ela em uma pequena escala, e aí isto está programado para que aconteça ao longo do ano de 2010 (informação verbal)¹⁷.

Essa afirmação foi posta no início da operacionalização do empreendimento, e já num segundo momento, transcorridos 2 anos, a direção continua ressaltando “a intenção [do governo] de colocar uma linha comercial. No entanto [...] toda a produção nossa hoje é absorvida pelo Ministério da Saúde [...] é uma demanda crescente” (informação verbal)¹⁸.

Desse modo, o aspecto social voltado para a construção de alternativas que proporcionem melhorias na qualidade de vida para os seringueiros que vivem do trabalho na extração do látex nativo não se efetiva, principalmente, porque o alto custo operacional que esse tipo de produção exige gera um aumento dos gastos públicos, assim, o governo passa a utilizar outras formas menos onerosas para continuar a produção como, por exemplo, a recorrer ao látex de cultivo, como será analisado a seguir.

Além dessa realidade, caso haja uma mudança da Preservativos Natex para um formato de empresa privada não garantirá que a mesma esteja ligada somente à produção de látex nativo justamente pelo alto custo operacional e, assim, inviável nos moldes da lógica capitalista de diminuição de gasto e aumento do lucro.

Por conseguinte, continuam algumas indagações com relação às intenções do governo a partir do projeto da fábrica de preservativos e a sua viabilidade dentro do modelo que se encontra, pois se verifica uma perspectiva econômica muito marcante, um engessamento do Estado diante de sua possibilidade futura e poucos avanços dentro das propostas estabelecidas para a fábrica.

¹⁶ Entrevista concedida pela diretora da Preservativos Natex Dirlei Bersch, em Xapuri (AC), em julho de 2009.

¹⁷ Entrevista concedida pela diretora da Preservativos Natex Dirlei Bersch, em Xapuri (AC), em julho de 2009.

¹⁸ Entrevista concedida pela diretora da Preservativos Natex Dirlei Bersch, em Xapuri (AC), em julho de 2011.

4.2.2 Do discurso do látex nativo à realidade do látex de cultivo

Outro ponto propagado pelo governo do estado do Acre no momento da concepção e instalação da fábrica de preservativos é a base na utilização do látex nativo, o que, segundo o governo do estado, representa seu diferencial e sua preocupação em atender aos seringueiros, principalmente da Reserva Extrativista Chico Mendes, que têm como base de vida e de trabalho a extração do látex nativo. Assim, o caráter ambiental e social estava imanente nos propósitos da construção dessa política de governo, pois além de recuperar uma atividade extrativista tradicional da floresta representa uma alternativa de renda aos sujeitos envolvidos.

O principal *slogan* do governo é que “a Fábrica de Xapuri se destaca por ser a única no mundo que produz preservativos masculinos com látex de seringueira nativa” (REDEVIHSIDA, 2011), e continua afirmando que “o diferencial da nossa produção é que é látex nativo, ou seja, da floresta amazônica, são as reservas e as comunidades extrativistas, com a produção extrativista nativa” (IPEA, 2009). Tanto que no *site* oficial da fábrica de preservativos consta que a principal missão é “viabilizar a economia extrativista do látex nativo através da produção de preservativos [...]” (ACRE, 2009b).

Isso demonstra sua preocupação social, pois a ocupação e a formação do território acreano ocorreram baseadas na extração do látex nativo que, devido à concorrência com o mercado asiático e a queda no preço nacional da borracha, levou a uma desativação da atividade extrativista gumífera da região amazônica. Dessa forma, a Preservativos Natex vem no sentido de proporcionar não somente o retorno a esta atividade, mas contribuir na melhora da qualidade de vida destes seringueiros que se dedicam à forma tradicional de trabalho com a seringueira.

Esse caráter social de criar meios para os trabalhadores que vivem da extração do látex nativo representa uma face em que o governo focaliza uma estratégia política perante às necessidades da sociedade, como mencionada acima, mas também encobre uma estratégia de mercado já que a fábrica foi criada pensando não somente no abastecimento público, mas com uma linha comercial. Assim, “as autoridades estaduais nutrem fortes esperanças de que um produto comercial como os preservativos – vendidos com sua marca distintiva de produto totalmente natural – venha acrescentar valor à floresta” (HAMILTON, 2011).

Esta afirmação demonstra uma das intenções do governo na instalação da fábrica: repassar o empreendimento para o setor privado e a estratégia do látex nativo seria um diferencial para um nicho de mercado que se fundamenta na “sustentabilidade”. Como a fábrica ainda permanece enquanto um empreendimento estatal, o foco comercial perdeu a força e a propaganda do látex nativo permanece apenas como *marketing* social e político.

Embora a propaganda da utilização do látex nativo ainda seja muito presente, a Preservativos Natex tem utilizado do látex de cultivo na produção de preservativos masculinos como ressalta o Chefe de Divisão da Secretaria de Estado de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar (SEAPROF), e responsável pela cadeia produtiva da borracha, de que a fábrica, por lei, pode contar com até 30% de látex de cultivo para supri-la em momentos de crise de abastecimento do látex nativo (informação verbal)¹⁹. Essa declaração ajuda a desconstruir o discurso que defende que a base da produção é o látex nativo, pois está abrindo brechas para outras formas não pensadas a princípio que é o látex de cultivo.

Um dos principais fatores que levam a recorrer ao látex de cultivo está na inviabilidade econômica do empreendimento, já que logisticamente é mais oneroso o látex nativo, como demonstraremos a seguir.

O seringal de cultivo tem uma alta produção em um espaço de terra bem menor, se comparado ao látex nativo, pois nesse último as seringueiras estão distantes umas das outras, o que leva o seringueiro a percorrer mais de 20 km diários para realizar a extração do látex em apenas uma estrada de seringa. Já na produção de cultivo, as seringueiras se dispõem em uma sequência próxima, o que leva a ter maior produção por hectare com menor tempo de trabalho pelo seringueiro.

Para Manoel Monteiro,

a logística [...] do látex na seringa nativa é extremamente difícil. [...] Ao passo que a de cultivo um produtor só consegue sangrar mil árvores por dia, se ele forçar um pouquinho mais ele consegue sangrar mil árvores por dia, enquanto a nativa, no máximo cento e cinquenta a duzentas árvores, no máximo [...] (informação verbal)²⁰.

¹⁹ Entrevista concedida pelo Chefe de Divisão da Secretaria de Estado de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar (SEAPROF) Ademir Batista de Almeida, em Rio Branco (AC), em julho de 2011.

²⁰ Entrevista concedida pelo Superintendente da Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Acre (COOPERACRE) Manoel Monteiro, em Rio Branco (AC), em julho de 2011.

Por outro lado, o látex do seringal nativo apresenta maior concentração de borracha do que o látex derivado de seringal de cultivo. Como também descobriu-se que a rentabilidade do látex nativo é 7% ou 8% superior a do látex de cultivo, além de que “os testes revelaram que no látex nativo a presença de minerais é 50% menor que no látex de cultivo”, ou seja, não há uso de produtos como ferro e zinco para manter a produção, o que significa que o látex nativo é mais resistente, resultando em produtos de melhor durabilidade (FERREIRA, 2009).

A partir dessas afirmações percebe-se que para a produção, o látex nativo seria de melhor qualidade por proporcionar um produto mais resistente, mas, por outro lado, o látex de cultivo apresenta maior produtividade de matéria-prima (látex) com menos tempo de trabalho. Então, pela contabilidade, nos parece que o látex de cultivo se torna mais vantajoso.

Dentro da questão econômica do látex de cultivo, há outro fator determinante que o posiciona como elemento privilegiado na escolha de seu fornecimento para a fábrica que diz respeito à facilidade de acesso à matéria-prima, como ressalta o gerente da Usina de Centrifugação:

por conta da logística, questão de vendas, questão de ramal, essas coisas então há uma queda no processo, praticamente cai drasticamente a produção [e fornecimento] do seringal nativo aí sim a gente passa a fornecer do látex de cultivo [...] não é uma questão de falta de nativo que a gente está pegando o de cultivo (informação verbal)²¹.

Nesse sentido, a diretora da fábrica de preservativos também reforça que “o seringal de cultivo acaba facilitando, normalmente eles estão mais próximos até da BR, com fácil acesso e o seringal nativo fica mais distante em questão de ramal” (informação verbal)²².

Então, o fornecimento de látex de cultivo está muito mais associado à questão da facilidade logística e, portanto, barateamento do transporte, e assim do produto, do que a falta de látex nativo para abastecer a fábrica.

²¹ Entrevista concedida pelo gerente da Usina de Centrifugação da Preservativos Natex Erivan Pereira, em Xapuri (AC), em julho de 2011.

²² Entrevista concedida pela diretora da Preservativos Natex Dirlei Bersch, em Xapuri (AC), em julho de 2009.

Desse modo, há muitos questionamentos em torno da necessidade de adesão ao látex de cultivo para que a fábrica seja viável para o estado e futuramente para uma empresa privada.

Segundo o superintendente da COOPERACRE, “o látex de cultivo pode ser uma grande estratégia para não fechar a fábrica de preservativos” e continua a ressaltar que:

as pesquisas têm dados concretos de que a seringa de cultivo produz mais leite, mais látex do que a seringa nativa [...] Então, elas foram melhoradas no processo para que elas produzam mais. Então, você consegue reduzir os custos em termos de produção no mínimo três vezes mais em relação à seringa nativa, isso diminuindo o custo da matéria-prima. É bastante significativo pra você melhorar o custo de produção da indústria e deixar os produtores mais satisfeitos porque eles têm rendas bem maiores do que eles têm na seringa nativa (informação verbal)²³.

Assim, a intenção inicial de proporcionar o retorno dos seringueiros que se dedicam ao látex nativo à extração de borracha na região do Alto Acre como forma de compor uma renda diante de sua diversidade produtiva e assim melhorar sua condição de vida, acaba não fundamentando o raciocínio do projeto com a vinculação ao látex de cultivo.

Desse modo, novamente a viabilidade econômica sobressai aos aspectos sociais que o projeto da fábrica de preservativos poderia proporcionar aos seringueiros, o que acaba desconstruindo o alicerce propagado pelo governo da Frente Popular de vinculação às necessidades da população que vive da/na floresta e que tem como forma de organização de vida e de trabalho a extração do látex nativo.

4.2.3 Segregação e parcialidade no atendimento aos seringueiros envolvidos com a Fábrica de Preservativos Natex

Quando se trata de um programa social voltado a uma camada específica da população presume-se que seu alcance consiga atender a totalidade ou a um

²³ Entrevista concedida pelo Superintendente da Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Acre (COOPERACRE) Manoel Monteiro, em Rio Branco (AC), em julho de 2011.

número significativo da mesma, nisso, a abrangência quantitativa deve ser levada em consideração.

Para o funcionamento da fábrica de preservativos foram treinados e cadastrados 700 seringueiros, tanto da Reserva Extrativista Chico Mendes quanto de seu entorno. Esse número foi definido a partir da capacidade produtiva da unidade e de seu potencial de estocagem, já que a extração do látex ocorre somente durante 6 a 7 meses do ano.

Segundo a direção da fábrica de preservativos, “as 700 famílias atendem com folga toda a demanda da fábrica” e continua afirmando que “as 700 famílias têm condições de produzir até mais do que a fábrica consome anualmente”. Isso demonstra que o alcance da Preservativos Natex, em termos quantitativos, não consegue ultrapassar o atendimento às 700 famílias de seringueiros no estado do Acre. Por mais que haja a duplicação da fábrica, como está prevista, a diretora enfatiza que “eu não preciso duplicar o número de famílias para duplicar a fábrica”, ou seja, a mesma quantidade de seringueiros conseguirá atender a duplicação caso ela ocorra (informação verbal)^{24 25}.

É difícil precisar o número de seringueiros em todo o estado do Acre tanto pela dificuldade na realização da coleta dos dados censitários, pelas dificuldades físicas impostas pelo ambiente florestal, quanto na identificação a partir de seu exercício profissional, pois seringueiro não é somente uma categoria profissional, mas uma identidade territorial. Por isso, não é possível realizar uma análise precisa da relação entre número de seringueiros no estado e quantidade atendida pela fábrica, mas podemos fazer uma aproximação. Somente na Reserva Extrativista Chico Mendes se concentram em torno de 1.700 famílias, o que correspondem a aproximadamente 70 a 80% dos extrativistas que fornecem para a fábrica de preservativos, ou seja, nessa Resex, a fábrica tem cadastradas em torno de 560 famílias, o que significa que mais de 1.100 famílias não são contempladas pelo programa, isso sem contabilizar o estado ou minimamente a região do Alto Acre que incorpora somente 140 seringueiros à fábrica.

Outra questão relevante é que oficialmente divulga-se que houve o treinamento de 700 famílias de seringueiros, mas não significa que esta totalidade

²⁴ Entrevista concedida pela diretora da Preservativos Natex Dirlei Bersch, em Xapuri (AC), em julho de 2009.

²⁵ Entrevista concedida pela diretora da Preservativos Natex Dirlei Bersch, em Xapuri (AC), em julho de 2011.

esteja efetivamente envolvida durante o período de fornecimento de látex para a fábrica.

Através do trabalho de campo realizado em julho de 2011, ou seja, no momento importante da extração do látex²⁶, percebemos tanto nos PAEs Chico Mendes e Equador, quanto na Resex Chico Mendes no Seringal Nazaré (comunidades Nova Vida e União), que há um número reduzido de seringueiros que estão fornecendo para a fábrica.

Segundo o gerente do Ponto de Recolhimento (PR) dos PAEs Equador e Cachoeira “no total, na lista aqui estão marcados 62 [seringueiros cadastrados], mas só que atualmente trabalhando tem muito pouco, tem 20 pessoas trabalhando” (informação verbal)²⁷; já na Resex Chico Mendes, nas comunidades Nova Vida e União, seu gerente afirmou que: “são 35 seringueiros dos dois [Pontos de Recolhimento que estão fornecendo], aí tem mais 60 seringueiros cadastrados que iniciou, que já cortou alguma vez [mas no momento não estão fornecendo]” (informação verbal)²⁸.

Na entrevista realizada com o superintendente da COOPERACRE em 2011, o mesmo declarou que havia somente 300 famílias fornecendo para a fábrica, ou seja, menos da metade do número anunciado, que seria de 700 (informação verbal)²⁹.

A partir dessas constatações pontuais percebe-se que da quantidade de famílias cadastradas há um número reduzido que está oferecendo látex para a fábrica, o que demonstra que seu atendimento não alcança o número divulgado³⁰.

Portanto, há um número reduzido de famílias seringueiras envolvidas no projeto da fábrica de preservativos e mesmo que haja aspirações para ampliar o número de seringueiros atendidos isso não é possível devido à limitada capacidade

²⁶ Segundo o calendário agroextrativista dos seringueiros, os meses de junho e julho representam o ápice da extração do látex.

²⁷ Entrevista concedida pelo gerente dos Pontos de Recolhimento do Seringal Cachoeira e Equador G. P. da S., nos Seringais Equador e Cachoeira, em julho de 2011.

²⁸ Entrevista concedida pelo gerente do Ponto de Recolhimento do Seringal Nazaré J. M. de S., na Reserva Extrativista Chico Mendes, em julho de 2011.

²⁹ Entrevista concedida pelo Superintendente da Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Acre (COOPERACRE) Manoel Monteiro, em Rio Branco (AC), em julho de 2011.

³⁰ Segundo entrevistas realizadas junto aos seringueiros vinculados à Preservativos Natex em 2011, algumas justificativas para a reduzida participação está relacionada ao baixo preço pago pelo produto e a dificuldade de transporte do látex até o Ponto de Recolhimento, o que gerou desmotivação no envolvimento ao projeto.

de produção da unidade fabril. Assim, o caráter social esbarra na questão quantitativa da sua abrangência restrita.

Nesse contexto, Sibá Machado ressalta essa colocação afirmando que:

É um apelo social? É! De certa forma é, mas para um grupo muito pequeno, muito reduzido, não é para os seringueiros do Acre, é para aquele grupo de seringueiros de Xapuri e ali perto, que atende a fábrica. Então, ela [a Preservativos Natex] não responde pelo conjunto, a indústria não responde pelo conjunto (informação verbal)³¹.

Essa reduzida abrangência também ocorre através de outros fatores que auxiliam na desconstrução da fábrica enquanto um projeto social, conforme ressaltado por um seringueiro entrevistado:

a fábrica de preservativos não abrangeu todos os seringueiros por falta de ramal. Tem muitos seringueiros no fundo do seringal aqui que faz borracha [CVP] ainda porque não tem condição de trazer o leite para um canto do PR [Ponto de Recolhimento] por causa que não tem ramal (informação verbal)³².

Nessa mesma linha de análise, Dercy Cunha, reforça que:

apesar da fábrica ter se instalado, ela ainda não atende a maioria dos produtores de látex porque não existe como escoar. A fábrica ela só vai onde tem estrada, onde tem ramal e a nossa malha viária ainda é muito pequena principalmente dentro da reserva que é onde tem mais pessoas que sobrevivem dessa atividade (informação verbal)³³.

Não são somente os seringueiros e lideranças que afirmam a pouca abrangência da fábrica de preservativos, mas também sua própria direção ao ponderar que “as famílias que trazem o látex para nós, elas não estão tão distantes” (informação verbal)³⁴, o que significa que o interior da floresta fica descoberto pelo programa devido à dificuldade de ramais.

³¹ Entrevista concedida pelo deputado federal do PT Sibá Machado, em Rio Branco (AC), em julho de 2011.

³² Entrevista concedida pelo seringueiro R. M., na Reserva Extrativista Chico Mendes (Seringal Nazaré) em Xapuri (AC), em julho de 2011.

³³ Entrevista concedida pela presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri Dercy Teles de Carvalho Cunha, em Xapuri (AC), em julho de 2009.

³⁴ Entrevista concedida pela diretora da Preservativos Natex Dirlei Bersch, em Xapuri (AC), em julho de 2011.

Assim, percebe-se que as famílias que abastecem a fábrica são aquelas que se encontram em locais de fácil acesso, onde há ramais e de qualidade, isto é, em áreas trafegáveis. Essas localidades, geralmente nas margens dos seringais e das comunidades, são também mais próximas às cidades. Então, pela facilidade de escoamento da produção, se dedicam a outras atividades, outras fontes de renda, como enfatiza o gerente do Ponto de Recolhimento do Seringal Nazaré:

Aqui [comunidade Nova Vida] é menos [o fornecimento de látex para a fábrica] porque tem muita gente que faz outros tipos de serviços e para lá não, lá dentro é só seringa mesmo [...] Lá na [comunidade] União não, todo mundo é seringueiro mesmo só tem aquela função, poucos os que têm outro tipo de serviço, então aí produz mais³⁵ (informação verbal)³⁶.

A COOPERACRE também reforça esta negligência da fábrica de preservativos ao afirmar que:

Ela [a fábrica de preservativos] não consegue alcançar toda a região, quando não tem acesso, não chega. E o que eu percebo? Quando mais dentro [da reserva] melhor é como um “favo de abelha quanto mais lá dentro melhor”, é que está o volume de produção melhor, **é que estão as pessoas que precisam mais e a gente não chega** (grifo do autor) (informação verbal)³⁷.

Assim, vai se desconstruindo o principal alicerce do programa: seu caráter social. Não incorremos no erro de que somente os seringueiros do interior da Reserva Extrativista Chico Mendes e demais seringais estão em piores condições ou necessitam de auxílio, mas pelas falas dos entrevistados são os que têm, como principal base de renda, a extração do látex, pois devido ao problema de acesso ao mercado consumidor o impede de ter outras atividades em suas colocações.

Assim, percebe-se que os seringueiros que estão no interior da floresta são os que mais necessitam dessa política de governo e ao mesmo tempo são os menos atingidos pela fábrica devido à dificuldade de ramais. Então, se a Preservativos Natex surgiu para oferecer melhores condições de vida ao seringueiro,

³⁵ A Comunidade Nova Vida está a 35 km da sede do município de Xapuri, já a Comunidade União está a 60 km.

³⁶ Entrevista concedida pelo Gerente do Ponto de Recolhimento do Seringal Nazaré J. M. S., na Reserva Extrativista Chico Mendes, em julho de 2011.

³⁷ Entrevista concedida pelo Gerente Geral dos Pontos de Recolhimento do látex no campo e funcionário da COOPERACRE João Pereira da Silva, em Xapuri (AC), em julho de 2011.

acaba não atendendo aos que mais precisam dela. Desse modo, qual a é função da fábrica?

No projeto inicial da Preservativos Natex havia a propaganda de melhorias de ramais e abertura de varadouros, mas através das entrevistas e observações *in loco* percebeu-se que alcançou somente os ramais principais e mais próximos de escoamento.

Além disso, segundo o gerente de Ponto de Recolhimento (PR), foi anunciado também um projeto para aquisição de burros a fim de transportar o látex das colocações de cada seringueiro até o PR, mas não houve êxito e, com isso, muitos extrativistas não estão fornecendo para a fábrica, somente aqueles que moram perto dos PRs ou têm algum animal ou transporte terrestre para levar sua produção (informação verbal)³⁸.

Assim, foi pensado o programa: a partir de uma facilidade logística ao atender os locais que já apresentavam infraestrutura adequada para seu escoamento. Não existiram ações efetivas do estado no sentido de possibilitar uma melhoria dos ramais internos à floresta, ou seja, continuou a atender os locais que já atendiam.

Para a presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri,

A fábrica de preservativos seria o instrumento que garantiria a preservação da floresta aqui do município, aqui do Alto Acre se tivesse acesso para que os seringueiros pudessem vender seu látex pra fábrica, mas por falta de ramal isso está sendo impossível e quem vive da produção de borracha mesmo está em área de difícil acesso e é uma utopia imaginar que ele vai poder daqui a um ano, dois anos vender, ter condições de vender o leite, o látex para essa fábrica que não tem como chegar. Ela só tem condições de absorver a produção aonde vai carro e aonde vai barco (informação verbal)³⁹.

Na negligência do estado em criar condições de escoamento para a produção dos seringueiros do interior da floresta, a Preservativos Natex recorre ao látex de cultivo para complementar a demanda para o processo produtivo de preservativo masculino, pois como foi demonstrada, a produção de cultivo é de fácil acesso e menos onerosa se comparado ao látex nativo.

³⁸ Entrevista concedida pelo gerente do Ponto de Recolhimento do Seringal Nazaré J. M. S., na Reserva Extrativista Chico Mendes, em julho de 2011.

³⁹ Entrevista concedida pela presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri Dercy Teles de Carvalho Cunha, em Xapuri (AC), em julho de 2009.

Esta pode ser uma saída para o abastecimento de borracha no estado e de forma viável economicamente, mas para os seringueiros de difícil acesso os problemas estruturais irão continuar, mesmo porque terão o produto, mas não terão formas de escoamento ou, pela sua dificuldade de transporte, continuará resultando em uma matéria-prima cara e menos atrativa para o comprador.

Os desafios que envolvem a questão do látex não residem somente na construção de políticas para aumentar a produção/extração⁴⁰, mas na forma de levar este produto ao mercado consumidor, que é o maior gargalo do Acre, ou seja, o escoamento e o acesso às comunidades seringueiras distantes.

Assim, a Preservativos Natex enquanto uma política de governo que envolve o atendimento aos seringueiros que se dedicam à atividade econômica da borracha no Acre se apresenta com uma abrangência mínima diante do universo da problemática, o que acaba sendo pontual pelo atendimento parcial no número de famílias e pela segregação territorial ao abranger principalmente os seringueiros de fácil acesso.

Portanto, há uma contradição dentro dessa política, pois seu pressuposto social vai se desconstruindo diante das evidências postas e mostrando uma racionalidade produtiva/econômica para a obtenção de matéria-prima (látex) com certas vantagens de custo e não como alternativa para a melhoria das condições de vida dos seringueiros.

4.2.4 O papel da Preservativos Natex para a dinâmica do “desenvolvimento” territorial da região do Alto Acre

Na proposta social da fábrica de preservativos, outro ponto destacado pelo governo da Frente Popular é a busca pelo desenvolvimento do município de Xapuri por ser um programa que gera emprego e renda. Nesse sentido, a diretora da unidade ressalta que:

agora a gente já vê movimentação no comércio, investimento da iniciativa privada. Então, lojas novas que abrem, reformas de lojas. A iniciativa privada não investe quando ela não vê perspectiva, ou quando ela não tem demanda [...] isso demonstra que a economia do

⁴⁰ Através de incentivos à produção de seringueiras de cultivo como o Programa Floresta Plantada, já mencionado no capítulo 1.

município está tendo uma movimentação positiva (informação verbal)⁴¹.

Além dessa movimentação no comércio, evidenciada pela diretora da unidade, a mesma associa a busca pelo desenvolvimento com o aumento crescente de emprego proporcionado pela Preservativos Natex ao afirmar que a maioria dos trabalhadores da fábrica é de Xapuri, somente alguns cargos de liderança são oriundos de fora do município.

Xapuri é um município muito conhecido por ser a cidade de Chico Mendes e palco da luta seringueira, o que o torna um atrativo turístico, mas isso não permitiu uma adequação de infraestrutura e melhoria do comércio, mesmo com a instalação de empreendimentos no município como a fábrica de preservativos e a fábrica de tacos⁴².

Segundo uma pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisas Empresariais do Acre (IFEPAC), 42% dos empresários de Xapuri estão satisfeitos com o desempenho do comércio, pois com a Pisos Xapuri Importação e Exportação Ltda e a Preservativos Natex geraram empregos na cidade e assim dinheiro em circulação; ao passo que 58% afirmaram que o mercado se manteve estável ou até decadente (REVISTA FECOMERCIO, 2011).

Nesse ponto, a questão central é pensar se esses dados colaboraram para alcançar o desenvolvimento do município de Xapuri, pois a maior porcentagem do comércio pesquisado afirmou que não teve melhora e sim estabilidade ou decadência.

À primeira vista, o que se observa, tanto na área urbana quanto rural, não é compatível com este discurso de desenvolvimento do comércio e do município de

⁴¹ Entrevista concedida pela diretora da Preservativos Natex Dirlei Bersch, em Xapuri (AC), em julho de 2009.

⁴² A fábrica de tacos foi inaugurada em 2007, no município de Xapuri (AC), com a finalidade de produzir tacos, pisos, decks e assoalhos a partir da matéria-prima da região extraída a partir do manejo florestal madeireiro. Esse empreendimento é uma iniciativa do governo do estado do Acre que entrou com o financiamento inicial no valor de R\$ 32 milhões para infraestrutura de industrialização e tecnologia de produção a fim de atrair a iniciativa privada. Assim, através de licitação arrendou-o para um consórcio composto pelas empresas Ouro Verde, Laminados Triunfo e Albuquerque Engenharia. Entretanto, desde 2011, a fábrica encontra-se com dificuldades financeiras e de gestão, o que culminou, em 2013, na demissão maciça de trabalhadores da unidade, no atraso de pagamentos de salários e não realização de direitos trabalhistas como o pagamento de horas extras. Além das questões relacionadas ao trabalho, houve uma mudança na composição societária com a exclusividade da Laminados Triunfo no controle da unidade de pisos a fim de reativar a decadente atividade industrial da madeira em Xapuri.

forma geral, pois o mesmo carece de infraestruturas básicas e o comércio evidencia uma desestruturação contínua.

Nesse sentido, ao dimensionar as implicações das políticas da Frente Popular para o desenvolvimento territorial, não se pode restringir somente à influência da Preservativos Natex para Xapuri, mas deve-se abordar as ações do governo do Acre a partir de um recorte espacial mais amplo e com suas diversas intencionalidades. Para isso, o caráter estratégico da região do Alto Acre é inegável para a política da Frente Popular.

A região do Alto Acre apresenta certas particularidades históricas devido ao papel desempenhado pelo movimento dos seringueiros através do processo de luta e resistência nas décadas de 1970-80. Assim, o governo da Frente Popular invoca seus ideais para atrair investimentos internacionais para o estado, já que foi através da organização dos seringueiros que a região entrou no foco nacional e internacional dos movimentos ambientalistas e, assim, área relevante da ação externa de auxílio à manutenção da floresta.

Desse modo, associar ações vinculadas à proposta de desenvolvimento sustentável, como a Preservativos Natex, em uma região marcada pela luta e conquista histórica do movimento dos seringueiros com a Resex Chico Mendes, significa aliar a perspectiva da sustentabilidade dos órgãos internacionais com a proposta político-partidária da Frente Popular.

Portanto, a atração da Fábrica de Preservativos Masculinos para Xapuri não significa necessariamente a dinamização da cidade e da floresta com emprego e renda para uma região rica em concentração de seringueiras nativas e com um número significativo de seringueiros que se dedicam a essa atividade, mas representa um aspecto político relevante para a construção da Frente Popular no Acre diante de seu governo da floresta e do desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, a presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri (STR) afirma que “Xapuri, a partir das lutas dos trabalhadores, foi quem destacou o próprio governo e o Estado”. Então, a questão da luta dos seringueiros acaba sendo uma propaganda para o governo e, assim, facilita os investimentos para os projetos públicos (informação verbal)⁴³.

⁴³ Entrevista concedida pela presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri Dercy Teles de Carvalho Cunha, em Xapuri (AC), em julho de 2011.

O governo do Acre, denominado de Frente Popular, incorporou a imagem positiva de liderança e de luta dos anseios seringueiros, que Chico Mendes representa no ideário da sociedade local, nacional e mundial, transformando-o no *slogan* do governo, como se seus objetivos convergissem com os ideais seringueiros, ignorando toda a luta de classe e apropriando de todo esse conteúdo social como se fossem anseios comuns. É uma assimilação e desvirtuamento do sentido atribuído à luta seringueira.

É este contexto que menciona a presidente do STR de Xapuri, nessa busca dos ideais de Chico Mendes para a construção política de uma coligação partidária (Frente Popular), que utiliza desta história seringueira para benefícios políticos próprios⁴⁴.

Deste modo, a localização de iniciativas voltadas para a perspectiva do desenvolvimento sustentável na região do Alto Acre além de servir como vitrine para a comoção financeira internacional, representa um ponto estratégico para o Acre.

Para o deputado federal entrevistado, a instalação da fábrica de preservativos em Xapuri, como também a concentração das demais atividades industriais do estado nesta região:

É tipo um caminho lógico, primeiro por conta da imagem. É muito positivo levar as coisas ali para aquela região [marcada pela luta de Chico Mendes], mas também porque era onde a infraestrutura também permitia. A rodovia asfaltada, rede elétrica chegando, então isso estava tudo naquela direção, cada tom da cantada [...] a saída para o Pacífico, um corredor que estava se desenhando (informação verbal)⁴⁵.

Seguindo nessa linha, a direção da fábrica ressalta que:

o governo tem várias ações de desenvolvimento [na região da estrada do Pacífico]. Alguns modelos diferentes, enfim, diversos desenhos que tão se consolidando, mas com uma única intenção: “Que se consolide o desenvolvimento nesse eixo e que esse investimento inicial do governo sirva até como atrativo para que

⁴⁴ Como exemplo há o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre (PDSA) como um grande projeto ligado à perspectiva da sustentabilidade para o Acre a partir da lógica dos órgãos internacionais como o BID, seu financiador, conforme foi discutido no capítulo 3.

⁴⁵ Entrevista concedida pelo deputado federal do PT Sibá Machado, em Rio Branco (AC), em julho de 2011.

outros investimentos corram por iniciativa própria, através da iniciativa privada” (informação verbal)⁴⁶.

Portanto, percebe-se nas afirmações descritas que a ênfase converge sempre na busca para o desenvolvimento econômico, enfatizando a importância da região pela construção da Rodovia do Pacífico, enquanto corredor de exportação, e assim atração de investimentos privados e construção de empreendimentos.

O processo de industrialização do Acre se concentra principalmente na região do Alto Acre, podendo citar: a Preservativos Natex e a Fábrica de Tacos, ambas em Xapuri, o Frigorífico de Aves em Brasiléia, e agora a instalação da Zona de Processamento de Exportação (ZPE) em Senador Guiomard na região do Baixo Acre. Assim, a industrialização acreana caminha para a exportação e não para o abastecimento local, aspecto contraditório diante das enormes dificuldades de abastecimento do estado.

Enfim, diante dessa discussão, a concentração de infraestrutura foi um dos aspectos escolhidos para tal. Essa representação tem um caráter meramente economicista de custo, pois os investimentos vão onde há logística apropriada.

Por tudo, a Preservativos Natex acaba sendo uma estratégia política/ideológica para fortalecer a imagem e articulação política do governo e atrair investimentos para os outros projetos do estado⁴⁷ e não para atender às necessidades dos seringueiros acreanos.

4.2.5 A vinculação com o Ministério da Saúde: projeto social ou estratégia econômica?

Outra peculiaridade da fábrica de preservativos e que representa um elemento estruturante importante em sua constituição é a relação estabelecida com o Ministério da Saúde, o que torna a Preservativos Natex um empreendimento estatal, tanto do governo do estado do Acre, quanto do governo federal. Para regular e operacionalizar tal relação são firmados convênios de cooperação. Assim, a fim de implantar o empreendimento, foi estabelecido um convênio inicial no montante de R\$ 22 milhões, sendo que R\$ 20 milhões foram obtidos através do governo federal, e

⁴⁶ Entrevista concedida pela diretora da Preservativos Natex Dirlei Bersch, em Xapuri (AC), em julho de 2011.

⁴⁷ Conforme foi demonstrado no capítulo 3 com os projetos da Frente Popular ligados à criação bovina para exportação, à extração da madeira e à venda dos serviços ambientais.

R\$ 2 milhões, do governo do Acre, ou seja, o Ministério da Saúde representa o maior financiador, o que corresponde a 90% dos investimentos destinados à produção de preservativos e à pesquisa; já o Acre entra somente com 10% dos recursos gastos com a manutenção da fábrica.

De modo a executar o empreendimento, outros convênios foram consolidados para a operação da fábrica, sendo que o primeiro convênio vigorou até 2011 e outro foi firmado a partir de 2012, conforme consta no Plano Plurianual de 2012-2015 com perspectiva para a duplicação da fábrica e aumento na produção de preservativos.

Estes recursos obtidos através dos convênios são destinados à produção e ao abastecimento de preservativos masculinos ao Ministério da Saúde via Programa Nacional de DST/AIDS, desenvolvimento de pesquisas e estudos de prevenção.

A produção de preservativos é programada anualmente através de planejamento prévio feito pelo Ministério da Saúde, no qual a fábrica envia quinzenalmente em torno de 3 a 4 milhões de preservativos para os estados da região Norte, mais Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, o que totalizam 100 milhões de preservativos ao ano destinados ao Programa DST/AIDS através das Secretarias Estaduais de Saúde e distribuídos em Postos de Saúde.

Segundo a diretora da unidade, no que diz respeito aos valores financeiros e custos da fábrica, a mesma se mostra reticente, afirmando que: “esta não é uma relação comercial [...], o que não dá para fazer é uma relação de preço de venda. Na verdade a gente nem quer que isso seja feito porque não é uma relação de venda” (informação verbal)⁴⁸, ressaltando ainda que o foco não é somente a produção dos preservativos, mas as pesquisas e os projetos de saúde com os seringueiros, ou seja, demonstrando que a fábrica tem um sentido social e não meramente econômico.

Quanto às pesquisas desenvolvidas através deste recurso, as mesmas são coordenadas pela FUNTAC, e têm como base a identificação do potencial do látex nativo através de um estudo comparativo de produtividade desta matéria-prima, como também o outro foco centra no desenvolvimento de produtos, sendo uma pesquisa vinculada ao desenvolvimento de lubrificante natural para substituir o

⁴⁸ Entrevista concedida pela diretora da Preservativos Natex Dirlei Bersch, em Xapuri (AC), em julho de 2011.

óleo de silicone e uma que identifique o gel ou lubrificante com ação retardante à ejaculação masculina (ACRE, 2009b).

Com relação aos programas de saúde para os seringueiros, este recurso auxilia nas ações de prevenção de DST/AIDS para as comunidades extrativistas. A fábrica faz isso em parceria com as Secretarias Municipais de Saúde e Secretaria Estadual de Saúde, levando atendimento médico com a saúde itinerante (ACRE, 2009b). Porém, não foi identificada a execução dessa linha de ação nas entrevistas realizadas junto aos seringueiros do Seringal Nazaré, na Resex Chico Mendes, como também nos Seringais Cachoeira e Equador.

Todo este panorama da relação entre Preservativos Natex e Ministério da Saúde demonstra, a princípio, um caráter social dessa “união”, já que tem a função de produção de preservativos masculinos para abastecer os Postos de Saúde para responderem à campanha de prevenção através do Programa DST/AIDS do Ministério, como também incentivar pesquisas e realizar programas de saúde junto às comunidades envolvidas.

Por outro lado, o mercado de produção de preservativos nacionais X preços do produto tem demonstrado outra interpretação para este contexto, já que os objetivos sociais traçados para a implantação do projeto da fábrica, mencionados acima, não são contemplados em sua íntegra.

Por ano, o Ministério da Saúde necessita de 1,2 bilhão de camisinhas para atender a demanda nacional, sendo que 75% são destinadas para abastecer o mercado consumidor através da compra e 25% para a distribuição gratuita, sendo que desse total 30% é importada (BNDES, 2009). Esse cenário da importação de preservativos masculinos se consolida diante da ineficiência do mercado nacional em suprir a demanda significativa, tanto pela quantidade limitada de unidades industriais desse produto, quanto à ínfima produção nacional de látex no Brasil, que não consegue suprir a necessidade de matéria-prima para a produção de camisinhas. Outro elemento é a forte concorrência asiática que oferece produtos a custos mais baratos que a produção brasileira; por outro lado, há demora nas entregas e no trâmite para a certificação de acordo com a legislação brasileira.

Diante desse cenário das dificuldades legais na importação de preservativos, da limitada capacidade produtiva nacional tanto em termos de unidade industrial quanto de matéria-prima, “era estratégico para o governo federal o investimento numa fábrica pública que entregasse a produção 100% para o

Ministério” (informação verbal)⁴⁹ para ter mais segurança e um estoque controlador de preservativos para o abastecimento nos Postos de Saúde, como também representar um projeto social de vinculação à saúde seja da sociedade em geral, seja dos sujeitos envolvidos na produção de preservativos. Assim surge a necessidade de aproveitar as áreas ociosas de seringueiras da Amazônia, mais especificamente do Acre, ao mesmo tempo investir na indústria nacional e diminuir a dependência de importação do produto. E foi dessa forma, que em 2008, inaugurou a primeira fábrica pública de preservativos masculinos a utilizar látex nativo, em Xapuri, no estado do Acre.

Com isso, a intencionalidade da implantação da fábrica de preservativos não converge somente para atender às necessidades sociais dos seringueiros da região do Alto Acre, mas devido às deficiências no abastecimento de preservativos masculinos no Brasil, assim, os aspectos econômicos entram com força para reafirmar os propósitos do empreendimento.

4.2.6 A intermediação da COOPERACRE com os seringueiros: relação social ou comercial?

Outro elemento estruturante e relevante na constituição do projeto e desenvolvimento da Preservativos Natex é a exigência da participação e da mediação estabelecida através de uma cooperativa.

A princípio, o projeto foi criado para ser desenvolvido pela Cooperativa Agroextrativista de Xapuri (CAEX), mas devido ao processo de endividamento e falta de legalidade da pessoa jurídica da cooperativa, não foi possível estabelecer um contrato de parceria entre estado e CAEX. Assim, ou substituía a cooperativa para que o projeto se desenvolvesse ou retornava o recurso para os órgãos financiadores (informação verbal)⁵⁰.

Nesse caso, a Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Acre (COOPERACRE) assume esta função imposta no projeto. A COOPERACRE é uma central de cooperativas e de associações, na qual seus sócios são jurídicos e

⁴⁹ Entrevista concedida pela diretora da Preservativos Natex Dirlei Bersch, em Xapuri (AC), em julho de 2011.

⁵⁰ Entrevista concedida pelo Superintendente da Cooperativa de Comercialização Extrativista do Acre (COOPERACRE) Manoel Monteiro, em Rio Branco (AC), em julho de 2011.

não pessoas. A ligação dos extrativistas com a cooperativa não é direta, pois estão vinculados através de suas associações ou cooperativas locais.

Segundo entrevista com o superintendente da COOPERACRE, ao relatar a negociação com o governo do estado para que assumissem esta função dentro do projeto da Preservativos Natex, ressalta que:

no momento inicial do projeto ele [o governo] colocou essa relação com os extrativistas [...] o governo queria desenvolver [o projeto] com uma cooperativa, era preciso desenvolver com uma cooperativa porque tava no projeto que precisava desenvolver com uma cooperativa [...] daí naquele momento nós arranjamos o nome da cooperativa para o projeto para que o recurso viesse (informação verbal)⁵¹.

A partir daí inicia-se um processo contraditório diante do papel da cooperativa. A princípio, sua inserção é vinculada ao caráter social do projeto, para demonstrar a articulação e aproximação com os sujeitos, no caso, os seringueiros, como se estivesse inserindo-os no processo, pois a cooperativa, em sua essência representa uma construção histórica/social desses sujeitos além de ser seu instrumento de organização e articulação voltado para seus anseios e necessidades.

Por outro lado, diante das negociações internas ficou nítido que a inserção da cooperativa se associava a um elemento figurativo de negociação junto aos seringueiros e de obtenção de recursos junto aos órgãos financiadores, pois a ordem era que o processo de compra tivesse que ser por intermédio de uma cooperativa.

Tanto é que no início, a COOPERACRE apenas fazia a intermediação na compra e venda do látex, representando apenas um papel figurativo e burocrático, conforme esclarece o superintendente da COOPERACRE de que “nós emitíamos a nota de entrada na cooperativa e a nota de venda para o governo, nós vendíamos esse látex para o governo e o governo, por esse projeto, pagava esse látex para a cooperativa” (informação verbal)⁵².

Todo este processo de compra e venda gerou morosidade no pagamento aos seringueiros, já que dependia da liberação da verba pelo estado e, por consequência, gerou desmotivação para fornecer à fábrica. Assim, a partir de 2008,

⁵¹ Entrevista concedida pelo Superintendente da Cooperativa de Comercialização Extrativista do Acre (COOPERACRE) Manoel Monteiro, em Rio Branco (AC), em julho de 2011.

⁵² Entrevista concedida pelo Superintendente da Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Acre (COOPERACRE) Manoel Monteiro, em Rio Branco (AC), em julho de 2011.

a COOPERACRE assume toda a logística do processo: desde a compra do látex diretamente dos seringueiros, com seu recurso, e entrega na plataforma da fábrica, o que fez agilizar a logística de fornecimento do látex para a produção de preservativos.

A forma de relação da COOPERACRE com o governo do estado, representado pela FUNTAC, ocorre por meio de licitações em que a cooperativa participa e ganha por ser a única no Acre com condições e perfil para tal função, segundo a direção da fábrica e da COOPERACRE. Assim, estabelecem-se contratos anuais, por safra, que começam em abril e terminam em dezembro de cada ano, correspondendo ao período da extração do látex.

Assim, a relação entre o governo do Acre e a COOPERACRE passa a ser de prestação de serviços, pois o governo paga pelo serviço e pelo produto, conforme reforça a direção da Preservativos Natex de que “temos um contrato com a cooperativa de fornecimento, então, temos uma relação comercial com ela” (informação verbal)⁵³.

Durante as entrevistas realizadas no trabalho de campo, muitos sujeitos envolvidos nesta realidade afirmaram o caráter de empresa da COOPERACRE, sendo um serviço terceirizado que é oferecido à FUNTAC.

Assim, por mais que a COOPERACRE seja uma cooperativa dos extrativistas, sua funcionalidade está cada vez mais distante dos sentidos e princípios de uma cooperativa, o que nos faz repensar se ela não representa uma relação comercial na intermediação com o seringueiro.

Para o recebimento do látex a ser fornecido para a Preservativos Natex não há uma margem de lucro retirada do produto do extrativista para a cooperativa, pois a COOPERACRE emite uma nota de compra do látex no valor recebido e a prestação de serviços é paga através do convênio estabelecido com a FUNTAC, ou seja, paga pelo governo do estado.

A cooperativa recebe R\$ 1,60 por quilo comprado do seringueiro e vendido à Preservativos Natex. Como o recebimento anual gira em torno de 500.000

⁵³ Entrevista concedida pela diretora da Preservativos Natex Dirlei Bersch, em Xapuri (AC), em julho de 2009.

litros, ou 244.000 quilos, isso gera um montante em torno de R\$ 390.400,00 pago pelo Acre à COOPERACRE, para garantir a logística do látex (informação verbal)⁵⁴.

Mas para as outras atividades extrativistas, tanto para a compra do CVP⁵⁵ quanto da castanha há relatos de que a COOPERACRE tem marreteiros⁵⁶ que intermediam o processo, como afirma um seringueiro da Resex Chico Mendes, que “o governo está botando dinheiro na mão da COOPERACRE, e a COOPERACRE botando na mão dos marreteiros e os marreteiros rodeando as cooperativas, comprando toda a produção de castanha” (informação verbal)⁵⁷, ou seja, há uma contradição, pois a cooperativa que deveria servir para eliminar a figura do marreteiro ou atravessador acaba incorporando-o em seu processo.

O seringueiro entrevistado continua ressaltando que:

a COOPERACRE não tem nada com vocês [os seringueiros], ela é um marreteiro, ela paga a produção e vira as costas, acabou-se! Só chega exatamente na época da castanha de novo, ela paga depois acabou-se, não tem mais retorno (informação verbal)⁵⁸.

Essa afirmação evidencia outro ponto do desvirtuamento do sentido da Cooperativa ao distanciar-se de seu cooperado, pois estabelece uma relação econômica e comercial de compra e venda de seu produto e não necessariamente o atendimento às questões sociais de seus envolvidos, pressupostos básicos na constituição de uma cooperativa.

As cooperativas não são somente organizações jurídicas para fins comerciais e tributários, mas principalmente tem que ter um alcance social de inserção, ou ainda almeja um modelo alternativo para os trabalhadores subjugados à lógica perversa do capital. Sendo assim, a cooperativa deve ser um instrumento que estabelece um compromisso com a comunidade envolvida no sentido de tê-la não somente enquanto sujeitos de produção, mas sujeitos sociais em que sua dimensão de vida e de sociabilidade perpassa a questão da educação, saúde, lazer, dentre outras peculiaridades de cada comunidade.

⁵⁴ Entrevista concedida pelo Superintendente da Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Acre (COOPERACRE) Manoel Monteiro, em Rio Branco (AC), em julho de 2011.

⁵⁵ O Cernambi Virgem Prensado (CVP) é uma forma de beneficiamento da borracha.

⁵⁶ Marreteiro é sinônimo de atravessador ou intermediário, ou seja, uma pessoa que exerce suas atividades entre o produtor/extrativista e o comerciante varejista.

⁵⁷ Entrevista concedida pelo líder seringueiro Sabá Marinho, em Xapuri (AC), em julho de 2011.

⁵⁸ Entrevista concedida pelo líder seringueiro Sabá Marinho, em Xapuri (AC), em julho de 2011.

Então, como podemos pensar a relação da COOPERACRE com os seringueiros, neste caso, envolvidos com o fornecimento de látex para a Preservativos Natex? Não se percebe uma ligação com as necessidades dos seringueiros, já que a relação entre extrativista e cooperativa é com base na compra do produto e, assim, uma prestação de serviços.

Para Alves (2010), esse processo comercial na relação entre cooperado e cooperativa se conforma como uma dessubjetivação de classe, pois são estratégias do capital para restringir e eliminar o desenvolvimento da consciência de classe e, conseqüentemente, o processo de luta, pois diante do sistema metabólico do capital, as formas de organização coletiva dos trabalhadores são vistas como possibilidades de articulação e coesão de classe e de colocar em prática a sua dimensão econômica/política e social.

E no Acre, as cooperativas agroextrativistas têm um histórico de organização coletiva resultado do processo de luta e resistência do movimento dos seringueiros diante das dificuldades socioeconômicas e políticas vivenciadas. Assim, ao deturpar a lógica essencial da cooperativa no tocante aos anseios dos sujeitos é uma forma de controlá-lo e negligenciar as dimensões humanas em favor das condições econômicas.

Dentre estas formas de organização coletiva pode-se pensar nas cooperativas e associações enquanto elementos articuladores das demandas dos trabalhadores não como uma forma de ir contra a lógica do capital, mas de buscar seu lugar diante do processo de produção e circulação. Embora na realidade abordada, o cooperativismo é uma forma de subordinação do seringueiro ao capital, utilizando-o apenas como uma etapa produtiva para a organização da produção de preservativos, pois como foi verificado, a Preservativos Natex não mantém vínculo direto com os seringueiros. Esta intermediação é realizada pela COOPERACRE que tem a função de realizar toda a logística entre extrativista e fábrica.

Neste caso, a cooperativa representa apenas um elo de ligação da cadeia produtiva estabelecendo uma relação entre seringueiro (extrativista) e fábrica (produção), pois foi organizada e é comandada pela unidade industrial, fugindo aos princípios cooperativos e beneficiando a estrutura industrial e não aos seringueiros envolvidos.

* * *

Portanto, na práxis, os elementos estruturantes da Fábrica de Preservativos Masculinos de Xapuri desvirtuam da proposta original divulgada pelo governo do estado e seus órgãos envolvidos, ou seja, seu caráter eminentemente ambiental e social enquanto características da política de governo que lhe deu sustentação. Assim, realizar uma análise mais intrínseca, por detrás da proposta declarada através dos discursos vigentes, desvelam-se intencionalidades de caráter estrategicamente político e econômico.

Dessa forma, as aparências sociais vão se desconstruindo e dando lugar a uma política de governo que prima pela questão econômica tanto pela diminuição de gastos públicos⁵⁹ em detrimento das necessidades sociais de uma parcela desprivilegiada, como também através da possibilidade de constituição de um empreendimento para ser transferido ao capital privado, ou seja, sua privatização à lógica capitalista de reprodução.

Contudo, o aspecto econômico, do ponto de vista de um empreendimento privado e comercial a partir de uma lógica empresarial, também não funciona, pois apresenta limitações⁶⁰, ou seja, é uma contradição, ao mesmo tempo em que converge para a questão econômica ela não consegue se realizar enquanto tal.

A visão empresarial e econômica é nítida nas falas de alguns dirigentes envolvidos, e para outros mais encobertas, mas em síntese, a lógica da transição para a iniciativa privada não somente é pensada desde o início do projeto, como também posta enquanto necessidade, de acordo com a inviabilidade econômica dessa política de governo para o Acre.

Portanto, a Fábrica de Preservativos Masculinos de Xapuri não consegue responder, em sua plenitude, aos objetivos sociais já que não proporciona uma melhora na qualidade de vida das famílias seringueiras na medida em que abrange um número reduzido e não alcança os locais mais carentes de políticas públicas⁶¹;

⁵⁹ Como exemplo já discutido tem-se a incorporação do látex de cultivo por ser menos oneroso, o recebimento de látex nativo dos locais de fácil acesso devido à logística e negligenciando os demais seringueiros que estão em difícil acesso dentre outros elementos.

⁶⁰ Tanto pela limitada capacidade produtiva da unidade e dificuldades de ampliação da produção, distância do mercado consumidor, como também o elevado custo operacional para a produção de preservativos.

⁶¹ No capítulo 5 analisaremos outros fatores que demonstram a inviabilidade no aspecto da melhora da qualidade de vida dos seringueiros como: falta de acesso à infraestrutura e ramais, falta de

por outro lado, dentro de uma proposta econômica, também esbarra em limitações de várias ordens, pois para ser um empreendimento privado é muito cara devido seu alto custo operacional e logístico, assim, não proporciona interesse da iniciativa privada.

Esse é o imbróglio da Preservativos Natex! Não representa um instrumento eficaz de política social e não consegue ter viabilidade econômica para o alcance do capital particular e como instrumento de mercantilização da natureza através da produção de mercadorias, objetivos tão exaltados pela proposta de desenvolvimento sustentável vinculada aos órgãos internacionais e que se efetivou no Acre a partir da década de 2000. Sendo assim, como podemos entender a Fábrica de Preservativos Masculinos de Xapuri diante do contexto político-partidário da proposta de desenvolvimento sustentável da Frente Popular para o Acre?

4.3 A Fábrica de Preservativos Masculinos de Xapuri: o controle social a partir de um projeto de “hibridização” do capital/Estado

A sociedade atual está inserida em um processo de crise estrutural do capital, declarada desde a década de 1970. Essa crise representa os limites do próprio sistema, denunciando suas fragilidades diante de seus antagonismos e limitações.

O capital sempre conseguiu impor à sociedade sua lógica expansiva, resultado de seu modo de controle sociometabólico. Por outro lado, trouxe consigo limitações históricas intransponíveis. Assim, diante das tentativas para transpor tais limitações somente puderam alcançar o que Mézáros (2002) e (2007) denomina de hibridização do sistema do capital.

Nesse contexto, o papel do Estado se torna relevante frente à incapacidade do sistema de assegurar sua expansão, já que o Estado moderno “constitui a única estrutura corretiva compatível com os parâmetros estruturais do capital como modo de controle sociometabólico” (MÉSZÁROS, 2002, p. 107).

Com isso, o capital, por intermédio dos Estados, lança soluções de caráter híbrido, ou seja, associa elementos antagonicamente discordantes em seus

projetos estratégico-políticos, já que ao mesmo tempo faz a junção de formas divergentes do caráter do capital, pelo menos aparentemente, juntamente com perspectivas que ressaltam a dinâmica do capital.

Para Mészáros (2002, p. 103):

o capital ultrapassa infatigavelmente todos os obstáculos e limites com que historicamente se depara, adotando até as formas de controle mais surpreendentes e intrigantes – aparentemente em discordância com seu caráter e funcionalmente ‘híbridas’ – se as condições o exigirem. De fato, é assim que o sistema do capital constantemente redefine e estende seus próprios limites relativos, prosseguindo no seu caminho sob as circunstâncias que mudam, precisamente para manter o mais alto grau possível de extração do trabalho excedente, que constitui sua *raison d’être* histórica e seu modo real de funcionamento.

Assim, as formas híbridas do capital representam a exaltação do controle sociometabólico sobre a sociedade, já que tende a criar mecanismos para manter seu processo de acumulação através de instrumentos que a legitimam e ao mesmo tempo obscurecem sua prática.

Portanto, é através dessa discussão de forma híbrida do sistema do capital por intermédio do Estado que se podem entender as políticas públicas ou políticas de governo, e no caso, a Fábrica de preservativos masculinos de Xapuri. Primeiramente, tais políticas representam ações que divergem da lógica do capital ao terem uma face voltada para os aspectos sociais e humanitários da sociedade. Segundo, porque representam formas de controle social já que são soluções parciais e não estruturais, ao mesmo tempo em que tentam encobrir o processo de acumulação e exploração do sujeito.

As propagandas e slogans das políticas públicas ou políticas de governo sempre recorrem ao termo desenvolvimento com a “positividade” que ele carrega. Assim, apesar das especificidades de cada política, o foco sempre está sobre a melhora na qualidade de vida do segmento envolvido.

Nesse contexto, a Preservativos Natex, como resultado de uma política de governo, corresponde a esta realidade. Sua vinculação à proposta de desenvolvimento sustentável não somente associa às “vantagens” do termo desenvolvimento quanto ao aspecto social de resposta às necessidades da sociedade, mas também relaciona ao aspecto ambiental, tão exigido na atualidade da crise do capital e das demandas das organizações sociais.

E para realizar essa demonstração social da proposta político-partidária da Frente Popular no Acre, o governo associa suas ações como respostas aos ideais e objetivos dos seringueiros, pois ao permitir que a floresta represente um recurso disponível para o mercado, agregando valor, leva conseqüentemente à melhora da vida do seringueiro que continua em seu território com atividades vinculadas à sua racionalidade e à sua constituição cultural e identitária.

Nesse sentido, Mézáros (2002, p. 994) reforça que “estas mesmas manipulações não resolvem os problemas em questão, contribuindo somente para seu agravamento. O capitalismo e a racionalidade do planejamento social abrangente são radicalmente incompatíveis”, ou seja, relacionar vantagens sociais e reprodução do capital são condições estruturalmente antagônicas, já que para garantir sua reprodução, o capital utiliza do controle do homem pelo território e pelo trabalho, o que leva a níveis acentuados de exploração e precarização dos sujeitos.

Para Gómez (2006), o desenvolvimento é contraditório, pois ao mesmo tempo em que prega a melhora nas condições da existência humana utiliza de meios que impossibilitam atingir tal objetivo, por isso que o autor afirma que o desenvolvimento representa uma dupla estratégia: de controle social e de reprodução do capital, pois:

no discurso, objetiva a melhora da qualidade de vida da população (um movimento horizontal de equilíbrio e distribuição) e, na prática, mantém ou acelera o ritmo de reprodução do capital (um movimento vertical de acumulação desigual e acirramento das diferenças via concorrência) (GÓMEZ, 2006, p. 402).

É assim que podemos entender as políticas públicas ou de governo, e no caso específico, a Preservativos Natex, pois sua propaganda social demonstra as ações que priorizam as melhorias das condições de vida, embora ao mesmo tempo representa formas de intensificação da exploração dos seringueiros através de seu trabalho⁶² como também de apropriação e controle de seu território de vida e de trabalho.

Desse modo, as ações políticas dos Estados são instrumentos contraditórios, pois ao mesmo tempo em que representam soluções para seus governos enquanto estratégia de envolvimento com a sociedade civil e de resposta

⁶² A discussão sobre as formas de exploração e precarização do trabalho dos seringueiros vinculados ao fornecimento de látex para a Preservativos Natex será aprofundada no capítulo 5.

às suas demandas, elas se estabelecem como uma forma de controle social para aplicar a ordem estabelecida do capital através de sua necessidade de reprodução ampliada.

Assim, a contradição é um elemento estruturante do sistema do capital vital para sua lógica. Com isso, a contraditoriedade das políticas públicas e de governo se manifesta sobre uma dupla dimensão, ou seja, ao mesmo tempo em que ela cria, ela subordina; ao mesmo tempo em que ela humaniza, ela degrada; ao mesmo tempo em que emancipa, ela aliena. Esse é o ambiente de contradições do capital e do Estado resultante das formas de controle perante a sociedade.

Portanto, diante desse cenário, a fábrica de preservativos não foge à regra, ou seja, ao mesmo tempo em que apresenta um caráter de pouca efetividade, quadros de degradação, subordinação e captura da subjetividade dos seringueiros, apresenta, contraditoriamente, um alcance para os sujeitos envolvidos, apesar de representar uma dimensão reduzida diante da totalidade da problemática.

Nesse contexto, algumas questões foram identificadas junto aos seringueiros entrevistados no momento de realização do trabalho de campo que demonstram o atendimento às suas necessidades sociais como, por exemplo: o retorno dos seringueiros para a extração da borracha devido à perda do preço do produto e da dificuldade de comercialização da borracha anteriormente; a introdução de uma alternativa para contribuir na renda vinda da colocação, já que a base do seringueiro é a diversidade produtiva; segurança na compra e no pagamento do látex para os seringueiros vinculados ao fornecimento para a fábrica, pois além de ter mercado garantido pode contar com a programação de sua renda. Contudo, o retorno à extração do látex ocorreu somente para um número reduzido de seringueiros e localizados em pontos específicos. Já o preço do látex para a produção de preservativos, apesar de ser maior do que o pago pelo quilo do Cernambi Virgem Prensado (CVP), não representa o dispêndio de trabalho com a atividade do látex (maior do que o trabalho com o CVP).

Com isso, ao identificar tais elementos não significa que os objetivos foram atingidos com a melhora na qualidade de vida, pois esses pontos apresentam realidades parciais e não efetivas como já demonstrados anteriormente. Como também, ao partir do pressuposto da contraditoriedade das políticas do capital e do Estado, somente podemos compreendê-las através desse movimento ambíguo,

porém carregado pela necessidade do controle social e, portanto, sem alternativas estruturais.

A “preocupação” com as questões sociais representa uma necessidade do capital diante de suas limitações estruturais, já que diante do elevado grau de exploração e precarização do sujeito e de seu trabalho ressaltado pelo momento de reestruturação produtiva advinda de sua crise estrutural, surgem contraditoriamente questionamentos desse modelo do capital oriundos da sociedade. E como resposta, “o poder de controle conferido ao capital vem sendo de fato retransferido ao corpo social como um todo, mesmo que de uma forma necessariamente irracional, graças à irracionalidade inerente ao próprio capital” (MÉSZÁROS, 2002, p. 991).

Assim, como as contradições da situação atual não podem ser contidas, são lançadas formas híbridas de interferência na sociedade, como as políticas públicas e de governo, representando formas de controle social.

O controle social pelo capital demonstra a incapacidade de satisfazer a necessidade de mudanças sociais, por isso aparecem soluções que, apesar da propaganda demonstrar o apelo social, e às vezes ambiental, não resolvem o problema e ainda a utilizam como forma de reprodução do capital através da exploração da força de trabalho.

Nas discussões de Mézáros (2002, p. 1001), o mesmo enfatiza que:

A política – que nada é se não for a aplicação consciente de medidas estratégicas capazes de afetar profundamente o desenvolvimento social como um todo – é transformada em mero instrumento de grosseira manipulação completamente desprovido de qualquer plano global e de uma finalidade própria.

Além disso, a política representa meios para amenizar as crises e tensões sociais que irrompem da irracionalidade do sistema do capital e de sua fragilidade perante a retomada da rédea do seu modo de controle sociometabólico.

Sendo assim, a Preservativos Natex representa uma forma de controle social ao proporcionar situações benéficas para o Estado ao aproximá-lo das questões inerentes à sociedade e, assim, demonstrar seu apelo social, como também representa pouca efetividade na medida em que são parciais para os seringueiros do Acre que continuam sem alternativas e com precárias condições de vida e de trabalho.

A Fábrica de Preservativos Masculinos de Xapuri representa uma estratégia política do governo da Frente Popular para demonstrar seu atendimento aos seringueiros e para corroborar que é um governo sustentável ambiental e socialmente, já que a construção do território acreano foi permeada pelo trabalho dos seringueiros e por seu processo de luta para se manter através da floresta. E não esquecer as raízes significa não esquecer seu povo. Assim, acaba sendo uma vitrine do Estado para demonstrar a não negligência com os problemas sociais, então, ter um empreendimento que tem como foco o social e o ambiental demonstra sua preocupação com a população servindo como propaganda política que permite manter sua hegemonia no poder executivo estadual, mas que no fundo não tem sustentação, sendo frágil e não efetiva, como qualquer política resultante da lógica do capital.

Além disso, as políticas para o extrativismo não madeireiro no estado do Acre sempre tiveram um caráter compensatório, principalmente as que envolvem a borracha, pois não apresentam solução efetiva para os sujeitos envolvidos, no caso, os seringueiros, o que se pode denotar historicamente através das diversas intervenções estatais para esse ramo de atividade, como a política do PROBOR das décadas de 1970-80, e agora com o Programa Floresta Plantada e a Preservativos Natex, que acabam não “reativando” a economia gumífera e apenas servem como propaganda política de amparo social às famílias que culturalmente vivem do extrativismo da borracha nativa, embora contraditoriamente, não responde às necessidades sociais que declaram abranger.

Assim, tais políticas não agem na raiz do problema para a resolução das questões dos extrativistas já que continuam na mesma situação socioeconômica e com os mesmos problemas estruturais. Enfim, a política que resultou na Preservativos Natex representa uma forma de não realizar mudanças estruturais na ordem estabelecida e ao mesmo tempo manter o *status quo* da situação posta, já que não resolvem a questão central, somente tendem a corroborar a forma como está.

Então, lançar ações desta envergadura social e ambiental é uma forma de demonstrar a realização da política do desenvolvimento sustentável no Acre, embora a essência da sustentabilidade dos órgãos internacionais e que se territorializam no Acre se constrói através de outras dimensões que não necessariamente social e ambiental.

Os instrumentos de efetivação da política de desenvolvimento sustentável no Acre ocorrem via Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) como instrumento de planejamento e gestão territorial por meio do qual é possível aplicar projetos e executar políticas públicas e privadas, como também através do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre (PDSA), com destinação de recursos para execução de tais projetos. Apesar da ligação de ambos à política de sustentabilidade, seus objetivos sempre demonstraram a convergência para o desenvolvimento de atividades madeireiras e empreendimentos agropecuários no estado do Acre, negligenciando as atividades extrativistas não madeireiras como a borracha e a castanha, ambas consideradas sustentáveis⁶³.

Nesse sentido, a partir de uma análise dos objetivos do ZEE e do PDSA demonstra-se que o foco está na necessidade da regularização fundiária no estado a fim de implantar o projeto de florestas públicas e, assim, o manejo florestal privado e, posteriormente, a comercialização da madeira. Para isso, instituíram áreas de florestas públicas como também investiram na ampliação e melhoria da BR 364 com o objetivo de abastecer a região com sistema de transporte a fim de escoar a produção.

Somado a essas questões, há a ênfase nos empreendimentos agropecuários e atualmente uma discussão acerca da construção de um programa voltado para os serviços ambientais e a venda do crédito de carbono como forma de comercializá-lo para países industrializados que poluem acima do estipulado.

Portanto, percebe-se que o instrumento de materialização da política de desenvolvimento sustentável do governo do estado do Acre, no caso, da coligação da Frente Popular, prima pelas atividades de alto valor econômico e de interesse no circuito mercantil que é a madeira, o gado e agora o mercado do crédito de carbono que são atividades mais lucrativas.

Nesse sentido, torna-se estratégico implantar políticas que têm como propaganda as dimensões sociais e ambientais, pois representam uma forma de demonstrar a adequação do território às exigências da política de sustentabilidade dos órgãos externos e, assim, inserir o Acre no modelo de Economia Verde garante visibilidade internacional e, portanto, o entusiasmo internacional com destinação de projetos com recursos e investimentos, como o PDSA, para garantir a hegemonia do

⁶³ Vide capítulo 3.

poder local da Frente Popular através de instrumentos para efetivar sua política de desenvolvimento sustentável através da valoração dos recursos naturais da floresta.

Com isso, a proposta de desenvolvimento sustentável do capital e do governo do Acre necessita de mecanismos para legalizar o processo de mercantilização da natureza e, para isso, utiliza do discurso ideológico construído em torno da Preservativos Natex, já que foi consubstanciada como uma política de governo vinculada aos princípios sustentáveis.

Desse modo, a Fábrica de Preservativos Masculinos de Xapuri representa um instrumento ideológico da Frente Popular para legitimar a política de desenvolvimento sustentável e encobrir os verdadeiros propósitos do governo do Acre no tocante à mercantilização da natureza efetivada através da exploração madeireira, da criação da pecuária para a exportação e a inserção no mercado do ar com a venda dos créditos de carbono.

E, por fim, a construção ideológica da Frente Popular somente é possível mediante às formas de controle sobre a sociedade, consubstanciadas através da retirada das condições sociais e humanas de existência do sujeito através de seu poder de autodeterminar sua vida e seu trabalho, assim, permite-se o controle sobre o indivíduo através do trabalho e do seu território. Construído esse cenário, estende-se a lógica capitalista de mercantilização da natureza e a vinculação com o processo de valoração tanto dos recursos naturais quanto dos sujeitos, já que o homem passa a ser somente um fator de produção através de seu trabalho.

Portanto, tais questões nos permitem considerar que a Fábrica de Preservativos Masculinos de Xapuri representa uma estratégia política da Frente Popular no Acre para atrair o capital internacional por meio de investimentos e assim viabilizar a mercantilização da natureza no estado através das *commodities* da madeira, do gado e dos serviços ambientais. Para isso, a Preservativos Natex representa um instrumento ideológico para comprovar a proposta de desenvolvimento sustentável e que foi construída por meio do controle estabelecido sobre a sociedade tanto para afirmar a hegemonia dominante quanto reorganizar o território para aplicação de políticas para manter o *status quo* imposto pelo capital e pelo Estado, já que não houve alteração estrutural, apenas a reafirmação da situação atual.

CAPÍTULO 5

A SUJEIÇÃO DO SERINGUEIRO AO GOVERNO DA FRENTE POPULAR: O CASO DA FÁBRICA DE PRESERVATIVOS MASCULINOS DE XAPURI (AC)

Nessa seção da tese nos propomos analisar as formas de sujeição dos seringueiros vinculados ao processo de fornecimento do látex para a Fábrica de Preservativos Masculinos de Xapuri. Assim, a discussão estrutura-se no sentido de mostrar o papel do Estado diante da lógica do capital e como o trabalho ocupa centralidade nesse processo.

Sendo assim, a relação de sujeição se constrói no âmbito do controle social imposto pelo capital, na figura do Estado em sua expressão do governo executivo, aos seringueiros do Acre e, em especial, aos inseridos no processo produtivo da Preservativos Natex. Inicialmente, criam-se maneiras de desestruturar sua autonomia tanto dentro quanto fora do trabalho, destruindo assim suas formas de organização política¹, para que posteriormente os submetam aos seus imperativos.

É através dessa construção histórica de desarticulação da autonomia dos seringueiros que o capital e o Estado impuseram modos de organização que os vinculam à lógica do capital através da subordinação e da exploração de seu trabalho enquanto condição de existência, não evidenciada somente através da relação com a Preservativos Natex, mas também através dos demais projetos do governo do estado vinculados à proposta de desenvolvimento sustentável da Frente Popular para o Acre como a exploração madeireira, a exportação de carne bovina e a venda dos serviços ambientais.

Com isso, pretende-se demonstrar, nesse capítulo, vários elementos que evidenciam a sujeição dos seringueiros vinculados à Preservativos Natex desde sua transformação em fatores produtivos até o processo de estranhamento que circula nesta dinâmica entre seringueiro, pelo trabalho, e capital via Estado. Assim, constroem-se relações em que é através do trabalho que se estabelece o controle seja com sua intensificação, degradação e exploração ratificadas através das alterações nas rotinas de trabalho com o aumento das horas trabalhadas e no ritmo de trabalho com a extração do látex, o que influenciará significativamente na reorganização do trabalho familiar, bem como pela inserção de novos instrumentos que afetam sua organização e trazem consequências para o ambiente e a saúde do

¹ Conforme discutido no capítulo 2 ao demonstrar as formas de controle do governo da Frente Popular perante os seringueiros através da manutenção das dificuldades socioeconômicas que se encontram muitos seringueiros do Acre; limitação e criminalização das possibilidades de sobrevivência econômica; apropriação das cooperativas, associações e sindicatos pelo governo do estado dentre outros instrumentos que desestruturam as organizações coletivas dos seringueiros.

seringueiro, além da relação desigual no sistema de venda do produto (látex). Portanto, é a sujeição do sujeito seringueiro através de seu trabalho o foco principal de análise desse capítulo.

5.1 O seringueiro e o sistema de produção de preservativos masculinos

Dentro das leis naturais da vida, o homem mantém sua condição de existência através da interação metabólica com a natureza intermediada pelo trabalho, sendo esta relação o fundamento ontológico da busca de uma vida plena de sentido e de reprodução das condições de existência humana. Com isso, o trabalho se torna a categoria fundante do ser social, por meio do qual realiza a produção dos bens materiais necessários à sua vida enquanto dialeticamente se constrói enquanto indivíduo e em sua coletividade através do movimento de produção e da reprodução da vida humana.

Portanto, o trabalho é intrínseco ao ser como meio de alcançar sua condição de existência através da criação de valores de uso, mas no modo de produção capitalista o trabalho adquire novas determinações e torna-se processo de valorização voltado para a produção de mercadorias (valor de troca). Assim, este trabalho criador de valor de troca torna-se o trabalho abstrato, estranhado. E o trabalho é abstrato porque é separado do homem tornando-se algo abstraído dele que agora é dominado pelo capital.

Nesse sentido, Mézáros (2007, p. 57) considera que:

O capital como um sistema orgânico onibrançante pôde afirmar sua vigência nos últimos três séculos como produção generalizada de mercadorias. Reduzindo e degradando os seres humanos à condição de meros 'custos de produção' como 'força de trabalho necessária', o capital pôde tratar até mesmo o trabalho vivo como nada mais que 'mercadoria comercializável', igual a qualquer outra, sujeitando-o às determinações desumanizadoras da coerção econômica.

A grande questão que se coloca para a lógica do capital é a transformação do ser social em ser produtivo, representado apenas como um elemento dentro da dinâmica da produção de mercadorias, já que sua condição humana não é objeto de preocupação para o capital.

É através desse processo de transformação do trabalho, enquanto condição humana, para o trabalho abstrato, que buscaremos respaldo para analisar como ocorre a sujeição do seringueiro à Fábrica de Preservativos Natex, que a princípio se estabelece através do controle de seu trabalho pelo capital, no caso, personificado pelo Estado, ao retirar as possibilidades de autonomia via autodeterminação de sua vida e de seu trabalho em seu território. Assim, os seringueiros que se inserem nessa política de governo são considerados como fatores produtivos através da relevância de sua força de trabalho para a extração do látex que representa a matéria-prima para a produção de preservativos masculinos.

A Preservativos Natex, enquanto uma política de governo, tem como premissa o atendimento aos aspectos sociais, mas no fundo se identifica que os sujeitos (seringueiros) envolvidos se tornam objetos da dinâmica produtiva como um elemento dentro do sistema de produção. Por isso, ao desconstruir as bases que sustentam tal política, vemos como a dimensão social² foi negligenciada diante da necessidade de implantação de infraestrutura produtiva para a logística do abastecimento de látex para a fábrica, já que as ações do governo convergiram para a aquisição de materiais para a extração do látex, na construção de locais para armazenar o produto e em cursos de capacitação para atender a nova demanda da unidade produtiva.

Os aspectos sociais propagandeados pela Preservativos Natex e que constam em seu projeto original preveem a implantação de infraestruturas e melhorias como forma de observar e demonstrar a preocupação com as necessidades básicas do seringueiro voltadas exclusivamente para o atendimento social, como também as ligadas ao processo produtivo. Nesse sentido, são divulgadas várias melhorias que envolvem os sujeitos e seus territórios, tanto para promover sua qualidade de vida, quanto auxiliar na logística da produção, como enfatiza o *síte* da FUNTAC:

Como prova de nosso compromisso com a melhoria contínua da qualidade de vida do povo do Acre, e garantir os níveis de produção do látex, o Governo do Acre vem implantando os seguintes programas: recuperação de ramais para garantir o escoamento da

² Quando tratamos das dimensões sociais que compreendem a vida dos sujeitos estamos indicando tanto as condições de infraestrutura básica como de saúde, de educação, de produção, como também condições dignas que proporcionem viver a partir de sua racionalidade identitária e cultural de seringueiro.

produção; reabertura de varadouros; melhorias sanitárias e captação de água; energia elétrica e moradia (ACRE, 2009b).

Assim, foram anunciadas algumas medidas vinculadas ao “compromisso com a qualidade de vida” no tocante aos aspectos sociais dos seringueiros, embora de forma contraditória além de servirem como propaganda política da Frente Popular de atendimento às necessidades da sociedade, acaba convergindo somente às demandas da produção de preservativos, como será discutido.

Quanto à melhoria de ramais pouco tem avançado. Nesse sentido, o seringal mais assistido pelo governo é o Cachoeira, mas isso ocorre não somente para a questão da produção, mas por ser um local de visitação e atração tur stica³.

Ao não contemplar a melhoria da malha viária dos seringais a fim de auxiliar na logística de transporte, a Preservativos Natex atende somente os seringueiros que estão nos locais de fácil acesso, pois foi utilizada a infraestrutura já existente para o escoamento do l tex⁴. Houve pouca altera o na forma da logística anterior, ou seja, nas localidades de difícil acesso ou no interior da floresta, que são os locais mais carentes de infraestrutura de ramais, continuam fora das a oes do Estado ou com pouca efetividade.

Com rela o aos módulos sanitários   um projeto do governo que complementa com as a oes para a fábrica de preservativos, no sentido de proporcionar melhor qualidade de vida. Mas segundo Dercy Cunha, em análise realizada sobre o projeto dos módulos sanitários, ressalta que:

esse programa de banheiros, agora ele está se consolidando a partir dos recursos que o INCRA está implementando na reserva [...] porque os banheiros que a fábrica, através da FUNASA, disponibilizou para dentro da reserva, foi um desperdício de recurso porque como   que você constrói um banheiro sem dar as condi oes para botar água na caixa? Banheiro sem  gua? Não   banheiro n ? Não serve para nada, então todos esses banheiros que foram construídos nesse programa, da FUNASA em conjunto com a fábrica, eles não serviram para nada. [...] Agora com o crédito habita o esse cenário mudou porque o crédito habita o oferecido pelo INCRA, ele disponibiliza recursos para construir novos banheiros e também botar um motor/bomba onde não tem energia elétrica, aí agora tem mais banheiros funcionando, mas esses da

³ Nesse seringal há a Pousada Ecológica do Cachoeira, um empreendimento realizado pelo governo do estado do Acre e que serve como local turístico oferecendo passeio em trilhas na floresta e culinária local.

⁴ Como também utilizam da estratégia do látex de cultivo para a produ o de preservativos devido   facilidade logística, conforme foi discutido no capítulo 4.

primeira... Vira lugar de deitar galinha. Vira armazém, depósito de guardar produtos agrícolas (informação verbal)⁵.

A utilização dos módulos sanitários como depósito pode ser verificado através da Foto 8, sendo que pela dificuldade financeira dos seringueiros contemplados, em não adequar as instalações sanitárias com fornecimento de água, acabam não tendo a finalidade planejada.

Foto 8 - Utilização do módulo sanitário fornecido pelo governo do estado do Acre aos seringueiros da Reserva Extrativista Chico Mendes



Fonte: Karina Furini da Ponte. Trabalho de Campo realizado em julho de 2011.

Com relação à energia elétrica, previa-se na Reserva Extrativista Chico Mendes e arredores o atendimento do Programa Luz Para Todos, tanto que dentre as instituições e programas vinculados e parceiros para a instalação da fábrica de preservativos, esse projeto do Ministério de Minas e Energia está presente em sua constituição. No entanto até o momento final da pesquisa (2014):

⁵ Entrevista concedida pela presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri Dercy Teles de Carvalho Cunha, em Xapuri (AC), em julho de 2009.

ele chegou a algumas comunidades, principalmente as que têm ramais. Tem muita gente no escuro ainda, principalmente dentro da reserva porque não tem como levar a energia convencional. Existe uma proposta da energia solar, mas essa está ainda só no discurso (informação verbal)⁶.

Para o interior da floresta previa-se a instalação de placas solares e fogões que ao cozinhareem produziram eletricidade ao mesmo tempo, pois pela dificuldade de se ter rede convencional está se desenvolvendo novas formas de geração de energia para as comunidades rurais, conforme esclarece o governo do estado do Acre.

Segundo o Ministério da Saúde (2009), foram distribuídos 170 kits de energia solar em residências na Reserva Extrativista Chico Mendes, embora com relação aos entrevistados não foram detectadas famílias contempladas, informação reforçada pela presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, Dercy Cunha.

Portanto, evidencia-se que todas as infraestruturas citadas pelo projeto da Preservativos Natex como: ramais, módulos sanitários, energia elétrica e solar são ações gerais do programa de governo da Frente Popular no Acre, no entanto, são divulgadas como sendo ações exclusivas dessa política de governo para que assim possa ter uma dimensão do empreendimento quanto à busca pela melhora da qualidade de vida dos seringueiros.

Ainda em termos de infraestrutura, as únicas melhorias oferecidas diretamente pela fábrica para os seringueiros fornecedores de látex são os Pontos de Apoio (PA)⁷ e os Pontos de Recolhimento (PR)⁸. Fato observado no trabalho de campo e em entrevistas com os seringueiros, como um morador do Seringal Nazaré que ressaltou: “a única coisa que a fábrica mandou fazer por conta dela foi esses

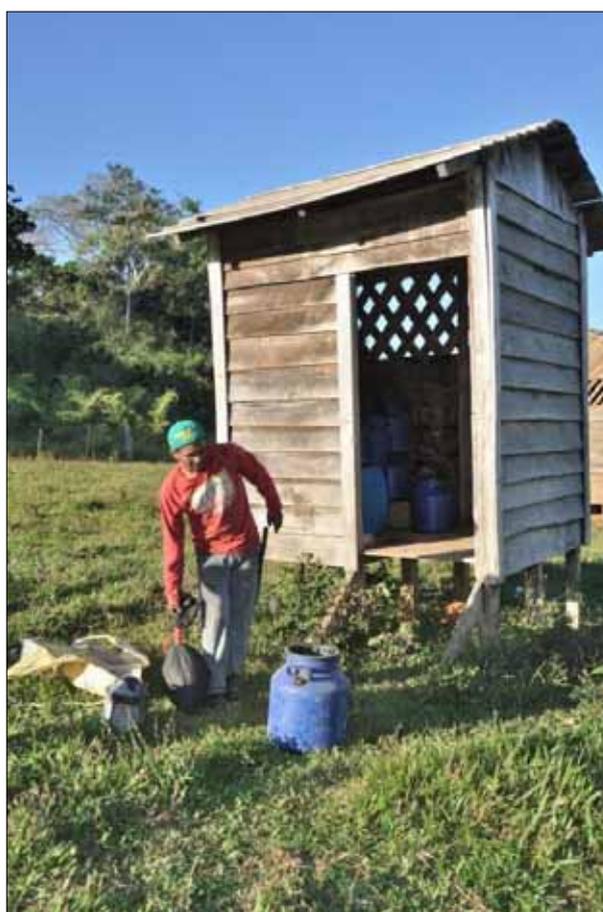
⁶ Entrevista concedida pela presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri Dercy Teles de Carvalho Cunha, em Xapuri (AC), em julho de 2011.

⁷ Os Pontos de Apoio (PA's) são pequenas construções em cada colocação para guardar os utensílios utilizados na coleta do látex, a fim de que o seringueiro não misture com os demais instrumentos de trabalho, além de servir como local de armazenamento do látex coletado até o dia da entrega para a COOPERACRE.

⁸ Os Pontos de Recolhimento (PR's) estão em locais centrais da comunidade e servem como apoio logístico. É um lugar de encontro dos seringueiros com o pessoal da COOPERACRE para receber o látex, ou seja, é onde faz o recebimento, a pesagem, o controle de qualidade e o pagamento pelo produto.

peazinhos [Ponto de Apoio] aí e aquele PR [Ponto de Recolhimento] grande do lado de cá” (informação verbal)⁹ (Fotos 9,10 e 11).

Foto 9 - Ponto de Apoio (PA) na colocação de um seringueiro que fornece látex para a Preservativos Natex



Fonte: Karina Furini da Ponte. Trabalho de Campo realizado em julho de 2011.

Embora nem todos os seringueiros que fornecem látex para a fábrica de preservativos têm PA em sua colocação, somente os extrativistas que estão desde o início do projeto, pois como há uma alta rotatividade nos fornecedores de látex, os seringueiros que se inseriram depois não dispõem dessa infraestrutura fornecida pela fábrica, sendo assim, muitos fizeram por conta própria, ou adaptaram um local para servir como PA.

⁹ Entrevista concedida pelo seringueiro A. S. F., na Reserva Extrativista Chico Mendes (Seringal Nazaré) em Xapuri (AC), em julho de 2011.

Foto 10- Ponto de Recolhimento (PR) construído pela Preservativos Natex na Reserva Extrativista Chico Mendes, no Seringal Nazaré



Fonte: Karina Furini da Ponte. Trabalho de Campo realizado em julho de 2011.

Foto 11- Ponto de Recolhimento (PR) improvisado utilizando a construção já existente na colocação de um seringueiro no Seringal Equador



Fonte: Karina Furini da Ponte. Trabalho de Campo realizado em julho de 2011.

Para o início do funcionamento da Preservativos Natex foram doados pelo governo do estado e pelo convênio estabelecido com o Ministério da Saúde 700 kits às famílias cadastradas para fornecer látex para a fábrica. Esses kits contêm todos

os equipamentos de trabalho para a coleta do látex, como: lâmina para cortar a seringueira; a bica galvanizada que é afixada à seringueira para escorrer o leite; cumbucas, tigelas ou CGP, que são os recipientes que armazenam o leite extraído das árvores; baldes de cinco litros para colher o látex e de trinta litros para armazená-lo até o fornecimento para a fábrica; saco para carregar o leite; peneira galvanizada para coar e retirar as impurezas.

Somente os seringueiros cadastrados no início do projeto da fábrica de preservativos receberam esse kit, e após essa distribuição caso necessitem não será mais fornecido, sendo, pois, os custos de aquisição de tais equipamentos a cargo do próprio extrativista. O fornecimento ocorreu para munir os seringueiros de equipamentos necessários para se inserirem no projeto da Preservativos Natex, como uma forma de motivação inicial para sua adesão.

Juntamente com o kit, os seringueiros cadastrados para fornecer o látex para a fábrica de preservativos deveriam realizar cursos e treinamentos a fim de se adequar às normas exigidas para a produção de preservativos.

Segundo a diretora da Preservativos Natex, Dirlei Bersch, “os seringueiros passaram por um processo de capacitação para a extração do látex; não muda a forma como eles extraem o látex, o que muda são os cuidados que eles têm que ter na higiene e no acondicionamento desse látex para a fábrica” (informação verbal)¹⁰. É nesse ponto que está o diferencial. A nova forma de beneficiamento requer também nova organização da rotina de trabalho e novos instrumentos inseridos no processo, no caso, a amônia para a conservação do látex. Então há sim uma alteração não na forma de coletar, mas nas demais rotinas do cotidiano do seringueiro, isto é, em sua forma de organização diária de vida e de trabalho que envolve sua família, o que será discutido no próximo item desse capítulo.

O curso/treinamento citado foi realizado com os primeiros seringueiros cadastrados no programa, os que se inseriram após essa etapa tiveram apenas orientações dos gerentes de Ponto de Recolhimento (PR). Seu objetivo constitui-se em passar orientações gerais sobre a proposta da fábrica e as peculiaridades da nova forma de beneficiamento, pois se difere da forma tradicional de beneficiar a borracha, que é o CVP. A respeito, um seringueiro entrevistado ressalta que:

¹⁰ Entrevista concedida pela diretora da Preservativos Natex Dirlei Bersch, em Xapuri (AC), em julho de 2009.

[a Fábrica de Preservativos Masculinos de Xapuri] deu um treinamento orientando a forma de você mexer porque só com a borracha [CVP] não ia mexer com nenhum produto químico [amônia], já para entregar o látex você precisa aprender como que mexe com o produto químico, a forma de se proteger (informação verbal)¹¹.

Além dessa peculiaridade, a questão da qualidade do látex é uma das maiores exigências da fábrica, pois “o preservativo é como se fosse um medicamento, tem que ter todo cuidado para não colocar nada que contamine” (informação verbal)¹².

Nesse sentido ainda, outro gerente de PR, afirma que:

para ter qualidade precisa dos cuidados periódicos de cada dia. Os primeiros cuidados vêm mesmo do produtor, que ele já tem que ter os cuidados pra questão de não deixar alguma impureza dentro da tigela lá na mata [se isso acontecer] é pra ele já descartar aquele látex [...] Se tiver um inseto morto dentro, uma borboleta soltar aquele pêlo você já tem que descartar aquele látex, ele pode prejudicar a sua colheita toda. Então esses são os cuidados que vem primeiro do produtor e depois o gerente é o responsável de analisar tecnicamente qualquer tipo de problema (informação verbal)¹³.

Através desses pontos sobre a contrapartida da fábrica de preservativo para com os seringueiros, observa-se que os objetivos concernentes à busca das condições e qualidade de vida do seringueiro como a melhoria de ramais, módulos sanitários, energia elétrica e solar, conforme demonstram os objetivos dessa política de governo, não foram totalmente contempladas, já que as ações reais ocorreram somente para as questões relativas à produção de preservativos, como as construções que facilitam a logística (PA e PR), os equipamentos adquiridos (kits) para a extração do látex e cursos de preparação.

Isso demonstra que a Preservativos Natex, enquanto uma política de governo da Frente Popular, acaba tendo como foco principal a questão produtiva e não social, o que assemelha aos princípios da iniciativa privada. Apesar da bandeira social, pouco ou nada, contempla esse aspecto. As preocupações são a diminuição dos gastos públicos, como por exemplo, ao atender quase exclusivamente aos

¹¹ Entrevista concedida pelo seringueiro M. F. S., na Reserva Extrativista Chico Mendes (Seringal Nazaré) em Xapuri (AC), em julho de 2011.

¹² Entrevista concedida pelo gerente do Ponto de Recolhimento do Seringal Nazaré J. M. S., na Reserva Extrativista Chico Mendes (no Seringal Nazaré), em julho de 2011.

¹³ Entrevista concedida pelo gerente dos Pontos de Recolhimento do Seringal Cachoeira e Equador G. P. S., nos Seringais Equador e Cachoeira, em julho de 2011.

seringueiros de fácil acesso ao mesmo tempo em que não há uma atenção quanto à malha viária do interior dos seringais como também a deficiência na execução das demais questões postas nos objetivos da fábrica de preservativos como energia, ou infraestrutura sanitária.

Assim, o seringueiro se torna um fator produtivo relevante para a dinâmica da produção de preservativos masculinos, sendo considerado somente através de sua força de trabalho na extração do látex.

Portanto, ao considerar o sujeito como uma peça do processo produtivo ele acaba seguindo a lógica do capital, assim, tanto quanto a matéria que se transforma em mercadoria, o homem também se metamorfoseia em mercadoria e passa a valer o que ele produz, no caso dos seringueiros vinculados à Preservativos Natex, que somente são considerados como fornecedores de látex para a produção de camisinhas.

5.2 Os impactos da relação seringueiro X Preservativos Natex em seu território de vida e de trabalho

A vinculação do governo da Frente Popular juntamente com suas políticas, no caso, a Fábrica de Preservativos Masculinos de Xapuri com a lógica do capital, vai se desvelando ao realizar uma análise mais intrínseca ao projeto da fábrica e da ideologia dessa coligação partidária¹⁴. Assim, a propaganda do caráter social voltado para estabelecer ações que proporcionem a melhoria da qualidade de vida para os seringueiros vai se desconstruindo e dando lugar a um processo de controle exercido sobre o indivíduo e seu território através da sujeição de seu trabalho ao Estado e à Preservativos Natex que, ao restringir o seringueiro enquanto fator produtivo, o posiciona em uma trama de relações construídas sobre as bases estruturantes de um processo de estranhamento frente à sua vida e ao seu trabalho.

Desse modo, muitas são as realidades produzidas pela Frente Popular e pela fábrica de preservativos que são propagandeadas como de caráter social e que têm a intenção de demonstrar a atenção e a integração com os sujeitos envolvidos, embora contraditoriamente são instrumentos ideológicos que à primeira vista representam a vinculação do governo do Acre com a proposta de desenvolvimento

¹⁴ Assuntos abordados, respectivamente, nos capítulos 3 e 4.

sustentável relacionada aos aspectos sociais e ambientais enquanto questões intrínsecas à sociedade, contudo, ocultamente serve como forma de desestruturar o modo de organização dos seringueiros, pois ao não atender suas necessidades básicas os colocam em situações socioeconômicas precárias fazendo se sujeitarem a outras formas de organização territorial desvinculadas de sua racionalidade, portanto, estranhas à ela.

Nesse sentido, uma das propostas que demonstram as vinculações da Preservativos Natex com seu sujeito através dos aspectos sociais centra no propósito de atendimento à saúde dos seringueiros. Assim, a partir das entrevistas junto à diretora da Fábrica de Preservativos Masculinos de Xapuri, Dirlei Bersch, a mesma enfatiza que o convênio com o Ministério da Saúde não se destina somente à produção de preservativos, mas à assistência à saúde do extrativista (informação verbal)¹⁵. Dentre elas há as ações de prevenção de DST/AIDS para as comunidades extrativistas, com oficinas de prevenção de DST/AIDS e hepatites virais. Para isso, há o treinamento de agentes comunitários de saúde para efetuar as atividades junto com a equipe do Ministério da Saúde e das Secretarias Municipais de Saúde de Xapuri, de Epitaciolândia e de Brasiléia. Além disso, a Preservativos Natex também realiza campanhas levando atendimento médico, através da saúde itinerante, que foi uma parceria também com as Secretarias Municipais de Saúde.

Para a direção da fábrica “isso é uma coisa bem interessante que vai ser desenvolvida ao longo de 2010 e que vai até aproximar mais eles [seringueiros] da fábrica, quer dizer, do resultado, do objetivo fim do preservativo” (informação verbal)¹⁶. Tanto que através do *site* oficial do governo do Acre¹⁷ foi divulgada a capacitação de equipes para desenvolver ações de prevenção de DST/AIDS e hepatites virais para com os extrativistas, em 2009, e em 2010, a realização de atendimento médico e oficinas de orientação e prevenção de DST/AIDS no Seringal Cachoeira, sendo que após esse período não foram encontrados anúncios de ações dessa envergadura.

Embora, segundo as entrevistas realizadas na Resex Chico Mendes e nos Seringais Cachoeira e Equador, não foi mencionada a ocorrência de ações de

¹⁵ Entrevista concedida pela diretora da Preservativos Natex Dirlei Bersch, em Xapuri (AC), em julho de 2011.

¹⁶ Entrevista concedida pela diretora da Preservativos Natex Dirlei Bersch, em Xapuri (AC), em julho de 2009.

¹⁷ Através do *site*: www.agencia.ac.gov.br com pesquisa realizada até julho de 2014.

saúde envolvendo os seringueiros, tanto que um gerente de PR afirmou que: “pelo menos até agora ainda não foi alcançado os objetivos que era para ser, questão de botar o Posto de Saúde para funcionar, essa questão de agentes de saúde nas áreas, funciona de outro sistema, não funciona ainda como era para funcionar” (informação verbal)¹⁸.

Há outro projeto ligado ao convênio com o Ministério da Saúde que prevê a visita dos seringueiros à fábrica de preservativos como sendo um programa de integração da fábrica com o extrativista. Ao longo das entrevistas realizadas em julho de 2011 evidenciou-se que poucos foram os seringueiros que realizaram visitas à unidade, somente os moradores do Seringal Cachoeira, como também a comunidade Rio Branco, no Seringal Nazaré, na Resex Chico Mendes.

Para o gerente do Ponto de Recolhimento do Seringal Nazaré:

Até agora [julho de 2011] eles não conseguiram levar os seringueiros para visitar a fábrica lá dentro, para ver o funcionamento. Eles são os donos do negócio! São as pessoas que estão com a matéria-prima na mão! Eles que fazem! É eles que fazem o negócio ir para frente, então tem uma proposta de levar todos os seringueiros para ver a fábrica funcionando, ver o preservativo ser construído com o látex que eles produziram, ver o que é feito do produto dele, aí isso não foi cumprido ainda. Foi começado porque aqui o PR aqui atrás, o Rio Branco [no Seringal Nazaré, na Resex Chico Mendes], eles já levaram, conseguiram visitar a fábrica por inteiro, mas ainda não foi conseguido levar todo mundo [...] Eu espero que eles consigam porque é bom para as pessoas [...] às vezes eles produzem, produzem e não sabem nem para onde está indo, o que está sendo feito, não ter ido ver lá o que está sendo feito com o látex que ele produz (informação verbal)¹⁹.

Pode-se observar o papel das associações comunitárias no referido programa de visita à fábrica, pois somente o Seringal Cachoeira, que tem como líder Nilson Mendes, e a Comunidade Rio Branco, no Seringal Nazaré, com a liderança de Raimundo de Barros, mais conhecido como Raimundão, que levaram os seringueiros de sua comunidade para a fábrica. Esses seringueiros são antigos líderes conhecidos pelo processo de luta e resistência do movimento seringueiro nas décadas de 1970-80 e que hoje estão do lado do governo para serem “porta-vozes”

¹⁸ Entrevista concedida pelo gerente do Ponto de Recolhimento do Seringal Nazaré J. M. S., na Reserva Extrativista Chico Mendes (no Seringal Nazaré), em julho de 2011.

¹⁹ Entrevista concedida pelo gerente do Ponto de Recolhimento do Seringal Nazaré J. M. S., na Reserva Extrativista Chico Mendes (no Seringal Nazaré), em julho de 2011.

dos ideais da Frente Popular para com os extrativistas. Por isso, compreende-se que somente nessas comunidades onde há líderes trabalhando junto com o governo houve a visita à fábrica de preservativo, pois são locais onde é mais fácil a mobilização local, o que torna a visita à unidade uma propaganda política.

No segundo semestre de 2011, esse processo de visita estendeu-se para as comunidades Japão, Simitumba, Palmari e Guarani, todas na Reserva Extrativista Chico Mendes, conforme destacou a Agência AIDS (2011). Contudo, após essa ocorrência não foi constatado o envolvimento de outras comunidades nesse programa de visitação à Preservativos Natex. Ou seja, nos seis anos de funcionamento da fábrica de preservativos (2008-2014), somente conseguiram alcançar seis seringais, sendo o Seringal Cachoeira, o Nazaré, o Sibéria, o Albrácia, o Palmari e o Floresta, do total de 30 seringais envolvidos no processo de fornecimento de látex para a Natex, embora não tenham sido todas as comunidades no interior desses seringais que foram contempladas nas visitas à fábrica.

Apesar da importância de realizar uma quantificação no número de comunidades e seringueiros que participaram das visitas para se ter uma dimensão numérica da abrangência, o aspecto de maior peso é entender o tipo de integração construída por essa iniciativa. Assim, verifica-se que não há uma integração do seringueiro com a fábrica de preservativos, pois se trata somente de uma visita técnica, eles não participam do processo decisório e administrativo, não significa uma gestão participativa muito menos uma integração diante da totalidade, já que o seringueiro que fornece látex representa somente uma parte do processo sem que ele tenha a dimensão das demais partes integrantes. Portanto, esse programa de “integração” não proporciona uma integração, representa somente uma propaganda do governo do estado para demonstrar a aproximação com os sujeitos envolvidos no processo produtivo, como também para evidenciar que a Natex tem uma vinculação social preocupada com os sujeitos e não representa uma empresa que segue a lógica econômica acima de tudo.

Além disso, a própria relação direta da fábrica com o seringueiro não existe, porque ela é intermediada pela COOPERACRE, que é uma cooperativa contratada para realizar a logística de escoamento da produção da matéria-prima, responsabilizando-se desde o recebimento do látex pelo seringueiro até o destino para o processo fabril que é a Preservativos Natex.

Esse distanciamento pode ser observado na fala de um seringueiro que fornece látex para a fábrica: “eu não tenho nenhuma relação com eles [Preservativos Natex], só com o DJ [gerente dos PR’s do Seringal Cachoeira e Equador e funcionário da COOPERACRE, Gilsilei Pereira da Silva] que é o gerente que recebe o leite e que conversa com a gente” (informação verbal)²⁰.

Já foi analisada anteriormente a relação de prestação de serviços estabelecida entre a COOPERACRE e a Fábrica de Preservativos Masculinos de Xapuri, embora seja relevante retornar à discussão e acrescentar, para esse momento, a relação fábrica e seringueiro, o que perpassa pela relação fábrica, cooperativa e seringueiro.

Segundo a direção da Preservativos Natex, ao ser questionada sobre a relação com os seringueiros, declara que:

não temos nenhuma relação e nenhuma influência sobre isso [os seringueiros que fornecem para a fábrica], a cooperativa [COOPERACRE] é quem administra o processo de entregas [...] o que importa para nós é que ela cumpra aquela quantidade atendendo toda a dinâmica do projeto (informação verbal)²¹.

Além disso, acrescenta que o contrato de fornecimento não é direto entre Preservativos Natex com o seringueiro, mas da unidade com a COOPERACRE. Então, denota-se que a ligação entre fábrica e seringueiro, somente é mediada através do aspecto econômico/produtivo, enquanto o seringueiro comparece como fornecedor de matéria-prima necessária para o funcionamento da produção.

Dentro do projeto da Preservativos Natex, a busca pela vinculação com uma cooperativa se define pelo caráter social dessa política de governo, já que os pressupostos básicos do sistema cooperativista preveem não somente os aspectos econômicos de comercialização da produção, mas também o envolvimento e o compromisso social com seus cooperados, o que perpassa pela questão da educação, saúde, lazer, dentre outras peculiaridades de cada comunidade, mas como evidenciado anteriormente, a COOPERACRE é somente uma empresa de prestação de serviços, já que a relação com os seringueiros somente é mediada pela compra do látex.

²⁰ Entrevista concedida pelo seringueiro M. P. S., em Xapuri (AC), no Seringal Cachoeira, em julho de 2011.

²¹ Entrevista concedida pela diretora da Preservativos Natex Dirlei Bersch, em Xapuri (AC), em julho de 2011.

Esse “distanciamento” da fábrica com o seringueiro ratifica um processo de estranhamento dos extrativistas com relação ao conhecimento do processo produtivo, pois é considerado apenas como um elemento dentro do sistema de produção, como ressaltado pelos entrevistados de que são eles que fazem o negócio acontecer, mas o próprio capital, via Estado, faz com que esta relevância seja negada. Assim, o seringueiro passa a ser considerado como um fator produtivo através de seu trabalho e não um ser social, como vem sendo discutido.

Portanto, ao analisar a Preservativos Natex enquanto uma política de governo vinculada à dinâmica do capital, o processo de estranhamento está presente em várias situações já mencionadas. Entretanto, no caso analisado da fábrica de preservativos, a personificação do capital ocorre na figura do Estado, mais precisamente do governo do estado do Acre representado pela Frente Popular que comanda, no momento atual, a lógica do capital a partir da máscara da política de desenvolvimento sustentável. Desse modo, é o governo do estado, enquanto representante legítimo, quem organiza e direciona o capital internacional no Acre que se efetiva através do nível macro com os grandes projetos mercadológicos internacionais como a extração da madeira e a venda do crédito de carbono, e no nível micro, com o controle da força de trabalho e do território do sujeito para a efetivação dessa política de mercantilização da natureza.

Assim, a Preservativos Natex mesmo não sendo um empreendimento ligado à iniciativa privada e ao mercado externo, apresenta uma relação com a política do capital internacional para o Acre já que representa um instrumento importante de legitimação dessa lógica de mercantilização da natureza que por vincular-se ao projeto de desenvolvimento sustentável do governo do estado demonstra a preocupação social e ambiental das ações políticas da Frente Popular para o Acre.

Portanto, como essa política de governo está inserida na proposta geral do capital para o Acre, acaba seguindo sua lógica e, com isso, sua concretização está assentada sobre o processo de estranhamento, que pode ser evidenciado através de várias realidades postas.

A princípio, a não vinculação direta da fábrica com o seringueiro gera um estranhamento do processo produtivo e de seu papel diante dessa totalidade, o que se acentua pela posição do sujeito que passa a ser considerado somente como força de trabalho através do fornecimento do produto (látex) para a produção de

preservativos. E isso é demonstrado por várias ocorrências como o não contato dos seringueiros com a unidade produtiva, que representa um projeto de integração dos seringueiros com a fábrica por meio de visitas técnicas; como também que a relação do seringueiro ocorre com a COOPERACRE que presta serviço e não diretamente com a unidade industrial para qual fornecem o látex.

Outra questão evidenciada nessa discussão se refere à própria contradição inerente ao processo, pois a fábrica representa uma iniciativa vinculada à saúde, primeiramente, através do estabelecimento de objetivos que contemplam a realização de oficinas e assistência à saúde para os sujeitos envolvidos no projeto da Preservativos Natex, como também está inserida na campanha de prevenção do Ministério da Saúde através do Programa DST/AIDS com a produção e distribuição de preservativos em Postos de Saúde. Contudo, verifica-se que não há uma preocupação com relação à saúde de seus trabalhadores tanto pela falta de assistência mais efetiva com o atendimento à saúde nas comunidades, como também com a inserção do uso da amônia no processo de conservação do látex pelo seringueiro²², sendo que é um produto tóxico e utilizado sem equipamentos de proteção individual (EPI). Isso demonstra como o resultado de seu trabalho, que é a produção dos preservativos masculinos e juntamente com ele, as campanhas de saúde, está cada vez mais distante do trabalhador.

Nesse contexto, Sabá Marinho, uma importante liderança seringueira, reforça que “eles [os trabalhadores envolvidos no processo produtivo do preservativo] estão trabalhando exatamente pela saúde [...] de alguém, mas quem sabe que a saúde dele tá?” (informação verbal)²³, ou seja, a fábrica de preservativos surge no contexto do atendimento às questões da saúde vinculadas à prevenção de DST/AIDS e hepatites virais, embora esta campanha não alcance os seringueiros e responsáveis por fornecer látex para a produção de preservativos que respondem às demandas da campanha, como também não há uma preocupação com a saúde desse trabalhador em seu ambiente de trabalho.

Todas essas constatações denunciam formas de estranhamento do sujeito diante do processo produtivo, já que se apresenta somente como elemento da produção através de seu trabalho produtor de valor. Assim, ao cindir o homem do

²² A discussão sobre a relação entre uso da amônia no processo produtivo e saúde do trabalhador será abordada ainda neste capítulo.

²³ Entrevista concedida pelo líder seringueiro Sabá Marinho, em Xapuri (AC), em julho de 2011.

seu trabalho gera um sentido de perda de sua essência, já que o trabalho é a mediação através do qual o homem obtém suas necessidades como também há o distanciamento do sujeito com o resultado de seu trabalho. Portanto, tanto o trabalho quanto seu resultado se tornam estranhos ao sujeito que o produziu.

Marx (*apud* Antunes, 2011, p. 81), ao analisar o processo de alienação e estranhamento no sistema do capital, parte da constituição de quatro momentos que se associam e se complementam. Primeiro que o resultado do trabalho do sujeito não pertence ao seu criador, ou seja, o produto do trabalho se torna alheio, separado do trabalho e do sujeito. Sendo assim, no segundo momento, o trabalho não se reconhece em seu produto e dele não se apropria, não se reconhecendo dentro do processo produtivo, portanto, se estranha e se fetichiza no próprio processo de trabalho. Desse modo, não somente o trabalho como “o ser social que trabalha não se reconhece como uma individualidade em seu próprio ato produtivo” e, com isso, não se identifica como parte do gênero humano, correspondendo ao terceiro e quarto momento do processo de estranhamento.

Tudo isso é reflexo da desvinculação do sujeito/trabalhador do seu trabalho enquanto condição de criação de valor de uso, já que seu trabalho passa a ser comandado por agentes externos à sua racionalidade, podendo ser desde o capital através de uma empresa privada ou a uma política pública vinculada ao Estado. Assim, ao perder o controle sobre seu trabalho esse se torna mais distante do sujeito, construindo as bases do estranhamento social.

Tanto Antunes (2008) quanto Alves (2009) ressaltam que o processo de estranhamento está consubstanciado na separação do sujeito com seus meios de produção da vida social, ou seja, quando os meios de produção tornam-se propriedades privadas surge o trabalhador assalariado como elemento dessa dissociação e, com isso, funda-se o trabalho estranhado, assim, o capital se apropria do trabalho enquanto condição de existência do indivíduo transformando-o em trabalho criador de valor de troca.

E nesse caso, como podemos associar o processo de estranhamento a relações construídas com sujeitos que não são assalariados, que não produzem mercadorias diretamente e que não estão apartados dos meios de produção? Pois, os seringueiros que fornecem látex para a Preservativos Natex não são trabalhadores assalariados e não trabalham no “chão da fábrica”, já que recebem pelo produto vendido, ou seja, o trabalho despendido na extração do látex; como

também têm a posse da terra embora não tenham o controle sobre seu uso, pois quem comanda e controla o que e como produzir, bem como a organização de seu trabalho, é o capital através de uma política de governo a partir do momento que impõe as rotinas de organização e produção do látex, ou seja, há influências significativas no controle das dimensões de existência do sujeito. Assim, é a partir da perda do controle de sua vida, de seu trabalho e de seu território que agora passa a ser dirigido pelo capital, via Estado, que o estranhamento se constrói na relação do seringueiro vinculado à política de governo da Preservativos Natex.

Portanto, a vinculação do seringueiro com a Fábrica de Preservativos Masculinos de Xapuri desestrutura a autonomia do trabalho na gestão do território, pois submete o seu trabalho e sua organização familiar exclusivamente para a extração do látex direcionado para a fábrica, colocando em risco a estrutura produtiva do roçado, da criação de pequenos animais, da caça e da própria extração como elos fundantes do trabalho como valor de uso. Assim, o trabalho do seringueiro está subjugado a uma política pública que interfere no seu modo de organização.

Desse modo, o processo de estranhamento que estrutura a relação entre seringueiro e Preservativos Natex se constrói por meio do controle da racionalidade do seringueiro e seu reflexo em sua organização de vida e de trabalho, já que a lógica produtiva da fábrica de preservativos impõe formas de trabalho a fim de adequar o látex ao sistema de produção de camisinhas se constituindo em rotinas de trabalho estranhas ao modo seringueiro.

A esse processo Antunes (2008) denomina de controle social metabólico pelo capital para explicitar o processo de estranhamento material dos seres humanos dentro da sociedade capitalista das condições naturais que formaram a base de sua existência. É o sistema de metabolismo social do capital fundado no trabalho alienado que engendra uma ruptura da lógica metabólica existente na história da humanidade que passa a ser comandada pelo capital a fim de obter lucro e não mais garantir a existência humana, pois o homem perdeu a mediação, a regulação e o controle de seu metabolismo para o capital como resultado de um modo de controle estranhado do metabolismo social.

Assim, é a partir dessas constatações que compreendemos que a política da Frente Popular protagonizada pela perspectiva do desenvolvimento sustentável e seus desmembramentos, como a Fábrica de Preservativos Masculinos de Xapuri,

representam instrumentos de controle social que se fundamentam na sujeição do indivíduo e de sua coletividade, através de seu trabalho e de sua vida, à construção de ideologias e práticas sociais que os amarram ao sistema, as quais interferem e têm impactos diretos na gestão e autonomia dos territórios seringueiros.

5.3 A sujeição do seringueiro pelo trabalho: intensificação, degradação e exploração

Ao considerar que a relação entre os seringueiros e a Preservativos Natex está consubstanciada no processo de sujeição através do trabalho como relações construídas sob as bases do processo de estranhamento em que o sujeito somente é considerado enquanto detentor de força de trabalho se torna relevante demonstrar através da práxis como se estabelecem tais relações de produção e de trabalho para a extração do látex destinada à fabricação das camisinhas.

Nesse contexto, ao ser considerado um importante fator de produção, o seringueiro passa por uma intensificação de seu trabalho, nada novo diante da lógica do capital. Entretanto, na adesão ao fornecimento de látex para a fábrica, há uma alteração significativa em sua rotina laboral, tanto pelo aumento das horas trabalhadas com a expansão da jornada de trabalho que duplica com relação à rotina construída anteriormente com a produção do CVP, quanto no que reflete na reorganização do trabalho familiar.

Outra questão relevante para com os seringueiros vinculados à fábrica de preservativos se refere à especialização que se procede desse sujeito na extração do látex para a produção de preservativos masculinos, já que além de responder a maior parte de seu tempo de trabalho, dificulta a lida com outras atividades que compõem sua diversidade produtiva como o roçado, a criação de animais, a caça e a extração de outros produtos extrativistas não madeireiros, elemento essencial que possibilita a autonomia de vida do seringueiro em seu território.

Além disso, os seringueiros estão sujeitos às condições degradantes de ambiente de trabalho através da incorporação do uso da amônia na conservação da matéria-prima sem corresponder com a proteção do trabalhador; como também a relação desigual evidenciada na venda do látex para a Preservativos Natex que é marcada por uma lógica de exploração através de seu sistema de pesagem, como afirmam os seringueiros entrevistados.

Portanto, é através da prática cotidiana dos seringueiros que extraem látex para a Preservativos Natex que abordaremos como ocorre a intensificação, a degradação e a exploração do seu trabalho estabelecidas através do vínculo com essa política de governo.

5.3.1 A intensificação do trabalho a partir da expansão da jornada, do ritmo laboral e seus reflexos na rotina de trabalho do seringueiro e sua família.

Com a instalação da Fábrica de Preservativos Masculinos de Xapuri, em 2008, há a inserção de outra opção dentro do trabalho com a seringa, que se refere à extração do látex para a produção de preservativos, já que até então a principal forma de trabalho era a extração para a produção do Cernambi Virgem Prensado (CVP). Assim, diante das duas opções encontradas nos seringais da região do Alto Acre, encontramos desde famílias seringueiras que se dedicam somente ao látex, embora haja outras famílias que se dedicam às duas formas de produto, como também colocações que continuam somente com a extração para o CVP.

Tanto o CVP quanto o látex têm como princípio a extração do leite das seringueiras, mas após essa etapa ocorrem diferenças em termos de rotinas de trabalho, com peculiaridades de dias e horas na dedicação com as atividades, novos instrumentos e produtos utilizados, preços da matéria-prima/produto e novas relações externas, o que exige do seringueiro reorganizações laborais individuais e familiares a fim de atender à demanda de cada produto.

Assim, dentro da extração do látex para a produção de preservativos, a rotina de trabalho compromete de 4 a 6 dias da semana do extrativista, sendo, pois, referenciada através do sistema de revezamento, para garantir a produção sempre constante da seringueira (Figura 2), como exemplifica um seringueiro vinculado à Preservativos Natex: “[eu corto] seis dias porque são três estradas²⁴, aí eu corto segunda, terça e quarta [cada dia uma estrada diferente], aí na quinta eu volto na primeira estrada e assim por diante” (informação verbal)²⁵. É necessário aguardar de

²⁴ As estradas de seringa são caminhos traçados, pelos seringueiros, no meio da floresta de modo a contemplar o maior número de seringueiras. Essa forma de organização representa a área de trabalho do seringueiro para a extração da seringa.

²⁵ Entrevista concedida pelo seringueiro C. S., na Reserva Extrativista Chico Mendes (no Seringal Nazaré), em Xapuri (AC), em julho de 2011.

2 a 3 dias para sangrar a mesma árvore, caso contrário, pode alterar a quantidade e a qualidade do leite extraído.

Além da questão relacionada ao sistema de revezamento, as exigências para com as outras atividades na colocação faz com que haja uma rotina não constante de trabalho com a seringa, pois caso contrário os cultivos de autoconsumo não ocorrem, impossibilitando a reprodução da família seringueira, conforme reforça um entrevistado: “talvez nem corto a semana toda porque a gente vai pro roçado, talvez tem que esperar e dar uma caçada pra arrumar um rancho²⁶ pra comer em casa” (informação verbal)²⁷.

Devido às exigências da produção da seringueira e da organização produtiva estabelecida pela Preservativos Natex, o trabalho com o látex é a atividade que demanda maior dedicação de tempo do seringueiro, tanto na rotina diária pela quantidade de horas trabalhadas, quanto semanal, já que ocupa a maior parte da semana.

Nesse sentido, os depoimentos de alguns entrevistados relatam o cotidiano de vida e de trabalho do seringueiro na extração do látex, o que reflete na sua rotina diária:

Na seringa a gente sai com o escuro para cortar e a gente chega só quatro, cinco horas da tarde com o leite [...] é porque eu faço assim: eu entro no amanhecer do dia e eu vou chegar em casa do corte da estrada, eu chego dá 10, 11 [horas] aí eu como qualquer coisinha por ali, pego o balde e vou colher o leite, aí vou chegar 4, 5 horas da tarde com o leite para botar no balde (informação verbal)²⁸.

No dia que eu vou cortar eu acordo sempre às 3 horas da madrugada e faço minha alimentação. Como aí saio 4 horas [...] a gente sai cortando primeiro [...] e quando dá base de 10 horas e 10 e meia você termina de cortar, aí chega em casa come novamente [...] aí pega o vasilhame e volta colhendo o látex [...] eu carrego nas costas de 15 a 20 litros de látex (informação verbal)^{29 30}.

²⁶ Na linguagem do seringueiro acreano, rancho significa grande quantidade de carne de caça para a alimentação do seringueiro e sua família.

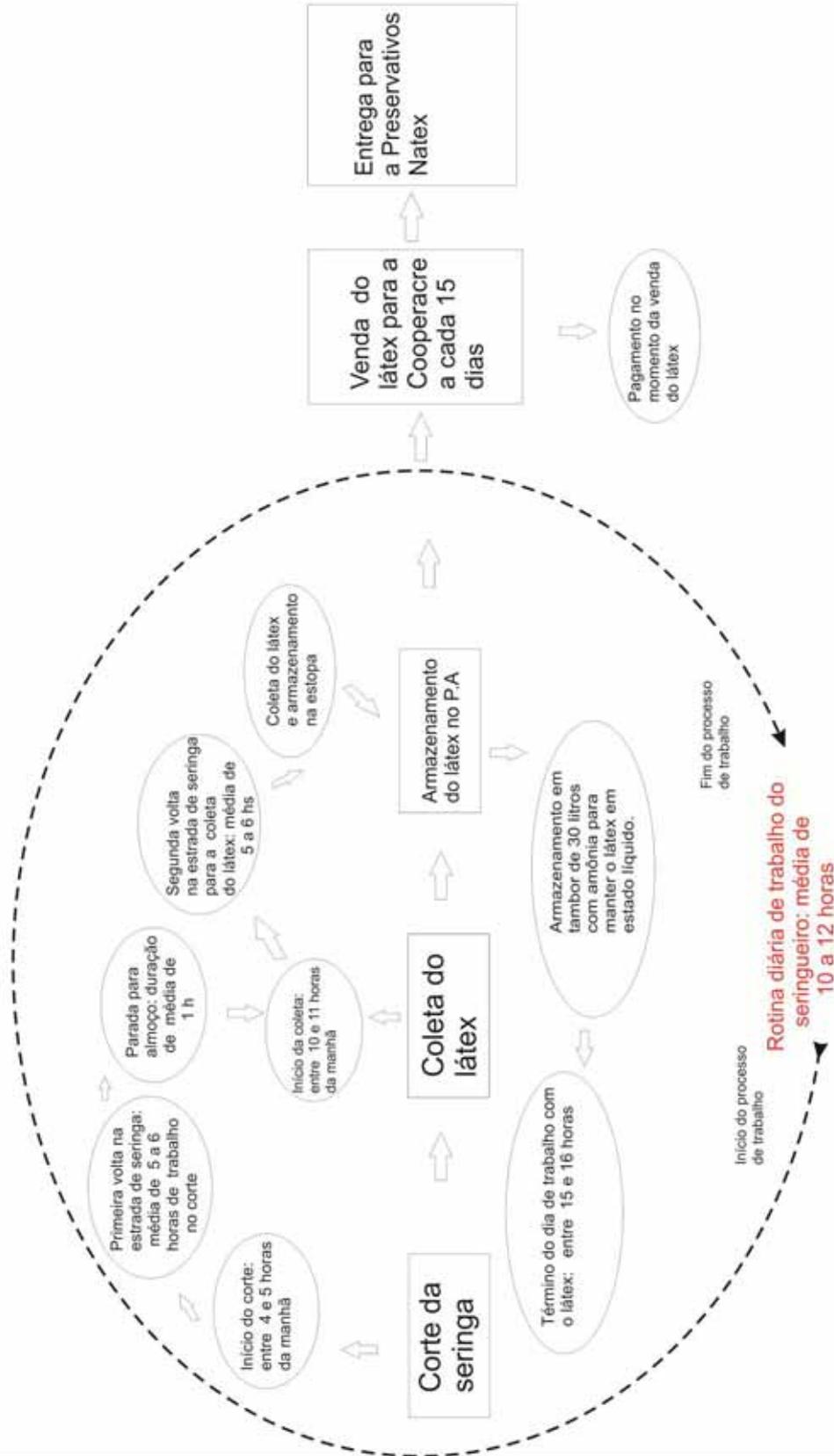
²⁷ Entrevista concedida pelo seringueiro C. C. S., no Seringal Equador em Xapuri (AC), em julho de 2011.

²⁸ Entrevista concedida pelo seringueiro C. N. S., no Seringal Equador em Xapuri (AC), em julho de 2011.

²⁹ Entrevista concedida pelo seringueiro M. F. S., na Reserva Extrativista Chico Mendes (Seringal Nazaré) em Xapuri (AC), em julho de 2011.

³⁰ As rotinas diárias relatadas não diferem muito dos demais seringueiros quanto aos horários de trabalho.

FIGURA 2 - PROCESSO DE TRABALHO NA EXTRAÇÃO DO LÁTEX



Fonte: Trabalho de campo realizado em julho de 2011.
 Desenho: Karina F. da Ponte

A extração do leite ocorre nas estradas de seringa que ficam no interior das colocações. Elas podem ser de várias formas e desenhos, mas para efeito de ilustração da rotina de trabalho, optamos por apresentar a forma da estrada que acompanhamos (Figura 3).

Nesse desenho há uma estrada denominada de espigão para se chegar à área de trabalho e depois o círculo representa a estrada de seringa onde se encontram as seringueiras que é o caminho percorrido pelo seringueiro ao longo do trabalho diário. No círculo há a “perna de entrada”, que é por onde inicia o corte, e a “perna de saída”, que representa o término do trabalho e que desemboca novamente no espigão.

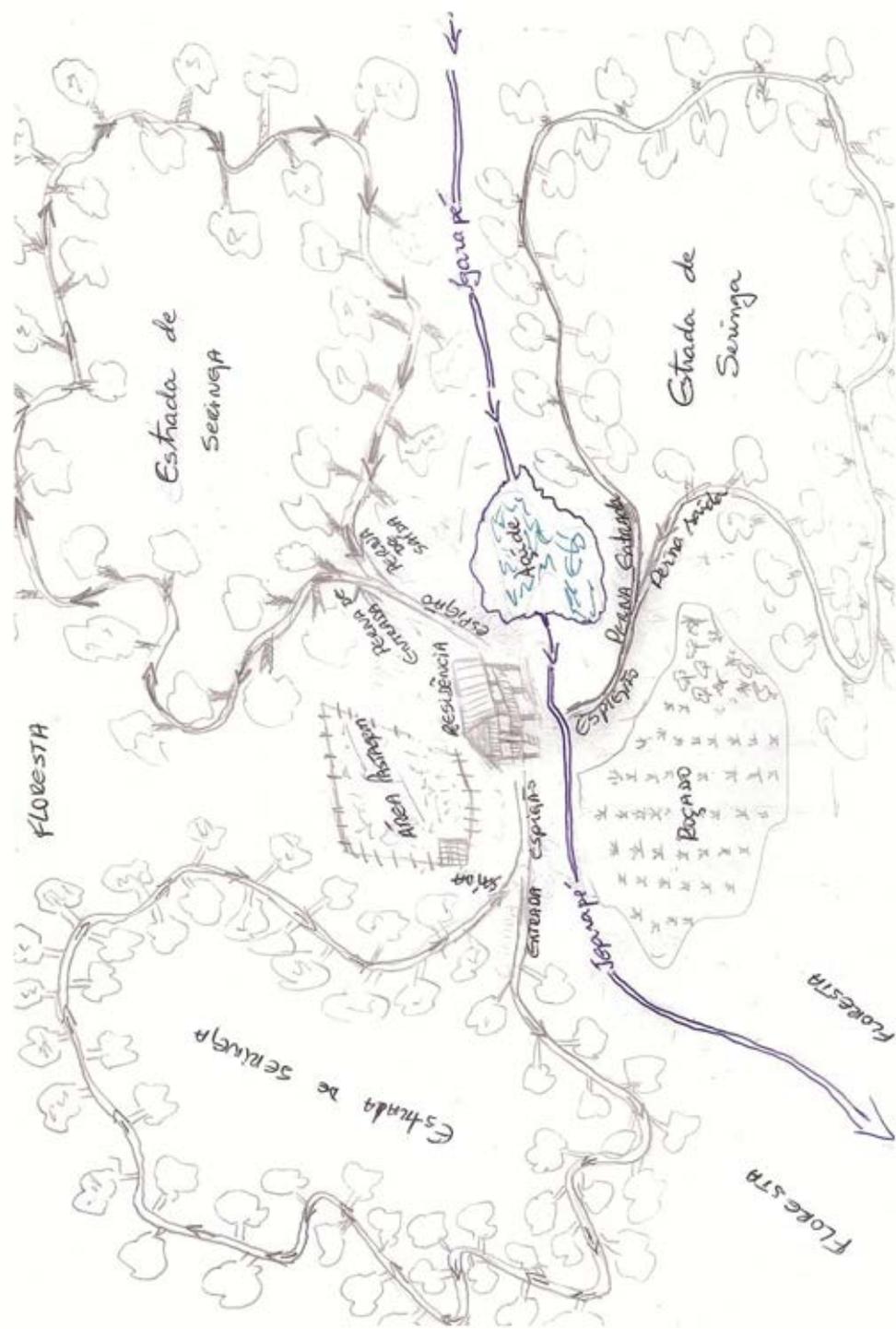
Para a extração do látex, devem-se dar duas voltas na estrada de seringa no mesmo dia de trabalho. A primeira volta é feita geralmente em 5 horas para realizar o corte nas seringueiras. E depois de almoçar na boca da estrada (ponto de entroncamento entre as “pernas” de entrada e de saída) ou em suas casas, os seringueiros voltam para percorrer o mesmo caminho para fazer a coleta do látex, ou seja, uma volta na estrada de seringa seria para cortar e outra para colher o látex.

A primeira volta na estrada é para sangrar as seringueiras (fazer a fileira por onde escoar o látex), para isso, o seringueiro utiliza um instrumento denominado de cabrita, sendo que, ao término desse procedimento coloca-se uma bica de metal e uma pequena tigela de plástico preta (CGP) para recolher o líquido (Fotos 12 e 13).

Na segunda volta da estrada, o seringueiro passa recolhendo o látex dos CGP's com uma paleta que ele mesmo faz com o bambu, que se encontra na floresta, e todo o produto é colocado em um balde que quando cheio é despejado em um saco plástico a fim de facilitar o trabalho ao longo do percurso (Fotos 14 e 15).

Geralmente, caminha 25 km ao dia para fazer todo o trajeto de sangria e coleta do látex. Nesse percurso leva nas costas uma estopa com todos os instrumentos necessários para seu trabalho, além de um recipiente de metal ou um saco plástico, que podem variar de 15 a 20 litros, para levar o látex coletado (Foto 16).

FIGURA 3 - CROQUI DE UMA COLOCAÇÃO SERINGUEIRA, COM AS ESTRADAS DE SERINGA



Fonte: Trabalho de campo realizado em julho de 2011.
Desenho: Karina F. da Ponte



Foto 12 – Primeira etapa da sangria da seringueira para extração do látex

Legenda: Corte/sangria da seringueira com a cabrita.
Fonte: Karina Furini da Ponte. Trabalho de Campo realizado em julho de 2011.



Foto 13 – Segunda etapa da sangria da seringueira para extração do látex

Legenda: Fixação do CGP para coletar o leite extraído da seringueira.
Fonte: Karina Furini da Ponte. Trabalho de Campo realizado em julho de 2011.



Foto 14 – Primeira etapa da coleta do látex

Legenda: Retirada do leite armazenado no CGP
Fonte: Karina Furini da Ponte. Trabalho de Campo realizado em julho de 2011.



Foto 15 – Segunda etapa da coleta do látex

Legenda: Despejamento do látex em saco plástico a fim de transportar a seringa coletada para sua colocação.

Fonte: Karina Furini da Ponte. Trabalho de Campo realizado em julho de 2011.



Foto 16 - Retorno do dia de trabalho com seus instrumentos utilizados e o látex extraído.

Fonte: Karina Furini da Ponte. Trabalho de Campo realizado em julho de 2011.

Quando retorna à sua casa, ao final do dia, o látex é despejado em baldes de 30 litros contendo amônia a 28%, para que o leite seja mantido em estado líquido, exigência para a produção de preservativos. Esse insumo (amônia) é oferecido pela COOPERACRE, responsável por comprar o produto dos seringueiros e enviá-lo à Fábrica de Preservativos Masculinos de Xapuri (Foto 17).



Foto 17 - Processo de armazenamento do látex.

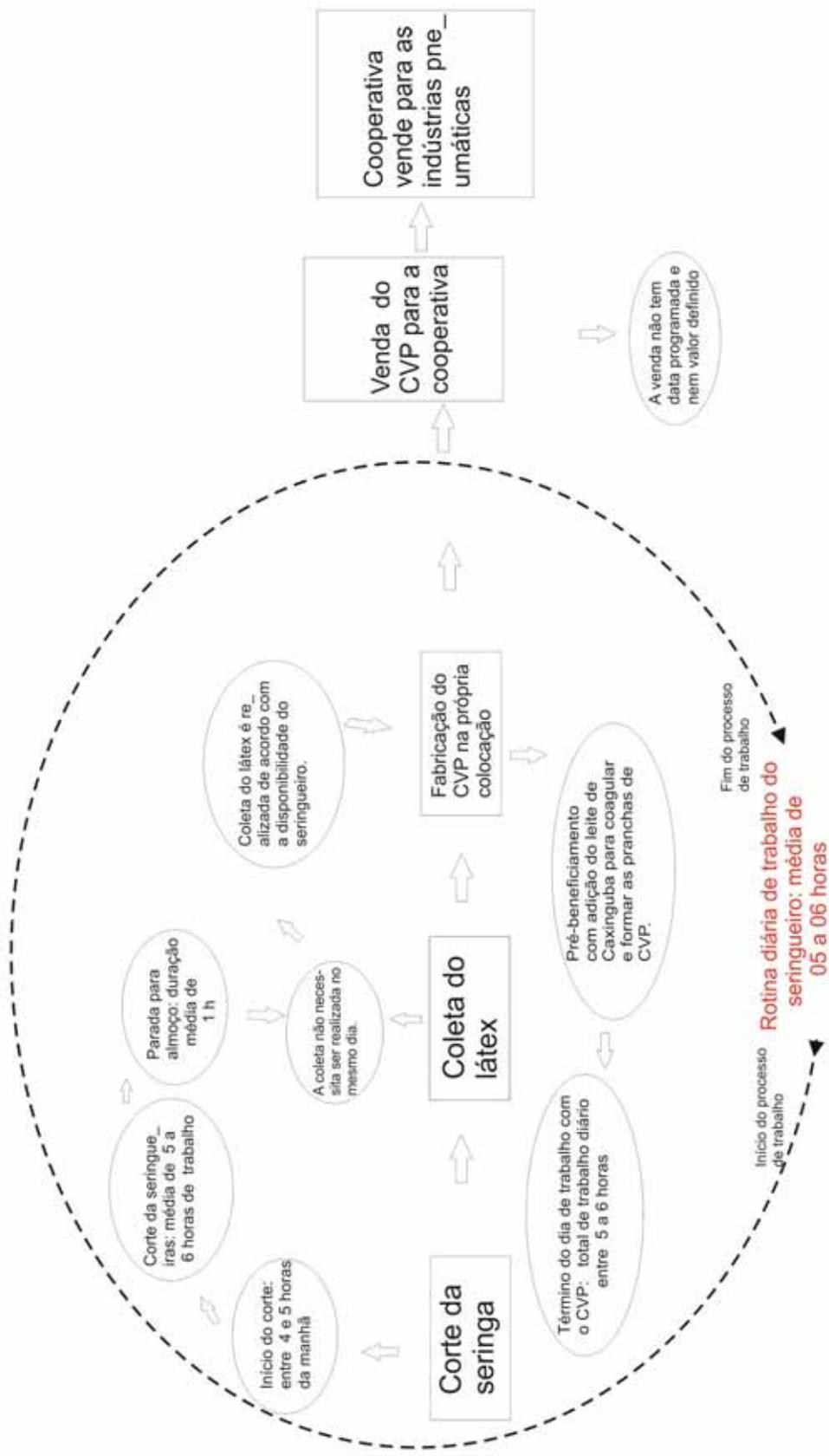
Legenda: Despejamento do látex extraído em baldes de 30 litros contendo amônia sem utilização de equipamentos de proteção individual (EPI's).

Fonte: Karina Furini da Ponte. Trabalho de Campo realizado em julho de 2011.

Em todas as colocações visitadas há uma pequena construção de madeira - Ponto de Apoio (PA) que a Preservativos Natex instalou para que sejam guardados os equipamentos e todo o produto extraído ao longo de 15 dias, periodicidade em que os seringueiros entregam o látex para a COOPERACRE.

Além do látex destinado à produção de preservativos masculinos, há outro produto tradicional derivado da seringa que é o Cernambi Virgem Prensado (CVP). Ele é um tipo de borracha bruta, e seu diferencial em relação ao látex ocorre no processamento, pois a extração da seringa é semelhante para todas as formas de produtos derivados (Figura 4).

FIGURA 4 - PROCESSO DE TRABALHO PARA FABRICAÇÃO DO CVP



Fonte: Trabalho de campo realizado em julho de 2011.
 Desenho: Karina F. da Ponte

Após a extração do leite, o seringueiro mistura-o com a seiva extraída da caxinguba³¹, que por ser um coagulante natural desestabiliza a seringa e provoca uma imediata coagulação produzindo uma borracha crua e bruta, formando pranchas, pois assume a forma do recipiente onde é feito o processo, em caixas de madeira ou cochos.

O CVP é um produto semibeneficiado pelo seringueiro em sua colocação e é vendido às cooperativas no Acre, principalmente a COOPERACRE, que intermedia as remessas às indústrias pneumáticas localizadas no estado de São Paulo (Foto 18).

Foto 18 – Comercialização do CVP com a COOPERACRE



Fonte: Karina Furini da Ponte. Trabalho de Campo realizado em julho de 2011.

O grande diferencial entre o látex e o CVP está na rotina de trabalho, pois como o látex necessita estar na forma líquida para a produção dos preservativos, o corte e a coleta devem ser realizados no mesmo dia a fim de que não coagule. Para isso, são necessárias duas voltas na estrada de seringa, o que prende o seringueiro a uma rotina de até 12 horas de trabalho com essa dedicação. Já o CVP necessita que o leite esteja coagulado. Assim, o corte pode ser feito em um dia e coletado em outro momento. Isso reduz o tempo de trabalho, pois leva de 5 a 6 horas para

³¹ A caxinguba é uma árvore natural da floresta da qual se extrai uma seiva que tem propriedades coagulantes e é usada pelos seringueiros para coagular a seringa e transformá-la em CVP.

finalizar a etapa diária da extração, diminuindo pela metade o dispêndio de trabalho ao comparar com o látex e, assim, libera o seringueiro para outras atividades em sua colocação.

Segundo a fala de um seringueiro entrevistado:

se fosse para eu cortar para o CVP eu cortava duas estradas por dia e aí no caso do látex eu vou ter que cortar só uma porque eu vou ter que colher ela novamente, tem que passar cortando e mais tarde tem que passar colhendo e aí não dá tempo de ir para o outro (informação verbal)³².

Isso demonstra o reflexo na diversidade produtiva do seringueiro, pois com a exigência da extração do látex destinado à Preservativos Natex, não permite a dedicação a outras atividades, conforme reforça o superintendente da COOPERACRE:

para produzir para o látex toma o dia todinho do produtor, então ele desenvolve apenas um tipo de produto, e o dinheiro desse produto ele tem que comprar o arroz, o feijão, a farinha, o óleo, a carne [...] Então eles ficam pra comprar tudo com o dinheiro do látex e eles ficam em desvantagem. É mais uma desvantagem! Então, no passo de quando eles cortam pro CVP eles terminam nove, dez horas do dia o serviço e aí eles têm o restante do dia pra desenvolver outras atividades. Ele põe a rocinha dele e vai ter a farinha, vai ter o porco, vai ter a mandioca, vai criar a galinha, o pato e desenvolve uma série de outras atividades, o que melhora muito mais porque ele permanece com a renda e melhora muito mais a atividade dele (informação verbal)³³.

Diante do exposto, constata-se que com a extração do látex, conforme as exigências da Preservativos Natex, o cotidiano de trabalho do seringueiro acaba ficando prejudicado, pois não permite uma diversidade produtiva (roçado, caça, criação de pequenos animais etc.); já com o CVP permite esta diversidade, necessária para sua existência.

Além disso, o seringueiro que extrai látex para a fábrica se torna um sujeito especializado, já que seu dia é somente para este tipo de atividade, não o liberando para as demais necessidades diárias de sua família. Com isso, percebe-se

³² Entrevista concedida pelo seringueiro C. C. S., no Seringal Equador em Xapuri (AC), em julho de 2011.

³³ Entrevista concedida pelo Superintendente da Cooperativa de Comercialização Extrativista do Acre (COOPERACRE) Manoel Monteiro, em Rio Branco (AC), em julho de 2011.

uma mudança na rotina de trabalho do seringueiro vinculado à Preservativos Natex a fim de adequá-la às novas exigências da fábrica.

Essa nova rotina de trabalho imposta pela fábrica de preservativos altera significativamente o modo de organização do seringueiro a partir de sua racionalidade, pois além de reforçar a importância do seringueiro através de seu trabalho, já que ele representa somente um fator produtivo para a fábrica pela atividade que exerce na extração do látex, altera também a organização familiar, pois ao ficar “preso” na dedicação ao látex para fornecer para a Preservativos Natex, impossibilita exercer a autonomia produtiva em seu território com a prática da agricultura para seu autoconsumo, refletindo assim, tanto na rotina do indivíduo quanto de sua família que passa por um nova divisão de trabalho para atender a extração de látex para a fábrica como também para realizar as atividades que garantem sua segurança alimentar.

É o controle exercido pelo governo do estado do Acre por meio da Preservativos Natex ao desestruturar o trabalho enquanto condição de existência dificultando a prática da agricultura de consumo, e impondo uma forma de trabalho estranha à sua racionalidade, que é de acordo com as exigências da fábrica, o que demonstra que o controle não ocorre somente na esfera do trabalho, mas da vida do seringueiro a partir do momento em que domina e orienta seu território.

Nesse sentido, ao abordar a influência exercida pela fábrica de preservativos na rotina de trabalho do seringueiro e seus reflexos na reorganização de seu trabalho individual e familiar, há outro fator necessário e relevante para o capital/Estado/Natex e que repercute diretamente como uma das estratégias de controle sobre o sujeito e seu território: o conhecimento do seringueiro sobre a floresta. Desse modo, o trabalho do seringueiro não deve ser considerado apenas no dispêndio de tempo de trabalho para a extração do látex, mas também envolve o conhecimento e o saber fazer frente a sua relação metabólica com a natureza, sendo duas dimensões necessárias para o capital, no caso, o Estado.

Com isso, é imprescindível não somente a apropriação do trabalho, mas também do conhecimento devido à forte relação de produção das seringueiras com as condições físico-naturais. Assim, é o conhecimento da própria floresta acumulado através da vivência, da cultura e da proximidade com a natureza construída por gerações que situa o seringueiro como um elemento importante diante do processo

de extração/produção do látex, já que o trato com a seringueira requer muito mais conhecimento acumulado do que técnica de produção ou adoção de tecnologias.

Desse modo, é o conhecimento da floresta que permite uma localização precisa das seringueiras nativas, já que são os seringueiros que “constroem” as estradas de seringa de acordo com a disposição das árvores; possibilita a habilidade da sangria da seringueira para se extrair o látex³⁴ como também permite conhecer os períodos do ano favoráveis à sua extração³⁵, sendo condições importantes para o processo produtivo.

Segundo Alves (2010; 2011a; 2011b), dentro do sistema do capital, a lógica que compõe a apropriação do trabalho e, por conseguinte, do conhecimento através do controle exercido sobre o sujeito e seu território está relacionada ao que o autor denomina de “captura” da subjetividade, pois envolve diretamente o ser indivíduo e o ser social, tanto dentro de seu espaço de trabalho como de vida, manipulando a subjetividade a favor do capital/Estado³⁶.

Quando se pensa que o domínio e a coerção ocorrem tanto no espaço do trabalho quanto de vida, para os seringueiros não há esta separação, pois o trabalho e a vida acontecem no mesmo espaço enquanto dimensões complementares de sociabilidade e de formação do indivíduo enquanto ser social e político. A cultura seringueira não dissocia trabalho e vida, já que ambos são elementos intrínsecos da composição cultural.

Nesse sentido, Alves (2011b) acrescenta que a lógica de controle do metabolismo social do capital realiza uma reordenação espaço-temporal, tanto do trabalho quanto da vida social com a extensão da produção para a totalidade social ao mesmo tempo em que reduz a vida social à lógica da produção do capital. Dessa

³⁴ A sangria seria o ato de “cortar” as fileiras para extrair o leite da seringueira, portanto, usaremos sangria e corte como sinônimos. Há algumas exigências para a extração do látex como: o corte deve ser preciso, pois se cortar com profundidade pode prejudicar a produção de seringa da árvore; em cada árvore são cortadas de uma a duas fileiras ao dia; deve-se esperar 3 anos para retornar ao mesmo corte na árvore; dentro da rotina semanal de corte, deve-se ter um sistema de revezamento, como já mencionado, que para sangrar a mesma árvore deve-se ter um intervalo de 2 a 3 dias. Todas essas cautelas são necessárias para que não enfraqueça e seque o látex da árvore como também para que não afine, restando mais água do que leite.

³⁵ Nos meses de agosto e setembro há uma pausa na extração devido ao período da seca, mas principalmente pela floração da seringueira. Além disso, nos períodos de chuva intensa (inverno amazônico), que vai de dezembro a março, também prejudica a extração, pois a água da chuva se mistura com o látex, diminuindo sua concentração e não se torna viável para a produção de preservativos, sendo assim, os melhores períodos do ano para a extração do látex são de abril a julho e de outubro a novembro.

³⁶ Alves (2010; 2011a) utiliza o termo “captura” entre aspas porque a captura não ocorre de fato, mas há uma operação de produção do consentimento, permeadas pelas lutas e resistências, mas há um constructo do capital para que ocorra esta concordância.

forma, a manipulação e a precarização do trabalho e do homem que trabalha ocorrem com maior intensidade e afeta de forma certa a subjetividade deste indivíduo e de sua coletividade.

Alves (2011a, p. 41) reforça ainda que a “captura” da subjetividade não é apenas o controle/manipulação do homem-que-trabalha em sua individualidade, mas a corrosão/inversão/perversão do ser genérico do homem como ser social, já que “não podemos conceber o sujeito humano sem as teias de relações sociais nas quais ele está inserido”. E dessa forma, entendemos que a manipulação dos seringueiros avança sobre o indivíduo, sua família e sua coletividade, de uma forma que vai lentamente degradando seu modo de organização de vida baseado na relação primária e íntima com a natureza, e impondo relações de trabalho estranhado.

No caso da Fábrica de Preservativos Masculinos de Xapuri, além da relevância do conhecimento do seringueiro para o processo produtivo há uma adaptação e readequação de acordo com a lógica da produção de preservativos. Com isso, foram realizadas várias palestras a fim de padronizar seu processo de trabalho com relação a tempo e horário normatizando-os, forma de coleta do látex, instrumentos utilizados, tudo a fim de seguir as exigências estabelecidas pela unidade industrial e sua racionalidade, como já foi abordado.

Com isso, o conhecimento laboral passa a ser a base essencial da produção e que ao mesmo tempo se torna necessária uma adequação a fim de ampliar a margem de produtividade. É a apropriação e a adaptação do conhecimento local dos seringueiros, por isso, não somente toma para si através do controle e da manipulação, mas também passa a impor outro sentido através da inversão e da perversão destes elementos constitutivos da organização de vida seringueira.

O conhecimento para o seringueiro é um elemento cultural que permite a reprodução de sua vida, embora para o capital e para o Estado seja um elemento do trabalho indispensável para a criação de valor na produção de mercadorias. É o estranhamento permeando as relações entre capital/Estado e seringueiro/trabalho com a apropriação e perda do sentido, neste caso, do conhecimento e da cultura que agora passa a compor um fator importante para o sistema de produção, o que corrobora que o seringueiro representa um fator produtivo diante da sua relação com a Fábrica de Preservativos Masculinos.

Portanto, tanto a política da Frente Popular para o Acre orientada pela proposta de desenvolvimento sustentável como sua expressão a partir da Preservativos Natex pressupõem uma “captura” da subjetividade na medida em que ao impor um trabalho estranhado ao seringueiro reflete não somente no seringueiro enquanto indivíduo, mas em sua organização familiar e sua sociabilidade afetando tanto sua vida dentro quanto fora do trabalho.

5.3.2 A intensificação do trabalho através da ampliação da jornada laboral X preço do látex

Além da alteração na rotina de trabalho com o aumento da jornada e do ritmo de trabalho despendido, há outro reflexo que se desprende dessa relação, pois apesar da ampliação na dedicação para com a extração do látex não houve uma equivalência nos preços pagos pelo quilo do produto pela Preservativos Natex, contrariando sua propaganda que associa a busca pela melhora da qualidade de vida do seringueiro com o aumento de sua renda advinda com o fornecimento de látex.

Para realizar uma análise da relação entre preço do látex X rotina de trabalho, partiremos para uma comparação entre o CVP, forma tradicional de beneficiamento da seringa, com o látex extraído para a produção de preservativos masculinos. O quilo do CVP em 2011 equivalia a R\$ 3,50, sendo R\$ 2,00 o preço do quilo, R\$ 0,70 do subsídio estadual e R\$ 0,80 do subsídio federal; já o preço do látex destinado à fábrica de preservativos, até setembro de 2011, estava a R\$ 5,00/kg, sendo R\$ 3,60 o quilo e R\$ 1,40 de subsídio, ou serviços ambientais³⁷.

Ao observar esse cálculo percebe-se nitidamente a diferença de preços pagos pelo quilo da seringa, entre os dois tipos de produto, o que leva a concluir, de modo geral, que houve uma melhora em termos de remuneração para o látex comercializado com a Preservativos Natex, mas se analisarmos detalhadamente, veremos que para este raciocínio deve-se acrescentar outras questões.

³⁷ Serviços ambientais ou subsídios referem-se ao Programa de Remuneração e Serviços Ambientais - Lei Chico Mendes nº 1.277/99 como uma iniciativa do governo da Frente Popular no Acre a partir de 1999 que assegura um subsídio pago para ao seringueiro, juntamente ao valor comercial do quilo da borracha extraída da seringa, a fim de aumentar o preço pago pelo produto, como já abordado do capítulo 1.

Um ponto crucial para tal compreensão diz respeito ao trabalho exigido para as diferentes formas de organização, conforme detalhado na seção anterior. A exigência de trabalho para a extração do látex líquido é maior se comparado à produção de CVP, pois a rotina diária do látex requer de 10 a 12 horas de trabalho, já o CVP, em média de 5 a 6 horas.

Assim, é através dessa comparação entre o preço pago ao CVP e ao látex que a fábrica de preservativos realiza a propaganda de que o látex trouxe melhora na qualidade de vida para o seringueiro através do aumento de sua renda, embora não comparem na sua publicidade as condições de trabalho que o látex requer para sua extração, principalmente em termos do aumento de seu ritmo e rotina de trabalho, a especialização crescente do seringueiro na atividade do látex, o que reflete na reorganização de suas formas internas de vivência a partir de seu território, bem como as dificuldades para realizar as atividades para autoconsumo de sua família.

Nesse sentido, o gerente do Ponto de Recolhimento reforça a questão sobre a grande dedicação que o látex impõe, ressaltando que “exige muita qualidade [...] aí o produtor diz que a borracha [CVP] você corta lá de todo jeito e vende de um preço quase igual” (informação verbal)³⁸. Desta forma, há uma motivação maior do seringueiro para a extração/produção do CVP, pois além de ser mais vantajoso em termos de equiparação entre preço e tempo de trabalho gasto, possibilita a liberação para exercer as demais atividades em sua colocação.

Além disso, mesmo se nos prendermos somente ao preço em si, sem levar em consideração as exigências para a extração/produção do látex, há outras questões que devem ser levadas em consideração, pois a realidade do seringueiro é outra, como afirma um entrevistado “são muitos incentivos que existe ao consumo, a população quer e tem o direito de querer ter o que a modernidade oferece”. Assim, há tanto uma proximidade espacial quanto em termos de necessidade com a cidade, e isso leva a uma maior dependência do dinheiro para adquirir as novas necessidades postas para o seringueiro (informação verbal)³⁹.

Em entrevista realizada com um seringueiro sobre a comparação da situação de vida antes, somente com a produção do CVP, e a partir do vínculo com

³⁸ Entrevista concedida pelo gerente dos Pontos de Recolhimento do Seringal Cachoeira e Equador G. P. S., nos Seringais Equador e Cachoeira, em julho de 2011.

³⁹ Entrevista concedida pela presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri Dercy Teles de Carvalho Cunha, em Xapuri (AC), em julho de 2011.

a Preservativos Natex, o mesmo afirma que na relação com a fábrica recebe mais pelo produto vendido, embora os preços do mercado (alimentação básica) subiram, por fim, acaba não dando muita diferença em termos de melhora na renda familiar (informação verbal)⁴⁰.

Nesse sentido ainda, o gerente de Ponto de Recolhimento (PR) ressalta que “se você analisar também que a inflação subiu, não melhorou tanto, porque a pessoa tem que estudar os dois lados [...] uma carga de gás era R\$10,00, hoje é R\$ 50,00 aqui, então aumentou R\$ 40,00 [...]” (informação verbal)⁴¹. Com isso, essa melhora no preço pago não significou um aumento da possibilidade de compra se comparar ao aumento dos preços e às novas demandas para o seringueiro.

Por conta do baixo preço pago ao látex pela Preservativos Natex, na equiparação com o tempo e ritmo de trabalho com o CVP, houve desmotivação dos seringueiros em participar do programa, o que acarretou a falta de látex nativo para a produção em 2011, como ressaltado pelo gerente de campo da COOPERACRE: “[os seringueiros] deixaram de vender o látex para a gente para vender borracha [CVP], daí o governo é obrigado a interferir, vai baixar o preço da borracha [CVP] e vai aumentar o preço do leite [látex] para tentar motivar, até porque é uma necessidade do momento, o estoque acabou” (informação verbal)^{42 43}.

A partir dessa reorientação por parte da Preservativos Natex, via governo do estado do Acre, em outubro de 2011, o preço pago pelo quilo do látex passou de R\$ 5,00 para R\$ 7,80 (AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO ACRE, 2011). Com isso, acreditou-se que além de reativar a extração do látex para a produção de camisinhas, em detrimento da extração para transformação em CVP, significaria a resposta ao aumento de renda, como anunciado nos objetivos da instalação dessa política de governo para os seringueiros com a possibilidade de alcance da melhoria de vida aos sujeitos envolvidos.

⁴⁰ Entrevista concedida pelo seringueiro R. M., na Reserva Extrativista Chico Mendes (Seringal Nazaré) em Xapuri (AC), em julho de 2011.

⁴¹ Entrevista concedida pelo gerente dos Pontos de Recolhimento do Seringal Cachoeira e Equador G. P. S., nos Seringais Equador e Cachoeira, em julho de 2011.

⁴² Entrevista concedida pelo Gerente Geral dos Pontos de Recolhimento do Látex no campo e funcionário da COOPERACRE João Pereira da Silva, em Xapuri (AC), em julho de 2011.

⁴³ Isso é demonstrado através do número reduzido de seringueiros que estavam fornecendo látex para a fábrica em 2011, como já discutido no capítulo 4, pois dos 700 seringueiros cadastrados somente 300 estavam oferecendo.

Portanto, o aumento do preço pago representou muito mais uma estratégia do governo e da fábrica para resolver a falta de matéria-prima do que proporcionar efetivamente uma melhora na renda do seringueiro e, conseqüentemente, em suas condições de vida. Então, foi a demanda da produção que possibilitou o aumento do preço do látex. É de interesse do governo a manutenção da Preservativos Natex, pois a fábrica é uma estratégia política e ideológica para demonstrar o apelo social e ambiental diante de sua política de mercantilização da natureza via desenvolvimento sustentável, e sem produção significaria a falência de um modelo que sustenta a Frente Popular no poder executivo do Acre. Assim, o aumento do preço pago pelo látex representa uma maneira de pressão para uma ampliação da produção como uma forma de controle do Estado/Natex perante os seringueiros para efetivar e dar credibilidade à sua política de governo.

Além do aumento do preço pago pelo látex, outra estratégia do governo para validar a fábrica de preservativos é a cooptação de lideranças a fim de persuadir os seringueiros a aderirem ao fornecimento de látex, como já focado em outro momento ao longo desse texto. Se é tão vantajoso para o seringueiro, porque o governo precisa fazer “campanha” para a adesão? Talvez porque não seja tão vantajoso e o governo precisa fazer com que o projeto dê certo, pois é apresentado como bandeira social e ambiental da Frente Popular diante de outros projetos voltados para a madeira, o gado e mais recentemente os serviços ambientais com a venda do crédito de carbono.

Outra questão importante posta pela Fábrica de Preservativos Natex é que o aumento do preço do látex refletiria no aumento da renda com o trabalho na extração do produto, como reforça a diretora da Preservativos Natex, Dirlei Bersch, de que o seringueiro que fornece látex para a fábrica recebe “renda, em média, de 2 salários mínimos mensais por período de safra” (informação verbal)⁴⁴. Assim, de acordo com o salário mínimo da época do depoimento (2011), que era de R\$ 545,00, o seringueiro deveria receber R\$ 1.090,00 mensais, somente com o látex para a fábrica, sem contar com as outras fontes de renda obtidas em sua colocação. Contudo, de acordo com as entrevistas realizadas com os seringueiros, também em 2011, não foi verificado aumento de renda nessa mesma proporção, pois a parte de

⁴⁴ Entrevista concedida pela diretora da Preservativos Natex Dirlei Bersch, em Xapuri (AC), em julho de 2011.

sua renda mensal derivada do látex ao longo dos 7 meses de produção girava em torno de R\$ 440,00, ou seja, muito abaixo do valor propagandeado de 2 salários mínimos.

Como justificativa para essa distinção entre os valores propagandeados com relação à renda com o látex e o declarado pelos seringueiros, a diretora da Preservativos Natex esclarece que:

Porque um tira mais e outro tira menos? Por opção do próprio seringueiro, porque a colocação dele é maior e a produção é maior, ou ele investe mais naquela atividade, o outro investe mais na outra, porque tem uma agricultura familiar, ou cria animal, ou trabalha com manejo madeireiro, enfim, a ideia do governo era que justamente proporcionasse isso, que o extrativista tivesse várias opções de renda e ele pudesse trabalhar da melhor forma que aprover a ele (grifo do autor) (informação verbal)⁴⁵.

A lógica então seria como se o governo e a Natex estivessem fazendo sua parte, cabendo aos seringueiros fazer a parte deles, pois caso façam tudo certo vai ter dinheiro. Uma lógica perversa, como se o sucesso ou fracasso dependesse do trabalhador/seringueiro, da sua vontade de trabalhar e de produzir, e não do mercado, do preço do látex, das políticas governamentais para tais sujeitos e seus territórios.

Além disso, tal racionalidade simplória demonstra que a escolha de ganhar mais ou menos é do seringueiro, ou seja, para ele ter uma renda viável para sua sobrevivência na floresta depende de sua “opção”, termo utilizado pela diretora da Preservativos Natex, como se alguém quisesse viver com menos do que o necessário e só com o trabalho árduo fosse possível alcançar uma vida digna.

Essa é a lógica da fábrica de preservativos de que cada vez mais o trabalhador tem que intensificar seu trabalho e capacitar-se, extrair e vender um látex de qualidade, dentro de normas e padrões postos pela unidade. É uma forma de exploração do trabalho que permeia essa relação do Estado, através de uma política de governo, com o seringueiro e com forte impacto na autonomia e gestão do território.

É uma forma de controle do capital sobre a sociedade, mediante a construção de um discurso em que o sujeito/trabalhador é responsável por si, por

⁴⁵ Entrevista concedida pela diretora da Preservativos Natex Dirlei Bersch, em Xapuri (AC), em julho de 2011.

seus atos, mas indiretamente o Estado, através dessa política de governo, controla e direciona o trabalhador como ele tem que organizar sua vida e seu trabalho.

Por fim, dentro das incoerências postas pelo governo do Acre e da fábrica de preservativos com relação ao aumento do preço do látex e sua relação com a melhoria da qualidade de vida dos seringueiros, há outro ponto relevante para aprofundar a análise, pois ao fazer essa associação é restringir a condição de existência do sujeito ao fator monetário, sem necessariamente levar em consideração as demais dimensões da vida humana. Assim, não é porque houve um aumento do preço que alcançaram a qualidade de vida propagada pelo Estado com a instalação da Preservativos Natex.

Além disso, essa lógica da associação entre remuneração do produto pelo trabalho com qualidade de vida representa as condições impostas pelo Estado, que através do controle exercido sobre a sociedade e seus sujeitos, propaga a ideologia da remuneração como necessidade primária, ou seja, o que impera é a sobrevivência vinculada exclusivamente na renda monetária, o que desconsidera as demais condições de sobrevivência do seringueiro e sua família como acesso à saúde, educação, ramais e, principalmente, condições de exercer sua autonomia produtiva internamente em seu território com sua produção/criação/extração para seu autoconsumo.

Diante dessa construção ideológica e massificadora do Estado, como também do sistema do capital, de que a remuneração resolve os problemas socioeconômicos, quase a totalidade dos seringueiros entrevistados no trabalho de campo realizado em 2011 ressaltou em seus depoimentos a necessidade de aumento no preço pago pelo látex como a principal exigência mediante sua vinculação à Preservativos Natex.

Então, para o seringueiro a maior reivindicação corresponde à sua remuneração vista pelo aumento do preço do látex, pois essa questão se colocaria como básica para a sobrevivência e reprodução de sua família na floresta até porque diante dos impactos causados pela vinculação do seringueiro com a fábrica de preservativos altera significativamente sua forma de organização produtiva como um todo, a exemplo das atividades de autoconsumo, decorrente dessa especialização e intensificação do trabalho exigido para o látex líquido, assim, a dependência da compra desses produtos fora se torna maior, já que tais condições dificultam a produção internamente.

Nesse caso, as demais necessidades do sujeito são esquecidas perante o imperativo maior e essencial do suprimento básico da matéria-prima, ou seja, o látex para a produção de camisinhas. Isso é uma forma de controle social da Preservativos Natex ao menosprezar as dimensões do sujeito e reduzi-lo à condição monetária para alcançar uma melhora de vida.

Portanto, somente podemos compreender a relação entre a Fábrica de Preservativos Masculinos de Xapuri com os seringueiros que fornecem látex para a produção de camisinhas através de uma relação de controle em que desorganiza sua autonomia produtiva e de vida em seu território através da imposição de formas de organização incompatíveis com sua racionalidade sem resultar na melhora da qualidade de vida tão propagada, pelo contrário, acentuando ainda mais a intensificação e a exploração do trabalho do seringueiro extrator de látex.

5.3.3 A degradação do trabalho e os efeitos dos insumos químicos na saúde do trabalhador

A sujeição do seringueiro frente à Fábrica de Preservativos Masculinos de Xapuri pode ser evidenciada através de vários desdobramentos em suas relações de trabalho. A princípio, a intensificação do labor através do aumento da rotina bem como da reorganização das atividades cotidianas familiares e seus reflexos nos preços pagos por seu produto é um elemento marcante diante da racionalidade seringueira, embora haja outras características que denunciam diversas formas de sujeição. Com isso, outro fator está relacionado à inserção do uso da amônia no processo de beneficiamento do látex extraído pelo seringueiro, o que tem proporcionado repercussões na saúde do trabalhador, conforme será abordado.

Para atender aos níveis de qualidade do látex para a fabricação do preservativo masculino e a nova forma de obtenção da matéria-prima, há a necessidade de utilização de um produto químico: a amônia a fim de conservar o látex em estado líquido⁴⁶.

⁴⁶ A Preservativos Natex envia a amônia em bombonas (baldes) de 30 litros que contém de 1 litro a 1,5 litro do produto químico, a uma concentração de 28%. Esses recipientes são entregues pela COOPERACRE a cada seringueiro que fornece látex para a fábrica, pois ao final do dia de trabalho cada qual despeja o leite nos recipientes para aguardar a cooperativa coletar a cada 15 dias. Portanto, necessita de um produto que conserve o leite durante o período de coleta da cooperativa e de acordo com os níveis aceitáveis para a produção de preservativos.

Segundo a direção da Preservativos Natex, “o seringueiro não manipula a amônia, quem manipula somos nós na fábrica, somos nós que abastecemos” (informação verbal)⁴⁷, eles apenas recebem um treinamento para manipularem o produto nos recipientes. No entanto, através da realização do trabalho de campo em 2011, detectou-se que o contato com a amônia é diário, sem necessariamente utilizarem equipamentos de proteção individual (EPI's)⁴⁸, o que tem provocado implicações na saúde do seringueiro.

Para compreender os problemas derivados do uso da amônia, o pesquisador Roberto Feres, do Departamento de Engenharia da Universidade Federal do Acre (UFAC), apresenta algumas informações relevantes sobre suas características:

É facilmente detectada a partir de pequeníssimas concentrações (5 ppm) no ar pelo seu cheiro [...] apresenta risco moderado de fogo e explosão [...] o gás é um irritante poderoso das vias respiratórias, olhos e pele. Dependendo do tempo e do nível de exposição podem ocorrer efeitos que vão de irritações leves a severas lesões corporais. A inalação pode causar dificuldades respiratórias, broncoespasmo, queimaduras da mucosa nasal, faringe, laringe, dor no peito e edema pulmonar. A ingestão causa náusea, vômitos e inchaço nos lábios, boca e laringe. A amônia produz, em contato com a pele, dor, eritema e vesiculação. Em altas concentrações, pode haver necrose dos tecidos e queimaduras. O contato com os olhos em baixas concentrações (10 ppm) resulta em irritação ocular e lacrimejamento. Em concentrações mais altas, pode haver conjuntivite, erosão na córnea e cegueira temporária ou permanente. Reações tardias podem acontecer, como fibrose pulmonar, catarata e atrofia da retina. A exposição a concentrações acima de 2500 ppm por aproximadamente 30 minutos pode ser fatal (AMBIENTE ACREANO, 2010).

Diante dessas contestações, o mesmo pesquisador enfatiza que podem ocorrer impactos para as pessoas que têm contato diário com a amônia, no caso, os seringueiros, que estão fora do processo industrial e a manipulam em condições tão rudimentares, já que através do trabalho de campo não foi evidenciado o uso de equipamentos de proteção individual (EPI's), como também não há monitoramento médico previamente estipulado. Com isso, o uso da amônia tem ocasionado

⁴⁷ Entrevista concedida pela diretora da Preservativos Natex Dirlei Bersch, em Xapuri (AC), em julho de 2011.

⁴⁸ Como se observa na Foto 17 na qual demonstra o contato do seringueiro com a bombona contendo amônia sem utilização de EPI's.

problemas de saúde aos seringueiros, tais como dores de cabeça, problemas nos olhos, enjoos, como constatamos:

Eu senti esse ano agora uma dor de cabeça, foi do veneno, a gente destampa o balde aí eu senti o vapor dele aí eu senti uma dor na cabeça (informação verbal)⁴⁹.

É com a amônia, eu não posso nem sentir o cheiro que minha cabeça já fica deste tamanho [...] porque esses venenos que a gente mexe é muito complicado (informação verbal)⁵⁰.

Além dos problemas de saúde detectados, também há casos de complicações oculares: “tem um rapaz que até da vista ele adoeceu e eu já sinto esse olho, esse olho aqui escorrendo água direto. Eu sinto este problema e estou desconfiado que é a amônia” (informação verbal)⁵¹.

Todos esses problemas são relatados pelos seringueiros entrevistados, embora não há comprovação científica através de resultados médicos-laboratoriais que associam tais problemas de saúde ao uso frequente da amônia, inclusive por não haver exames que possam confrontar a relação direta, tendo em vista que a Preservativos Natex não faz esse procedimento, apesar de que a realidade mostra que há casos de problemas de saúde resultantes do uso da amônia pelos sujeitos que lidam com o produto.

Em todas as entrevistas realizadas com os seringueiros, nenhum relatou o uso de equipamentos de segurança individual (EPI's) para o manuseio com a amônia, tanto que segundo o gerente do Ponto de Recolhimento (PR) do Seringal Nazaré, a maior reivindicação é o fornecimento de máscaras de proteção (informação verbal)⁵².

Além dos EPI's, os seringueiros exigem a realização de exames médicos, como verificado nos relatos a seguir:

⁴⁹ Entrevista concedida pelo seringueiro C. N. S., no Seringal Equador em Xapuri (AC), em julho de 2011.

⁵⁰ Entrevista concedida pelo seringueiro E. L. O., na Reserva Extrativista Chico Mendes (Seringal Nazaré) em Xapuri (AC), em julho de 2011.

⁵¹ Entrevista concedida pelo seringueiro E. L. O., na Reserva Extrativista Chico Mendes (Seringal Nazaré) em Xapuri (AC), em julho de 2011.

⁵² Entrevista concedida pelo gerente do Ponto de Recolhimento do Seringal Nazaré J. M. S., na Reserva Extrativista Chico Mendes (no Seringal Nazaré), em julho de 2011.

Isso foi no começo desse ano [2011] que a gente pediu que é ter uma consulta pra nós gratuita porque essa amônia prejudica a gente, mas até agora nunca teve não (informação verbal)⁵³.

Eles prometeram que vai levar a gente no médico para fazer exame em todos os seringueiros. Está com dois anos que prometeram e não aconteceu (informação verbal)⁵⁴.

Nesse sentido, os entrevistados afirmam que “hoje quem tem exames médicos são só os gerentes [de PR]” (informação verbal)⁵⁵. Tal informação foi reforçada pelo gerente de PR entrevistado, quando confirmou que realizam exames de “respiração e pulmão todo ano” e de sangue a cada 2 anos (informação verbal)⁵⁶. Embora esses exames coincidam com seu período de demissão e admissão, já que são contratados temporariamente para o serviço, portanto, são procedimentos vinculados às obrigações trabalhistas e não necessariamente voltados para a preocupação com o trabalhador em seu ambiente de trabalho.

Para demonstrar a não obrigatoriedade quanto à utilização dos EPI's, a direção da Preservativos Natex esclarece que “a quantidade de vapor que o seringueiro está exposto, e o gerente de PR também, não prejudica a saúde e não requer o uso de EPI e isso a gente tem os laudos” (informação verbal)⁵⁷. Embora tenham sido detectados casos de complicações de saúde resultantes do uso da amônia por seringueiros, como já mencionados acima.

Segundo as Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde do Trabalhador (NR), mais precisamente a NR nº 6 que dispõe sobre o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), estabelece que “sempre que as medidas de proteção coletiva forem tecnicamente inviáveis ou não oferecerem completa proteção contra os riscos de acidentes de trabalho e/ou de doenças profissionais e do trabalho” (BRASIL, 2001), esse tipo de equipamento deve ser adotado como de responsabilidade do empregador fornecer, orientar e treinar o trabalhador para sua utilização adequada.

⁵³ Entrevista concedida pelo seringueiro C. N. S., no Seringal Equador em Xapuri (AC), em julho de 2011.

⁵⁴ Entrevista concedida pelo seringueiro E. L. O., na Reserva Extrativista Chico Mendes (Seringal Nazaré) em Xapuri (AC), em julho de 2011.

⁵⁵ Entrevista concedida pelo seringueiro R. M., na Reserva Extrativista Chico Mendes (Seringal Nazaré) em Xapuri (AC), em julho de 2011.

⁵⁶ Entrevista concedida pelo gerente dos Pontos de Recolhimento do Seringal Cachoeira e Equador G. P. S., nos Seringais Equador e Cachoeira, em julho de 2011.

⁵⁷ Entrevista concedida pela diretora da Preservativos Natex Dirlei Bersch, em Xapuri (AC), em julho de 2011.

Nesse sentido, de acordo com as especificidades da realidade de trabalhos com riscos respiratórios, foi criada a Instrução Normativa SSST/MTB nº 1, de 11 de abril de 1994, que estabelece o regulamento técnico sobre o uso de equipamentos para proteção respiratória (EPR) a fim de garantir uma completa segurança ao trabalhador contra as temeridades existentes nos ambientes de trabalho (BRASIL, 1994).

Dessa forma, a necessidade dos EPI's ou EPR's surge em situações que ofereçam riscos à saúde e à segurança dos trabalhadores. Assim, por mais que a direção da fábrica ressalte que há laudos indicando a não obrigatoriedade de seu uso, somente através dos relatos dos seringueiros e das doenças correspondentes já podemos observar que há a necessidade de uma maior preocupação quanto à proteção do trabalhador que utiliza a amônia em seu processo de trabalho.

Dentro do sistema produtivo dos preservativos masculinos não são somente os seringueiros que coletam o látex para vender para a Preservativos Natex que têm contato diário com a amônia através dos momentos de descarga do látex nos recipientes de armazenamento, mas também os trabalhadores da fábrica e os gerentes dos Pontos de Recolhimento (PR's). Isso foi evidenciado através do trabalho de campo, realizado em julho de 2011, no qual acompanhamos a entrega das bombonas com amônia na comunidade União, distante 60 km do centro da cidade de Xapuri, juntamente com o gerente do Ponto de Recolhimento (PR) dessa localidade. Fomos junto com a carga, em cima do caminhão da COOPERACRE, ou seja, em um espaço aberto e com ventilação⁵⁸. Essa experiência nos mostrou que mesmo fechada, as bombonas exalam forte odor característico da amônia tanto que fomos com panos na boca e no nariz e tivemos dores de cabeça, náuseas e tonturas, sem contar que quando abertas, o cheiro é mais acentuado. Esse é o cotidiano de trabalho dos gerentes de PR, que ao ter a função de entregar as bombonas com amônia e receber o látex dos seringueiros, ficam mais expostos ao produto.

Os trabalhadores diretos da Preservativos Natex⁵⁹ também passam por essa situação de exposição à amônia, com mais frequência e com maior intensidade

⁵⁸ Embora seja um meio inapropriado de deslocamento, é corriqueiro no meio rural, já que é uma das poucas possibilidades de transporte e carona na localidade.

⁵⁹ O objetivo da pesquisa de doutorado é analisar a sujeição do trabalho do seringueiro à Preservativos Natex, portanto, para esclarecer a abordagem, no que tange ao uso e problemas derivados da amônia no cotidiano de trabalho, exemplificamos os demais trabalhadores vinculados ao

já que estão efetivamente à frente da produção, embora a gerente de laboratório da unidade esclarece que “com relação a fabricação, que é onde têm o maior contato com a amônia [...], foram realizadas medições químicas no maior pico de liberação de amônia e está dentro do tolerável” (informação verbal)⁶⁰.

É inegável a preocupação dos dirigentes da fábrica de preservativos em construir um cenário harmonioso no que tange às condições de trabalho, mas de fato tal fala se desconstrói a partir dos relatos da presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, Dercy Cunha, quando a mesma afirma que há várias denúncias que chegam ao sindicato relativas ao ambiente e saúde do trabalhador dentro da Preservativos Natex. No entanto, por medo de perderem o emprego não prosseguem com o fato, pois:

eles fazem uma rotina de demissão constantemente nas duas [fábrica de preservativos e a fábrica de tacos ambas em Xapuri]. Os trabalhadores têm problemas seríssimos de saúde porque estão sendo intoxicados pela amônia e pelos venenos de conservação da madeira. Tudo isso é abafado! (informação verbal)⁶¹.

Além de não identificar os problemas de saúde originados da rotina de trabalho dos funcionários da unidade pelo contato com a amônia, há uma forte pressão, por parte da direção para ocultar essas questões, conforme denuncia Dercy Cunha:

A gerente da fábrica de preservativos fez uma reunião com os médicos para proibir que deem atestados para os trabalhadores na fábrica, mas as pessoas não querem se arriscar né? Até porque têm medo da represália, precisam do emprego (informação verbal)⁶².

Assim, se torna evidente que há problemas resultantes do uso da amônia e uma forte pressão para abafar os casos e coibir os funcionários de denunciar essa realidade, embora a questão esteja posta.

processo produtivo do preservativo masculino, embora não houve um aprofundamento sobre esses demais trabalhadores diretos da fábrica, já que não é o foco da pesquisa.

⁶⁰ Entrevista concedida pela gerente de laboratório da Preservativos Natex S. A., em Xapuri (AC), em julho de 2011.

⁶¹ Entrevista concedida pela presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri Dercy Teles de Carvalho Cunha, em Xapuri (AC), em julho de 2011.

⁶² Entrevista concedida pela presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri Dercy Teles de Carvalho Cunha, em Xapuri (AC), em julho de 2011.

Um ponto contraditório nessa discussão de saúde do trabalhador vinculado à produção de preservativos masculinos na Natex refere-se à incoerência entre os propósitos dessa política de governo que estão voltados à perspectiva do desenvolvimento sustentável seja social, através da busca pela melhoria da qualidade de vida dos seringueiros, como também ambiental, ao proporcionar alternativas que possibilitam a manutenção do seringueiro na floresta através do incentivo às atividades extrativistas e, com isso, permitir a preservação da floresta e de seus sujeitos a partir de seu território, assim, o sentido social se complementa com o ambiental. Contudo, a presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri questiona: “como é que eu posso defender o meio ambiente com um tipo de trabalho que agride a saúde das pessoas?” (informação verbal)⁶³.

A Preservativos Natex apresenta a essência da contradição, pois está ligada à questão da saúde através da produção e distribuição de preservativos masculinos nos postos de saúde e associada às campanhas de DST/AIDS e hepatites virais, por outro lado, a saúde dos trabalhadores envolvidos na cadeia produtiva está em risco iminente, como já foi abordado nesse capítulo.

Desse modo, a sustentabilidade tão pregada pelo governo da Frente Popular está voltada para a perspectiva da lógica do capital, divergindo de uma sustentabilidade ampla que envolva tanto a preservação do ambiente como também a dimensão humana dos sujeitos envolvidos proporcionando condições dignas de vida e de trabalho, conforme menciona a presidente do STR de Xapuri, pois diante da irracionalidade sistêmica do capital o sujeito somente é considerado enquanto detentor de força de trabalho. Nesse sentido, o indivíduo e seu trabalho são apropriados enquanto produtor de valor no âmbito das trocas diante do circuito de mercadorias, e para isso ficam sujeitos às condições de intensificação, degradação e exploração porque é somente através dessas condições que o sistema garante sua reprodução.

Assim, diante da lógica do capital, tudo que se refere às dimensões humanas, como a questão da saúde do trabalhador, por exemplo, é tomada como processo de mercantilização, já que em nome da premissa básica da troca tudo passa a ser comercializável, até as necessidades básicas do sujeito. Nesse sentido,

⁶³ Entrevista concedida pela presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri Dercy Teles de Carvalho Cunha, em Xapuri (AC), em julho de 2011.

não há como compatibilizar necessidades humanas dentro de um sistema que prima pela busca desenfreada de sua acumulação.

Portanto, diante do sistema do capital até as ações políticas dos Estados acabam seguindo aos seus desígnios, com isso, desconstruindo a essência do Estado de abrangência das demandas da sociedade e imperando as estratégias da ordem do capital. Assim, contraditoriamente, os aspectos sociais que deveriam ser contemplados pelas políticas públicas são negligenciados diante do propósito da mercantilização dos recursos e dos indivíduos.

5.3.4 A exploração do trabalho do seringueiro através do sistema de pesagem do látex

A inserção da Preservativos Natex nos seringais Cachoeira e Equador, como também na Resex Chico Mendes, proporcionou diversas formas de sujeição impostas aos seringueiros como a intensificação do seu trabalho através da ampliação de sua jornada de trabalho com a atividade de extração do látex e a consequente dificuldade na execução da produção para seu autoconsumo; bem como a mudança na rotina de trabalho para responder à demanda da produção de preservativos trouxe a introdução de um novo insumo como a amônia, o que tem acarretado um acentuado processo de degradação do trabalhador ao colocá-lo exposto ao risco do uso diário do produto levando a complicações em sua saúde. Além desses elementos já arrolados, evidencia-se outra forma de sujeição através da exploração na forma de pesagem e seu resultado na remuneração do produto extraído pelos seringueiros, como será discutido.

A pesagem do látex extraído pelo seringueiro e fornecido para a Preservativos Natex é calculada na forma de sólidos totais, ou seja, eles mantêm o látex na forma líquida, exigência para a produção de preservativos, mas a pesagem e o pagamento ocorre na forma sólida, em quilos e não em litros.

Para a realização desse procedimento de pesagem há etapas a serem seguidas a fim de obter a determinação dos sólidos totais, ou seja, a quantidade de borracha seca dentro de cada litro de látex.

Primeiramente, pesam-se as bombonas, identificadas pelo número correspondente a cada seringueiro, com o látex extraído e retira a tara que é de 4 quilos, assim, é possível identificar a quantidade, em litros de látex, que o extrativista

está vendendo (Foto 19). Após essa fase, devem-se mexer os líquidos contidos nas bombonas para que o látex e a amônia sejam homogeneizados, pois em estado de repouso o látex fica em cima e a amônia embaixo, caso não realize este procedimento haverá erro na porcentagem de borracha seca.



Foto 19 – Primeira etapa do sistema de transformação do látex líquido em sólidos totais.

Legenda: Pesagem das bombonas com látex entregue pelos seringueiros à COOPERACRE.

Fonte: Karina Furini da Ponte. Trabalho de Campo realizado em julho de 2011.

Assim, prossegue-se coletando 5 gramas do látex da bombona de cada seringueiro que será aquecida para retirar toda a água. Após, pesa-se este conteúdo e através de uma regra matemática de três, obtém-se a porcentagem de borracha seca, ou sólido total, correspondente à produção entregue pelo seringueiro (Fotos 20 e 24)⁶⁴.

⁶⁴ Nesse exemplo, a quantidade de borracha seca na amostra de 5 gramas do látex líquido foi de 2,14 gramas, com isso, de acordo com a tabela de determinação de sólidos totais da COOPERACRE (Foto 25) são 43% de borracha seca na amostragem, o que equivale para uma bombona de 30 litros de látex líquido a quantidade de 13 quilos de látex sólido que multiplicado pelo valor pago pelo quilo do látex (R\$ 5,00), soma um total de R\$ 65,00 que o seringueiro recebeu pelo látex a partir dessa bombona entregue à COOPERACRE.



Foto 20- Segunda etapa do sistema de transformação do látex líquido em sólidos totais.

Legenda: Coleta e pesagem da amostra de 5 gramas do látex líquido armazenado na bombona de um seringueiro.

Fonte: Karina Furini da Ponte. Trabalho de Campo realizado em julho de 2011.



Foto 21 - Terceira etapa do sistema de transformação do látex líquido em sólidos totais.

Legenda: Secagem da amostra do látex.

Fonte: Karina Furini da Ponte. Trabalho de Campo realizado em julho de 2011.



Foto 22 – Quarta etapa do sistema de transformação do látex líquido em sólidos totais.

Legenda: Secagem da amostra do látex.

Fonte: Karina Furini da Ponte. Trabalho de Campo realizado em julho de 2011.



Foto 23 - Quinta etapa do sistema de transformação do látex líquido em sólidos totais.

Legenda: Secagem da amostra do látex.

Fonte: Karina Furini da Ponte. Trabalho de Campo realizado em julho de 2011.



Foto 24 - Sexta etapa do sistema de transformação do látex líquido em sólidos totais.

Legenda: Pesagem da amostra de látex coletada e seca a fim de realizar o cálculo dos sólidos totais.

Fonte: Karina Furini da Ponte. Trabalho de Campo realizado em julho de 2011.

FÁBRICA DE PRESERVATIVOS MASCULINOS DE XAPURI

TABELA PROGRESSIVA DE TEOR DE BORRACHA NO LÁTEX
DETERMINAÇÃO DE SÓLIDOS TOTAIS NO PR.

Peso da Amostra (g)	Peso da Amostra após secagem (gramas)	Percentual sobre a Amostra (lote) (%)	Preço do Kg de Borracha Seca sem subsídio e com subsídio no Estado	Preço do Kg de Látex sem subsídio (R\$)	Preço do Kg de Látex com subsídio (R\$)
1,50	30			1,12	1,33
1,55	31			1,16	1,38
1,60	32			1,19	1,42
1,65	33			1,23	1,47
1,70	34			1,27	1,51
1,75	35			1,31	1,56
1,80	36			1,34	1,60
1,85	37			1,38	1,64
1,90	38			1,42	1,69
1,95	39			1,45	1,73
2,00	40			1,49	1,77
2,05	41		R\$ - 3,72 S/5	1,53	1,82
2,10	42			1,57	1,87
2,15	43			1,60	1,91
2,20	44		R\$ - 4,42 C/5	1,64	1,95
2,25	45			1,68	1,99
2,30	46			1,72	2,05
2,35	47			1,75	2,08
2,40	48			1,79	2,13
2,45	49			1,83	2,18
2,50	50			1,86	2,21
2,55	51			1,90	2,26
2,60	52			1,94	2,31
2,65	53			1,98	2,36
2,70	54			2,01	2,39
2,75	55			2,05	2,44

LÁTEX COLETADO EM DIA 1 - INÍCIO DA ALTA FREQUÊNCIA DE SANGRIA
 AMOSTRAS RECORRENTES EM SANGRIA: HORMAIS DE SERINGAL NATIVO
 SANGRIA EM PERÍODO DE VERÃO INÍCIO OU BAIXÍSSIMA FREQUÊNCIA

Foto 25 - Tabela utilizada pela COOPERACRE para determinação dos sólidos totais.

Fonte: Karina Furini da Ponte. Trabalho de Campo realizado em julho de 2011.

A partir deste processo, a COOPERACRE emite a nota ao seringueiro que vendeu o látex e o pagamento é realizado, quase sempre, no momento da

entrega da matéria-prima, embora possa ser realizado no prazo de uma semana. (Foto 26). Como exemplo, há a demonstração de uma nota de controle de entrega do látex emitida ao seringueiro, na qual consta a correspondência entre quantidade de litros de látex, o teor de borracha seca e os preços pagos, de acordo com a quantidade fornecida pelo seringueiro (Foto 27).



Foto 26 – Entrega da nota de controle e pagamento ao seringueiro

Fonte: Karina Furini da Ponte. Trabalho de Campo realizado em julho de 2011.

COOPERATIVA CENTRAL DE COMERCIALIZAÇÃO EXTRATIVISTA DO ESTADO DO ACRE LTDA. COOPERACRE				CONTROLE DE ENTREGA DE LÁTEX		Nº 011778	
<small>Endereço: AC-40 km - Rio BR - Vila Nova - Tel: (66) 3271-0011 E-mail: cooperacre@gmail.com - Cnpj: 04992-400 - Rio Branco - Acre</small>							
Nome do Seringueiro: <i>Ricardo Nascimento da Silva</i>		Município: <i>1112</i>					
Seringal: <i>São José</i>		Cantão: <i>Novo Laranjeiras</i>					
Ponto de Colheita: <i>Tapacurubá</i>		Nº: <i>05</i>		Data de entrega: <i>24/07/2011</i>			
Descrição	Quantidade (kg) Látex "seco natural"	Preço (R\$) litro "seco natural"	%BS*	BS (kg)	Preço (R\$) kg (kg)	Valor do Subtotal (R\$)	Valor Total pago ao seringueiro
	<i>49</i>	<i>2,60</i>	<i>46</i>	<i>22,54</i>	<i>3,60</i>	<i>1,40</i>	<i>5,00</i>
					<i>21,00</i>	<i>31,00</i>	<i>112,00</i>
Assinatura do Seringueiro: <i>Ricardo Nascimento da Silva</i>				Assinatura do Responsável: <i>Carla...</i>			

Foto 27 – Nota de controle de entrega do látex emitida pela COOPERACRE ao seringueiro.

Fonte: Karina Furini da Ponte. Trabalho de Campo realizado em julho de 2011.

Portanto, é através desse sistema de sólidos totais que ocorre a transformação do látex líquido em sólido e, assim, o pagamento passa a ser

efetuado com base na pesagem por quilos, não mais por litros como na forma entregue pelo seringueiro.

Uma das questões postas pelos seringueiros é a transparência desse sistema de pesagem, pois o processo de transformação do produto líquido para sólido não é algo exato, podendo gerar equívocos, como demonstra o próprio pessoal da COOPERACRE, responsável por realizar o procedimento. Segundo o gerente de campo da COOPERACRE, “tem que ter um meio termo ali, pois se queimar demais [ou seja, secar muito a amostra de 5 gramas no processo de aquecimento] ele está tirando [do seringueiro], se deixar verde demais [ou seja, secar pouco deixando muito líquido] ele está favorecendo [o seringueiro em contraposição à fábrica de preservativos]”, e acrescenta ainda que há uma vigilância em torno dos gerentes dos Pontos de Recolhimento (PR's), responsáveis por realizar o processo, “porque tem uma média percentual de 40% a 50%, não existe leite de 60% ou de 80% [de borracha seca]” (informação verbal)⁶⁵.

Nesse sentido, o gerente de PR dos Seringais Cachoeira e Equador reforça essa afirmação:

tem que manter uma secagem conforme a água vai desaparecendo, não precisa a borracha ficar vermelha. Quando ela parou de fumaçar é porque a água já evaporou. Se escurecer muito é porque queimou demais. Se ficar muito branca é porque tem excesso de líquido e altera no peso (informação verbal)⁶⁶.

Embora reconheça que possa haver erros, o superintendente da COOPERACRE enfatiza que “quem faz o teste é o próprio produtor, que é o gerente de PR, que é produtor lá no campo”, pois os gerentes são pessoas da comunidade, e geralmente extrativista de látex, para demonstrar a credibilidade do processo junto aos demais seringueiros (informação verbal)⁶⁷.

Apesar dos questionamentos vindos dos seringueiros que entregam o látex para a Preservativos Natex sobre o sistema de pesagem, a direção da unidade ressalta que é um processo de mercado, “a borracha é cotada no mercado por quilo de borracha e não é cotado por litro [...], não é uma opção nossa, essa é uma diretriz

⁶⁵ Entrevista concedida pelo Gerente Geral dos Pontos de Recolhimento do Látex no campo e funcionário da COOPERACRE João Pereira da Silva, em Xapuri (AC), em julho de 2011.

⁶⁶ Entrevista concedida pelo gerente dos Pontos de Recolhimento do Seringal Cachoeira e Equador G. P. S., nos Seringais Equador e Cachoeira, em julho de 2011.

⁶⁷ Entrevista concedida pelo Superintendente da Cooperativa de Comercialização Extrativista do Acre (COOPERACRE) Manoel Monteiro, em Rio Branco (AC), em julho de 2011.

de mercado” (informação verbal)⁶⁸. Além disso, Dirlei Bersch continua afirmando que as demais usinas de centrifugação no Brasil também utilizam esse sistema, portanto, é um padrão.

Nesse sentido, um funcionário da COOPERACRE ressalta que a forma de sólidos totais imposta pelo mercado representa um instrumento de controlar a garantia da fábrica, pois ela utiliza um sistema em que não perde,

porque nós imaginamos que nem todos seringueiros eles são corretos nos seus trabalhos, eles são metidos a esperto. Então, nós imaginamos que se fosse vender por litro, eles iriam acrescentar água [...] no fundo é para evitar esperteza deles (informação verbal)⁶⁹.

A questão da inserção da água no látex não significa uma “esperteza” do seringueiro como declara o funcionário da COOPERACRE, mas representa um discurso estratégico da fábrica de preservativos para justificar que o pagamento ocorra somente pela borracha que efetivamente existe na produção extraída, desconsiderando que na composição do látex há um grande percentual de água, pois é um produto formado por micropartículas poliméricas dissolvidas em meio aquoso, ou seja, 60% do látex extraído das seringueiras é composto por água. Com isso, o seringueiro perde uma porcentagem significativa de sua produção no processo de pagamento pelo produto através de um sistema de pesagem que contabiliza somente a parte do produto que interessa para a produção, o látex em si, e não sua composição total.

A lógica do sistema do capital não permite perdas, por isso, utilizam de procedimentos que garantam sua lucratividade e, portanto, parte-se do pressuposto que os seringueiros podem burlar a quantidade de látex em estado líquido, ao acrescentar água ao produto visando um peso e produção maiores, embora seja uma forma de ocultar que a própria composição do látex é constituída por água e, assim, pagam somente uma parte do trabalho despendida no produto do seringueiro.

⁶⁸ Entrevista concedida pela diretora da Preservativos Natex Dirlei Bersch, em Xapuri (AC), em julho de 2011.

⁶⁹ Entrevista concedida pelo Gerente Geral dos Pontos de Recolhimento do Látex no campo e funcionário da COOPERACRE João Pereira da Silva, em Xapuri (AC), em julho de 2011.

Com isso, a forma de pesagem para obter os sólidos totais acaba sendo uma incógnita para muitos seringueiros que se mostraram insatisfeitos com o sistema adotado pela Preservativos Natex, pois não entendem a conta realizada para obter a borracha seca, como também acham um equívoco entregar por litro e receber por quilo:

Eu acho que tem [exploração] porque eles deviam comprar por litro [...] porque eu acho errado assim, eles compram borracha seca nossa, nós vende o leite e eles compram a borracha seca? (informação verbal)⁷⁰.

No quilo a gente quase não entende porque a gente pesa ela verde e bruta e faz uma análise lá e se acaba, fica bem pouquinho (informação verbal)⁷¹.

Além disso, afirmam que dessa forma seu produto rende menos que antes (CVP), e assim a remuneração é menor, como enfatiza um entrevistado: “não sei o que aconteceu que deu esta porcentagem que nós não esperava. Deu R\$ 225,00 quatro baldes cheios, mas se pegar os quatro baldes e vender a borracha [CVP] dá mais do que [pausa para fazer as contas] dá R\$ 300,00” (informação verbal)⁷².

Segundo outro seringueiro, “antes da fábrica, 100 litros de látex dava 80 kg de borracha seca e agora dá 50 kg, ou seja, a fábrica comeu 30 kg que é recebido por ela e não pago” (informação verbal)⁷³. Assim, ao pagar somente a borracha seca, uma parte do produto e do dispêndio de trabalho do seringueiro não é pago pela fábrica, já que somente 40 a 50% do todo é contabilizado no momento do pagamento pelo produto contido no trabalho do seringueiro.

Isso representa uma forma de controle da Preservativos Natex perante os seringueiros, exercida por meio da exploração de seu trabalho ao remunerar somente uma parte de seu produto e de seu trabalho. Portanto, essa relação Estado/Natex com seus fornecedores de látex está consubstanciada no processo de estranhamento do sujeito, já que ao aparecerem apenas como fornecedores de

⁷⁰ Entrevista concedida pelo seringueiro C. S., na Reserva Extrativista Chico Mendes (no Seringal Nazaré) em Xapuri (AC), em julho de 2011.

⁷¹ Entrevista concedida pelo seringueiro E. L. O., na Reserva Extrativista Chico Mendes (Seringal Nazaré) em Xapuri (AC), em julho de 2011.

⁷² Entrevista concedida pelo seringueiro M. C. O., na Reserva Extrativista Chico Mendes (Seringal Nazaré) em Xapuri (AC), em julho de 2011.

⁷³ Entrevista concedida pelo seringueiro R. M., na Reserva Extrativista Chico Mendes (Seringal Nazaré) em Xapuri (AC), em julho de 2011.

matéria-prima e produtor de “coisas” acabam desvinculados da totalidade produtiva e, desse modo, separado de seu trabalho e distanciados de seu resultado.

É notada a exploração e o estranhamento nas políticas públicas e de governo, embora às vezes se torne menos evidente, pois ocorre justamente pelo Estado, com isso, se camuflam os princípios da lógica capitalista em nome de uma premissa que o Estado é provedor e mantenedor das demandas da sociedade.

É através da exploração enquanto condição estrutural do modo de produção capitalista que o capital e o Estado engendram sua dinâmica de produção e acumulação. Como ressalta Alves (2009), a exploração representa um complexo categorial que explica o sistema de controle sociometabólico do capital e que, no caso analisado, tem o Estado como sua figura representativa. Assim, a exploração é o arcabouço necessário para que se estabeleça o estranhamento do trabalho e, portanto, a transformação do trabalho enquanto condição de existência para um trabalho separado e negado do sujeito que perde a dimensão de sua totalidade.

Portanto, como reforça Moreira (1994, p. 78) que “quanto mais a alienação integraliza-se na sociedade, maior o poder do capital sobre o conjunto da sociedade”, e é somente através do controle social exercido via sistema de exploração que o capital e o Estado estendem seu poder sobre os territórios e seus sujeitos.

Desse modo, é através do controle sobre o metabolismo social que o capital constrói instrumentos para explorar o trabalhador, e assim, o trabalho estranhado é a base estruturante. Desta forma, aliena-se tanto o homem da natureza quanto dos produtos e de seu saber, o que gera a perda do sentido das condições sócio-existenciais dos indivíduos refletindo tanto em sua vida como em seu trabalho.

Assim, com a inserção da Fábrica de Preservativos Masculinos de Xapuri nos seringais do Alto Acre houve mudanças importantes na rotina de trabalho do seringueiro e na sua relação com a produção para existência como tal, o que de fato proporciona interferências na gestão e na organização dos territórios desses seringueiros, que para atender a uma demanda dessa política de governo, se veem cada vez mais restritos a esse tempo de produção e sua lógica (valor de troca) do que propriamente a um trabalho mais livre e menos cronometrado (valor de uso), e assim, com maior autonomia do seu trabalho e do seu território.

E é através do controle sobre as formas de vida e de trabalho do seringueiro a partir de sua racionalidade que é possível ao Estado/Natex impor formas de trabalho compatíveis com as exigências da produção. Com isso, é somente através do controle social que se retiram as possibilidades de autonomia do sujeito e dessa forma, permitem estabelecer relações estranhas à sua lógica e que seguem aos desígnios do capital.

Portanto, é através da separação e do controle do homem com a natureza e com o seu trabalho que resulta no processo de estranhamento que segue nossa análise, pois mesmo que nossa reflexão central esteja no fornecimento da matéria-prima para a produção de preservativo e não na produção da mercadoria em si essa lógica se materializa no objeto investigado, tendo em vista os reflexos diretos e indiretos da perda de autonomia do trabalho no território seringueiro. Em outras palavras, são os “protocolos” técnicos de extração, estocagem, transporte ditados pela Preservativos Natex que vão direcionar a forma, o tempo e a intensidade do trabalho seringueiro em seu território, e não mais a autonomia do seu tempo de trabalho.

É através do controle sobre o sujeito e seu território que o capital/Estado comanda a relação metabólica homem e natureza, e assim, o trabalho enquanto importante instrumento de autonomia e de emancipação se torna uma forma de controle do próprio indivíduo.

Portanto, como afirma Moreira (1994, p. 71) de que “o concreto é a síntese das suas múltiplas determinações. Não é o real-aparente” assim, pensar a Preservativos Natex nos faz ir além do discurso da questão social propagada pelo Estado que anuncia tal empreendimento como uma política de desenvolvimento que avança para a melhora das condições de vida. Mas pelo contrário, acentuou a subjugação dos seringueiros que fornecem látex para a fábrica de preservativos às exigências do capital e do Estado através de um processo de controle social mediado pela intensificação, exploração e degradação do seu trabalho que tende a especializá-lo e fragmentá-lo. Assim, tem-se o cerceamento das condições de autonomia destes sujeitos e de seus territórios através de sua negação ao desestruturar as formas culturais e históricas de relação metabólica com a natureza e, com isso, possibilitando a construção de um processo permeado pelo estranhamento de sua condição de vida e de trabalho.

Nesse sentido, a proposta de desenvolvimento sustentável da Frente Popular no estado do Acre a partir de 2000, e com ela a Preservativos Natex, foram construídas com base no controle social a partir da desestruturação da autonomia do seringueiro frente ao seu território e imposição de formas de vida e de trabalho estranhas à sua racionalidade. Nesse sentido, diante da desarticulação construída historicamente pelo capital/Estado do ser político/coletivo através do movimento social dos seringueiros, como também do ser indivíduo a partir do controle de seu território, é possível pensar em alternativas de resistência e de enfrentamento do seringueiro diante do Estado e sua política de desenvolvimento sustentável? Como também, é possível diante do controle imposto ao sujeito seringueiro retomar a gestão e a organização de seu território ou mesmo reconstruir sua autonomia de vida e de trabalho a partir de seu território?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

**SERINGUEIRO: O TRABALHADOR DA FLORESTA E DA FÁBRICA
DE PRESERVATIVOS MASCULINOS DE XAPURI (AC)**

Diante da relevância política e ideológica da proposta de desenvolvimento sustentável, tanto no contexto internacional por meio de uma “nova” resposta às demandas intrínsecas do capital, como na escala regional com sua territorialização no estado do Acre a partir de políticas marcadas pela pseudo propaganda de caráter social e ambiental, caracterizadas, por exemplo, pela Fábrica de Preservativos Masculinos de Xapuri, o que nos suscitou a elaboração da pesquisa de doutorado. Assim, nos propomos a analisar a atual conjuntura da perspectiva sustentável estabelecida para o Acre bem como seus desdobramentos para com os sujeitos envolvidos, no caso, os seringueiros vinculados ao processo de fornecimento de látex para a produção de preservativos.

Nesse sentido, para o desenvolvimento da pesquisa apresentada partimos de algumas problematizações que nortearam o caminho a ser seguido na abordagem da temática. Sendo assim, como podemos entender a Fábrica de Preservativos Masculinos de Xapuri diante do contexto político-partidário da Frente Popular para o Acre e sua proposta de desenvolvimento sustentável? Quais são os instrumentos e estratégias que aproximam a Preservativos Natex à lógica da proposta de desenvolvimento sustentável do capital regulada pela mercantilização da natureza e sua extensão para o estado do Acre através da Frente Popular? Por fim, diante desse contexto geral de vinculação da fábrica de preservativos com a proposta política da Frente Popular para o Acre através do desenvolvimento sustentável, como se constrói a relação capital/Estado/Natex com seus trabalhadores, mais especificamente, com os seringueiros envolvidos no processo produtivo?

Logo, a tese defendida considera que a Preservativos Natex representa um instrumento de controle social materializado na sujeição do trabalho e do território do seringueiro ao capital, por meio do governo do Acre através da coligação partidária da Frente Popular. Para isso, o capital/Estado/Natex criam mecanismos que desestruturam a gestão da autonomia do seringueiro sobre seu território, seu trabalho e sua vida e impõem formas externas à sua racionalidade. Assim, o trabalho estranhado fundamenta a relação do seringueiro com a fábrica de preservativos, a partir do momento em que há a desarticulação do seu modo de organização que passa a ser controlado a fim de atender ao sistema produtivo do preservativo masculino.

O controle social não é uma estratégia recente do sistema do capital, já que é através dos artifícios da dominação que garante sua reprodução. Assim, historicamente, o processo de inserção da Amazônia no circuito internacional do capital sempre foi mediado pelo controle dos sujeitos frente à sua vida e ao seu trabalho de forma a cercear seu poder de se autodeterminar e, com isso, introduzir a lógica da produção do capital.

A princípio foi a atividade gumífera que inseriu a região amazônica na Divisão Internacional do Trabalho (DIT). Assim, o final do século XIX e início do século XX foram marcados pela reorganização da Amazônia a fim de abastecer o processo de industrialização europeia e norte-americana a partir da exportação da borracha. Para isso, foi necessário construir um sistema que permitisse a monopolização da extração/produção de borracha na região, o que fixou o seringueiro a uma estrutura seringalista em que ficava “preso” ao seringal pela pseudodívida e ainda sem possibilidade de executar uma produção interna para seu autoconsumo, o que o aprisionou ainda mais ao sistema do seringal empresa.

Após o declínio da economia gumífera, a partir da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o governo federal iniciou várias intervenções regionais que marcaram as décadas de 1950/60/70 a fim de promover a integração nacional de modo a recuperar, em específico, a reinserção internacional da Amazônia. Com isso, o capital, por intermédio do governo federal, utilizou de várias estratégias de controle sobre o sujeito e seu território com o objetivo de incluir os novos projetos econômicos que foram consubstanciados tanto na expropriação de índios, seringueiros e demais sujeitos da floresta de suas terras, quanto na permanência para utilização de sua força de trabalho mantendo-os sob um forte sistema de exploração.

É evidente que o sistema de controle do capital/Estado não ocorreu sem lutas e resistências, como o caso do movimento seringueiro ocorrido no Acre, nas décadas de 1970-80, para garantir seu território e sob sua racionalidade diante das ameaças vindas do processo de pecuarização e seus reflexos para o modo de organização do seringueiro. Contudo, diante das novas demandas vindas do capital acentuaram-se as formas e os instrumentos de controle sempre buscando a desestruturação da organização dos sujeitos da floresta para a implantação das atividades vinculadas à ordem do capital.

Nesse sentido, o capital/Estado sempre utilizou do controle social para alcançar as diversas formas de (re)inserções da Amazônia no circuito internacional do capital, já que o controle social é um elemento intrínseco ao modelo de organização do sistema. Desse modo, o que diferencia o controle social aplicado na região amazônica, mais especificamente, na amazônia-acreana a partir das décadas de 1990/2000 com o poder executivo do estado comandado pela coligação da Frente Popular?

É a vinculação da lógica do capital/Estado à proposta de desenvolvimento sustentável, pois tendo em vista a necessidade de buscar estratégias de recuperação diante de sua crise estrutural evidenciada na década de 1970, o atrelamento a um tipo de desenvolvimento que pressupõe garantir crescimento econômico, propagandeado pela atenção às questões sociais e ambientais, representa uma forma de controle social que permite a contínua exploração e degradação do sujeito e apropriação dos territórios, embora legitimado pelo respaldo ideológico produzida em torno da sustentabilidade.

O desenvolvimento sustentável é uma forma de justificar o processo de apropriação e mercantilização da natureza através do conteúdo “positivo” que o termo induz. Para isso, a Frente Popular construiu todo um aparato ideológico, aproximando de questões relevantes para a sociedade, de modo a encobrir as intencionalidades decorrentes de seu projeto político de sustentabilidade. Assim, um modelo de desenvolvimento que tem como objetivo gerar emprego e renda e, com isso, melhorar a qualidade de vida do sujeito, ao mesmo tempo em que está assentado em atividades estruturadas para não agredir o ambiente, é uma forma de aproximar as ações políticas-partidárias com as aspirações da sociedade e reafirmar de que há alternativas de tornar a floresta economicamente viável desde que seu uso seja com atividades “sustentáveis”.

Nesse sentido, a partir da proposta de desenvolvimento sustentável da Frente Popular para o Acre, o uso da terra e das florestas acreanas passa a ser direcionado às atividades ligadas ao circuito internacional do capital e contraditoriamente relacionado ao caráter sustentável, como a exploração madeireira que agora é viabilizada através da obrigatoriedade do Plano de Manejo Florestal Sustentável de Uso Múltiplo Comunitário – PMFS Comunitário, que deve ser aprovado pelo IBAMA. Como também, a exportação da carne bovina realizada através de uma pecuária “sustentável” de baixo impacto na floresta e a venda dos

serviços ambientais, no caso, os créditos de carbono que se apresenta como uma atividade que se realiza através da preservação e manutenção da floresta a partir do princípio da compensação ambiental, ou seja, para equilibrar suas altas emissões de gases poluidores, os países industrializados “compram” a possibilidade de reduções de emissões ou de fixação desses gases de outras localidades que mantêm seu território intacto para “vender” esse serviço ambiental.

Desse modo, a ideologia do desenvolvimento sustentável é construída sob o controle social adotado pelo governo do Acre, através da Frente Popular, para inserir as atividades de grande aceitação no mercado internacional. Para isso, é preciso buscar mecanismos para desestruturar a organização dos sujeitos da floresta e, assim, ao impor limites à sua condição de autogestão, se estabelece o controle necessário para inserir sua forma externa de gestão do território.

Nesse sentido, as precárias condições socioeconômicas vivenciadas pelos seringueiros devido à dificuldade em garantir sua sobrevivência a partir de seu território, juntamente com a falta de assistência do Estado à produção e às necessidades básicas como saúde, educação, infraestrutura de ramais, já denuncia uma forma de controle, pois diante das dificuldades materiais e da necessidade de sobrevivência de sua família, degrada-se a natureza e o próprio homem na busca por alternativas de assegurar suas condições de vida.

Assim, diante dos obstáculos vivenciados pelo seringueiro para garantir sua sobrevivência em seu território, tem-se verificado o aumento da área de roçado a fim de abastecer a sua família com alimentação básica, e a adesão à prática da criação de gado, já que representa uma alternativa rápida de retorno financeiro. Tais práticas têm ocasionado a degradação da floresta pelo aumento da queimada e do desmatamento para a realização das atividades e, com isso, levado a um processo de repressão e criminalização para com os seringueiros. Contudo, tal cenário se constrói por falta de assistência do governo em dar condições de vida e renda para o seringueiro, o que refletiu em precárias condições socioeconômicas e a adesão às estratégias de resistência que possibilitam sua reprodução e manutenção em suas colocações.

O estado age como aparelho repressor frente aos seringueiros por situações criadas pela sua ausência. Assim, criminaliza a prática do roçado por usar técnicas que degradam o ambiente e reprimem a criação do gado bovino. Embora

sejam atividades vinculadas à sua reprodução familiar e não relacionadas como estratégia de acumulação de capital.

Além de limitar as possibilidades de sobrevivência a partir de seu território, o Estado utiliza de outras estratégias de controle para desestruturar a organização coletiva e individual do seringueiro. Assim, há um forte movimento de cooptação de lideranças, ou seja, o governo da Frente Popular atrai antigas lideranças seringueiras para servir como porta-vozes de seus projetos políticos nos seringais. Nesse sentido, há algumas localidades na regional do Alto Acre, como no Seringal Cachoeira, que aderiram ao manejo florestal madeireiro, mesmo sendo uma atividade desvinculada da racionalidade do seringueiro, por ameaçar a manutenção de seu território através da degradação do ambiente, tanto pelo desmatamento quanto pela ameaça à prática da caça enquanto estratégia cultural de alimentação.

Além disso, outro instrumento utilizado pela Frente Popular para exercer o controle sobre o seringueiro é a apropriação de suas formas de representação coletiva como as associações, as cooperativas e os sindicatos enquanto instâncias criadas diante do poder político constituído no âmbito do movimento seringueiro. Assim, ao criar mecanismos para se apropriar dessas formas de organização do seringueiro, o governo do Acre, através da Frente Popular, ao mesmo tempo em que desestabiliza o coletivo do seringueiro passa a direcionar tais instâncias a fim de aplicar suas políticas de governo.

Portanto, criminalizar práticas tradicionais dos seringueiros enquanto alternativas para garantir sua sobrevivência em seu território e apropriar-se dos instrumentos de luta e resistência dos seringueiros são procedimentos que efetivam o controle social no estado do Acre a partir da Frente Popular no poder executivo. Assim, se configuram como mecanismos para desarticular o seringueiro tanto no âmbito coletivo quanto individual a partir de sua colocação e da sua organização familiar. Desse modo, é através da fragilização socioeconômica e política dos seringueiros que o Estado expande/exerce o controle social, atingindo ao mesmo tempo a racionalidade e a subjetividade que lhes são fundantes para a manutenção da reprodução da família, da vida, do trabalho na floresta e do entendimento do equilíbrio entre essas dimensões.

Nesse sentido, verifica-se que há várias estratégias de controle social exercidas pela Frente Popular para desestruturar a organização do seringueiro e aplicar sua política de mercantilização da natureza em seu território e sob o uso de

seu trabalho. É através dessa abordagem que converge a discussão sobre os reais interesses da Preservativos Natex, já que representa uma dessas estratégias de controle social da Frente Popular no Acre, justamente pela vinculação, defendida publicamente, com a proposta de desenvolvimento sustentável, tanto que é propagandeada como um exemplo da sustentabilidade do governo do estado.

Assim, enquanto uma representação da política de desenvolvimento sustentável no Acre, a Preservativos Natex se configura a partir de uma base social ao objetivar a criação de uma alternativa econômica que tende a proporcionar melhores condições de vida aos seringueiros envolvidos tanto com geração de emprego e renda, como também com ações em termos de infraestrutura para sua vida e seu território. No entanto, tais elementos são desconstruídos e se transformam em importante instrumento de controle do capital via Estado.

Nesse sentido, em concordância com Mészáros (2002; 2007), entendemos que essas políticas de governo de cunho social são, de fato, formas/ações “híbridas” do capital, já que diante da necessidade emergente em dar respostas à sociedade perante o acentuado nível de exploração e degradação do sujeito (seringueiro) e da natureza, como também a inviabilidade de criar soluções estruturais para resolver essas questões, lançam estratégias que demonstram sua atenção diante dessas problemáticas. Com isso, se apresentam enquanto propagandas políticas de apelo social e ambiental, e, contraditoriamente, encobrem a aceleração da exploração do indivíduo pelo seu trabalho; por isso, as políticas “híbridas” nada mais são do que o exercício de controle social do capital/Estado.

Portanto, tanto a política de desenvolvimento sustentável quanto a Preservativos Natex servem para manter o *status quo*, já que o seringueiro mantém-se na mesma situação socioeconômica e com os mesmos problemas estruturais, ou seja, não teve resolvidas as deficiências em saúde, educação, escoamento da produção, como ainda reforçaram a intensificação e exploração de seu trabalho, a desconstrução de sua autonomia e o controle de seu território.

Nesse sentido, a manutenção do *status quo* se reafirma a partir do momento em que o Estado continua incentivando as atividades ligadas ao capital internacional, como o fez desde o século XIX com a exportação da borracha para abastecer o processo da Revolução Industrial; na década de 1970 com a inserção da pecuária no Acre; e, a partir de 2000, com a extração da madeira e os serviços ambientais, embora como atividades revestidas pelo caráter sustentável. Em

síntese, não ocorreu o fortalecimento das atividades extrativistas não madeireiras, como a borracha, conforme propagandeado pelo governo da Frente Popular a partir da implantação de uma fábrica de produção de preservativos através do látex nativo vindo dos seringais da região do Alto Acre.

Assim, vai se reafirmando o caráter de controle, construído por meio de um aparato ideológico em torno da proposta de desenvolvimento sustentável como também da Preservativos Natex, que por ser uma iniciativa voltada para as dimensões sociais e ambientais, enquanto questões intrínsecas à sociedade, demonstra sua aproximação com os sujeitos acreanos e garante a hegemonia da Frente Popular no Acre, tanto que está no poder executivo desde 1999, ou seja, há 16 anos conduzindo os rumos políticos do estado.

Além disso, a concretização de uma proposta de desenvolvimento sustentável em que se demonstra que é possível um desenvolvimento econômico aliado à questão social e ambiental, como a Preservativos Natex, coloca o Acre como um exemplo internacional bem sucedido, para o capital, de vinculação à Economia Verde e, assim, recebe mais recursos e investimentos para consolidar sua hegemonia através da aplicação de suas ações políticas ligadas ao processo de mercantilização da natureza. Fato é o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre (PDSA), que viabiliza investimentos de organismos internacionais, como o BID, para efetivar as atividades relacionadas ao capital, tais como: exploração e extrativismo de madeira, a pecuária e os serviços ambientais.

A Fábrica de Preservativos Masculinos de Xapuri é um instrumento ideológico para legitimar a política de desenvolvimento sustentável da Frente Popular no Acre. Não porque ela representa o processo de mercantilização da natureza, já que não está diretamente envolvida na comercialização do preservativo masculino como também não se encontra inserida no circuito nacional e internacional do capital, mas que, por ter uma forte propaganda social e ambiental relacionada às necessidades da sociedade e às exigências das organizações ambientais e civis, acaba encobrindo a espoliação da natureza no estado do Acre que é efetivada através das *commodities* da Amazônia, do controle do território e do sujeito que vive da/na floresta.

Contudo, no contexto geral, o controle social ocorre consubstanciado por um aparato ideológico para legitimar o desenvolvimento sustentável no Acre, sendo, pois, a Preservativos Natex um exemplo de sustentabilidade e um instrumento de

controle. Nesse sentido, a partir de uma abordagem interna às relações construídas dentro dessa política de governo com seus sujeitos, como se executam as formas de controle social tão necessárias para vincular a proposta de desenvolvimento sustentável e da fábrica de preservativos à lógica do capital?

É a partir dessa problematização que defendemos a tese de que a estratégia do controle social exercido pela Fábrica de Preservativos Masculinos de Xapuri aos seus trabalhadores, no caso, os seringueiros, se materializa através da sujeição do seu trabalho e seu território ao capital, por meio do governo do Acre. Portanto, é através do trabalho que se estabelece o controle social dos seringueiros.

Tal comprovação se reafirma através das análises e discussões realizadas sobre os objetivos e a execução do projeto da fábrica de preservativos, já que o caráter social propagandeado quanto à melhoria da qualidade de vida em termos de aplicação de infraestruturas em seu território vão se desconstruindo e evidenciando que o atendimento do governo do estado se concentra somente às questões vinculadas à produção. Logo, os sujeitos seringueiros, que são considerados objetos para a política de governo, passam a ser vistos como seres produtivos já que somente sua força de trabalho passa a ser relevante para o capital/Estado.

Assim, o seringueiro é tido apenas como um trabalhador, sendo, pois, seu trabalho uma mercadoria, já que além de não haver uma resposta às demandas sociais dos sujeitos, os mesmos se veem separados de seu trabalho enquanto condição de existência, como também do resultado proveniente dessa relação metabólica com a natureza. Como exemplo tem-se o distanciamento da fábrica de preservativos para com seus trabalhadores, pois a relação com os seringueiros se estabelece através da COOPERACRE, que se configura como uma empresa prestadora de serviços para o governo do Acre, o que demonstra claramente o viés economicista e produtivista dessa relação; como também o desconhecimento dos seringueiros do processo produtivo, pois são inseridos apenas como fornecedores de matéria-prima e não têm acesso e nem conhecimento do produto de seu trabalho.

Dentro dessa contextualização geral sobre a relevância do seringueiro somente a partir de seu trabalho é que podemos verificar na prática como ocorre sua sujeição à Preservativos Natex. Desse modo, evidenciam-se diversas formas de intensificação do seu trabalho, já que a vinculação ao processo de fornecimento de

látex para a fábrica exige modificações profundas na rotina diária e semanal do trabalho em sua colocação, sem necessariamente corresponder ao preço pago pelo produto; de degradação do trabalhador a partir da introdução da amônia como insumo necessário para manter o látex de acordo com as exigências da produção de preservativos, embora não haja a utilização de EPI's, o que acarreta problemas de saúde ao trabalhador. Por fim, o envolvimento do seringueiro com a fábrica de preservativos está encimado em um sistema de pesagem na venda do produto marcado pela exploração, o que expressa uma das estratégias vinculadas às demandas estruturantes do capital via Estado e, assim, mascara a propaganda de que o látex representa uma alternativa de elevar a renda do seringueiro e, com isso, proporcionar melhores condições de vida.

Portanto, essa realidade laboral da intensificação, da exploração e da degradação das relações de trabalho se faz presente, já que o trabalho é tido como base estruturante da lógica do capital e, nesse caso, o Estado, via Preservativos Natex, protagoniza o processo de controle social do trabalhador seringueiro. Por isso, o trabalho ocupa centralidade para a análise do tema proposto, pois além de representar a categoria fundante do ser social representa um instrumento relevante para a reprodução do capital; com isso, a sujeição do trabalho ao capital/Estado/Natex se torna condição essencial.

Essa sujeição do trabalho do seringueiro ao processo de extração do látex para a Preservativos Natex também apresenta reflexos em sua subjetividade individual e coletiva, como também no território do seringueiro. Isto é, a subjetividade do seringueiro é apropriada e manipulada pela fábrica de preservativos a partir do controle de sua vida social e familiar, pois com o aumento do dispêndio de horas trabalhadas para a extração do látex, há consequências na desestruturação de sua forma de vivência em seu território com dificuldades na produção/criação para seu autoconsumo e, assim, a necessidade de uma nova reorganização do trabalho familiar para dar conta das rotinas de trabalho impostas pela fábrica, e do trabalho para seu consumo interno. Além disso, ao controlar o trabalho do seringueiro a fim de adequar às exigências da produção de preservativos não há somente uma influência sobre sua família, mas sobre seu território, já que seu espaço de vida é o mesmo de seu trabalho.

Portanto, como o cotidiano do sujeito seringueiro se realiza em um único espaço, pois sua colocação é um território de moradia e de trabalho, a dominação

da Preservativos Natex ocorre de forma mais acentuada na medida em que se apropria do trabalho enquanto condição de existência do sujeito seringueiro, e ao dominar seu território de vida impõe um formato de trabalho estranhado, e assim, desestrutura sua autonomia territorial de vida e de trabalho, portanto, afetando a racionalidade e a subjetividade do ser seringueiro.

Dessa forma, a relação metabólica homem e natureza que garante as condições materiais e subjetivas de existência do sujeito são dominadas e controladas pelo capital/Estado, cerceando, desse modo, a autonomia de vida e de trabalho, agora regulamentada pelo tempo e modo de produção do preservativo masculino. Com isso, esse formato (forma de existência) do trabalho estranhado, expresso pelo seringueiro trabalhador do estado do Acre, no caso, àqueles vinculados ao fornecimento de látex para a Fábrica de Preservativos Masculinos, é nossa referência de análise na tese de doutorado.

Portanto, mesmo o seringueiro não sendo um operário típico, assalariado, como também não estar apartado de seus meios de produção, embora sem o controle sobre sua terra, está envolvido em situações de estranhamento, justamente por estar vinculado às relações estabelecidas pelo capital de apropriação de seu trabalho, que se torna estranhado na medida em que é controlado pelo capital/Estado/Natex, através de sua especialização no extrativismo do látex para a fábrica e desestruturação de sua racionalidade e subjetividade a partir do controle sobre seu metabolismo com a natureza e, assim, a desarticulação de sua autonomia territorial, de vida e de trabalho. Ou seja, o seringueiro torna-se um ser controlado pelo capital, mesmo sem estar no chão da fábrica e no contato direto com a produção de mercadorias.

Outra questão relevante evidenciada através da tese de doutorado é que mesmo com a desorganização do modo de vida do seringueiro ocasionado por sua especialização na extração do látex a ser fornecido à Preservativos Natex, não há uma desestruturação por completo da racionalidade e da subjetividade do seringueiro, como também da gestão sobre seu território justamente pelo peso do trabalho familiar. É o trabalho coletivo da família que faz com que os seringueiros ainda se mantenham na área, vinculados à floresta, por conseguir dar conta de realizar o trabalho “especializado” para a fábrica, e ainda assegurar a lógica da relação metabólica com a natureza e com seu território de vida.

Diante do controle social protagonizado pela Frente Popular aos sujeitos da floresta e, conseqüentemente, a desarticulação de sua autonomia, é a junção do trabalho especializado para a produção de preservativos, como forma de geração de renda e aquisição de bens materiais, juntamente com o trabalho coletivo da família que permite a resistência do seringueiro na floresta.

Desse modo, a reorganização familiar é uma estratégia que permite a manutenção do seringueiro em seu território de vida e de acordo com sua racionalidade diante da relação de exploração e de degradação que estabelece a partir do vínculo com o mercado, seja diretamente através da venda do CVP, seja através de uma política de governo como a Preservativos Natex.

Portanto, diante das formas de controle social utilizadas pela Frente Popular através da proposta de desenvolvimento sustentável, o trabalho coletivo da família seringueira representa uma estratégia de resistência no núcleo de sua unidade produtiva, já que permite a recriação e a manutenção a partir de sua colocação. Por outro lado, como ocorre a resistência para além dessa escala territorial, mas no coletivo do seringueiro, abrangendo tanto os seringais como a Reserva Extrativista Chico Mendes?

Por isso, o desenvolvimento da pesquisa de doutorado resultou além dessas reflexões e análises apresentadas, outros questionamentos que poderão se desmembrar em outras pesquisas. Pois, como entender uma possível resistência coletiva do seringueiro, a partir da década de 2000, diante das atuações políticas da Frente Popular através da proposta de desenvolvimento sustentável, na qual prioriza a mercantilização da natureza via exploração do trabalho e apropriação dos territórios dos sujeitos da floresta?

Nesse sentido, a organização coletiva materializada no movimento dos seringueiros das décadas de 1970-80 no Acre foi gradativamente perdendo sua força política, inclusive após a década de 2000 com a entrada do governo da Frente Popular nos rumos dessa forma de organização dos trabalhadores. Assim, o grande desafio dos seringueiros diante da gestão dessa coligação partidária no Acre e por intermédio da sua atuação via política do desenvolvimento sustentável, é o enfraquecimento da força política de seus protagonistas.

Com isso, diante de todo esse cenário de cerceamento da autonomia e controle do território e do trabalho do seringueiro, a resistência é um importante instrumento para se posicionar e exigir ser reconhecido frente às imposições postas

pelo capital e pelo Estado. Sabendo-se, pois, que a luta é algo intrínseco à identidade do seringueiro, e que em tempos de desenvolvimento sustentável há a necessidade de se fortalecer politicamente para mostrar a insustentabilidade da política governamental. Assim, reiteramos a imprescindibilidade de se enfatizar a incontrolabilidade e a destrutividade do capital como negação da luta de classes. Com isso, é nesse campo minado que as ações coletivas dos seringueiros manterão acesas as esperanças para lutar e resistir ao exercício do controle social do Estado e do capital.

REFERÊNCIAS

ACRE. Fundação de Tecnologia do Estado do Acre. **Preservativos Natex**. Disponível em: <www.funtac.ac.gov.br>. Acesso em: maio de 2009. (a)

_____. Governo do Estado do Acre. **Preservativos Natex: indústria de Xapuri muda perfil do seringueiro tradicional**. Disponível em: <www.ac.gov.br>. Acesso em: maio de 2009. (b)

_____. _____. **Relatório da SEAPROF**. 2010 (mimeo).

_____. _____. **Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre, Fase I: indicativos para a gestão territorial do Acre - documento final**. Rio Branco: SECTMAT, 2000. V.3.

_____. _____. **Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre, Fase II, (Escala 1:250.000): Documento Síntese**. 2 ed. Rio Branco: SEMA, 2010.

_____. Ministério Público do Estado do Acre. **Grupo de Trabalho Institucional de Prevenção e Combate às Queimadas e Incêndios Florestais**. 2006. Disponível em: <<http://www.mpac.mp.br/menuprincipal/coordenadorias/meioambiente/publicacoes-2/>>. Acesso em: abril de 2014.

AGÊNCIA AIDS. **Extrativistas conhecem o processo de fabricação de preservativos masculinos**. Disponível em: <http://www.agenciaaids.com.br/clipping/aids_20092011.htm>. Acesso em: out. 2011.

_____. **No dia mundial da saúde, governo brasileiro inaugura fábrica de camisinhas no Acre com promessa de pesquisas em outros insumos naturais**. Disponível em: <<http://www.agenciaaids.com.br/site/noticia.asp?id=9621>>. Acesso em: outubro de 2010.

AGÊNCIA AMAZÔNIA. **Extrativismo na Amazônia a beira da falência**. 12/02/2009. Disponível em: <<http://www.rondoniadinamica.com/arquivo>>. Acesso em: abril de 2014.

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO ACRE. **Governo amplia valor pago pela borracha aos extrativistas**. Disponível em: <<http://www.agencia.ac.gov.br>>. Acesso em: out. 2011.

_____. **Ibama e PF iniciam Operação Resex Legal na Reserva Chico Mendes**. Disponível em: <<http://www.agencia.ac.gov.br>>. Acesso em: fevereiro de 2012 (a).

_____. **Inaugura fábrica de preservativos em Xapuri**. Disponível em: <www.agenciadenoticias.ac.gov.br>. Acesso em: outubro de 2009.

_____. **Levantamento na Reserva Extrativista Chico Mendes irá traçar perfil da população**. Disponível em: <www.agencia.gov.br>. Acesso em: setembro de 2012 (b).

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DA AMAZONIA. **Impasse na floresta: sem incentivos, extrativistas criam gado para viver**. Disponível em: <<http://reservaextrativista.blogspot.com/>>. Acesso em: dezembro de 2008.

AGÊNCIA ESTADO. **Exportação de carne cresceu 18% em receita, diz Abiec.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2014/06/exportacao-de-carne-cresceu-18-em-receita-diz-abiec.html>>. Acesso em: junho de 2014.

ALIER, Juan Martinez. O ecologismo dos pobres. Tradução: Francisco Mendonça. **Revista RA`EGA.** O espaço geográfico em análise. v.1, 1997. Disponível em: <ojs.c3sl.ufpr.br>. Acesso em: maio de 2012.

ALLEGRETTY, Mary. **A construção social de políticas ambientais.** Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. 2002. 826f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável_ Gestão e Política Ambiental). Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília.

_____. **Repactuar o contrato estado-comunidades.** Disponível em: <<http://reservasextrativistas.blogspot.com/>>. Acesso em: janeiro de 2012.

ALTVATER, Elmar. Existe um marxismo ecológico? In: BORON, Atilio; AMADEO, Javier; GONZALEZ, Sabrina. (orgs.) **A teoria marxista hoje:** problemas e perspectivas. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales-CLACSO, 2006. p. 327-350.

ALVES, Giovanni. A “captura” da subjetividade: nexos psicofísico e novo panoptismo. In: _____. **Trabalho e subjetividade:** o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011(b). p. 111-126.

_____. **Condição de proletariedade.** A precariedade do trabalho no capitalismo global. Londrina: Práxis; Bauru: Canal 6, 2009.

_____. Trabalho flexível, vida reduzida e precarização do homem-que-trabalha: perspectivas do capitalismo global no século XXI. In: VIZZACCARO, A. L.; MOTA, D. P.; ALVES, G. (Orgs). **Trabalho e saúde:** a precarização do trabalho e a saúde do trabalhador no século XXI. São Paulo: LTr, 2011(a). p. 39-55.

_____. **Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório** – O novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalha. 2010 (no prelo).

AMÂNCIO, Osmarino. **Porque concorrer ao STR de Brasília?** Disponível em: <www.youtube.com>. Acesso em: abril de 2012.

AMBIENTE ACREANO. **Foram realizados estudos sobre impacto ambiental?** Disponível em: <<http://www.ambienteacreano.blogspot.com>>. Acesso em: maio de 2010.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 13 ed. rev. ampl. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. O sistema de metabolismo social do capital e seu corolário, a alienação, na obra de István Mészáros. In: **István Mészáros e os desafios do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 75-88.

_____. **Os sentidos do trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6 ed. São Paulo: Boitempo, 2002.

ARIMA, Eugênio; BARRETO, Paulo; BRITO, Marky. **Pecuária na Amazônia: tendências e implicações para a conservação ambiental**. Belém: Instituto do Homem e Meio Ambiente na Amazônia, 2005.

ARRAIS, Tadeu Alencar. Políticas governamentais e transferências federais de recursos financeiros no território goiano. **Revista da ANPEGE**. v.7, n 1, p.21-35, outubro de 2011.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID). **Propuesta de Prestamo**. Programa de Desarrollo Sustentable de Acre (*BR-0313*) (2004) Disponível em: <<http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=413638>> Acesso em: maio de 2012.

_____. **Propuesta de Prestamo**. Programa de Desarrollo Sustentable de Acre fase II (*BR-L1289*) (2013). Disponível em: <<http://www.iadb.org/es/proyectos/project-information-page,1303.html?id=BR-L1289>>. Acesso em: junho de 2013.

_____. **Relatório de Término de Projeto** (2010). Disponível em: <<http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=35526711>>. Acesso em: maio de 2012.

_____. **Sostenibilidad em BID**. Disponível em: <<http://www.iadb.org/es/temas/sostenibilidad/sostenibilidad,1510.htm>>. Acesso em: abril de 2014.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL (BNDES). **Economia Florestal como base para o desenvolvimento sustentável do Acre**. Disponível em: <www.bndes.org.br>. Acesso em: maio de 2009.

BARROS, Bettina. **Reservas Extrativistas sucumbem à força da pecuária na Amazônia**. Disponível em: <<http://www.valoronline.com.br>>. Acesso em: dezembro de 2008.

BECKER, Berta. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990.

_____. Amazônia: nova geografia, nova política regional e nova escala de ação. In: COY, Martin; KOHLHEPP, Gerd. **Amazônia sustentável**. Desenvolvimento sustentável entre políticas públicas, estratégias inovadoras e experiências locais. Rio de Janeiro: Garamond; Tübingen, Alemanha: Geographischen Instituts der Universität Tübingen, 2005 (a), p.23-44.

_____. Geopolítica da Amazônia. In: **Estudos Avançados**. 19 (53), p.71-86, 2005 (b).

BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa**. O movimento operário europeu em crise. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

BRASIL. Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). **Preço mínimo da borracha natural no Acre**. Disponível em: <www.conab.gov.br>. Acesso em: abril de 2014.

_____. **Decreto nº 98.897, de 30 de janeiro de 1990**. Dispõe sobre as Reservas Extrativistas e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/decreto/Antigos/D98897>. Acesso em: abril de 2014.

_____. **Decreto nº 99.144 de 12 de março de 1990**. Cria a Reserva Extrativista Chico Mendes. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/resex/cmendes/opdecret.htm>>. Acesso em: abril de 2014.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (2012)**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: junho de 2014.

_____. Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). **Decreto nº 99.144 de 12 de março de 1990**. Cria a Reserva Extrativista Chico Mendes. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/resex/cmendes/opdecret.htm>>. Acesso em: abril de 2014.

_____. _____. **Reserva Extrativista Chico Mendes**. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/resex/cmendes/hist.htm>>. Acesso em: maio de 2012.

_____. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). **Portaria INCRA/P/Nº 627 de 30 de julho de 1987**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/index.php/institucional/legislacao/atosinternos/portarias/file/91-portariaincrapn-627-30071987>>. Acesso em: abril de 2014.

_____. **Lei nº 9.479, de 12 de agosto de 1997**. Regulamento que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica a produtores de borracha natural e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: abril de 2014.

_____. **Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000**. Sistema Nacional de Unidades de Conservação na Natureza e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm>. Acesso em: abril de 2014.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Plano de Manejo da Reserva Extrativista Chico Mendes** (2006). Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgsunidadesconservacao/resex_chico_mendes.pdf>. Acesso em: abril de 2014.

_____. _____. **Plano de Utilização da Reserva Extrativista Chico Mendes.** (1995). Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/resex/cmendes/plano.htm>>. Acesso em: abril de 2014.

_____. _____. **Protocolo de Quioto.** Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/clima/protocolo-de-quioto>>. Acesso em: abril de 2014.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Instrução Normativa SSST/MTB nº 1,** de 11 de abril de 1994. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812D9A435D012D9A689C0E50D0/Instru%C3%A7%C3%A3o%20Normativa%20n%C2%BA%2001%20%28PPR%29.pdf>> Acesso em: fev. 2014.

_____. _____. **Norma Regulamentadora nº 6.** Brasil: MTE, 2001. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/legislacao/normas-regulamentadoras.htm>>. Acesso em fev. 2014.

BRYAN, Samuel. **Fábrica de preservativos Natex beneficia mais de 500 famílias.** Disponível em: <<http://www.oaltoacre.com/fabrica-de-preservativos-natex-beneficia-mais-de-500-familias/>>. Acesso em: abril de 2014.

CAMELY, Nazira Correia. Onguismo como nova geopolítica do imperialismo para a biodiversidade: um estudo sobre a Amazônia Brasileira. **Revista Geopolítica**, v.2, n.1, 2011. Disponível em: <www.revistageopolitica.com.br>. Acesso em: março de 2012.

CAMPO, Tatiana. **Tião assina ordem de serviço para indústria de borracha em Sena Madureira.** 25/05/2013. Disponível em: <www.agenciadenoticias.com.br>. Acesso em: abril de 2014.

CANDIDO, Keila. **O preservativo é nosso.** Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com>>. Acesso em: 03/08/2011.

CARDOSO, Raimari. **Cooperativa Agroextrativista de Xapuri-CAEX.** Caex e sua herança maldita. Disponível em: <<http://raimari9.blogspot.com.br/2008/03/cooperativa-agroextrativista-dexapuri.html>>. Acesso em: julho de 2010.

CASTRO, Edna. Amazônia: fronteira de commodities. In: **Contra Corrente.** Para quem desafia o pensamento único. Brasília: REDEBRASIL, novembro de 2009, p.09-11.

CASTRO, Fábio. **Pesquisa da USP sobre pecuária em Xapuri.** Disponível em: <<http://agencia.fapesp.br/12616>>. Acesso em: dezembro de 2010.

COSTA, Wanderley Messias da. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil.** São Paulo: USP, 1988.

COSTA SOBRINHO, Pedro Vicente. **Capital e trabalho na Amazônia Ocidental.** Contribuições à história social e das lutas sindicais no Acre. São Paulo: Cortez; Rio Branco, AC:Universidade Federal do Acre, 1992.

CUNHA, Cláudia Conceição. **Reservas Extrativistas:** institucionalização e implementação no Estado Brasileiro dos anos de 1990. 310p. Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

_____; Loureiro, Carlos Frederico Bernardo. Reservas Extrativistas: Limites e contradições de uma territorialidade seringueira. **Revista Theomai**, n.20, Buenos Aires, 2009. Disponível em: <<http://revista-theomai.unq.edu.ar>>. Acesso em: dezembro de 2009.

CUNHA, Dercy Teles de Carvalho. **Assine a petição:** que seja proibida a exploração de madeira dentro da Reserva Chico Mendes (2011). Disponível em: <https://secure.avaaz.org/po/petition/Que_seja_proibida_a_Exploracao_de_Madeira_dentro_da_Reserva_Chico_Mendes/sign/>. Acesso em: junho de 2014.

DA COSTA, Suely de Souza Melo. **Caracterização Ambiental da Reserva Extrativista Chico Mendes (Acre-Brasil):** subsídios ao Plano de Manejo. 168p. Tese (Doutorado em Ecologia e Recursos Naturais). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2000. Disponível em: <http://observatorio.wwf.org.br/site_media/upload/gestao/documentos/CARACTERIZ_ACAO_AMBIENTAL_resex_CM.pdf>. Acesso em: agosto de 2012.

DAMASCENO, Marcio. **Conferencia do Clima prorroga Protocolo de Kyoto até 2020.** (2012). Disponível em: <<http://www.dw.de/conferencia-do-clima-prorroga-protocolo-de-kyoto-até-2020/a-1643941>>. Acesso em: abril de 2014.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito da natureza intocada.** 3 ed. São Paulo: HUCITEC, Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2001.

DIRETORIA DO SINDICATO DE TRABALHADORES RURAIS DE XAPURI. **Balço do STR de Xapuri.** Disponível em: <www.resistenciacamponesa.com>. Acesso em: dezembro de 2010.

ECODEBATE. **Gado avança na reserva extrativista Chico Mendes, no Acre.** Fábrica estatal de camisinhas reativa mercado de látex. Disponível em: <<http://www.ecodebate.com.br>>. Acesso em: dezembro de 2008.

FEITOSA, Manoel Lima. Reserva Extrativista Chico Mendes. In: MURRIETA, Julio Ruiz; RUEDA, Rafael Pinzón. **Reservas Extrativistas.** UICN:Gland, Suíça, Cambridge, Reino Unido, 1995. p.69-76.

FERREIRA, Edmilson. Camisinha de látex nativo é mais resistente. **Jornal Página 20.** 15 de novembro de 2007. Disponível em: <www.pagina20.com.br>. Acesso em: setembro de 2009.

FOSTER, John Bellamy. **A ecologia de Marx**. Materialismo e natureza. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010 (a).

_____. CLARK, Brett. A dialética do metabolismo socioecológico: Marx, Mészáros e os limites absolutos do capital. **Margem Esquerda**. Ensaio Marxista. São Paulo: Boitempo, n.14, 2010 (b). p. 21-29.

GIBBS, Graham. **Análise de dados qualitativos**. Tradução: Roberto Cataldo Costa; Consultoria, supervisão e revisão técnica desta edição Lorí Viali. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GÓMEZ, Jorge R. Montenegro. **Desenvolvimento em (des) construção**. Narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural. 440p. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologias, 2006.

GORZ, André. **O imaterial**. Conhecimento, valor e capital. São Paulo: Annablume, 2009.

HAMILTON, Roger. Anticoncepção orgânica. **Revista do Banco Interamericano de Desenvolvimento**. Disponível em: <www.iadb.org/idbamerica/index.iadb>. Acesso em: outubro de 2011.

_____. Um novo sonho amazônico. **BID AMÉRICA**. Disponível em: <<http://www.iadb.org/idbamerica/index>>. Acesso em: março 2011.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZONIA (IPAM). **Qual o objetivo do Protocolo de Quioto e quais são as metas específicas com as quais os países se comprometeram? E para quem elas valem?** Disponível em: <<http://www.ipam.org.br/saiba-mais/abc/mudancaspergunta/Qual-o-objetivo-do-Protocolo-de-Quioto-e-quais-sao-as-metas-especificas-com-as-quais-os-paises-se-comprometeram-E-para-quem-elas-valem-/21/11>>. Acesso em: abril de 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA (IPEA). Camisinha feita com seringueira nativa é licenciada. **Desafios do desenvolvimento**. A revista mensal de informações e debates do IPEA. Disponível em: <<http://desafios2.ipea.gov.br/003/00301009.jsp?ttCDCHAVE=7950>>. Acesso em: janeiro de 2009.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTUDOS FLORESTAIS (IPEF). **Portaria MMA/IBAMA nº 28, de 22 de maio de 2003**. Disponível em: <<http://www.ipef.br>>. Acesso em: janeiro de 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA (INT). **Imagem do preservativo masculino**. Disponível em: <www.int.gov.br>. Acesso em: abril de 2014.

LEFF, Enrique. **Racionalidade Ambiental**. A reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. **Saber Ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Tradução: Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

LÊNIN, Vladimir. **O Estado e a revolução**: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução. 2 ed. rev.atual.São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LIMA, Raimundo Barros; FERREIRA, Evandro José Linhares. **Passado, presente e futuro do cultivo de seringueira no Acre**. Disponível em: <<http://ambienteacreato.blogspot.com.br>>. Acesso em: abril de 2011.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **A Amazônia no século XXI**. Novas formas de desenvolvimento. São Paulo: Empório do Livro, 2009.

LÖWY, Michael. Crise ecologicue, capitalismo, altermondialisme. Um point de vue eco-socialiste. **Novos Cadernos NAEA**. v.11, n.2, p.05-14, 2008.

_____. **Ecologia e socialismo**. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Ecosocialismo**. La alternativa radical a la catástrofe ecológica capitalista. Buenos Aires: El Colectivo-Herramienta, 2011.

LUKÁCS, Georg. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem**. Mimeo (s/ano)

MACHADO, Altino. **Resex Chico Mendes tem 10 mil cabeças de gado**. Disponível em: <<http://reservaextrativista.blogspot.com/>>. Acesso em: dezembro de 2008.

MARRE, Jacques A. L. **A construção do objeto científico na investigação empírica**. (mimeo), 1991.

MARTINELLO, Pedro. **A “Batalha da Borracha” na Segunda Guerra Mundial e suas consequências para o Vale Amazônico**. Rio Branco/AC: UFAC, 1988.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo**. Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis/RJ:Vozes, 2003.

_____. **Expropriação e violência**. A questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1991.

MARX, Karl. **O capital**. Crítica da economia política. Livro 1. Volume 1. O processo de produção do capital. 27 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MEIRELES, Gleydison. **Ibama e PF deflagram Operação Resex Legal**. Disponível em: <www.amazonia.org.br>. Acesso em: dezembro de 2008.

MENDES, Chico. A luta dos povos da floresta. **Terra Livre**. Geografia: Pesquisa e Prática Social, São Paulo, n.07, p. 09-22, 1990.

MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico**: o socialismo no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **O século XXI**. Socialismo ou barbárie? São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. **Para além do capital**. Rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Programa de Sustentabilidade de Espaços Sub-regionais-PROMESO**. Disponível em: <http://www.mi.gov.br/programas/programasregionais/index.asp?area=spr_promeso>. Acesso em: março de 2011.

MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL. Látex permite a instalação de fábrica de preservativos na Mesorregião Vale do Rio Acre. **Revista Espaço Regional**. Ano III, n.3, novembro de 2008. Disponível em: <http://www.mi.gov.br/programasregionais/publicacoes/revista_espaco_regional.asp>. Acesso em: março de 2008.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu; COELHO, Maria Célia Nunes. As políticas federais e reconfigurações espaciais na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**. v.7, n1, p.91-122, junho de 2004.

MORAIS, Maria de Jesus. **“Acreanidade”**. Invenção e reinvenção da identidade acreana. 301p. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal Fluminense, 2008.

_____. Usos e abusos da imagem de Chico Mendes na legitimação da “economia verde”. In: CONSELHO INDIGENISTA MISSIONARIO. **Dossiê Acre**. Documento Especial para a Cúpula dos Povos – Rio de Janeiro, 2012. O Acre que os mercadores da natureza escondem. Disponível em: <www.agb.org.br/documentos/dossi%C3%A9_acre.pdf>. Acesso em: junho de 2012. p.21-26.

MOREIRA, Ruy. **O que é geografia**. 14 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. **Para onde vai o pensamento geográfico?** Por uma epistemologia crítica. São Paulo: Contexto, 2006.

NOTÍCIAS AGRÍCOLAS. **Chineses se interessam pela carne do Acre, de olho na Estrada do Pacífico que reduz gastos com frete marítimo**. Disponível em: <<http://www.noticiasagricolas.com.br/videos/entrevistas/67184-exclusivo-chineses-se-interessam-pela-carne-do-acre--de-olho-na-estrada-do-pacifico-que-reduz-gastos-com-frete-maritimo.html>>. Acesso em: dezembro de 2010.

NUNES, Gerliano Mouzinho. **Gestão das cooperativas agroextrativistas na regional do Vale do Acre**: bases para planejar o desenvolvimento local. 175 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2008.

OALTOACRE. **Sindicato protesta contra “Resex Legal”**: A operação do Ibama é uma violência contra os trabalhadores. Disponível em: <<http://www.oaltoacre.com>>. Acesso em: fevereiro de 2012.

O’CONNOR, James. Is sustainable capitalism possible? In: O’CONNOR, Martin. **Is Capitalism Sustainable?** Political Economy and the politics of ecology. New York/London: The Guilford Press, 1994. p.152-175.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **Integrar para (não) entregar**. Políticas públicas e Amazônia. 2 ed. Campinas, SP: Papyrus, 1991.

_____. **Modo de produção capitalista e agricultura**. 4 ed. São Paulo: Ática, 1995.

PAULA, Elder Andrade. Acre + 13: economia “esverdeada”, vidas e florestas em (cinza). In: CONSELHO INDIGENISTA MISSIONARIO. **Dossiê Acre**. Documento Especial para a Cúpula dos Povos – Rio de Janeiro, 2012. O Acre que os mercadores da natureza escondem. Disponível em: <www.agb.org.br/documentos/dossie_acre.pdf>. Acesso em: junho de 2012. p.07-12.

_____. **Capitalismo Verde e transgressões**. A Amazônia no espelho de Caliban. Dourados-MS: Ed. UFGD, 2013.

_____. **(Des) envolvimento insustentável na Amazônia Ocidental**. Rio Branco: EDUFAC, 2005.

_____. **Seringueiros e sindicatos**: um povo da floresta em busca da liberdade. 258 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agrícola). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Itaguaí/RJ, 1991.

_____; MORAIS, Maria de Jesus. O conflito está no ar: povos da floresta e espoliação sob o capitalismo verde. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v.18, n.35, p. 347-375, jul-dez de 2013. Disponível em:<<http://seer.fclar.unesp.br/estudos/article/view/6458>>. Acesso em: junho de 2014.

_____; SILVA, Silvio Simione da. Movimentos sociais na Amazônia brasileira: vinte anos sem Chico Mendes. **Revista Nera**, n.13, ano11, p.102-107, jul/dez/2008. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1391>>. Acesso em: dez 2010.

PEREIRA, Deusamir. **Amazônia Insustentável**. Zona Franca de Manaus-estudo e análise. Manaus: Editora Valer, 2005.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **Geografando nos varadouros do mundo: da territorialidade (o seringal) à territorialidade seringueira (a Reserva Extrativista)**. Brasília: Ibama, 2003.

PRABOR. **Imagem do Granulado Escuro Brasileiro**. Disponível em: <<http://www.praborborracha.com.br/br/produto>>. Acesso em: abril de 2014.

REDEVIHSIDA. **Ministério da Saúde estuda possibilidade da Fábrica de Xapuri, no Acre, produzir camisinha feminina**. Disponível em: <<http://redevihsidanoticias.cidadaosdomundo.org/?p=17631>>. Acesso em: abril de 2011.

REVISTA FECOMERCIO. **Pesquisa avalia bom desempenho do comércio em Xapuri**. Disponível em: <www.fecomercio.com.br>. Acesso em: junho de 2011.

RUEDA, Rafael Pinzón. Organização social das populações extrativistas. In: MURRIETA, Julio Ruiz; RUEDA, Rafael Pinzón. **Reservas Extrativistas**. UICN:Gland, Suíça, Cambridge, Reino Unido, 1995. p.13-18.

SCHMIDLEHNER, Michael F. A função estratégica do Acre na produção do discurso da economia verde. In: CONSELHO INDIGENISTA MISSIONARIO. **Dossiê Acre**. Documento Especial para a Cúpula dos Povos – Rio de Janeiro, 2012. O Acre que os mercadores da natureza escondem. Disponível em: <www.agb.org.br/documentos/dossie_acre.pdf>. Acesso em: junho de 2012. p.13-19.

SILVA, Sílvio Simione da. **Na fronteira agropecuária acreana**. Rio Branco: UFAC, 2003.

_____. Produção do espaço agrário acreano: “o homem, a terra e a floresta”. In: _____ (Org). **Acre: uma visão temática de sua geografia**. Rio Branco: EDUFAC, 2008. p.127-174.

_____. **Resistência camponesa e desenvolvimento agrário**. Uma análise a partir da realidade amazônica-acreana. Rio Branco: Edufac, 2011.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOLBOR. **Imagem Granulado Escuro Brasileiro**. Disponível em: <<http://www.solbor.com.br/produtos>>. Acesso em: abril de 2014.

SOUZA, Israel Pereira Dias de. **Entrevista com Dercy Teles de Carvalho Cunha**. In: CONSELHO INDIGENISTA MISSIONARIO. **Dossiê Acre**. Documento Especial para a Cúpula dos Povos – Rio de Janeiro, 2012. O Acre que os mercadores da natureza escondem. Disponível em: <www.agb.org.br/documentos/dossie_acre.pdf>. Acesso em: junho de 2012. p.37-39.

SOUZA, João José Veras. **O “Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre”**: uma análise à luz do discurso do desenvolvimento sustentável e da

cooperação internacional. 192 p. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

SOUZA, Marcelo Ângelo de. **Superintendência da Borracha**: um estudo institucional. 24f. Monografia (Graduação em Engenharia Florestal). Instituto de Florestas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica/RJ, 2010.

SUPERINTENDENCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS (SUFRAMA). **Projetos da SUFRAMA**. Disponível em: <http://www.suframa.gov.br/mzfm_indu_capda_credencia_linhas_funtac.cfm>. Acesso em: março de 2011.

TEIXEIRA, Viviane. **Governo amplia valor pago pela borracha aos extrativistas**. Disponível em: <www.agenciadenoticias.ac.gov.br>. Acesso em: outubro de 2011.

TELES, Jaqueline. **Acre tem meta de se tornar um dos maiores produtores de borracha do país**. 24/02/2014. Disponível em: <www.agencia.ac.gov.br>. Acesso em: abril de 2014.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. **Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI**. (Limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos). 499f. Tese. (Livre Docência). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

VEROCAI, Iara; LUDEWIGS, Thomas; PEREIRA, Valéria de Fátima Gomes. **Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre – PDSA II**. Expansão da economia florestal. Relatório de avaliação ambiental e social (versão final) (2012). Disponível em: <<http://www.iadb.org/es/proyectos/project-information-page,1303.html?id=BR-L1289>>. Acesso em: junho de 2013.

WHITAKER, Dulce C. A. **Sociologia Rural**. Questões metodológicas emergentes. São Paulo. Presidente Venceslau/SP: Letras à Margem, 2002.

APÊNDICE

**APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADA JUNTO AOS
SERINGUEIROS QUE FORNECEM LÁTEX PARA A FÁBRICA DE
PRESERVATIVOS MASCULINOS DE XAPURI/AC.**

Roteiro de entrevista - Seringueiros

- 1) Nome e idade.
- 2) Fale de sua trajetória de vida (nascimento, profissão, locais que já morou).
- 3) Há quanto tempo é seringueiro? E porque exerce tal profissão?
- 4) Há quanto tempo mora na RESEX Chico Mendes ou no seringal Cachoeira ou Equador?
- 5) Como foi o processo de obtenção da autorização para morar na reserva?
- 6) Composição familiar:

Pessoas que moram na residência e grau de parentesco	Idade	Grau de escolaridade e local de estudo (para quem estuda)	Profissão e local de trabalho	Renda mensal

- 7) Fale como é sua rotina diária de vida e de lazer.
- 8) Descreva sua rotina diária de trabalho em sua colocação.
- 9) O que é mais importante para o seringueiro, a força de trabalho ou o conhecimento? Por quê?
- 10) Quais as principais atividades de trabalho e renda em sua colocação?

Produto/criação	Quantidade/mês	Comercialização ou consumo	Renda mensal com a comercialização

- 11) Para cada produto: Para onde vende? Como é feito o transporte? Há atravessadores em alguma delas?
- 12) Há alguma outra fonte de renda não produtiva? (aposentadoria ou outra forma de auxílio através do governo)
- 13) Qual o peso do extrativismo do látex na composição financeira da família? É a principal fonte de renda?
- 14) O extrativismo do látex pode ser uma alternativa para diminuir o desmatamento e a criação de gado na floresta? Justificar resposta.
- 15) Desde quando entrega a produção de látex para a NATEX?
- 16) Como foi esse processo de vínculo com a fábrica? Antes vendia para quem? Porque optou pela fábrica de preservativos?
- 17) Quantas árvores o Sr. corta ao dia?

- 18) Quantos litros de látex extraem ao dia, mês?
- 19) Como é feito o processo de extração e pré-beneficiamento do látex?
- 20) Houve alguma alteração na sua rotina de trabalho após o vínculo com a NATEX? Quais?
- 21) O látex é vendido somente para a Preservativos Natex? Há um contrato (pode ser consultado)? O que estipula esta relação?
- 22) Esta relação com a NATEX é de forma direta ou indireta? Quem faz esta ligação com a unidade? Explique como ocorre?
- 23) O látex é vendido de que forma? Líquido ou em borracha coagulada?
- 24) O senhor acha justa a relação de compra e venda com a NATEX? Há exploração na compra de látex?
- 25) Há alguma exigência da Preservativos Natex para a compra da produção? Houve alguma mudança com relação a forma anterior?
- 26) Vocês receberam um treinamento para o fornecimento para a fábrica? Caso positivo, como ocorreu? Detalhar quando foi, a periodicidade, as exigências, etc.
- 27) Quanto aos equipamentos quais são e as formas de aquisição. São somente para a produção ou há também para sua proteção?
- 28) Há o uso de amônia na extração do látex? Ou utiliza algum outro produto químico?
- 29) Há algum problema de saúde em decorrência do manuseio destes produtos? Há alguma exigência da fábrica com relação a estes produtos?
- 30) O Sr. tem algum problema de saúde resultante de seu trabalho na extração do látex para a fábrica de preservativos?
- 31) Vocês receberam algum benefício (social e infraestrutura) através da fábrica de preservativos? Quais? Qual sua opinião sobre eles?
- 32) Como são as condições de acesso e de escoamento dos produtos? O que a fábrica proporcionou neste sentido?
- 33) Você recebe algum benefício por ser seringueiro?
- 34) E a Lei Chico Mendes o senhor conhece? Está sendo paga? Qual o valor e como funciona o recebimento?
- 35) Há alguma forma de organização dos seringueiros para reivindicar seus direitos?
- 36) O que tem sido feito para o benefício dos mesmos?
- 37) Há alguma ação ou projeto relacionado às condições de produção e trabalho na relação com a NATEX?
- 38) Como avalia sua relação com a Preservativos Natex? Porque?
- 39) O Sr. considera que há alguma forma de exploração na relação entre a fábrica e o seringueiro? Quais? Caso seja positivo, o que tem sido feito para amenizar ou melhorar estas condições?
- 40) A Natex propiciou melhores condições de vida para o Sr.? Em quais aspectos (social, infraestrutura, renda)
- 41) O que é sustentabilidade para o Sr.? O sr. considera sua forma de vida sustentável? Porque?

42) As práticas da Preservativos Natex são sustentáveis? O que a mesma tem realizado neste sentido?

**APÊNDICE B – SISTEMATIZAÇÃO DAS IDEIAS TEMÁTICAS
DA PESQUISA OBTIDAS ATRAVÉS DA APLICAÇÃO DAS
ENTREVISTAS JUNTO AOS SERINGUEIROS VINCULADOS
À PRESERVATIVOS NATEX**

1) O Estado e as políticas públicas no Acre

1.1) Projetos e políticas públicas para as atividades extrativistas madeireiras e não madeireiras:

- a) Cadeia Produtiva da Borracha:
 - Látex (Preservativos Natex);
 - Cernambi Virgem Prensado (CVP);
 - Folha Defumada Líquida (FDL);
 - Granulado Escuro Brasileiro (GEB).
- b) Programa Floresta Plantada;
- c) Manejo madeireiro comunitário;
- d) Pecuária bovina;
- e) Castanha;
- f) Projeto de Florestas Públicas;
- g) Plano de Certificação de Propriedades.

1.2) Características das políticas públicas e dos projetos:

- a) Slogan do Governo da Florestania;
- b) Programa de Desenvolvimento Sustentável;
- c) Vinculação com os ideais de Chico Mendes;
- d) Forte participação do Estado na economia do Acre;
- e) Parceria Público/Privado/Comunitário;
- f) Falta de iniciativa privada;
- g) Caráter compensatório das políticas para as atividades extrativistas;
- h) Subsídio ou subvenção da seringa;
- i) Foco na madeira e no gado;
- j) Governo assume e comanda as cooperativas.

2) A Fábrica de Preservativos Masculinos de Xapuri: pressupostos estruturantes e sua desconstrução

2.1) Projeto inicial e alterações:

- a) Dados gerais da fábrica;
- b) Objetivos propostos;
- c) Histórico do projeto da fábrica e sua implantação;
- d) Organização produtiva e logística;
- e) Projeto de duplicação da fábrica;
- f) Projetos para comercialização e privatização;
- g) Política de governo;
- h) Relação com o Ministério da Saúde;
- i) Relação com a COOPERACRE;
- j) Ponto estratégico: estrada do Pacífico.

2.2) A desconstrução do projeto da Preservativos Natex:

- a) Discurso do caráter social;
- b) Discurso do caráter sustentável;
- c) A dualidade: social/sustentável X político/econômico;
- d) Número limitado de famílias atendidas;
- e) Atendimento em ramais de fácil acesso;
- f) O caráter estratégico do látex de cultivo;
- g) Fixação do homem no campo?
- h) Desenvolvimento regional?
- i) Alto custo operacional da fábrica;
- j) Ínfima capacidade produtiva da unidade;
- k) Falta de interesse privado na Preservativos Natex;
- l) Instrumento regulador dos preços do látex e do CVP
- m) Pontos positivos:
 - Reativação da borracha;
 - Valor e forma de pagamento.

2.3) A Fábrica de Preservativos Masculinos de Xapuri e os rebatimentos para os seringueiros

- a) Melhorias (infraestrutura instaladas);
- b) Equipamentos para a produção (Kits);
- c) Cursos e treinamentos;
- d) Exigências para a produção e fornecimento do látex;
- e) Intermediação da COOPERACRE;
- f) Desconhecimento do processo produtivo;
- g) Seringueiro: ser produtivo e não social.

3) O seringueiro: território, identidade e relações de trabalho.

3.1) Território, identidade e luta:

- a) Organização territorial;
- b) Deslocamentos;
- c) Idade;
- d) Composição familiar;
- e) Divisão do trabalho familiar;
- f) Ser seringueiro e sua relevância;
- g) Histórico das lutas e formas de organização;
- h) A Reserva Extrativista Chico Mendes;
- i) Sindicato, cooperativas e associações;
- j) Processos de resistência e luta de classes;
- k) Desafios atuais:
 - Aumento no número de famílias e consequente divisão das colocações;
 - Futuro dos jovens (não perspectiva no extrativismo);
 - Educação do/no campo;
 - Cooptação de lideranças do movimento seringueiro;
 - Repressão e controle através da Resex Legal (2008);
 - Combate à queimada e desmatamento;
 - A atuação das ONGs.

3.2) Base da sobrevivência: diversidade produtiva e sustentabilidade

- a) Área e quantidade de estradas;
- b) Renda mensal e por produtos;
- c) Visões sobre sobrevivência e sustentabilidade;
- d) Organização produtiva e diversidade:
 - Látex;
 - CVP;
 - Castanha;
 - Criações e roçado;
 - Caça;

- Gado;
 - Manejo madeireiro.
- e) Sustentabilidade da produção do látex.

3.3) Seringueiro e Fábrica de Preservativos Masculinos de Xapuri: exploração do trabalho e resistência

- a) Processo de inserção no projeto da fábrica;
- b) Tempo de vinculação com a fábrica;
- c) Quantidade de látex fornecido;
- d) Rotina de trabalho:
 - Látex;
 - CVP.
- e) Mudança na rotina de trabalho e de vida com a extração do látex;
- f) Questão da amônia e saúde;
- g) Sistema de pesagem do látex;
- h) Resistência: pouca adesão devido ao baixo valor pago e o dispêndio de trabalho.

3.4) Expectativas e avaliações:

- a) Com relação à Fábrica de Preservativos;
- b) Com relação ao governo;
- c) Com relação à política extrativista.